

" 'Sou daqui da Caieira da Barra do Sul': parentesco,  
família, casa e pertença em uma localidade no sul do  
Brasil"

TESE DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNICAMP

Raquel Wiggers

Orientadora: prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Suely Kofes

Campinas, março de 2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Raquel Wiggers

***"Sou daqui, da Caieira da Barra do Sul": parentesco, família, casa e pertença  
em uma localidade no sul do Brasil***

Tese de Doutorado em Ciências Sociais, apresentada ao  
Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Estadual de  
Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Maria Suely  
Kofes

Este exemplar corresponde à versão final  
da Tese defendida e aprovada em 23/03/2006,  
perante a Banca Examinadora

*Banca Examinadora:*

Profa. Dra. Maria Suely Kofes - IFCH/Unicamp

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz - IFCH/Unicamp

Profa. Dra. Emilia Pietrafesa de Godoi - IFCH/Unicamp

Profa. Dra. Miriam Furtado Hartung - UFSC

Prof. Dr. Oscar Calávia Saez - UFSC

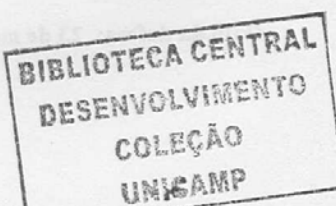
*Suplentes:*

Prof. Dra. Ana Maria Niemeyer - IFCH/Unicamp

Prof. Dra. Heloisa Buarque de Almeida - IFCH/Unicamp

Prof. Dra. Jurema Brites - UFJF

Campinas  
2006



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

W 639 s Wiggers, Raquel  
Sou daqui da Caieira da Barra do Sul : parentesco, família,  
casa e pertença em uma localidade do Sul do Brasil / Raquel  
Wiggers. - Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Suely Koffes.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Identidade. 2. Família – Florianópolis (SC). 3. Parentesco  
– Florianópolis (SC). 4. Florianópolis (SC). I. Kofes, Maria  
Suely. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(mfbm/ifch)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Identity  
Family - Florianópolis (SC)  
Kinship – Florianópolis (SC)

Área de Concentração: Antropologia

Titulação: Doutorado

Banca examinadora:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Emília Pietrafesa de Godoi  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Suely Koffes (orientadora)  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Miriam Furtado Hartung  
Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomas  
Prof. Dr. Oscar Calávia Saez

Data da defesa: 23 de março de 2006.

## RESUMO

O trabalho é uma etnografia sobre a Caieira da Barra do Sul, localidade do Distrito do Ribeirão da Ilha, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A pesquisa desenvolvida entre os moradores e freqüentadores do bairro durante todo o ano de 2003, objetivou analisar os sentimentos de pertença à Caieira da Barra do Sul, manifestados primeiramente pela dicotomia daqui/ de fora. Ser “daqui” ou “de fora” marca o pertencimento ou não ao bairro e informa, também, conhecimentos acerca de lugares longe e perto da Caieira, relações de parentesco, amizade, proximidade e distanciamento, convivência da família extensa nas Casas, a forma da relação entre Casas e entre as *casas de praia*. Isso sem deixar de considerar o contexto de modificações sociais importantes que passa o bairro nos últimos 30 anos, e que interferem nas dimensões espaciais e temporais que reformulam a pertença, a Casa, e o parentesco.



## ABSTRACT

The research that follows is an ethnography about “Caieira da Barra do Sul”, a neighborhood located in the district “Ribeirão da Ilha”, in the city of Florianópolis, State of Santa Catarina, Brazil. The ethnography developed among the inhabitants and frequent visitors of the district during the year 2003, was aimed at analyzing the feelings of belonging to “Caieira da Barra do Sul”, as indicated firstly by the dichotomy native/foreigner. Being “native” (or from here) or “a foreigner” (or an outsider) denotes the belonging or not to the District under study and it also gives knowledge about places close and far from “Caieira”, kinship relations, friendship, proximity and distant relations, the lifestyle of large families in a same house, the way a house and a house at the beach are related. Not forgetting to consider the context of important social changes under which the District has been in the last 30 years, and that interfere in the time and space dimensions that reformulate the belonging to, House and kinship.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES por dar a possibilidade financeira de realização deste trabalho.

Agradeço aos meus professores da pós-graduação da Unicamp e aos funcionários da secretaria de pós-graduação da Unicamp.

Agradeço à professora Suely Kofes por ter aceitado a orientação deste trabalho, agradeço pelo apoio, e pela segurança transmitida durante todo o desenrolar do mesmo.

Agradeço aos integrantes do grupo de estudo “Marcel Mauss”, coordenado pela professora Suely Kofes, pelos encontros quinzenais em 2001 e 2002, pelas ótimas leituras e debates conjuntos.

Agradeço aos moradores e frequentadores da Caieira da Barra do Sul que tornaram este trabalho possível, agradeço especialmente a Dona Santinha, Seu Bi, Dona Bilica, Seu Fabriciano, Marli, Dona Ceci, Alessandra e Denair.

Quando cheguei, Campinas era uma cidade desconhecida para mim e durante o tempo que morei na cidade foram inúmeras as pessoas que me ajudaram a conhecer, gostar e fazer parte dela. Agradeço a recepção que tive nesta cidade boa de se viver, e aqueles que tornaram a falta que eu sentia de casa mais amena. Agradeço aos inúmeros amigos queridos de Campinas.

Agradeço a Bertrand e Nashieli pela amizade, pelo carinho e acolhimento.

Quero também agradecer a amigos que foram meus interlocutores para quem eu recorri inúmeras vezes durante todo o doutorado, fazendo-os ler meus textos ou me ouvir discorrendo sobre meu tema.

Agradeço ao querido Gábor Basch por suas instigantes questões que amarrava os nossos trabalhos e os fazia tão próximos, pelas discussões teóricas, pelas indicações bibliográficas, pela hospedagem, pelo carinho.

Agradeço ao querido Gustavo, meu companheiro de estudos, pelas tardes na biblioteca, por acompanhar meu desenvolvimento, por me dar força e apoio. E também por me apresentar Marília que se tornou uma colaboradora em nossas discussões nas *noites teóricas*.

À amiga Marta Jardim, grande companheira de estudos durante todo o doutorado, muito obrigada!

Eu preciso agradecer também a pessoas que participaram e estavam presentes em todos os momentos desta tese, minha família. Agradeço aos meus irmãos Karina, Renato e Fábio; minha cunhada Andréa, meu tio Alfredo e ao Chico. Agradeço também às minhas filhas Natacha e Diana e, principalmente, à minha mãe Maria Emília. Obrigada por tudo!

## SUMÁRIO

‘Sou daqui, da Caieira da Barra do Sul’: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil	
INTRODUÇÃO GERAL .....	1
1º CAPÍTULO .....	15
A Caieira da Barra do Sul: formulações.....	15
1. Açorianidade da população do litoral catarinense .....	15
2. Espanhóis: os primeiros navegadores.....	20
2.1. Mudanças após a década de 60: Florianópolis recebe novos moradores .....	22
3. A Caieira da Barra do Sul .....	24
3.2. Observações de campo.....	29
3.3. A Caieira para o IBGE.....	32
3.4. A Caieira para o IPUF.....	34
3.5. Preservação Ambiental: Parque da Serra do Tabuleiro.....	42
3.7. Atividades econômicas dos moradores: ontem e hoje .....	47
4. Lugares Perto e Longe: trilhas, mar e estrada, o bairro e suas fronteiras .....	55
5. A natureza das mudanças .....	66
2º CAPÍTULO .....	69
“Daqui e De Fora” .....	69
1. Qual Nativo?.....	70
1.1. O Manezinho da Ilha.....	73
1.2. Caieira da Barra do Sul: inserção no debate.....	79
2. <i>Moradores e Frequentadores: Classificação das pessoas</i> .....	82
2.1. Moradores, veranistas e turistas.....	86
2.2. “Os daqui” .....	90
2.2. “Os de Fora” .....	96
3. Relação com os Vizinhos.....	100
4. Identidades e Alteridades.....	108
3º Capítulo .....	111
Parentesco, Família e Casa na Caieira da Barra do Sul.....	111
1. Casa e família: processos.....	111
1.1. Família e parentesco: os termos na Caieira da Barra do Sul .....	115
2. Casa: conceito êmico. ....	116
2.1. Casa na Caieira .....	119
2.2. Casa da Dona Minerva: desdobramentos .....	127
2.3. Herança e Casamento.....	136
2.4. A Casa.....	145
3. Habitações que não são Casas.....	151
4. Considerações: Casa na Caieira.....	155
4º CAPÍTULO .....	157
Os Lugares e as Práticas .....	157
1. Os Lugares e as Práticas.....	157
2. As Práticas .....	163
3. Tempos Cotidianos:.....	165
4. Parentesco praticado.....	168
CONCLUSÃO DA TESE .....	175
BIBLIOGRAFIA .....	185

“‘Sou daqui da Caieira da Barra do Sul’: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil”

*“...nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve. No entanto, há uma relação entre ambos”*  
Ítalo Calvino.

## INTRODUÇÃO GERAL

Em minha primeira conversa com dona Aparecida, uma senhora de 71 anos moradora “daqui” da Caieira da Barra do Sul, fui apresentada como alguém da Costeira do Ribeirão da Ilha<sup>1</sup>. Ela abriu um imenso sorriso e quis saber qual casa eu morava, respondi que morava na *casa rosa*<sup>2</sup>. Ela perguntou se eu era parente das pessoas que haviam habitado aquela casa há 80 anos e começou a contar a sua história relacionada ao lugar onde eu morava. Foi naquela casa que seu pai se casou em segundas núpcias, logo depois de ficar viúvo, com uma moça que lá residia, “Eu brincava por tudo lá naquele terreno, que dava muita banana, laranja, vergamota. Tinha um engenho de farinha mais lá em cima que não existe mais”<sup>3</sup>. Contou-me também que a cunhada de sua madrastra faleceu ao ir da casa ao engenho na chuva logo após o parto deixando cinco crianças órfãs que foram distribuídas entre os parentes. Senti-me na obrigação de lhe dizer que eu “não sou daqui, eu sou do centro”. Minha família comprou o terreno há mais de 30 anos e eu, desde os seis anos de idade, passava três meses por ano no Ribeirão. Durante oito anos no início da década de 90, residi na Costeira do Ribeirão e fui proprietária de uma loja de produtos agropecuários que havia na *casa rosa*.

---

<sup>1</sup> A Costeira do Ribeirão da Ilha fica há 15 km da Caieira e tem com ela fronteiras simbólicas bastante difusas.

<sup>2</sup> A *casa rosa* é uma casa colonial no estilo açoriano construída há mais de 200 anos, localizada na Costeira do Ribeirão da Ilha. Ela é ponto de referência, e está pintada de cor-de-rosa há pelo menos 35 anos. Eu resido, na realidade, na casa construída ao lado desta – onde mora meu irmão – mas eu já aprendi que o costume daqui é fazer referência ao terreno da família como a casa onde se reside.

<sup>3</sup> Diário de Campo 12/07/02.

Este trabalho é uma etnografia sobre a Caieira da Barra do Sul desenvolvida entre seus moradores e freqüentadores do ano de 2003. A conversa acima inicia da mesma forma de diversas outras que presenciei durante o trabalho de campo, com uma pergunta do tipo: de onde tu és? Esta pergunta pode ser interpretada como uma tentativa de compor cada um dentro de um quadro de classificações que opera principalmente com a dicotomia “daqui” e “de fora”, que localiza e compõe as pessoas que estão em relação na Caieira da Barra do Sul. As conversas cotidianas entre os moradores “daqui” que acompanhei, participando ou não, esse tema foi recorrente. A todo instante localizavam espacialmente, classificavam e identificavam como “daqui” / “de fora” cada uma das pessoas a que se referiam.

“Daqui” e “de fora” além de ser uma identificação atribuída pelos outros é também uma auto-identificação. As pessoas dizem: “eu sou daqui” ou “eu sou de fora”. Como eu mesma fiz na conversa com Dona Aparecida, quando disse: “eu não sou daqui, eu sou do centro”. Esta auto-identificação tem por base a pertença à Caieira da Barra do Sul, que por sua vez, é composta por dimensões que se mesclam, misturam e interagem umas sobre as outras. Como fica explícito na conversa com Dona Aparecida “ser daqui” tem uma dimensão espacial que é acessada pela pergunta sobre o local de moradia – para todos se busca uma referência, uma ancoragem em um local. Cada um é identificado por sua casa de referência, seja onde mora atualmente ou já morou em outra ocasião. No entanto a dimensão espacial não é suficiente para compor a pertença à Caieira, é preciso uma outra referência, indicada pela pergunta: quem são teus parentes? Ao considerar casa, família e parentesco a composição do ser “daqui” torna-se mais complexa e completa. Os laços sociais que fundamentam os sentimentos e as noções de pertença são principalmente os de parentesco, família e aqueles que se constrói nas Casas.

Dizer que “é daqui” é dizer que nasceu em uma casa do bairro e nela passou parte de sua infância. Além disso, é referir-se ao pertencimento a uma família moradora da Caieira da Barra do Sul e ter relações de parentesco com membros de outras casas da Caieira. Na conversa com Dona Aparecida se percebe uma relação intrínseca entre Casa, família e parentesco, na medida que a relação com uma Casa apenas tem sentido e compõe o “daqui” se é também uma relação familiar e de parentesco. Apesar de não se traçar genealogias precisas para definir as pertenças, há uma ancoragem no pertencimento a um grupo doméstico atual ou “de antigamente” na composição das pessoas.

Como contraponto ao ser “daqui” existe no extremo oposto da dicotomia os “de fora”. Estes são aqueles que não pertencem à Caieira da Barra do Sul, só existe a pertença porque outros não pertencem. O não pertencimento dá-se segundo regras análogas da pertença: a não associação com uma casa e com uma parentela. No entanto, uma especificidade da classificação que surge com a chegada de novos moradores das áreas centrais da cidade para veranejar ou residir na Caieira a partir da década de 60-70, permite visualizar uma nuance da pertença que faz mais complexa a dicotomia “daqui”/ “de fora”. O segundo termo passa a se referir a dois tipos de pessoas: (1) aqueles que compartilham com os moradores nativos aspectos culturais, modos de vida, *ethos*, entrando, inclusive, nas redes de parentesco pelo casamento seu ou dos filhos. (2) E aqueles que pertencem às classes médias urbanas, e como tal tem seus valores informados por outro *ethos*. Estes últimos distinguem-se dos “daqui” da Caieira e dos “de fora” que compartilham valores culturais com os “daqui”, por diversos fatores, entre eles a forma das residências, as noções de descanso, qualidade de vida e natureza, e principalmente por não entrarem nas redes de casamento e parentesco.

Além disso, os “de fora” quando operam com a dicotomia “daqui”/“de fora” o fazem com intenções distintas daquelas que mobiliza os “daqui”. Referem-se à postura política traduzida nos termos da dicotomia *nativos* e *estrangeiros* que vigora no contexto político da cidade de Florianópolis. Por sua vez, para os “daqui” a dicotomia informa sobre o pertencimento à famílias e parentelas, o local de nascimento e moradia, e principalmente sobre valores compartilhados e informados principalmente pelo modo de vida rural que levavam até há pouco mais de 25 anos.

Para os “daqui” os eventos e as pessoas são constantemente identificados por alguma referência espacial. Os acontecimentos são ancorados em um lugar que foi praticado pelos envolvidos no acontecimento. É de fundamental importância dizer onde aconteceu, descrevendo minuciosamente o local, e usando como pontos de referência às casas, pedras, árvores ou uma curva mais fechada na estrada<sup>4</sup>. Dona Aparecida conta do engenho e da posição da casa em relação a ele, como sendo fundamentais na sua versão da história de morte que a casa foi cenário. Desta forma ela mostra que o lugar foi palco de práticas importantes para ela, entre elas o casamento de seu próprio pai e o velório presenciado na infância.

---

<sup>4</sup> Fantin (2000:40) refere-se ao uso de pontos de referência semelhantes em outras localidades da Ilha de Santa Catarina. Salienta que ao demarcar os terrenos diziam: “é mais ou menos até lá” e a referência era uma pedra, uma árvore ou uma fonte.

Outro aspecto recorrente no trabalho de campo entre “os daqui”, ilustrado pela passagem do início da introdução são as relações geracionais voltadas para os antepassados. Percebi em campo, que se fala muito pouco dos jovens, dos filhos e netos solteiros. Com relação a eles, costumam ter preocupações que dizem respeito ao trabalho e aos estudos, e raramente referem-se aos jovens solteiros quando se fala sobre parentesco. O comum é se “olhar” para cima, para os velhos, para os pais e avós, para o tempo de “antigamente”, para os mortos, e raramente para a geração que ainda não casou. Este é um dos aspectos que os distinguem dos novos moradores e freqüentadores para quem prevalece uma valorização do futuro, como por exemplo a preservação ambiental para seus filhos e netos.

O tempo do antigamente em que eram trabalhadores rurais e a terra era fértil e produtiva, também é uma referência freqüente nas conversas com pessoas com mais de 45 anos. E junto à informação sobre a vinda de novos moradores e freqüentadores, formam o quadro atual em que a Caieira está passando por profundas modificações sociais e ambientais, em que seu aspecto mais visível é a mudança da principal atividade econômica de pequenos produtores rurais para prestadores de serviço e funcionários públicos.

Alguns trabalhos (Pereira, 1991; Farias, 1998; Lacerda, 2003) os identificam como descendentes de açorianos, uma referência que lhes é conferida e que os coloca como representantes e responsáveis pela manutenção dos costumes dos primeiros povoadores descendentes de europeus desta parte do sul do Brasil. Neste sentido são considerados *população tradicional*, e como tal não lhes é permitido qualquer processo de mudança, são a materialização do passado existindo nos mesmos moldes e tornando acessível atualmente a forma que os antepassados viviam. Além de serem responsáveis pela manutenção do aspecto identitário: a açorianidade. O material etnográfico aponta para uma realidade bastante divergente, na medida que ocorrem atualmente mudanças fundamentais no bairro tanto na questão espacial e ambiental, quanto social, e, também, não há a reivindicação de uma identidade açoriana, ou uma referência à *tradição* dos costumes dos moradores da Caieira da Barra do Sul.

## Objetivo

Todos estes aspectos entremeados fornecem um tecido composto e rico para se alcançar os objetivos desta tese de analisar as noções de pertença à Caieira da Barra do Sul. Usar analiticamente a noção de pertença permite uma referência, uma ancoragem a um lugar, que me foi mostrado ser fundamental para a classificação que opera na Caieira, que é definido principalmente pelas suas práticas, relações, formas de viver, cultura. Pertencer ao bairro permite uma gama de variações na forma que a vida assumirá, mas que tem um tom comum, um fundo comum, baseada na forma de se relacionar com o lugar e com as pessoas que estão em relação neste lugar praticado.

A pertença à Caieira da Barra do Sul circunscreve aspectos culturais – que conceitualmente significa que são compartilhados – e neste contexto etnográfico, significa também que estão ancorados em um espaço específico, possível de ser delimitado e de ser vivenciado de forma distinta por pessoas diferentes.

O foco principal desta tese é a descrição e interpretação do sentimento de pertencer à Caieira da Barra do Sul, a partir da classificação “daqui”, “de fora”, morador e “de praia”. Para tal análise resgato os conceitos de família, parentesco e Casa que se mostram essenciais para o entendimento de diversas manifestações cotidianas de pertencimento, inclusão e exclusão.

## Questões metodológicas

Na pesquisa etnográfica respeitei os limites que os moradores me apontaram como sendo os da Caieira para delimitar minhas incursões. Optei por me ater às pessoas que freqüentaram Caieira durante o ano de 2003, porque tinha interesse em perceber como as pessoas agiam e interagiam naquele contexto.

Durante a pesquisa de campo passei a residir em uma casa no distrito do Ribeirão da Ilha, na Costeira do Ribeirão, distante aproximadamente 15 km da Caieira<sup>5</sup>. Minha casa localiza-se as margens da única estrada que dá acesso à Caieira da Barra do Sul. E sendo assim, tive muitas oportunidades de conversar com pessoas no ônibus, no terminal de ônibus, na rua,

---

<sup>5</sup> Para os padrões locais, este é um bairro *próximo*.



nas festas da Freguesia, nos bailes do Ribeirão. Estas pessoas viviam na Caieira ou tinham algo a dizer sobre ela. Também tive a oportunidade de conversar com proprietários de *casas de praia* encontrados em contextos variados (no centro da cidade, na universidade). No entanto não são estes encontros que privilegiei na obtenção de informações que compusesse o quadro etnográfico no qual me baseio para escrever esta tese. Também não busquei entrevistar outros proprietários de *casas de praia* fora do contexto de veraneio, mesmo que minhas incursões com estes informantes tenham sido consideradas inicialmente pouco produtivas.

Respeitando o cronograma elaborado nas primeiras fases da pesquisa etnográfica, fase esta em que os nativos são apenas de papel, o tempo pode ser medido em termos do que se pretende fazer, e nenhum imponderável da vida real interfere nos planos do etnólogo<sup>6</sup>, minhas primeiras incursões a campo iniciaram-se nos primeiros dias de janeiro de 2003. Como meu interesse era ter contato com diversos tipos de freqüentadores da Caieira meu primeiro esforço deveria ser contactar os proprietários e freqüentadores das *casas de praia*, porque é no período do natal até o carnaval que os veranistas freqüentam a Caieira da Barra do Sul. São os meses considerados de “veraneio”. Desta forma foi preciso abordar os veranistas no período de janeiro e fevereiro de 2003, porque não haveria outra ocasião possível, uma vez que a pesquisa de campo deveria acabar em dezembro deste mesmo ano.

Abordar os veranistas não foi considerado por mim como algo “fácil” durante o trabalho de campo. Foi um exercício que me exigiu muito emocionalmente. Após os encontros eu tinha a *sensação* de não havia interesse da parte deles em falar comigo. Nossas conversas e entrevistas eram geralmente breves, mesmo que eu demonstrasse interesse em perguntar mais. Faziam-me sentir que eu os estava incomodando em seu momento de descanso e tranquilidade. Inicialmente pensava que minha emotividade ficava abalada por não ter clareza de quais as questões que gostaria de propor, ou de não as estar colocando de forma correta, ou então, percebia o resultado do encontro como sendo infrutífero porque não estava obtendo as informações necessárias para a tese. Após algum distanciamento, ao ler os diários de campo estas sensações de falta de informações sobre os veranistas foram se dissipando. Percebi que eu tinha bastante material, que podia traçar recorrências, listar especificidades, falar da relação deles com a Caieira com alguma propriedade. No entanto aquela sensação de insuficiência – que inicialmente eu relacionava com minha possibilidade de me relacionar com aqueles

---

<sup>6</sup> Ver Da Matta (1978) em sua definição do ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues.

informantes – foi mais bem aproveitada como objeto de análise, quando eu as associei com as próprias relações que estes veranistas estabelecem quando estão em férias e a forma como se configuram as relações entre eles e os moradores da Caieira. Neste exercício meu esforço foi transformar uma experiência que Da Matta (1979) chamaria de Anthropological Blues, em elementos que guiassem minha análise do material de campo. Desloquei a *sensação* de insuficiência da relação pesquisador/pesquisado para a análise do domínio das relações entre as pessoas que atualizaram sua relação com a Caieira no ano de 2003, e fui percebendo que havia uma recorrência nesta “insuficiência”. Os veranistas e os moradores nativos da Caieira mantêm relações que mesclam proximidade e distanciamento, e acredito que o que sabem uns sobre os outros é marcada por estas faltas que eu “senti” em campo.

A praia foi o local privilegiado de encontro com os veranistas, que não me convidaram para entrar em suas casas, com exceção de uma senhora que me fez entrar na área coberta dos fundos da casa porque chovia muito e uma outra que conversei no portão de sua casa. O fato de ter de freqüentar a praia para desenvolver a pesquisa fez que eu me debatesse com uma questão a princípio corriqueira, mas que foi fundamental no estabelecimento da relação entre a pesquisadora e os freqüentadores da Caieira: com que roupa que eu vou? Havemos de convir que é ao menos engraçado uma mulher andando na praia de sandálias e calças jeans e parando para conversar com as pessoas de roupas de banho esticadas na areia tomando sol. Eu me sentia deslocada vestida desta forma. No entanto, não poderia vestir maiô por ser informal demais. Além disso, mesmo que eu andasse pela praia, muitas vezes encontrava outros moradores para quem a roupa de banho me identificaria com os veranistas. Há um significado distinto da praia para diferentes pessoas em relação no bairro. Os moradores “daqui” e alguns moradores mais antigos da Caieira não percebem a praia como um lugar de lazer – a não ser para pescar – ou não percebem a atitude de tomar banho de sol com roupas de banho como lazer. Desta forma, fui experimentando, e por fim escolhi usar uma bermuda jeans com regata e sandálias *havaianas*. As minhas sandálias *havaianas* distinguiram-se daquelas que todos os moradores da Caieira usavam porque eram novas e tinham uma tira no calcanhar. Desta forma eu estava usando uma coisa igual-mas-diferente daquelas que eles próprios usavam, eu aproximava dois mundos marcados – entre outras coisas – por padrões de consumo diferentes.

Durante todo o ano de 2003 freqüentei a Caieira da Barra do Sul, conversei com grande parte dos moradores permanentes do bairro. Alguns destes moradores eu encontrei nos bares e

mercadinhos e mesmo na estrada. Estes são os lugares por excelência onde as pessoas se encontram na Caieira. Passei muitas tardes de segunda-feira no mercadinho de Marina<sup>7</sup> e do Aderbal<sup>8</sup>, porque este era o dia em que ele ia ao banco e Marina ficava responsável por cuidar do estabelecimento. Nunca permaneci no mercado quando o marido de Marina estava cuidando do estabelecimento, porque mesmo que ele conversasse comigo, ou me atendesse em minhas compras ficava implícito que eu não devia ficar ali quando era um homem quem cuidava do mercado/bar. Várias vezes por ocasião de minha chegada ele já ia me dizendo que Marina não estava, ou que foi até o posto de saúde ou no centro da cidade. Descobri logo que as mulheres não permanecem quando há homens cuidando do bar.

Maluf (1986:80) explica que a *venda* na Lagoa da Conceição – o equivalente ao mercadinho da Caieira – é um espaço constituidor da identidade masculina, local onde as mulheres devem permanecer apenas brevemente. A *venda* durante a noite é interdita para as mulheres, e acredito que na Caieira não seja diferente. Havia interditos marcados por gênero, idade, grau de parentesco, também por lugares, espaços e pertencimentos. Interditos que fui informada desde o início da pesquisa, e que mesmo depois de algum tempo em campo, se mantiveram.

O bar do Lineu<sup>9</sup> raramente era cuidado por sua esposa ou filha, e por isso frequentei-o apenas algumas poucas vezes, e foi ali que pude conversar com homens adultos, casados ou não. Tentei ignorar os sinais de que eu não deveria estar ali e insisti nestas aproximações. Isto não foi sem consequências. O fato de eu conversar mais demoradamente com Helinton<sup>10</sup> fez que Nelson<sup>11</sup> deixasse de me cumprimentar. Lineu sentiu-se no direito de fazer propostas de ir à minha casa se eu o convidasse. A minha insistência em frequentar um bar, costumeiramente frequentado por homens, foi interpretado como disponibilidade de me relacionar com algum deles, inclusive provocando na comunidade comentários sobre o assunto, o que foi verbalizado por Helinton em uma ocasião: “me disseram que tu andaste por ai atrás de mim, mas eu não estava morando por aqui”.

---

<sup>7</sup> Todos os nomes foram trocados.

Marina tem aproximadamente 44 anos, é casada com Aderbal, são proprietários do Mercado Barra Sul na Caieira da Barra do Sul. Ela “não é daqui, mas mora no bairro há 26 anos”.

<sup>8</sup> Aderbal, 46 anos, é “daqui”, casado com Marina.

<sup>9</sup> Lineu: 48 anos, casado, “daqui”, dono do bar no ponto final do ônibus.

<sup>10</sup> Helinton: 29 anos, separado, “daqui”, trabalha em um cultivo de crustáceos na Caieira.

<sup>11</sup> Marcos: 47 anos, não é “daqui”, trabalha nos barcos de transporte na Caieira.

Tudo isso pode ser interpretado como sendo o gênero o fator que faz uma divisão fundamental dos moradores da Caieira. É preciso, entretanto, acrescentar ao gênero elementos outros de distinção como a idade e grau de parentesco. No bar do seu Cláudio eu pude sentar e conversar, mesmo estando sozinha com ele no recinto. Isto porque ele era “velho” – tem mais de 65 anos – e com os homens “velhos” a conversa é permitida.

Muitas vezes durante o trabalho de campo abordei pessoas que, ao saber que eu estava fazendo uma pesquisa antropológica, sugeriam-me que eu procurasse uma pessoa idosa moradora “daqui” da Caieira. Indicavam-me os nomes de quem eu devia procurar e o local das casas. Eles são considerados os que guardam na memória as histórias importantes da Caieira. Eu os procurei e pude obter muito material para esta tese nas conversas com estes moradores da Caieira, no entanto, não foram os únicos colaboradores desta tese.

Existem na Caieira seis bares – sendo que um deles é também mercearia – e em dois deles eu pude ficar muito do meu tempo em campo. Um deles ficava junto ao estacionamento e era cuidado por Denise<sup>12</sup>, que permanecia no bar todas as tardes, uma vez que seu principal trabalho era cuidar do estacionamento. Ela gostava de conversar e minha presença fazia-lhe companhia. Outro estabelecimento que frequentei muito durante o ano de 2003 foi o mercadinho da Marina. Nestes bares eu pude conversar muitas horas com as mulheres que trabalhavam, e também com todos os clientes que passavam por eles. Todos passavam e contavam alguma novidade, alguns iam até o bar apenas para conversar e fazer companhia para quem estava trabalhando. Além dos bares a própria rua é um lugar de socialidade. Com algumas pessoas eu conversei durante horas na rua, havia, inclusive, em alguns locais banquinhos improvisados em pedras ou tábuas para os vizinhos ficarem conversando durante as tardes.

Estas são as atividades comunitárias mais comuns na Caieira, e por isso diversos moradores e não moradores consideram “a comunidade muito parada”, como me explicou uma moradora daqui. São poucas as atividades comunitárias festivas ou ritualizadas, os encontros parecem casuais. São poucas as visitas aos parentes e amigos no próprio bairro, e se há comunidade ela se expressa na própria vida cotidiana.

Além da pesquisa empírica, fiz pesquisa em arquivos do IBGE, da Secretaria Municipal do Turismo e do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). Busquei

---

<sup>12</sup> Denise, 43 anos, filha de dona Aparecida, é “daqui”, trabalha no estacionamento de sua propriedade.

informações sobre a Caieira na sede da Intendência do Distrito do Ribeirão da Ilha, na Polícia Ambiental – órgão da Polícia Militar de Santa Catarina – e na FATMA – que é a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina. Nestes locais conversei com os funcionários e obtive algumas informações adicionais e indicações de material a ser procurado e o local que poderia ser encontrado. Por exemplo, em uma conversa com um policial da Polícia Ambiental eu fui informada da existência das fotos aéreas de épocas diferentes que retratavam a Caieira. Depois de saber da existência delas foi preciso buscar onde poderiam estar, até que as encontrei no arquivo da Secretaria Municipal do Turismo e no arquivo do IPUF.

### A organização da tese

No primeiro capítulo a intenção é situar como a história do povoamento da Ilha de Santa Catarina é descrita pela literatura historiográfica, que tipos étnicos ela afirma que ali existem, qual origem se afirma existir. Pretendo com isso dar argumentos ao leitor, para que ele possa se inserir no contexto das discussões que vão aparecer nos próximos capítulos. Entre elas as idéias de população tradicional, açorianos, nativos, manezinhos. Esta parte da tese fornece o contexto em que se produz saberes sobre as populações do litoral catarinense.

Procuro apontar para a forma como a historiografia identifica a formação da cidade de Florianópolis e quais as influências colonizadoras que ela teve. O primeiro contato com europeus deu-se com os marinheiros espanhóis que aportaram por aqui em 1508 (Mosiman, 2003; Pereira, 1991, Carneiro, 1987). Bastante tempo depois – em 1700 – houve a tentativa de fundação de uma póvoa pelo bandeirante Francisco Dias Velho, veio de São Paulo com a família para isso. No entanto as terras do sul do Brasil estavam sendo requeridas pelos espanhóis e Dias Velho foi morto em um embate com “piratas”. Logo depois foram construídos fortes para defender a Ilha e trazidos soldados de outros lugares do Brasil. Neste momento houve a necessidade de trazer famílias para cultivar as terras e abastecer os fortes e efetivamente povoar esta região que estava em perigo de cair em mãos espanholas. Foram trazidas famílias açorianas que devido ao contexto das Ilhas de Açores quiseram migrar (Carneiro, 1987; Pereira, 1991; Várzea, 1985).

No capítulo são apresentados os estágios do povoamento da Ilha e como a população da Caieira da Barra do Sul foi sendo formulada através deste processo, em que inicialmente foi palco do primeiro povoamento europeu no sul do Brasil, das famílias açorianas que vieram, dos náufragos de diversas nacionalidades que foram ficando para morar, o contato das famílias açorianas com os índios do continente próximo, que os ensinaram a fazer a canoa e a cultivar a mandioca. E do contato constante entre as pessoas de diversas comunidades de pescadores agricultores do sul da Ilha e municípios continentais próximos.

Ainda no primeiro capítulo, procuro mostrar as concepções e limites que a Caieira da Barra do Sul tem para diversos atores que produzem saberes sobre o bairro, entre eles, IPUF, IBGE e IBAMA. E por fim, os saberes dos próprios moradores, com a concepção de Caieira “deles”, com seus limites fluidos e seus braços estendidos para outros bairros da cidade.

No segundo capítulo coloco a discussão teórica sobre uma questão política de afirmação de identidade no contexto político da cidade, que considera como principal dicotomia as noções de nativo/estrangeiro, manezinho/de fora e daqui/de fora. Ocorre um embate, inclusive no plano político partidário, em que estão em disputas a questão sócio-ambiental e os destinos possíveis da cidade: continuar uma cidade pequena ou tornar-se uma metrópole cosmopolita. Neste embate surge a reivindicação da açorianidade, e é construída a idéia de populações tradicionais, sendo que as populações como a da Caieira tornam-se seu exemplo maior uma vez que são identificadas como açorianos e como tradicionais.

No entanto esta não é uma auto-identificação reivindicada pelo grupo que estudei, não se dizem nem reivindicam qualquer uma destas identidades, mas operam com noções semelhantes àquelas do contexto da cidade: “daqui” e “de fora”. No entanto há diferenças entre contexto etnográfico estudado e as discussões políticas e sociais da cidade de Florianópolis, e são estas diferenças que procuro apontar nesta parte da tese. Construo o argumento explicitando os elementos que compõem as noções de “daqui” e “de fora”, morador, veranista e turista, fundamentada no sistema de classificação que opera na Caieira. No contexto estudado a dicotomia “daqui”/ “de fora” não trabalha no mesmo plano e nem com as mesmas intenções que a dicotomia nativo/ “de fora” no contexto político da cidade.

Houve um outro movimento migratório importante na década de 60 e 70, que fez que houvesse uma expansão da cidade para antigas freguesias onde moravam famílias de pescadores e pequenos agricultores, que viviam naqueles locais de forma modesta desde várias

gerações. No contato entre duas populações bem diferentes criou-se um embate social político e ambiental onde entraram em disputa saberes e projeções sobre a cidade. É um pouco deste embate que procuro mostrar no segundo capítulo. A seguir me atendo ao significado das noções de “daqui” e “de fora” no contexto etnográfico, e como estas classificações me fazem ir para outro caminho: a definição de família, parentesco e casa.

No terceiro capítulo procuro enfatizar o significado de família e parentesco no contexto da pesquisa etnográfica. Aponto para a maneira como são formulados no convívio cotidianos, agindo atualmente inspirada em uma “forma de fazer” herdada de seus pais e avós sobre materiais distintos. Já que atualmente não são pequenos produtores rurais, mas em sua maioria prestadores de serviço na cidade, também por causa das mudanças pelas quais o bairro está passando.

A divisão das heranças recebem uma atenção especial no terceiro capítulo na medida que tem um papel fundamental na vida da comunidade e na forma como as casas vão ser construídas e divididas. Ainda no terceiro capítulo procuro definir o que são as Casas na Caieira, e como são importantes na formulação da própria pertença ao bairro, pelo convívio cotidiano entre gerações distintas de uma mesma família na Casa e dos laços estabelecidos entre as Casas. Para isso recorro a autores como Bestard (1998) e Pina Cabral (2003).

Por fim, no quarto capítulo procuro mostrar o papel das práticas sociais na formulação da pertença e do parentesco. Uso De Certeau (1999) e sua noção de lugares praticados, cuja noção inspirou a reflexão sobre os dados etnográficos. Bourdieu (1991,1993) também me ajuda a pensar neste ponto quando propõe que o parentesco pode ser formulado no convívio cotidiano. Isso não é muito diferente do argumento de Bestard (1998) e do que pude constatar com meus dados etnográficos.

## *As Cidades e os Nomes*

*Deuses de duas espécies protegem a cidade de Leandra. São tão pequenos que não se consegue vê-los e tão numerosos que é impossível contá-los. Os primeiros vivem nas portas das casas, na parte de dentro, perto do cabideiro e do porta-guarda-chuvas; nas mudanças, acompanham as famílias e instalam-se na nova moradia no momento da entrega das chaves. Os outros vivem na cozinha, escondem-se de preferência sob as panelas, ou na lareira, ou no armário das vassouras: fazem parte da casa, no meio do mato do terreno, escondidos numa lata enferrujada; se a casa é demolida e em seu lugar se constrói um prédio para cinquenta famílias, multiplicam-se e ocupam a cozinha de igual número de apartamentos. Para distingui-los, chamaremos os primeiros de Penates e os segundos de Lares.*

*Dentro de uma casa, não se pode dizer que os Lares estejam sempre com os Lares e os Penates com os Penates: freqüentam-se, passeiam juntos nas cornijas de estuque, nos tubos do termossifão, comentam os fatos da família, discutem com facilidade, mas também podem se dar bem por anos; ao vê-los reunidos, não se distingue qual é um e qual é outro. Os Lares viram passar por suas casas Penates das mais variadas proveniências e costumes; aos Penates, cabe disputar aos cotovelos um lugar ao lado dos formalíssimos Lares de ilustres palácios decadentes ou com os Lares sucetíveis e desconfiados de casebres de latão.*

*A verdadeira essência de Leandra é argumento para intermináveis discussões. Os Penates acreditam ser o espírito da cidade, mesmo se chegaram no ano anterior, e que levam Leandra consigo quando emigram. Os Lares consideram os Penates hóspedes provisórios, inoportunos, invasivos; a verdadeira Leandra é deles, que dá forma a tudo o que contém, a Leandra que estava ali antes da chegada destes intrusos e que restará depois que todos partirem.*

*Eles têm em comum o seguinte: sobre o que acontece na família e na cidade, sempre encontram motivo para rir, os Penates zombando dos velhos, dos bisnonos, dos tios-avós, da família de então; os Lares de como era o ambiente antes que fosse arruinado. Mas não se pode dizer que vivem apenas de recordações: fantasiam projetos sobre a carreira das crianças quando crescerem (os Penates), sobre como poderia se transformar aquela casa ou aquela zona (os Lares) se estivesse em boas mãos. Prestando atenção nas casas de Leandra, especialmente à noite, ouve-se o intenso tagarelar, as repreensões, as trocas de motejos, bufos, risadinhas irônicas.*

*Ítalo Calvino  
Cidades Invisíveis, página 74.*



## 1º CAPÍTULO

### A Caieira da Barra do Sul: formulações

*“Se é verdade que o real é relacional pode ser que eu nada saiba sobre as instituições que julgo saber tudo porque ela nada é fora da sua relação com o todo”.*

*BOURDIEU, 1998*

## INTRODUÇÃO

Dois são os objetivos deste capítulo, o primeiro objetivo é explicitar o problema da tese e dar as coordenadas para localizar o debate em que esta pesquisa está inserida. O segundo objetivo é mostrar como as populações nativas da Caieira da Barra do Sul são percebidas como *população tradicional* ou *Açorianos*, através de um raciocínio dedutivo, que parte do geral para o particular, do macro para o micro. Alguns autores consideram que os moradores da Caieira da Barra do Sul são ou requisitam a identidade açoriana. Por meio de uma pesquisa junto a moradores da Caieira se pode mostrar os limites deste raciocínio.

### 1. Açorianidade da população do litoral catarinense

Existe atualmente no litoral catarinense um movimento político-identitário que se refere às populações litorâneas do Estado de Santa Catarina como açorianos. Farias (1998) é um autor importante na elaboração deste movimento chamado de açorianista. Ele constrói seu argumento comparando aspectos culturais encontrados no arquipélago dos Açores e no litoral catarinense, e enaltece aspectos culturais tidos como Açorianos, com argumentos como: “Estes portugueses insulares, do arquipélago dos Açores, *donos de uma fantástica cultura popular*,

atravessaram o Atlântico em meados do século XVIII (1748-56), para se fixar numa região semi-povoada” (Farias, 1998:303 – *grifos meus*).

Esta região semi-povoada a que se refere o autor é o litoral catarinense na metade do século XVIII, quando depois da tentativa frustrada de fundação da póvoa de Nossa Senhora de Desterro pelo bandeirante Dias Velho, foram trazidas famílias das Ilhas dos Açores para povoar efetivamente a Ilha de Santa Catarina e o litoral catarinense, que corria perigo de cair em mãos espanholas se não fosse efetivamente habitada. Além da necessidade de povoamento, havia necessidade de abastecimento dos fortes recém-construídos para defesa bélica da Ilha. Estas famílias vieram para o Brasil com promessas da coroa portuguesa de fornecer-lhes terras e instrumentos de trabalho, promessas estas que não foram cumpridas na íntegra. As famílias que chegaram de Açores encontraram uma terra escassamente povoada, uma vez que os marinheiros que por aqui ficaram não chegaram a fundar um povoado, e os índios que habitavam a Ilha há muito já haviam partido. Restando uma ou outra família dispersa, alguns bandeirantes e soldados (Carneiro, 1987; CECA, 1996; Pereira, 1991).

As famílias açorianas vindas para povoar efetivamente o litoral de Santa Catarina espalharam-se praticamente por toda a Ilha, formando 14 núcleos populacionais, chamados Freguesias – que eram a forma de organização política das pequenas vilas no arquipélago dos Açores. Construíram suas casas próximas do mar, com uma arquitetura herdada dos portugueses com óleo de baleia, barro e tijolo. Algumas destas casas existem até hoje e são as maiores representantes da cultura açoriana no litoral de Santa Catarina.

Eles eram agricultores e pescadores em sua terra natal e ao assentarem-se em novas terras passaram a cultivá-la e a pescar. Os produtos e as técnicas de cultivo foram sendo adaptados ao novo ambiente, desenvolvidas mesclando suas próprias experiências e a dos índios que ainda podiam ser vistos por esta região<sup>13</sup>. Os açorianos que chegaram passaram a cultivar a mandioca ao invés do trigo, de fácil cultura nas ilhas de Açores, e aprenderam a fazer farinha de mandioca sendo esta a base de sua alimentação. Também cultivavam frutas de todo tipo, principalmente laranjas, bananas e café. A produção agrícola além de sustentar as famílias residentes nos sítios rurais, também abastecia os fortes construídos em algumas praias da Ilha e

---

<sup>13</sup> Principalmente nas terras continentais logo em frente à Caieira – chamado Massiambu – ainda hoje habitado por índios guaranis. O trajeto de canoa em dias sem vento é rápido e fácil, e torna possível o contato das populações da ilha e do continente.

o centro da cidade. O excedente era exportado para outras regiões do país, saindo pelo porto de Florianópolis.

Os açorianos foram os primeiros a fixar-se na Ilha, no entanto depois deles outros migrantes foram vindo, aos poucos, em menor número de cada vez, de forma que não são considerados ao se fazer uma abordagem mais geral da história da colonização destas terras. No entanto, não se pode desprezar a influência alemã, africana, holandesa, polaca, na configuração étnica da Ilha de Santa Catarina (Pereira, 1991).

Caio Prado Junior (2000) aponta para a especificidade desta ocupação levada a cabo pela Coroa Portuguesa ao trazer famílias do arquipélago dos Açores. Em meados do século XVIII litoral catarinense – incluindo a Ilha de Santa Catarina – foi a única região do Brasil que teve um projeto de ocupação efetiva por famílias brancas para viverem no meio rural. No restante do Brasil a forma como a ocupação do litoral se dava era bastante distinta, com escasso povoamento, brancos sem família, alguma população negra escrava e, principalmente, agrupados em núcleos de povoamento. Esta política fez que no litoral catarinense a população se adensasse, “principalmente na Ilha de Santa Catarina, núcleo principal da capitania e sítio da capital, então, ainda, Nossa Senhora do Desterro. A sua densidade, nos 540km<sup>2</sup> da ilha atinge um índice notável para a colônia: 25 habs. por km<sup>2</sup>” (Prado Jr. 2000:41). Cria-se assim um núcleo de população branca distribuída por área rural, que é proporcionalmente maior do que a de qualquer outro ponto da colônia. Na Ilha de Santa Catarina há uma população não apenas urbana, mas também rural constituída de pequenos lavradores, situação rara no Brasil até princípios do século XIX. Esta realidade manteve-se praticamente inalterada até a primeira metade do século XX, ao menos no que diz respeito às comunidades de pescadores /agricultores de subsistência do interior da Ilha de Santa Catarina.

Farias compara tradições que existem hoje nas Ilhas de Açores e na Ilha de Santa Catarina apontando semelhanças, entre elas a arquitetura, a tradição do tear manual, os engenhos de farinha, as lanchas baleeiras, a venda de pescados, e as festas religiosas como o Império do Divino, a bandeira do Divino e a própria Festa do Divino Espírito Santo. O autor salienta que a cultura açoriana é o orgulho do litoral catarinense, e que ela só pode se manter preservada graças ao “semi-isolamento que viveram as comunidades de base cultural açoriana até o início da década de 60 do século atual favoreceu a permanência dos valores culturais trazidos dos Açores, ainda hoje, em grande parte intactos” (Farias, 1998:304). Este semi-

isolamento a que se refere diz respeito à realidade geográfica e política da cidade de Florianópolis desde a época da colonização açoriana até a década de 60 quando a cidade passou a receber moradores de outras regiões do país, atraídos por possibilidades de trabalho para classes médias urbanas.

Os locais que o autor baseia sua afirmação de manutenção de aspectos culturais açorianos são alguns municípios pequenos ou vilarejos do litoral catarinense<sup>14</sup>, como Penha, Enseada do Brito, São José da Terra Firme, São Miguel da Terra Firme, Imbituba; e na Ilha de Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro (vila que tornou-se o centro da cidade de Florianópolis), Nossa Senhora da Lagoa da Conceição e Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha (onde hoje é o distrito do Ribeirão).

No entanto, destes locais que Farias (1998) lista como sendo de colonização açoriana, alguns tiveram grande fluxo de populações provenientes de outros locais do Brasil a partir da década de 60 até hoje, o que para Farias teve uma grande interferência na cultura açoriana que estas populações mantinham preservadas desde o século XVIII.

“Pressionados nos últimos trinta anos por hábitos culturais introduzidos pelos turistas (gaúchos, paulistas, platinos) e pela mídia, desorganizou-se culturalmente esta população, criando um perigoso vazio cultural, notadamente no campo das manifestações folclóricas” (Farias, 1998:304).

Mas o autor aponta para uma reação da cultura açoriana quando ocorreu a tentativa de “gauchar” o litoral catarinense com a criação dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas), reação esta manifestada principalmente na demonstração de “seu orgulho cultural regional”. Ao repelir de “forma natural” as influências que “colocavam em risco a sobrevivência da cultura de base açoriana do litoral catarinense” foi demonstrado que o

“elemento açoriano daqui e do além mar, tem em comum a tenacidade, o espírito de luta, e o orgulho por seus valores culturais, que poucos lugares do mundo conservam” (Farias, 1998:304).

A Freguesia do Ribeirão da Ilha, a qual também faz parte a localidade Caieira da Barra do Sul é considerada por Farias e outros autores, como Pereira (1991) e Lacerda (2003) um dos locais onde a cultura açoriana é considerada bastante preservada.

---

<sup>14</sup> O autor refere-se aos municípios e vilarejos pelo nome que lhe foi atribuído na época da colonização, por exemplo a atual Penha chamava-se Nossa Senhora da Penha de Itapocoroí.

“Um passeio pela sede da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha nos coloca em contato com os traços deixados por nossos antepassados açorianos e seus descendentes ali estabelecidos a partir de meados do século XVIII” (Farias, 1998).

O argumento para a preservação da cultura açoriana no Ribeirão da Ilha é seu isolamento das áreas centrais da cidade e a preservação do contato com outras culturas. Este discurso surte um efeito, inclusive sendo apropriado pelo discurso político-partidário, como veremos no segundo capítulo. Segundo Farias a preservação da cultura açoriana ocorre quando se mantém a tradição colonial, e quando se preserva a população tradicional do contato com outras populações e outras culturas. E neste sentido a Caieira da Barra do Sul, representada como uma localidade isolada das áreas centrais da cidade é uma mantenedora por excelência dos costumes tradicionais *açorianos*. Pereira (1991) é um autor que explicita os aspectos tradicionais da cultura açoriana dos moradores do Distrito do Ribeirão da Ilha: “É o Ribeirão, na atualidade, o mais populoso e o mais *rico em tradições açorianas*, marco fundamental da colonização da Ilha de Santa Catarina” (Pereira, 1991:16, *grifos meus*).

Na base da referência a uma identidade açoriana presumidamente compartilhada pela população nascida no litoral catarinense está a noção de tradição. A forma como vivem e como fazem as coisas, os costumes e festas são considerados tradicionais. A noção de tradição neste contexto etnográfico refere-se à população tradicional que vivia nas comunidades mais afastadas da Ilha.

Andréa Jacinto (2000:10) esclarece que a definição de populações tradicionais não é consensual, e a discussão está inserida em um debate mais amplo que inclui também populações tribais, indígenas ou nativas<sup>15</sup>. Como existem áreas de reservas ambientais em que a população nativa tem permissão de continuar vivendo no local da reserva, fez-se necessário definir legalmente quais as populações que podem ou não ficar na área da reserva. Assim, o projeto de lei do SNUC e o substituto do PL 2892/92 de autoria do deputado Fernando Gabeira tem duas definições para o termo. Na primeira, populações tradicionais são definidas como “população culturalmente diferenciada, vivendo há várias gerações em um determinado ecossistema, em estreita dependência do meio natural para sua alimentação, abrigo e outras condições materiais de existência”. Na segunda definição é uma “população que vive em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua

---

<sup>15</sup> Procurar Diegues (1996, O mito da natureza intocada, pg 80-86)

reprodução sócio-cultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental”. A noção de comunidades tradicionais na Caieira da Barra do Sul é bastante semelhante a estas acima, dizem respeito principalmente a uma antiguidade de residência no local, ao baixo impacto ambiental, e a preservação de traços culturais herdados de seus antepassados. Temos assim, que a preservação valorizada não é apenas aquela do ambiente, mas também uma “preservação cultural”. A população nestes casos é associada com a paisagem e é “preservada” na sua essência.

## 2. Espanhóis: os primeiros navegadores

A história da colonização da Ilha de Santa Catarina contada a partir da chegada das famílias do arquipélago dos Açores é prioridade de alguns autores, como os que vimos acima. Esta história da Ilha vem sendo enfatizada a partir da década de 1990, quando o movimento açorianista ganha força e adeptos entre os intelectuais na academia, inclusive com a formação do Núcleo de Estudos Açorianos na UFSC.

Os historiadores, antes do movimento açorianista ganhar força a partir de meados da década de 80, enfatizavam a atuação dos primeiros navegadores espanhóis, informados por cartas de navegadores que visitaram a Ilha desde o início do século XV. A Ilha, hoje chamada de Ilha de Santa Catarina foi primeiramente denominada de Porto dos Patos (Mosimann, 2004). Apesar de estar localizada na parte leste da linha demarcada no tratado de Tordesilhas, e desta forma pertencer a Portugal, seus primeiros freqüentadores foram espanhóis e a Ilha foi primeiramente registrada em seus mapas de navegação. Por volta de 1508 navegadores espanhóis que buscavam o caminho do Rio do Prata e da rota para o oceano Pacífico pelo sul das Américas passaram a freqüentar o litoral brasileiro. Porto dos Patos foi fundamental no prosseguimento destas viagens, porque era um lugar privilegiado para se proteger das tempestades e para abastecer os navios que seguiam viagem até El Plata (Mosimann, 2004). A Ilha tinha importância estratégica para o abastecimento de navios que faziam a rota sul das Américas durante a primeira metade do século XVI. Na Ilha de Santa Catarina e nas terras firmes logo em frente (onde hoje é o Massiambu) habitavam índios “mansos”, que

colaboravam com os navegadores fornecendo-lhes comidas, água, madeira em troca de bens fornecidos pelos europeus.

Caboto foi um navegador espanhol que esteve por estas paragens por quase um ano em 1508 o tempo que foi necessário para o conserto da embarcação seriamente avariada na região da Barra Sul, no extremo sul da ilha que o próprio Caboto denominou de Ilha de Santa Catarina (Berger, 1984). Berger (1984) e Pereira (1991) consideram que este foi, mesmo que por pouco tempo, o primeiro foco de ocupação européia do litoral sul das Américas<sup>16</sup>. Alguns de seus marinheiros ficaram por aqui depois da partida de Caboto, casaram com índias carijós, incorporaram-se às tribos e com elas tiveram muitos filhos. Além destes tripulantes da esquadra de Caboto, outros marinheiros de diversas nacionalidades – mas principalmente espanhóis – foram ficando nos anos subsequentes, decorrentes dos naufrágios dos seus barcos ou por deserção (PEREIRA, 1998). Estes homens brancos tornavam próximas e harmônicas as relações entre índios e navegadores brancos.

Para os estudiosos deste período, documentado principalmente em cartas e relatos de viagem, é difícil precisar o local do qual estes navegadores referiam-se. Havia uma certa confusão entre a Ilha e as terras continentais logo em frente, o que demonstra, entre outras coisas, uma proximidade espacial e simbólica entre estes dois locais. Alguns mapas, inclusive desenhavam o Porto dos Patos como uma península ao invés de uma ilha. No entanto, há uma forte tendência nos trabalhos locais de o Ribeirão aparecer nos relatos históricos como o primeiro ponto de povoamento europeu no sul do Brasil. Pereira (1991:54) fornece dados recolhido de relato de viajantes que confirmam que

“o povoamento da Ilha de Santa Catarina, pelo homem branco originário da Europa, iniciou-se nas áreas que compõem o distrito do Ribeirão e que por isso o Ribeirão marcou o limiar da história de Florianópolis e da ilha de Santa Catarina, tendo como seus primeiros povoadores os náufragos do Sólis (1515), (...)”

Por mais de um século a região foi freqüentada por navegadores de diversas nacionalidades, principalmente espanhóis. Houve, inclusive, algumas tentativas de ocupação espanhola, frustradas devido a importância estratégica da Ilha para a coroa Portuguesa (Carneiro, 1983; Várzea, 1985). No entanto, apesar da coroa portuguesa ter interesse estratégico no local, não havia interesse real nestas terras, o que tornava difícil um povoamento efetivo.

---

<sup>16</sup> Nesta breve ocupação os marinheiros construíram algumas casas, um paiol de mantimentos, uma capela (ver no livro do Mosiman, 2003)

Então, entre 1628 e 1676 a Ilha passa por uma fase bravia dos Bandeirantes que podem ser caracterizados como povoadores instáveis (Carneiro, 1983).

Nos anos de 1673 até 1687, Desterro entra na fase inicial de sua fundação definitiva. Com empresa agrícola de Francisco dias Velho que se eclipsa com a atuação de piratas do mar, que liquidam a maior parte dos moradores da pequena póvoa. A tentativa de povoamento feita por bandeirantes atingiu principalmente a área onde hoje é o centro de Florianópolis, sendo fundada a póvoa de Nossa Senhora do Desterro pelo paulista Dias Velho, que teve problemas com piratas que o assassinaram, ficando o povoado recente abandonado por anos, até a chegada efetiva das famílias de Açores, no fim da primeira metade do século XVIII (Carneiro, 1991, Várzea, 1985).

Por sua vez, a população indígena que aparece nos relatos dos primeiros viajantes espanhóis praticamente some da Ilha nos períodos subseqüentes. A história das populações indígenas que habitavam o sul da Ilha de Santa Catarina pouco antes da colonização por famílias açorianas é escassamente documentada. Alguns estudiosos dos índios de origem tupi-guarani arriscam dizer que não houve extermínio dos índios nesta região, justamente pela falta de referência à dificuldade de colonização por causa dos índios bravos, como em outras regiões do Estado é bastante documentada. Estes estudiosos supõem que a Ilha de Santa Catarina deixou de ser interessante para estes índios que simplesmente foram embora, já que sua principal característica é o nomadismo, mas sem que o motivo possa ser esclarecido<sup>17</sup>.

## 2.1. Mudanças após a década de 60: Florianópolis recebe novos moradores

Até a década de 1960 a cidade desenvolvia-se lentamente, sendo a capital do Estado movida pelo funcionalismo público, o comércio e o porto de Florianópolis, as comunidades de pescadores e agricultores do interior da Ilha mantinham-se relativamente isolados das áreas centrais da cidade (Farias, 1998; Fantin, 2000). Florianópolis era uma cidade pequena e provinciana, e na segunda metade do século XX, a cidade passou por importantes modificações. Por volta do fim da década de 60 a cidade de Florianópolis passou a receber uma

---

<sup>17</sup> No entanto o continente em frente da Ilha – o Massiambu, que atualmente é uma reserva indígena – continuou sendo um local de habitação de famílias indígenas, em que até os dias de hoje existem importantes aldeias guarani.



nova leva de migrantes, pessoas provenientes de outras cidades e Estados brasileiros, motivados principalmente pela abertura da BR 101, da fundação da Universidade Federal de Santa Catarina, e da transferência da sede da ELETROSUL para a capital catarinense. Antes da BR 101, Florianópolis mantinha um relativo isolamento com relação ao resto do país, apesar de ser a capital do Estado de Santa Catarina, uma vez que as rodovias de ligação da cidade com o interior do Estado e outros estados do Brasil eram poucas e as que havia eram bastante ruins (Carneiro, 1991; Farias, 1998).



As populações que chegaram a Ilha na década de 60 foram morar em locais onde antes viviam famílias há muitas gerações, que no contato com as pessoas vindas com este novo movimento migratório, passaram a ser denominados de moradores *nativos* (Maluf, 1986; Rial, 1996). Estes novos moradores trouxeram para as antigas freguesias inovações de diversas naturezas, entre elas, favoreceu o contato dos moradores *nativos* com elementos da urbanidade e formas de viver relacionados com estilo de vida moderno. Neste contato entre valores rural e urbano, o *nativo* teve sua posição inferiorizada, porque não dominava os códigos da cidade e

da modernidade. Este contato com elementos da urbanidade e formas de viver diferentes que Farias (1998) considera um perigo para a cultura açoriana, que perderia suas tradições.

### 3. A Caieira da Barra do Sul

Na Caieira da Barra do Sul houve um processo semelhante. Famílias viviam na Caieira desde várias gerações, cultivavam a terra e pescavam para subsistência. A partir da época em que foi aberta uma estrada que facilitou o acesso à Caieira da Barra do Sul vêm chegando novos moradores e freqüentadores, que compraram terrenos e casas à beira-mar, principalmente para veraneio. Na Caieira o processo de chegada destes freqüentadores “de fora” foi um pouco diferente do ocorrido em outros locais da cidade de Florianópolis, porque foi um processo relativamente tardio, que teve início apenas em 1978 com a abertura da estrada e, também, devido a distância de 40 km do centro por uma estrada de difícil acesso, os novos proprietários dos terrenos não passaram a residir na Caieira, freqüentando-a sazonalmente.

A estrada aberta chama-se Rodovia Baldicero Filomeno, e integra todo o distrito do Ribeirão da Ilha terminando na Caieira da Barra do Sul. Até 20 anos atrás a Rodovia não tinha calçamento nos últimos 15 km, e atualmente ainda não há pavimentação asfáltica até o fim da Caieira, sendo que os últimos 3 km são estrada de barro. Ela foi traçada às margens do oceano, e dividiu os terrenos em duas partes: o lado de baixo que é perto do mar e o lado de cima.

A Caieira da Barra do Sul localiza-se no intermeio entre o mar e morros, atualmente cobertos de vegetação abundante. E as casas são construídas às margens da Rodovia, com uma ou outra exceção de construção há 50 ou 100 metros da estrada principal.

Para descrever o bairro da Caieira da Barra do Sul é preciso ter em mente que ele não é só aquilo que falam sobre ele, é fundamentalmente as relações que se estabelecem ali, e que ele é referência. Apresento a seguir versões sobre a Caieira.

O distrito de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, um dos 14 distritos da parte insular cidade de Florianópolis, cuja denominação oficial é Distrito do Ribeirão, “ocupa a parte meridional, costa oeste da Ilha de Santa Catarina, junto à Baía Sul e tem uma superfície territorial de 131,93 km<sup>2</sup>” (PEREIRA, 1990).

A Caieira é o local do ponto final da linha de ônibus de nome: Caieira da Barra do Sul, ônibus este que percorre toda a Rodovia Baldicero Filomeno ao longo da qual estão localizados os bairros do distrito do Ribeirão da Ilha, que tem suas casas construídas ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno. Esta Rodovia é a única forma de acesso rodoviário ao bairro da Caieira da Barra do Sul, assim como a outros bairros do distrito do Ribeirão da Ilha. Depois do fim da Rodovia existem algumas poucas casas a quais se chega a pé, a cavalo ou de barco. Poucas são as ruas perpendiculares, principalmente nos últimos bairros do Distrito do Ribeirão da Ilha. Na Caieira as casas foram construídas ao longo da Rodovia, e existem sete ruelas estreitas, perpendiculares, que servem cada uma a 4 ou 5 residências construídas um pouco mais distante da estrada principal.



A distância da Caieira até o centro de Florianópolis é de aproximadamente 40 km, e um morador me disse: “é a praia mais longe”. Na realidade é bastante longe, e acrescido o fato da estrada ser bastante ruim em alguns trechos, faz que se demore até duas horas de ônibus para fazer trajeto centro-bairro. Alguns jovens que trabalham ou estudam no centro procuram casas de parentes mais próximos do centro para viver, atitude que foi muito mais comum até 20 anos atrás. Hoje com o aumento do número de ônibus que fazem o percurso até a Caieira houve a possibilidade de muitos moradores continuarem morando no bairro e trabalharem em outras regiões da cidade, apesar do tempo que se precisa para fazer o trajeto bairro-centro de ônibus.

A Caieira era até pouco tempo atrás uma comunidade relativamente isolada das regiões urbanizadas da cidade. Isolamento este provocado pela dificuldade de acesso e de transporte público. Esta comunidade era composta por um grupo de poucas famílias em que a principal atividade econômica era a pesca de subsistência e o cultivo da terra.

### *3.1.1. Importância da estrada*

Em 1975 a Rodovia Baldicero Filomeno foi aberta respeitando um caminho antigo, uma trilha no mato, que costeava o mar e servia a todas as propriedades ao longo do trajeto até o centro da cidade. No entanto, a estrada foi aberta, permitindo o acesso de carros, mas não foi pavimentada, o que fazia o acesso ser bastante precário. A cada chuva a rua virava grandes poças e um grande lamaçal. Além disso, era muito estreita e, em certos trechos, bastante íngreme. Apenas do início da década de 90 pra cá a rodovia vem sendo pavimentada, alargada e aplainada nos morros mais altos, a cada início das obras o asfalto avança alguns poucos quilômetros, e os últimos cinco quilômetros da Rodovia ainda não tem pavimentação.

A estrada dividiu os terrenos em duas partes, uma para o lado da praia, outra para o lado do morro. Os terrenos bem próximos a praia não tinham para os moradores “nativos” da Caieira um grande valor, porque não eram os mais férteis, em oposição aos terrenos nos morros onde se plantava as roças. E a praia era um lugar de trabalho, considerada de uso público. Com a vinda de pessoas que valorizavam estes terrenos próximos da praia e estavam dispostos a pagar preços considerados elevados por terrenos que antes não tinham grande valor, os proprietários os venderam. Assim, logo após a divisão dos terrenos pela abertura da estrada, aqueles localizados do lado da praia foram sendo vendidos para pessoas “de fora” do bairro,

que os procuravam para suas casas de veraneio. A praia para os veranistas tem um caráter lúdico, que para os moradores “nativos” não tem. A praia para esses moradores mais antigos serve para pescar, limpar peixes, consertar redes, coisa que puderam continuar fazendo sem serem proprietários dos terrenos a beira-mar, uma vez que todas as praias contam até hoje com um acesso público.

A venda destes terrenos possibilitou a construção e reforma de muitas casas no bairro, uma vez que a maior parte das famílias investiu o dinheiro recebido na construção de suas casas ou de casas para seus filhos, próximas daquelas dos pais.

Em decorrência da venda dos terrenos, a partir do fim da década de 1970 a Caieira passou a ser freqüentada por várias pessoas “de fora”, provenientes de classes médias urbanas que compraram casa de praia na Caieira. Logo no início, depois da abertura da estrada, poucos foram os novos moradores da Caieira, porque os proprietários das *casas de praia* freqüentam-nas apenas nos meses de verão e não passaram a residir no bairro.

O acesso dificultado pelas condições ruins faziam que até a década de 80 só houvesse ônibus até uma parte da estrada, 13 km antes de onde hoje é o ponto final, com regularidade de três vezes por dia. A outra linha, com freqüência de hora em hora ia, inicialmente, apenas até a Freguesia e depois até a Costeira do Ribeirão, ou seja, até a metade da década de 80 os ônibus chegavam apenas há 15 km da Caieira da Barra do Sul. Apenas na última década os ônibus chegam até o ponto final da rodovia Baldicero Filomeno, atendendo os moradores da Caieira com freqüência de 30 em 30 minutos.

O fornecimento de energia elétrica apenas iniciou-se no fim da década de 70 e água tratada fornecida pela CASAN ainda não chegou ao bairro<sup>18</sup>. A água consumida pela população da Caieira é proveniente das “cachoeiras”, que são pequenas nascentes nos morros onde se faz uma pequena represa com pedras e coloca-se as pontas das mangueiras que levarão a água até as residências. Cada um destes pontos de coleta de água serve de 2 a 8 casas, e nos tempos de pouca chuva a população se ressentia da falta d’água em casa.

O acesso facilitado, o aumento da freqüência dos ônibus e os confortos relacionados com o fornecimento de energia elétrica, permitiu que as casas pudessem ter geladeira, televisão, chuveiros, e contribuiu para que muitas pessoas, que antes migravam para trabalhar

---

<sup>18</sup> A CASAN – Companhia de Água e Esgoto de Santa Catarina – no ano de 2003 chegou com seus canos de distribuição de água tratada no distrito do Ribeirão até a altura da ponta da Caiaicanga, distante aproximadamente 10km da Caieira.

na cidade, passassem a fazer o trajeto casa-trabalho diariamente, ficando morando na Caieira. Estas inovações, associada a vinda dos veranistas e novos moradores estabeleceram um novo tipo de relação entre pessoas e bens de consumo que favoreceu o contato daquela população com elementos da urbanidade, e promoveu a aceleração de um processo de modificações econômicas, sociais e culturais importantes para a dinâmica social da comunidade. O acesso à cidade facilitado é um dos fatores que fez os moradores nativos deixarem progressivamente de serem agricultores e dedicarem-se à prestação de serviços, tanto no próprio bairro, nas *casas de praia* dos veranistas “de fora”, como nas áreas centrais da cidade, tornando-se assalariados e fazendo da lavoura uma atividade secundária no sustento das famílias. De certa forma, atualmente apenas os homens com mais de 50 anos, ainda trabalham na roça ou na criação de gado ou outros animais.

### 3.2. Observações de campo

O mar na Caieira é calmo e tranquilo, e nos dias que não tem vento

“O lugar tem som de galo cantando, passarinho, vento, cigarra, mar, sapo e carros de quando em quando. Uma pessoa falando lá longe... Os carros param nos estacionamento para visitarem Naufragados, desprezando outras lindas pequenas praias no caminho.” (diário de campo, 06/01/03).

Nos dias de vento, principalmente o vento sul, que é frio, traz chuva e agita o mar<sup>19</sup>, os sons e cheiros do bairro mudam, as casas ficam fechadas, e as pessoas andam pouco na rua. Isto não quer dizer que nos dias sem vento o bairro seja agitado com muitas pessoas passando ou coisas acontecendo. Lá se sente que se está em uma localidade de interior, em que “nada acontece”, as pessoas se conhecem, mas pouco se visitam e a tranquilidade reina. Ao menos esta é a idéia que se faz do lugar.

---

<sup>19</sup> O Clima na Ilha de Santa Catarina é influenciado pela atuação das massas Polar Marítima e Tropical Marítima do Atlântico e, “de acordo com os critérios do modelo de classificação de Strahler, seu clima é do subtipo subtropical úmido” (CECA, 1996:22). No inverno as temperaturas oscilam entre 18° e 15°C e no verão entre 26° e 24°C. A umidade relativa do ar é bastante alta, ficando na média dos 80%, influenciada pela proximidade como mar. Os ventos do quadrante sul são freqüentemente os mais velozes, chegando a 80 Km/h, sempre associadas à atuação da massa Polar (CECA, 1996:22). Nos dias de vento sul as casas se fecham, as pessoas quase não saem de casa, porque além do frio ele costuma trazer chuva.

Seu Paulo<sup>20</sup> reclama da calma do bairro dizendo que “aqui passa mais ônibus do que gente”. Ao conversar comigo ele ressalta que não é “daqui” e que detesta morar na Caieira. Ele morava no município de Araranguá e tinha uma barbearia no centro que era bastante movimentada, aqui na Caieira ele abriu uma barbearia, mas em muitos dias em que não faz nenhum cabelo ou barba. Ele disse que veio para “cá porque meu filho casou com uma moça ‘daqui’ e precisei de tratamento médico em Florianópolis. Mas por mim eu ficava morando em minha cidade”. A calma que seu Paulo reclama haver na Caieira é o motivo para muitas pessoas a procurarem.

No bairro há um mercadinho, que funciona também como bar onde os homens se encontram para jogar dominó e beber, um outro bar serve além de bebidas, lanches e salgadinhos, e quatro outros bares, sendo que dois deles raramente abrem suas portas.

Há também três estacionamentos, que são cuidados pelos moradores nativos em seus próprios terrenos. Estes estacionamentos são utilizados principalmente por turistas que freqüentam a praia dos Naufragados. Como a Caieira é o último local nesta parte sul da Ilha que se pode chegar de carro, os turistas deixam seus veículos nestes estacionamentos que são cuidados por uma pessoa durante todo o dia e – se algum carro pernoita – fechados durante a noite, para evitar roubos e depredação dos veículos.

O bairro conta também com um posto de saúde e uma creche da prefeitura, ambos no mesmo terreno cercado por um muro. A creche atende as crianças do bairro, mas as vagas são insuficientes para toda a demanda. Flora<sup>21</sup>, moradora dos Naufragados, com dois filhos, um menino de 3 anos e uma menina de 2 anos, perdeu a data da inscrição por não ter sido informada. Nenhuma das professoras é moradora da Caieira, algumas residem em outros bairros do distrito do Ribeirão da Ilha. Por volta das 17 horas todas estão no ponto de ônibus conversando e esperando para ir para casa.

Há na Caieira também dois postos de aluguel de barcos para transporte de pessoas e cargas até a praia dos naufragados e para passeios e pescarias nas pequenas ilhas próximas. Na Caieira não tem farmácia, supermercado (a farmácia mais próxima fica a vinte quilômetros e o mercado há quinze), padaria, lojas, restaurantes, hotel, nem outros estabelecimentos deste tipo, a estrada não tem pavimentação, sendo de chão batido nos últimos três quilômetros.

---

<sup>20</sup> Seu Paulo faleceu durante o ano de 2003. Tinha aproximadamente 72, não era “daqui”.

<sup>21</sup> Flora é Argentina, mora nos Naufragados, casada, trabalha nos costões tirando marisco.

Existe na Caieira da Barra do Sul um total aproximado de 160 habitações, sendo 98 de moradores não sazonais e 62 casas de veraneio. A maior parte das habitações dos moradores não sazonais pertencem à famílias nativas da Caieira, contabilizando um total de 88 habitações, dispostas em 24 terrenos em que cada um deles tem de duas a nove residências, formando conjuntos residenciais onde moram famílias nucleares ligadas por relação de parentesco, cada uma em uma residência separada.

As outras dez casas de moradores não sazonais são de *novos moradores* da Caieira da Barra do Sul. Elas são grandes, de alvenaria, geralmente com terrenos bem cuidados e murados. Os moradores destas habitações são pessoas provenientes de outros lugares que escolheram morar na Caieira por ser um lugar tranquilo, pela possibilidade de fazerem pescarias, pela beleza das praias.

As casas de veraneio, chamadas de *casa de praia*, em sua maioria são habitações grandes, de alvenaria, com o quintal gramado e geralmente muito bem cuidados. Estas *casas de praia* estão localizadas principalmente no lado de baixo da estrada, bem próxima do mar. Esses terrenos nunca têm mais que 50 metros de comprimento, e em muitos casos a casa ocupa todo o pequeno espaço entre a estrada e a areia da praia. A maioria fica fechada durante grande parte do ano, sendo que seus proprietários freqüentam-nas nos meses de verão e esporadicamente nos fins de semana dos outros meses do ano. No entanto, no ano de 2003<sup>22</sup>, nem mesmo nos meses de verão a maioria das casas de veraneio ficaram permanentemente ocupadas. Em meu diário de campo do dia 06 de janeiro de 2003, uma segunda-feira, registro que

“muitas casas estão fechadas, o camping está vazio. Passam muitos carros. Alguns vão até o final da estrada, fazem a volta e retornam pelo mesmo caminho, sem parar para ir até a praia. (...) as casas (principalmente as perto da praia), na sua maioria estavam fechadas e com sinal de não haverem habitantes naqueles dias. Havia gente apenas em um rancho perto do rio. Quando passei de ônibus, percebi que o camping em frente ao bar, a uns 300 metros do ponto final do ônibus, também estava desativado sem nenhuma barraca montada. (...) Das seis casas que existem no trecho final da estrada só a da dona Olívia, que é moradora dali, estava ocupada”.

Estas habitações geralmente são de uma mesma família há anos e estão sujeitas à própria dinâmica do ciclo de vida destas famílias, que geralmente vem mais quando os filhos são crianças e durante a adolescência dos filhos diminuem a freqüência com que vêm. Depois,

---

<sup>22</sup> Segundo alguns moradores este fenômeno vem se repetindo há pelo menos 5 anos.



quando os pais se aposentam, vêm durante mais tempo de cada vez, sendo que alguns mudaram-se para a Caieira permanentemente quando se aposentaram.

### 3.3. A Caieira para o IBGE

No departamento do IBGE em Florianópolis encontrei mapas cartográficos de toda Ilha de Santa Catarina e listas com dados estatísticos referentes a cada parte do Estado de Santa Catarina. O principal deles foi o censo 2000, sobre população, domicílios, abastecimento de energia elétrica e água, coleta de lixo e renda *percapita*.

Os mapas cartográficos existentes na biblioteca do IBGE são semelhantes aos que existem na biblioteca do IPUF. Eles dividem a região em grandes retângulos com suas curvas de níveis. A parte que comporta a representação cartográfica da Caieira da Barra do Sul está junto com uma parte do continente, ficando uma ponta da Caieira e parte da praia dos Naufragados na beirada do recorte do mapa que inclui de forma central o município de Paulo Lopes e o oceano na ponta sul da Ilha. A Caieira da Barra do Sul e as áreas de entorno não são representadas com exclusividade em nenhum dos mapas cartográficos que eu pude pesquisar, e para ter um mapa cartográfico da região é necessário recortar partes de vários mapas e fazer uma colagem, compondo seu próprio mapa. Não há uma sequência cartográfica que represente o Distrito do Ribeirão inteiro.

Isto é indicativo da falta de interesse institucional naquela região. A Caieira da Barra do Sul não é esmiuçada em mapas cartográficos da mesma forma como são outras regiões da cidade. Talvez isto se explique porque não há nenhum interesse específico em fazer a cidade se expandir para a Caieira, como é o caso da região do Campeche, próxima do aeroporto, para onde o plano diretor da cidade prevê a expansão do município nos próximos anos. Também não é uma área problemática, com risco de desabamentos ou com ocupação irregular, como é o caso da praia das Areias, entre Campeche e Morro das Pedras. A Caieira é uma região que não chama atenção dos órgãos públicos neste sentido.

Segundo o IBGE a cidade de Florianópolis tem 228.869 habitantes, em todo o distrito do Ribeirão são 20.392 habitantes e no bairro da Caieira da Barra do sul estão registrados 170 habitantes, sendo 80 mulheres e 90 homens. O distrito do Ribeirão da Ilha é o lugar no Estado

onde existem mais pessoas acima de 80 anos, são ao todo 190 idosos, sendo que muitos deles residem na Caieira da Barra do Sul.

O número de habitantes da Caieira da Barra do Sul nos registros do IBGE é muito menor do que existe na realidade. Na pesquisa de campo percebi que cada domicílio é habitado por 2 a 8 pessoas, se há 98 domicílios de moradores não sazonais, existe no mínimo 300 habitantes não sazonais no bairro. Os registros do IBGE, por sua vez, acusam a existência de 54 domicílios<sup>23</sup> na Caieira e parte deste número para definir a totalidade existente no bairro. Segundo o IBGE todos os domicílios são quitados, não tem abastecimento de água, residem em média 3,38 moradores por domicílio, e o rendimento mensal médio por domicílio é de R\$750,00.

Bairro Caieira da Barra do Sul – rendimento mensal por domicílio			
Até 1 salário	5	5 a 10 salários	6
Menos de 2 salários	11	10 a 15 salários	3
2 a 3 salários	9	15 a 20 salários	3
3 a 5 salários	13	<i>Total de domicílios</i>	45

O número de domicílios cadastrados pelo IBGE é bem menor daquele realmente existente no bairro, em que pude constatar existirem pelo menos 98 domicílios com moradores permanentes, sem contar as 62 casas de praia em que os frequentadores são sazonais. Entretanto, apesar dos dados não representarem a realidade da Caieira, as informações fornecidas são importantes, entre outras coisas, porque servem de base para diversas propostas políticas com relação àquela população.

Pude constatar que é verdadeira a afirmação de que todos os domicílios são quitados, ou seja, já estão pagos, e isto decorre do fato de que os moradores da Caieira não fazem financiamento bancário para a construção da casa própria. Geralmente o que acontece é um jovem casal construir sua residência no terreno de seus pais, e o fazem conforme suas posses. Na maior parte das vezes o primeiro investimento logo quando começam a trabalhar é comprar um carro, que é feito em parcelas mensais, por ocasião da construção da casa são usadas as economias em dinheiro e o carro é vendido para compra de material de construção. Depois da casa construída começam novamente a economizar para comprar outro carro. A mão de obra da construção das casas é, na sua maior parte, de parentes que ajudam sem receber dinheiro em

<sup>23</sup> Em algumas listagens da própria tabela do IBGE existem 54 domicílios, em outras são apenas 46.

troca. Assim, um jovem casal pode construir sua casa própria, que é fundamental para o casamento.

Os moradores nativos da Caieira geralmente não são ricos, muitos são até bastante pobres, por sua vez, os novos moradores não sazonais têm salários bastante altos para os padrões do bairro.

### 3.4. A Caieira para o IPUF

No Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), um órgão público da instância municipal, foi fundamental na obtenção de parte do material utilizado nesta tese como fotos e mapas. Entre o material obtido junto ao IPUF está o Mapa Digital (organizado pelo próprio IPUF) que foi fornecido em forma de CD-ROM. Este material contém uma riqueza de informações históricas sobre a cidade de Florianópolis, mapas, fotos de toda Ilha de Santa Catarina, indicação de caminhos e trilhas, documentação de todas as praias da Ilha, inclusive as mais isoladas.

A Caieira é apresentada como

“uma famosa e tradicional praia do sul da Ilha e se apresenta como um baixio de mar intermediário. Fica a meio caminho entre Naufragados e Tapera e dista 34 km do centro de Florianópolis. A sua história liga-se aos acontecimentos ocorridos na ponta dos naufragados. A expressão caieira designa o local de produção de cal. As conchas eram retiradas de depósitos milenares, colocadas em uma cova em camadas intercaladas com lenha. Ateava-se fogo e a cal resultava das conchas calcinadas. (...)” (guia digital Florianópolis, IPUF, 2003)

Nos arquivos do IPUF pude encontrar também Plantas de Quadra, que são representações gráficas de quadras de bairros da cidade. Estas Plantas nos informam sobre a localização e limites de cada propriedade, a disposição das casas nos terrenos e quais as suas delimitações legais. As Plantas de Quadra são elaboradas segundo os registros legais das propriedades, e assim, aqueles que estão legalizados, com registro dos imóveis construídos na propriedade, com a divisão do terreno por inventário entre todos os herdeiros, têm sua representação gráfica bastante próxima da realidade observada. Na Caieira da Barra do Sul a maior parte das propriedades não está com os registros legais em dia, e desta forma as Plantas de Quadras não são fieis à distribuição espacial que é posta em prática.

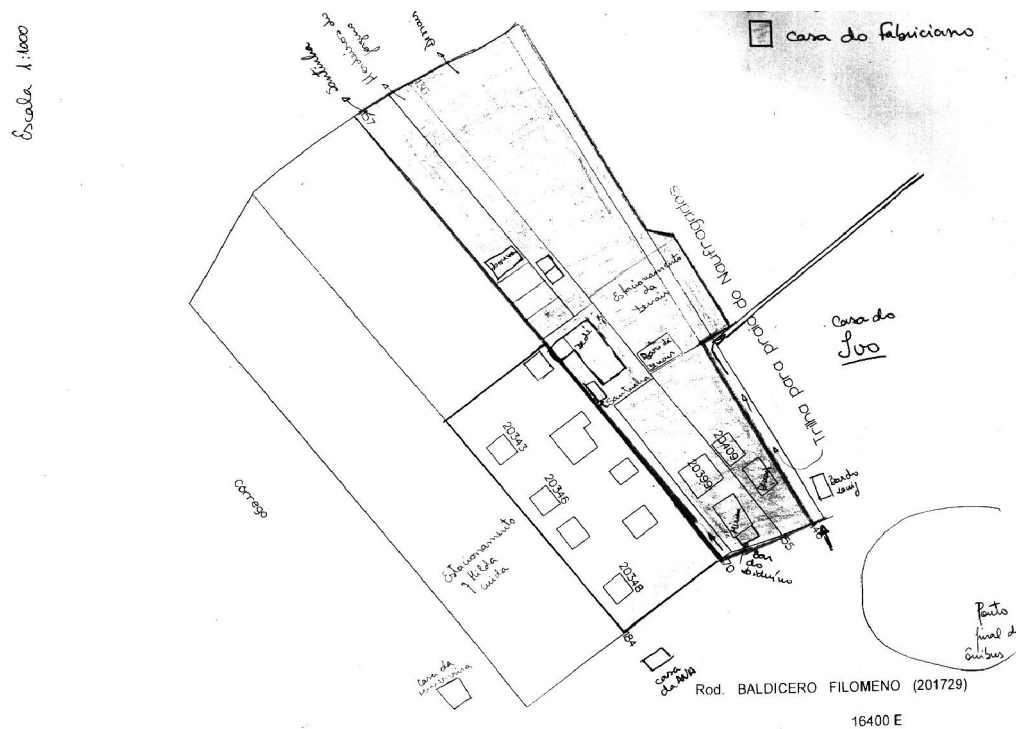
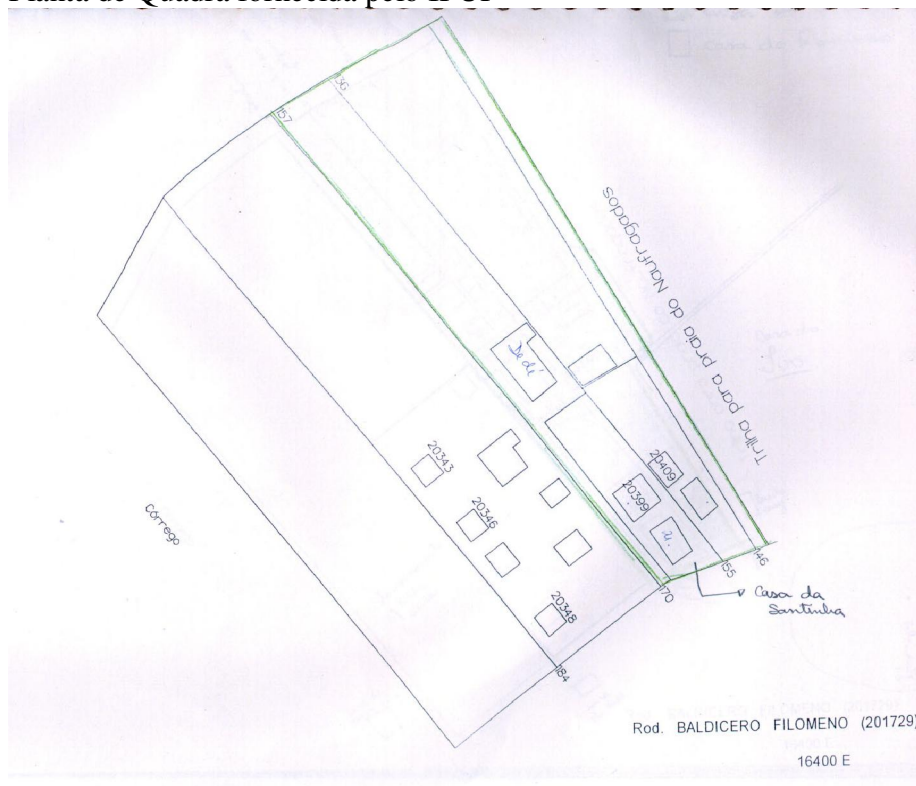
No entanto, é possível fazer uma distinção entre os novos moradores e freqüentadores “de fora” e os moradores e freqüentadores “daqui” com relação à legalização das propriedades. Nas casas de praia dos “de fora” todos os terrenos foram escriturados, ou seja, foram legalizados em escrituras de propriedade. Uma análise de um grande número de plantas de quadra fornecidas pelo IPUF para esta pesquisa, foi possível constatar que os terrenos dos proprietários “de fora” geralmente estão regularizados perante a prefeitura, enquanto os terrenos dos moradores “daqui” não necessariamente têm seus rearranjos, construções e suas divisões registradas no órgão responsável. Podemos listar os motivos para que haja formas diferentes de legalização da propriedade: entre os moradores nativos temos muitos casos em que (a) os terrenos foram recebidos por herança, ou (b) os terrenos foram negociados “de boca”<sup>24</sup> entre parentes, e/ou (c) entre “conhecidos” – que são outros moradores do bairro – em que todos tem entre si alguma relação de parentesco. Há entre estas pessoas uma confiança de que a palavra dada seja cumprida, mesmo depois da morte dos envolvidos na negociação. Acredita-se que os seus herdeiros farão cumprir a palavra do pai/avô. Juntam-se a estes motivos o argumento que me foi dado várias vezes de que estes moradores não têm suas escrituras regularizadas porque é preciso dinheiro para fazer o inventário, que custa muito caro para os padrões dos ganhos das famílias moradoras da Caieira. Por sua vez, os veranistas “de fora” não entram nas redes de parentesco que regulamentam as negociações imobiliárias entre os moradores nativos e, além disso, suas próprias crenças do que seja um proprietário é embasada pelas regras legais de registro de imóveis, não sendo possível o negócio feito “de boca”.

A partir de uma Planta de Quadra fornecida pelo IPUF elaborei uma outra versão da mesma planta de quadra (página 36), a partir de meus dados de campo, com informações fornecidas por diferentes sujeitos com quem conversei na Caieira. A primeira representa as divisões espaciais legalizadas que constam neste órgão público responsável por estas questões e a segunda é uma tentativa de representar graficamente as divisões que vigoram na prática entre a família. As plantas de quadra nos possibilitam visualizar as representações oficiais sobre partes dos bairros.

---

<sup>24</sup> Os negócios “de boca” são aqueles feitos sem registro escrito de qualquer espécie. Entre os moradores nativos da Caieira e do interior da Ilha de Santa Catarina – muitos analfabetos – esta é a forma tradicional de negociar a compra e venda de terras, gado, casas, tudo enfim.

Planta de Quadra fornecida pelo IPUF -



Planta de quadra fornecida pelo IPUF com modificações da pesquisadora, delimitando as casas de Seu Faberlúcio e Dona Aparecida.

A minha elaboração a partir da planta de quadra fornecida pelo IPUF pode estar mais bem informada sobre a forma como os lugares são praticados pelos seus moradores e freqüentadores. Pode também ser uma representação gráfica um pouco mais próxima a divisão real dos terrenos. No entanto, não é possível afirmar que ela represente com fidelidade as elaborações sociais a que esta propriedade está sujeita, porque apesar de meus esforços de conseguir informações precisas, a cada nova conversa um novo dado era incorporado aos anteriores. Assim, é possível que haja divisões que eu não fui informada, ou que estejam latentes e não sejam ainda praticadas.

Entre o material fornecido pelo IPUF para esta pesquisa estão mapas da Ilha de Santa Catarina que foram utilizados nesta tese e fotos aéreas da Caieira da Barra do Sul de três épocas distintas: uma foto aérea datada do ano de 1938, outra de 1958 e a última de 1978 (ver páginas 39, 40 e 41). Elas são ilustrativas de como as terras na Caieira eram cultivadas em roças que ocupavam os morros e como gradualmente estas terras foram deixando de ser cultivadas e foram tomadas pela vegetação. As fotos são ilustrativas do processo de modificação física pelo qual a Caieira está passando.

Na foto mais antiga, de 1938, apesar da má qualidade da fotografia, é possível perceber como os morros eram divididos em pequenos retângulos de cores variadas. Estes retângulos são as roças dos moradores da Caieira, que naquele período dedicavam-se ao cultivo da terra e à pesca. Na segunda foto aérea tirada em 1958 é possível perceber com mais detalhes, devido a melhor qualidade da fotografia, como os terrenos eram ainda cultivados, é possível ver os limites de cada roça. No ano de 1978 a fotografia retrata uma outra realidade, os “quadrinhos” foram se mesclando e diminuindo em número. É visível a diminuição da área plantada, o que aponta para uma modificação no modo de vida destas pessoas, que coincide com um processo de abandono da lavoura e busca por outras formas de ganhar a vida. As fotos são ilustrativas de que este processo iniciou-se antes da vinda dos novos moradores para a Caieira, e já era visível no fim da década de 70, quando a estrada foi aberta.

Perguntei para Dona Eleontina<sup>25</sup>, hoje com aproximadamente 55 anos, que tem casa de praia na Caieira, próxima de onde sua mãe morava e onde ela própria cresceu, por que no fim da década de 70 as plantações já haviam diminuído em número. Ela que atualmente frequenta a

---

<sup>25</sup> Ela é “daqui”, casada, do lar, seu esposo é PM.

Caieira com seu marido e as filhas, como veranistas, contou que em sua geração muitos filhos das famílias “daqui” foram embora para trabalhar na cidade. Principalmente porque “o tempo de antigamente era muito difícil, se trabalhava duro na lavoura e não se tinha nenhum conforto”.

Dos três filhos de Dona Bicotinha<sup>26</sup>, o mais velho foi morar próximo do centro da cidade para trabalhar, há quase 30 anos atrás, sua filha foi funcionária da prefeitura e seu filho mais novo trabalha atualmente no centro, reside fora da Caieira, mas frequenta semanalmente a casa dos pais. Estes exemplos podem ser ilustrativos de uma época que a cidade começou a crescer e precisar de mão de obra para os serviços necessários na metrópole. Os filhos destas famílias foram em busca de outras formas que ganhar a vida que não o trabalho na lavoura e as roças foram sendo abandonadas por falta de mão de obra familiar.

No IPUF, por sua vez, não há registro de dados estatísticos sobre a Caieira da Barra do Sul, dados sobre o número total de casas, de famílias, ou o número de estabelecimentos comerciais, de postos de saúde, escola ou creche, ou problemas que o bairro tem e que precisam ser resolvidos.

Esta falta de dados estatísticos sobre a Caieira acontece não porque este tipo de informação não é de interesse deste órgão da prefeitura – inclusive foi no IPUF que em pesquisa anterior encontrei vasto material sobre um outro bairro Florianópolis, onde residiam famílias de grupos populares – mas porque a Caieira é considerada uma “uma comunidade tradicional”, e como tal, não está sujeita a atuação da prefeitura da mesma forma como estão as “comunidades carentes”. Não se faz necessário detalhamento de dados porque as comunidades tradicionais são consideradas o lócus privilegiado da permanência, refere-se a algo que tradicionalmente não está sujeita a grandes e profundas modificações.

---

<sup>26</sup> Esposa de Seu Lú do Iar, 73 anos.



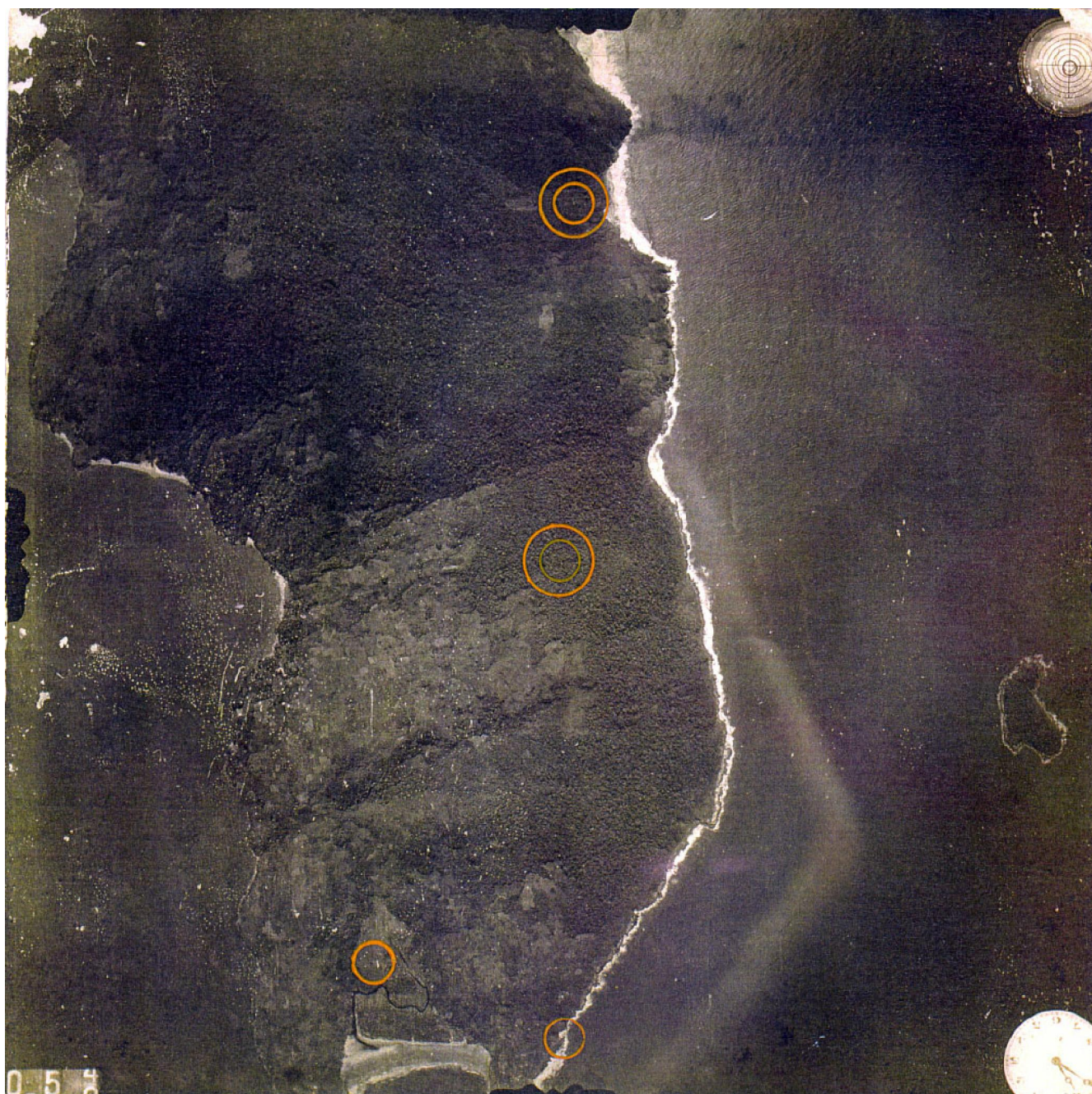


Foto aérea ponta sul da Ilha de Santa Catarina, ano de 1938 (fonte: IPUF).





Foto aérea ponta sul da Ilha de Santa Catarina, ano de 1958 (fonte: IPUF).



Foto aérea ponta sul da Ilha de Santa Catarina, ano de 1978 (Fonte: IPUF).

### 3.5. Preservação Ambiental: Parque da Serra do Tabuleiro

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado em 06 de junho do ano de 1975 através do decreto 1260/75. É a maior unidade de conservação do Estado, ocupando uma área de 1% do território de Santa Catarina, com extensão de 87.405 hectares. Abrange a área de nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba, Paulo Lopes. Engloba também as Ilhas de Fortaleza de Araçatuba, Ilha do Andrade, Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, dos Cardos, e aponta sul da Ilha de Santa Catarina, ou seja, Naufragados.

O Decreto nº 2.335, de 17 de março de 1977, declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, áreas de terras destinadas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

V - a Ponta dos Naufragados, situada na extremo sul da Ilha de Santa Catarina, no Município de Florianópolis, com limites, ao norte, a partir da foz de um córrego sem denominação, que deságua no Costão da Guarita, e subindo por ele, em direção a leste, até a sua nascente; daí, por linha seca, sempre em rumo leste, até encontrar outro ribeirão, também sem denominação, em um local onde forma acentuado cotovelo, subindo por ele até a nascente, no sentido do leste, dali, por linha seca, ainda mesmo rumo, até encontrar a nascente do outro córrego, descendo então por ela até sua foz no Oceano Atlântico, entre a Ponta do Pasto e Saco da Baleia; deste ponto, pela linha do mar contornando a ponta sul da Ilha de Santa Catarina até encontrar o córrego sem denominação inicialmente referido;<sup>27</sup>

Apesar do decreto de desapropriação das terras ser de 1977, apenas no início dos anos 90 foi feito um levantamento das casas existentes naquela praia, pela FATMA juntamente com a Polícia Ambiental do Estado de Santa Catarina, e passou a haver, da parte dos órgãos competentes, alguma fiscalização nas construções irregulares. Na prática, o que há desde então é a permissão para os antigos moradores continuarem a residir naquela praia, e uma recusa em permitir outros moradores no local. Não houve até a presente data nenhuma desapropriação efetiva de terras na praia dos Naufragados, com o pagamento da indenização às famílias. Com relação aos morros em torno da área da Reserva, há uma constante fiscalização para que não

---

<sup>27</sup> (<http://www.fatma.sc.gov.br/btecaambiental/legisla%C3%A7%C3%A3o/tema10.htm>)

haja caça, nem desmatamento para plantio de roças. E isso tem sido relativamente respeitado, em parte por causa da fiscalização que atua sempre que há alguma denúncia<sup>28</sup>, e em parte porque os moradores nativos deixaram de ser agricultores (ou de viver apenas da agricultura) para tornarem-se assalariados.

Com a Ponta dos Naufragados fazendo parte da reserva ambiental, a Caieira passou a ser considerada área de entorno da unidade de conservação, e com isso, ficou sujeita à legislação de proteção ambiental. Na lei número 1260/75 fica definido que a área que engloba a Caieira passa a ser zona de amortecimento:

ZONA DE AMORTECIMENTO: o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão submetidas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar a pressão e os impactos decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas à área protegida;<sup>29</sup>

Se na incorporação da Ponta dos Naufragados à reserva da Serra do Tabuleiro não houve pagamento de indenização, mesmo que a legislação assim determinasse, com a incorporação dos morros da Caieira na zona de amortecimento do entorno da reserva ambiental, não houve sequer a intenção ou projeto de pagamento de indenizações pelos prejuízos que a população da Caieira pudesse ter.

---

<sup>28</sup> E elas ocorrem com alguma frequência, principalmente pelos próprios moradores. Num lugar em que todos sabem da vida de todos, é muito difícil se ter uma roça no morro escondido dos outros moradores. De certa forma o discurso da preservação foi assimilado pelos moradores nativos e é o que faz os moradores não nativos e os veranistas frequentar e ir morar na Caieira.

<sup>29</sup> ([http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est\\_leidec/lei\\_estadual/2001/le11986\\_01.htm](http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est_leidec/lei_estadual/2001/le11986_01.htm)) arquivo ministério publico; pesquisa feita em 03/05/05 - LEI Nº 11.986, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2001.





Mapa sul da Ilha de Santa Catarina, a área demarcada com pinheirinhos é a do Parque Estadual Serra do Tabuleiro.

### 3.6. A Caieira sob a perspectiva da cena turística

O passado colonial “açoriano” é resgatado nos guias e folhetos turísticos como um elemento importante que caracteriza todo o distrito do Ribeirão. O casario antigo do tempo da colonização, os restaurantes a beira mar que servem frutos do mar e comida açoriana, a natureza preservada, a tranquilidade do lugar, uma população com muitos idosos são aspectos listados como definidores da açorianidade. Tudo isso faz parte da “natureza” destes descendentes de açorianos que guardam desde os tempos da colonização as características trazidas por seus antepassados.

A Caieira é apresentada nos guias turísticos com ênfase em dois aspectos: sua geografia e sua gente. A primeira é enfatizada na apresentação de um lugar em que as matas são preservadas, e as trilhas são boas para caminhadas e para turismo de aventura. As gentes são pacíficas, e guardam características do passado colonial açoriano. Geralmente a Caieira é associada com a praia dos Naufragados e com o distrito de que faz parte, o Ribeirão da Ilha (IPUF, 2000).

Um dos mais importantes jornais diários de circulação estadual publica a Revista de Verão DC, com matérias sobre lugares para o turista visitar em Florianópolis e municípios próximos. Em todos os anos são publicadas matérias sobre o distrito do Ribeirão da Ilha, Caieira da Barra do Sul e a praia dos Naufragados. Em todas estas reportagens a ênfase recai sobre o aspecto tradicional do bairro, em que a população guarda características de seu passado colonial e a mata preservada. Privilegia-se nestas matérias o sossego do lugar, e a natureza, com fotos da paisagem, do casario em estilo colonial açoriano, e de pessoas idosas que aparecem dando depoimentos sobre suas memórias dos tempos antigos.

Ao procurar nos mecanismos de busca da internet<sup>30</sup> pelo nome Caieira da Barra do Sul temos uma lista de homepages, todas com o mesmo teor: apresentam a Caieira como um lugar lindo, de matas preservadas, sossegado, bom lugar para se fazer caminhadas e o turismo de aventura com passeios de barco e trilhas. A tranquilidade do lugar e os caminhos no meio da mata são atrativos para aqueles que pretendem fugir dos grandes centros urbanos e entrar em

---

<sup>30</sup> Como por exemplo no site [www.google.com.br](http://www.google.com.br)

contado com a natureza. No entanto, esta é uma forma um tanto caricaturizada de se retratar o lugar e seus moradores.

Todos os guias turísticos de Florianópolis que pesquisei referem-se ao nome Caieira da Barra do Sul. No entanto, mesmo que a Caieira conste nos guias turísticos e receba diversos visitantes nos dias de verão a localidade é relativamente pouco conhecida. Os turistas quando vêm à Caieira passam pelo lugar sem se aterem demasiadamente ao bairro. Como a intenção é ir até os Naufragados, a Caieira serve como um lugar de passagem, e muitas vezes passa despercebida. São muitos os turistas que passam pela Caieira na visita à praia dos Naufragados. Em dias de verão a estrada fica movimentada e os estacionamentos bastante cheios. Poucos são aqueles que se detêm nas praias da Caieira.

Na ilustração abaixo temos um exemplo da forma como as informações sobre Caieira são dispostas nas páginas da internet que incentivam o turismo.



## Praias: Caieira da Barra do Sul

Pequenos sítios dão à Caieira da Barra do Sul um aspecto interiorano. No final da comunidade está a trilha para a praia de Naufragados. Quando o tempo está bom, pescadores locais fazem o transporte de barco para a histórica Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba.

Para mais informações sobre Caieira da Barra do Sul , clique [aqui](#).  
Data da última foto incluída nesta página: 13/04/2004<sup>31</sup>

Apesar de haver um link propondo mais informações sobre a Caieira da Barra do Sul, só é possível encontrar informações sobre um roteiro sul de visitas, que instrui o turista a seguir do aeroporto até os Naufragados. Pode-se ler sobre os Naufragados e sobre o Ribeirão, a Caieira fica esquecida, ou é indicada como parte do caminho para os Naufragados. A Caieira praticamente não tem estrutura turística para atender os visitantes. Não há restaurantes, pousadas, e nem mesmo um bar que sirva lanches e petiscos a beira-mar, e os bares que existem não são atrativos para os turistas das classes médias urbanas que frequentam a praia dos Naufragados.

---

<sup>31</sup> <http://www.guiafloripa.com.br/galeriadefotos/publicacao/index3.php?idelemento=37&idtipo=2> (18/11/2004)

### 3.7. Atividades econômicas dos moradores: ontem e hoje

Uma questão levantada por todos moradores que conversei na Caieira durante minha pesquisa de campo foi sobre o modo de vida atual e o de “antigamente”. As pessoas com 40 anos ou mais, contaram que “antigamente” a vida era mais difícil. Antigamente, no caso, refere-se à até aproximadamente 30 anos atrás, quando as pessoas que moravam na Caieira mantinham-se, quase que exclusivamente, com o trabalho na lavoura, a criação de alguns animais, os homens pescavam para o consumo familiar e as mulheres faziam renda de bilro. Além disso, na época das farinhadas<sup>32</sup>, o casal proprietário do engenho de farinha mudava-se para lá com os filhos e os parentes que se dispusessem a ajudar. A farinha de mandioca era responsável pela base da alimentação destas famílias, e o cultivo da mandioca ocupava os morros da Caieira. Complementava a alimentação das famílias da Caieira as frutas produzidas nos morros da comunidade, café, peixe, carne de gado criado por eles ou comprado na Enseada do Brito e trazido de barco.

Outra atividade econômica importante, e que, no entanto era exercido por poucos, era o comércio. Por muitos anos até a década de 70 Pedrinho<sup>33</sup> fazia o trabalho de juntar todo o excedente da produção das famílias do bairro, inclusive da sua própria e levar para o centro de Florianópolis ou para o *Porto do Contrato*<sup>34</sup> de lancha. Este transporte era trabalhoso, porque

---

<sup>32</sup> Farinhada é como se chama o mutirão em que participavam a família, os parentes e vizinhos no trabalho de feitura da farinha de mandioca nos inúmeros engenhos de farinha existentes na Ilha. Geralmente, apenas as famílias mais abastadas tinham um engenho de farinha, e nele era beneficiada toda a mandioca plantada pela família. Todos os parentes e vizinhos eram chamados para ajudar na lida e famílias inteiras mudavam-se para o engenho por um período de 10 a 20 dias no ano. Famílias que não tinham engenho podiam, em troca de uma parte da produção “alugar” o engenho de um vizinho, depois que ele já tivesse usado para o beneficiamento de sua própria produção. Fazendo que algumas vezes a farinhada tornar-se bem mais demorada. Homens e mulheres tinham tarefas bastante definidas e separadas, sendo necessário o convívio e proximidade dos dois gêneros nesta ocasião. Isto facilitava que muitos casamentos fossem contratados, uma vez que havia o convívio intenso entre jovens de sexos opostos, bem como a tradição em favorecer brincadeiras que estimulassem o namoro e a paquera. Entre estas brincadeiras havia a “ratoeira”, quando depois da lida diária as moças em círculo cantavam versinhos, alguns tradicionais outros inventados na hora, em que diziam para os moços em quem estavam interessadas. Geralmente as farinhadas ocorriam logo após o período da pesca da tainha (que ocorre durante o inverno), quando os homens estavam disponíveis, e antes da mandioca perder as folhas completamente, ou seja, no início da primavera.

<sup>33</sup> Pedrinho foi proprietário por mais de 40 anos do único estabelecimento comercial da Caieira que comprava os produtos produzidos no local e vendia bens de primeira necessidade aos seus moradores. Pedrinho morreu na década de 90 e sua viúva, dona Laudelina, continuou com a mercearia e depois transformou-a num bar. No ano de 2003 estava arrendado para uma família da Caieira.

<sup>34</sup> O *Porto do Contrato* localizava-se onde hoje é a localidade do Barro Vermelho, no distrito do Ribeirão da Ilha, há aproximadamente 23 km da Caieira da Barra do Sul. O pequeno porto feito de pedras em uma baía de águas



exigia força para encher o barco de manhã antes do sol nascer para iniciar a viagem de 20 km com o barco cheio, e também bastante perigoso, por causa das tempestades que podiam vir de repente e pegar de surpresa o barco no mar, podendo inclusive virá-lo, se o marinheiro não fosse bastante experiente. Alguns homens da Caieira trabalhavam neste transporte junto com Pedrinho, e faziam a relação entre a Caieira e a cidade de Florianópolis.

Circulava muito pouco dinheiro nestas transações comerciais, sendo a troca por mercadorias a forma mais comum de se fazer negócio. Terrenos eram comprados e vendidos tendo por moeda de troca bananas e laranjas. Os responsáveis por esta função tinham bastante prestígio, porque faziam a ponte necessária entre a cidade e a comunidade, trazendo e levando bens de consumo e movimentando a economia local. Estes eram também considerados os “mais ricos”, o que não os livrava do trabalho pesado na lavoura, da mesma forma como os seus vizinhos, além da “lida na venda”.

Além da *venda* do Pedrinho, outro estabelecimento que prestava semelhante serviço era o do seu Maneco, distante 13 km da Caieira. Apesar de ser bem mais longe, principalmente em uma época que não havia estrada e que o trajeto ou era feito por mar ou por uma trilha onde passavam pessoas a pé ou a cavalo, algumas pessoas preferiam comercializar naquele estabelecimento porque lá havia mais dinheiro em circulação e assim as mercadorias eram pagas em dinheiro.

Algumas mulheres mandavam as meninas e moças vender suas rendas naquele estabelecimento comercial porque lá havia a possibilidade de pagamento em dinheiro, bem como maior variedade de mercadorias se a opção fosse a troca. A renda que as mulheres produziam era para comprar bens de utilidade doméstica, como panos, fitas, roupas e sapatos, para si e para as crianças. Era considerado um pequeno luxo que elas se davam, e era a única forma das moças e mulheres casadas terem um dinheiro considerado só delas, que não entrava no orçamento doméstico para o sustento da família. As meninas aprendiam a fazer renda de bilro desde os oito ou dez anos, e as moças solteiras compravam o enxoval para o casamento com o trabalho na almofada de renda.

Denise conta orgulhosa como seu marido não a “deixa mais se matar na almofada. Assim que ele conseguiu o emprego na prefeitura ele jogou minha almofada no bananal”. Há

---

calmas recebeu este nome por ser o principal local onde ocorriam os contratos e as transações comerciais da parte sudeste da Ilha até os primeiros anos do século XX.

duas versões sobre o trabalho na almofada de renda de bilro, que apesar de um pouco contraditórias ambas podem ser encontradas nas falas das mesmas mulheres. Uma delas diz como este é um trabalho que exige dedicação e muito tempo, que para fazer uma toalha pequena uma mulher demora pelo menos dois dias, e é pouco remunerado, a mesma toalha custava em 2003 apenas 15 reais, sendo que deste valor deve ser descontado ainda o custo da linha e do material. Ressaltam que a renda de bilro nunca foi uma atividade bem remunerada, e que não vale a pena tanto trabalho por tão pouco dinheiro, sempre venderam as rendas por baixo preço. No entanto, faziam antes porque não havia outra forma de se ganhar dinheiro, e hoje há. Outra reação sobre o trabalho das mulheres na almofada de renda é de pesar porque as jovens hoje não querem mais aprender a fazer renda de bilro. Consideram uma lástima a nova geração não se interessar de aprender, ainda mais que consideram que atualmente não há tanto trabalho em casa e nas roças para as moças como antes, e que elas teriam tempo para se dedicar à renda de bilro ao invés de ficarem sem fazer nada.

A época quando as famílias viviam da lavoura, foi considerado por todos os meus informantes como tempos difíceis, em que não havia dinheiro e nem conforto. Porque a produção agrícola era suficiente apenas para o sustento da família, e a venda do excedente supria apenas as necessidades de alguns poucos produtos não produzidos por eles próprios como sal, tecidos, roupas e sapatos. Era um período de pouco consumo de produtos industrializados, sendo a maior parte dos utensílios domésticos produzidos por eles mesmos. Algumas pessoas, inclusive, descreveram situações em que passaram fome, quando houveram secas ou pragas na lavoura, ou quando a família era grande com muitas crianças e velhos, e que a mão-de-obra disponível era escassa e as bocas para alimentar eram muitas.

Os tempos atuais são representados como muito diferentes, são tempos em que se têm confortos impensáveis há 20 ou 30 anos atrás. Hoje a Caieira é servida por linhas de ônibus, tem energia elétrica, e a estrada permite que chegue carro em todas as casas do bairro. Poucos hoje são os moradores que vivem exclusivamente da lavoura, apesar de haver ainda algumas roças, alguns animais de criação e pasto com gado. Geralmente os mais velhos ainda trabalham nesta atividade.

A área plantada diminuiu consideravelmente por diversos motivos: 1) com a abertura e asfaltamento da estrada e com linhas de ônibus freqüentes, as pessoas puderam trabalhar nas

áreas centrais da cidade e continuar morando na Caieira, mesmo que isto signifique ficar no ônibus pelo menos 3 horas por dia. Isto era praticamente impossível antes da melhoria das possibilidades de acesso ao centro de Florianópolis, e as pessoas que optavam por ir trabalhar nas áreas centrais da cidade tinham que necessariamente mudar-se do bairro.

2) As leis de preservação ambiental também foram responsáveis pelo abandono da atividade agrícola, já que com a criação da Reserva Ambiental da Serra do Tabuleiro, a Caieira passou a estar sujeita a legislação de terras de entorno da reserva, em que a preservação da mata nativa é uma das exigências.

3) Aumentou também o controle sobre o desmatamento; a caça e a criação de animais.

4) Abriram-se novas possibilidades de trabalho nas *casas de praia*, tanto para homens quanto para mulheres e com este contato houve aproximação entre os novos moradores e os antigos.

5) Os cultivos de ostras e mariscos – chamados de fazendas marinhas – incrementaram a economia da região empregando algumas pessoas no beneficiamento dos moluscos. Fazendo que o trabalho assalariado fosse mais vantajoso que o cultivo da terra.

O trabalho assalariado permitiu que o padrão de consumo se modificasse. Hoje com dinheiro na mão além de comprarem comida – que antes era produzida na própria comunidade – têm-se acesso a diversos bens de consumo. Diversas pessoas com quem eu conversei apontaram o sofá como um objeto de referência da melhoria do nível de vida das famílias da Caieira. Uma mulher 50 anos me disse que em sua casa

“antigamente era tudo rústico, não tinha esses confortos que temos hoje. Não tinha nem sofá. Era só aqueles banquinhos de madeira feitos de qualquer jeito. Para dormir esteiras no chão ou colchão feito de palha de bananeira, e olha que tinha gente que não tinha nem dinheiro para o pano do colchão, porque ter colchão era só ter o pano, o recheio nós mesmos que fazíamos com palha de bananeira” (diário de campo, 12/03/03).

O padrão de consumo de todas as famílias da Caieira mudou consideravelmente com as mudanças que ocorreram no bairro.

A interação entre o mundo rural e o mundo urbano, postos em contato pela diminuição das fronteiras entre a cidade e o campo ocorre em todo o mundo. Carneiro (1998) propõem que o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que,

em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente (Carneiro, 1998:53). A autora chama a atenção para as novas identidades em construção nos ambientes rurais, que passam a não ser mais definidos exclusivamente pela atividade agrícola.

Em todo o mundo há um aumento crescente na procura por formas de lazer e mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Este movimento inicia-se no Brasil na década de 70, e tem se expandindo – encontra legitimidade no fortalecimento do movimento ecológico que ocorre nos anos 90. O contato com a natureza é realçado por valores alternativos, neo-ruralistas e antiprodutivos. “O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como o espaço de lazer ou mesmo como opção de residência” (Carneiro, 1998:57).

Foi exatamente no ano de 1969 que meus pais compraram um grande terreno no Ribeirão da Ilha, distante 15 km da Caieira da Barra do Sul. Fizeram-no com o intuito de construir a casa de praia da família, que pudesse também contemplar os anseios de meu pai por um sítio. Construíram uma casa de praia logo depois de comprar o terreno e contrataram uma família que veio morar, em uma casa já existente na propriedade, para trabalhar no cuidado do gado e das atividades rurais. O Ribeirão foi escolhido porque naquela época ali havia terrenos grandes e relativamente baratos, sendo que meus pais puderam pagar em 12 suadas prestações. Assim, durante toda minha infância passei, com minha família, três meses por ano no Ribeirão. Esta experiência foi marcante para mim que passei a conhecer, conviver e gostar de várias pessoas nativas do Ribeirão. Depois de adulta morei por sete anos em uma casa nesta propriedade e tive uma pequena loja de artigos agropecuários. Nas tardes em que trabalhei na agropecuária conheci muitos de meus fregueses, que vinham, entre outras coisas, para conversar. Conheci pessoas do Sertão, da Caieira, dos Naufragados.

O local para desenvolver meu trabalho de campo foi escolhido com base em meus conhecimentos do bairro e das pessoas que moravam nele. Interessou-me a forma como era representado nos guias turísticos tanto o lugar como seus moradores, como se fossem fundidos e percebidos como uma coisa só. Além disso, apesar de aparecer em vários contextos como uma comunidade tradicional, não havia até o momento nenhum trabalho desenvolvido com aquela população especificamente.

Minha experiência do espaço do Ribeirão é muito marcada pela presença da estrada, a partir dela que eu percebia toda a distribuição espacial da Caieira e do Ribeirão da Ilha. Assim, antes da pesquisa de campo eu percebia a Caieira como um aglomerado de casas em torno da estrada que era próxima do mar em alguns pontos e em outros um pouco mais distante. Meus primeiros desenhos da Caieira representavam a estrada reta e não conseguia contabilizar as pequenas praias, nem representa-las nos desenhos. Passei algumas tardes do verão de 2003, sentada perto da praia na Caieira, tentando desenhar um mapa viável, que representasse minimamente aquilo que eu estava vendo e experienciando no trabalho de campo. Foi Marina quem me ajudou a fazer um desenho da Caieira, que respeitasse a forma circular da pequena baía que a terra desenha no mar e a disposição dos terrenos e das casas (ver uma reprodução do mapa na página 53 e na 54 uma foto aérea da área representada no mapa de campo). E foi a partir deste desenho que eu pude formular uma representação sócio-espacial da Caieira.

Nas páginas seguintes além do mapa desenhado a mão durante a pesquisa de campo, há uma foto aérea da área representada no mapa.

Hand-drawn map of the village of S. Maria della Vittoria, showing the layout of buildings, streets, and surrounding terrain. The map is oriented with the river at the top. Key features include the church of S. Maria della Vittoria, the school, the cemetery, and the river. The map is labeled with various names and numbers, and includes a scale bar at the bottom.

Labels on the map include:

- Church: S. Maria della Vittoria
- School: Scuola
- Cemetery: Cimitero
- River: Fiume
- Streets: Via della Vittoria, Via della Chiesa, Via della Scuola, Via della Cimitero
- Buildings: Casa del parroco, Casa del sacerdote, Casa del maestro, Casa del farmaciano, Casa del medico, Casa del notaio, Casa del giudice, Casa del podestà, Casa del sindaco, Casa del consiglio, Casa del consiglio di guerra, Casa del consiglio di pace, Casa del consiglio di commercio, Casa del consiglio di agricoltura, Casa del consiglio di industria, Casa del consiglio di arte e mestiere, Casa del consiglio di lettere e scienze, Casa del consiglio di belle arti, Casa del consiglio di musica, Casa del consiglio di teatro, Casa del consiglio di sport, Casa del consiglio di giochi, Casa del consiglio di feste, Casa del consiglio di cerimonie, Casa del consiglio di onori, Casa del consiglio di premi, Casa del consiglio di ricompense, Casa del consiglio di punizioni, Casa del consiglio di esilio, Casa del consiglio di morte.

Scale bar: 0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000



Foto aérea parte da Caieira (fonte: IPUF)



#### 4. Lugares Perto e Longe: trilhas, mar e estrada, o bairro e suas fronteiras

A pesquisa de campo apontou para novas formas de conhecer o bairro, distintas daquelas que já faziam parte de minha vivência. Apontou para a possibilidade de se desenhar uma “Caieira deles” em que os limites são estabelecidos segundo classificações próprias, que consideram, além dos limites espaciais, as relações de parentesco para definir os limites do bairro. Assim, procuro a seguir apresentar uma Caieira segundo representações dos seus moradores.

De Coppet (1998) evoca dois sentidos para representação, num deles representação é *algo que se coloca no lugar de outra coisa*. Outro sentido para representação é aquele de *algo que se faz presente novamente*, ou ainda, *capturar uma experiência fundamental e construir uma nova experiência* (De Coppet 1998:67). Esta segunda forma de pensar em re-representação, como uma re-apresentação da coisa, pode ser interessante para se acessar aquilo que chamei a “Caieira deles”. Porque é possível pensar que as representações que os indivíduos pertencentes à Caieira fazem do próprio bairro é uma apresentação possível, na medida que baseiam-se nas experiências fundamentais para construir uma experiência própria do local onde vivem e ao qual pertencem. Esta segunda concepção permite a atualização, permite a mobilidade, não fixa o conceito, representação refere-se ao social, às diferenças, às mudanças. Representação é a ação que não é a simples imagem sobreposta, e portanto, fixa e imóvel. Neste sentido a idéia de uma “Caieira deles” construída a partir das representações dos sujeitos (e das relações estabelecidas entre os membros da comunidade entre si, e entre eles e os “outros”), pode ser concebida como uma totalidade teoricamente construída, que não pretende ser uma idéia de Caieira que está sendo sobreposta a algo que realmente o é. A Caieira neste sentido, estará sendo construída teoricamente a partir das representações dos sujeitos sem que se pretenda que haja algo que realmente é Caieira e que as representações a estão encobrindo, ou estão sobrepostas a ela.

O exercício a seguir, de apresentar os limites e fronteiras do bairro para seus moradores, vai ser informado pela indicação de Bourdieu (1998:29) que chama a atenção para a necessidade de nos precavermos contra o retorno a “realidade” das unidades pré-construídas. Para isso sugere que a construção do objeto recorra às *propriedades necessárias para*



*caracterizar cada instituição trabalhada.* No caso deste estudo, tenho algumas pistas a seguir com relação a construção do objeto, que estão baseadas nas relações de parentesco e praticas dos espaços.

O “ser daqui” ou “de fora” é um aspecto fundamental na sua posição no sistema classificatório nativo, e quando estas classificações são acionadas, entre outras coisas se está fazendo referência a dimensão espacial. O “aqui” é o bairro da Caieira da Barra do Sul: mas em algumas situações as fronteiras são estendidas à outras localidades e comunidades, em outras os limites são marcadamente definidos e rigorosamente fixos.

Durante o trabalho de campo respeitei a delimitação física do bairro e a estabeleci como o lócus onde a pesquisa seria desenvolvida. Desta forma, as pessoas com quem trabalhei foram exclusivamente as que freqüentaram a Caieira da Barra do Sul entre os meses de janeiro e dezembro de 2003, período de dedicação à pesquisa de campo. No entanto é preciso deixar claro que não se pode confundir o objeto de um estudo antropológico com o lugar onde ele é realizado (GODOI, 1998:9), entre outras coisas porque as fronteiras espaciais são sempre fronteiras simbólicas, e na Caieira não é diferente.

Existem lugares perto e lugares longe, independentemente da distância entre os pontos, existem também lugares ambigüamente definidos como inclusos ou exclusivos, conforme a ocasião e o ponto de referência. É comum se dizer “sou do Ribeirão”, sem especificação do local exato de moradia, como se a pertença ao seu bairro em alguns momentos possa ser ampliada para todos os 20 km de extensão da Rodovia, para todo o distrito do Ribeirão da Ilha. Temos aqui uma primeira fronteira negociada conforme do ponto de vista que se fala. Um morador da Caieira pode dizer a alguém que ele encontre no centro da cidade: “eu sou do Ribeirão” ou “eu moro no Ribeirão”, mas se este mesmo morador está na Freguesia<sup>35</sup> e conversa com alguém da Costeira do Ribeirão ele especifica que é da Caieira da Barra do Sul.

A estrada tem um importante papel no desenvolvimento do bairro e no acesso a ele, sendo que ela corta todo o distrito do Ribeirão da Ilha. No entanto, existem localidades “próximas” que são acessadas de outras formas que não o carro ou ônibus, e desta forma não

---

<sup>35</sup> Freguesia do Ribeirão da Ilha é o centro político do Distrito do Ribeirão da Ilha, ali existe uma igreja, a Intendência, o cemitério e um conjunto de residências construídas próximas umas das outras e que datam da época da colonização açoriana na região, alguns restaurantes. É na freguesia que acontecem algumas das raras festas da região e onde são enterrados todos os mortos do distrito. A Freguesia do Ribeirão da Ilha localiza-se na extensão da Rodovia Baldicero Filomeno, aproximadamente do km 6 ao km 8 da Rodovia, sendo que a Caieira inicia no km 20.

usam a estrada como via principal. As trilhas no mato são importantes acessos a estas quatro comunidades em que vivem algumas famílias que têm contato intenso com as pessoas que vivem na Caieira.

As principais localidades são: Saquinho, Campinho, Sertão do Ribeirão e Naufragados. Campinho e Saquinho são duas comunidades vizinhas com poucas casas e algumas roças, onde moram algumas famílias desde o tempo da colonização da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. Estas comunidades são percebidas pelos moradores da Caieira como muito próximas uma da outra, chegam mesmo a se confundir. As comunidades de Saquinho e Campinho têm acesso a partir do Pântano do Sul e outro a partir da Caieira ambos os acessos são trilhas que sobem e descem morros nos costões e no mato que é preciso percorrer a pé.

O Sertão do Ribeirão fica entre os morros da Costeira do Ribeirão e o do Pântano do Sul e atualmente há uma rua sem calçamento que corta toda a comunidade. Esta rua em épocas de muita chuva torna bastante difícil o acesso por carro. O Sertão do Ribeirão, assim como Saquinho e Campinho, tem duas possibilidades de entradas, pelo Ribeirão ou pelo Pântano do Sul. A antiga trilha foi transformada em rua de barro em que os carros podem passar com alguma dificuldade, é possível entrar na Costeira do Ribeirão e seguir pela rua até o Pântano do Sul, no outro lado da Ilha. Ao longo desta rua, depois de se subir pelo Ribeirão e descer a primeira parte do morro, há uma igreja, duas ou três casas e uma área que poderíamos chamar de central na comunidade com um pátio gramado. Seguindo-se pela rua chega-se às entradas das propriedades rurais de várias famílias. Muitos casamentos aconteceram entre pessoas do Sertão e da Caieira, assim, as relações entre estas comunidades foram intensificadas pelas visitas, participações nas festas de santos e divisão dos terrenos por herança.

Aos Naufragados por sua vez se pode chegar de barco a partir da Caieira percorrendo a trilha no mato em uma caminhada de 40 minutos ou passando de barco pela Barra Sul da Ilha de Santa Catarina<sup>36</sup> chegamos à praia dos Naufragados, uma pequena praia de mar grosso, voltada para o oceano aberto, cercada por mata e de acesso senão difícil, ao menos demorado. Há vários barcos que fazem o transporte de pessoas e cargas que partem da praia da Caieira. O

---

<sup>36</sup> A Barra Sul é como é chamada a ponta sudoeste da Ilha de Santa Catarina que forma com o continente próximo o canal por onde entra e sai toda a água pelo lado sul da baía entre a Ilha de Santa Catarina e o continente em frente. Este é um ponto importante nos relatos de navegantes que apontam-no como extremamente perigoso por terem virados ali inúmeros navios em diversas ocasiões. Os ventos vindos de repente do sul tornam a Barra Sul instável e perigosa para embarcações de todos os tamanhos. Atualmente houve um açoreamento do canal entre a Ilha e o continente tornando a profundidade imprópria para entrada de grandes navios até o centro da Florianópolis.

trânsito de pessoas que vão e vem entre a praia dos Naufragados e a Caieira é intenso, seja de turistas que querem conhecer a praia seja de moradores dos Naufragados e da Caieira<sup>37</sup>.

O aspecto de natureza intocada atrai turistas para os Naufragados, esta idéia é mantida porque naquela praia não há rede de energia elétrica, nem água encanada, nem banheiro na maioria das poucas casas existentes. Muitas delas não passam de barracos que podem ser demolidas a qualquer momento pela Marinha ou pelo IBAMA por ser aquela área de preservação ambiental. Na última década a praia e os morros em torno foram incorporados à área de preservação da serra do Tabuleiro, e isso fez que o controle ambiental exercido pela polícia florestal e pelo Ibama seja bastante rigoroso. Por ocasião da instauração do parque foram cadastradas todas as casas dos Naufragados, sendo proibidas quaisquer outras construções. Assim, apenas tem permissão de morar nos naufragados os moradores registrados por ocasião do cadastramento feito pela FATMA e pela Polícia Ambiental no início da década de 90. De tempos em tempos os órgãos responsáveis fazem vistoria na praia e nos morros dos Naufragados e destroem todas as casas construídas irregularmente. Mas isso não impede que várias pessoas morem nos naufragados, algumas têm suas famílias morando no lugar há muitas gerações, “são dos Naufragados”, outras vêm morar naquela praia em busca de um tipo de vida próximo da natureza, em que as relações são mais “naturais e verdadeiras”.

Alguns moradores da Caieira vão constantemente aos Naufragados, outros não vão lá há mais de 10 anos, como me explicou dona Denise: “não vou porque não tenho precisão”. Nos Naufragados há a pesca da tainha, e durante os meses de inverno que é o período que os cardumes “encostam na praia” vários homens ficam trabalhando nas redes de pesca, nos barcos e no “aguardo” dos cardumes. Esta é uma atividade que ocupa várias pessoas, principalmente homens durante dias, e muitas vezes é infrutífera<sup>38</sup>.

A praia dos Naufragados é considerada como sendo uma outra comunidade, mas recebe um tratamento ambíguo com relação a possibilidade de ser percebida como fazendo parte da Caieira. Estando na Caieira da Barra do Sul perguntei a um moço nativo e morador dos Naufragados de onde ele é, ao qual ele me respondeu: “sou daqui”. Os Naufragados tem uma proximidade simbólica com a Caieira, que faz que as fronteiras de delimitação de uma ou outra

---

<sup>37</sup> Outra possibilidade de acesso é uma trilha que parte da praia do Pântano do Sul, no lado sul-leste da Ilha, e passa pelas localidades de Campinho e Saquinho antes de chegar aos Naufragados, no entanto esta trilha é mais longa que a que sai da Caieira.

<sup>38</sup> Gioconda Mussolini (1980) descreve o cerco da tainha na ilha de São Sebastião, que ocorre da mesma forma como se pesca hoje nos Naufragados.

localidade não sejam enfatizadas. Há uma recorrência no decorrer dos dois últimos séculos no trânsito entre pessoas destes lugares.

No tempo do “antigamente” (há 30-40 anos) os morros dos Naufragados juntavam-se aos da Caieira, eram todos cultivados. No início do século residia naquela praia uma família bastante influente e rica, a família de dona Marica do Farol. Durante o ano de 2003 conheci três netos de Moisés que residiram na Caieira, todos me contaram sobre sua bisavó Marica do Farol e seu genro Moisés.

Marica do Farol viveu nos Naufragados na segunda metade do séc XIX e era casada com o faroleiro, funcionário da marinha responsável pelo trabalho e a manutenção do farol que há na Barra Sul da Ilha. Este farol era fundamental na indicação da rota aos navios que pretendiam aportar no porto de Florianópolis ou que buscavam refúgio nas águas calmas e protegidas da baía formada entre a ilha e o continente. Ser faroleiro era uma função privilegiada na região, porque ele recebia um salário mensal, que mesmo não sendo muito dinheiro era algo que a quase totalidade das famílias não podia contar. Principalmente num tempo em que o sustento das famílias das localidades do interior da Ilha de Santa Catarina provinha do trabalho na lavoura, da pesca, e da renda de bilro, havia muito pouco dinheiro em circulação. Estas atividades eram de subsistência e não raro o excedente era trocado por outras mercadorias, sendo que dinheiro era algo raro de se ter.

Moisés casou-se com uma filha da Marica do Farol, e depois da morte da primeira esposa casou com uma irmã dela, outra filha da Marica. Neste tempo o Juca do Espírito Santo, marido de Marica do Farol, havia morrido e Moisés passou a trabalhar como faroleiro. Ela tinha uma certa influência sobre quem iria trabalhar no Farol e encaminhou Moisés, seu genro para a atividade. Ela era proprietária de grande parte das terras que circundavam o farol e a praia dos naufragados. No período em que viveu mantinha, com os filhos, netos e genros, todo o seu terreno cultivado, e segundo Bicotinha, que trabalhava lá como babá quando tinha 15 anos, “aquilo lá era uma beleza, tudo limpinho, plantação. Agora está tudo abandonado, dá dó de ir lá”. Acredito que sua influência sobre um cargo público como o de faroleiro provinha do fato dos Naufragados não serem exatamente o lugar mais procurado para se viver pela maior parte dos funcionários públicos. Alguns funcionários da marinha viveram naquela praia durante alguns períodos, principalmente nos tempos de guerra ou de possibilidade de revolta civil. Aquele era um ponto estratégico para tomada da Capital do Estado, e nos tempos de crise

política era guardado com bastante cuidado. Mas as famílias que se mudaram para aquela praia viveram lá poucos anos. Alguns homens vinham sozinhos, recusando-se a trazer as mulheres e filhas para um lugar tão isolado de tudo.

Um dos filhos de Moisés, (pai de Cecília), casou com uma filha de um funcionário da marinha que veio morar nos Naufragados por uns anos, tiveram três filhos dos quais dois sobreviveram. Mas ele morreu jovem picado de cobra e a esposa logo depois foi trabalhar no centro como doméstica deixando os filhos com um irmão do marido e com a avó, dona Marica do Farol. Ela nunca mais voltou. No início mandava dinheiro, mas depois “sumiu no mundo”. Sua família já havia se mudado da praia antes dela ficar viúva, e também não sabia mais nada dela. Viver nos Naufragados não era fácil.

Viver naquele lugar exigia um gostar dali, que geralmente era “cultivado” desde a infância. Quem vinha de fora não agüentava a solidão, o tipo de vida que se vivia, em que tudo era parado, nada acontecia. Por sua vez, Cecília me falou de sua sobrinha, filha de seu irmão, o último dos descendentes do Vô Moisés a deixar os Naufragados, que o fato dela ter sido criada lá faz que ela volte constantemente. “Ela tem aquela precisão de Naufragados, diferente do irmão que não foi criado lá e que vai só de vez em quando”. Segundo esta lógica, um homem que já vivesse na praia seria mais apto à função de faroleiro que alguém que “estranhasse” o lugar e quisesse ir embora logo nos primeiros tempos.

Dona Bicotinha tem 73 anos e há 60 anos atrás trabalhava como babá em uma casa nos Naufragados. Ia de barco na segunda feira e voltava na sexta, seu pai ia lhe buscar. Ela conta que gostava de lá e que havia famílias que tinham posses e que mantinham todo o terreno cultivado. Havia um movimento intenso de pessoas entre a Caieira e os Naufragados. Inclusive, três netos de Marica do Farol vivem hoje na Caieira da Barra do Sul, em Casas com suas famílias extensas.

Hoje está tudo muito modificado, as plantações viraram mata nativa e a praia da ponta sul da Ilha tornou-se área de preservação ambiental.

Nos Naufragados não há escola, nem mercado, nem posto de saúde, o que faz o trânsito dos moradores dos Naufragados até a Caieira ser atualmente ainda bastante intenso. Isto ocorre porque quando os moradores da praia precisam destes serviços recorrem aos estabelecimentos da Caieira ou do centro da cidade. A praia dos Naufragados tem com a Caieira uma fronteira difusamente delimitada. Os moradores dos Naufragados vêm para a Caieira trabalhar, ir ao

médico, comprar tudo do que necessitam, por sua vez os Naufragados são buscados por quem quer passear, quem tem família lá, para a pratica do surf, quem foi criado lá, descansar durante o verão, e no inverno nos períodos da pesca da tainha. Os seus morros se mesclam, a Caieira é parte do caminho para os Naufragados e alguns dos descendentes das primeiras famílias que viveram naquela praia hoje moram na Caieira.

O contato assíduo entre estas comunidades e a Caieira data de bem antes da abertura da rodovia Baldicero Filomeno. As trilhas são caminhos por onde passam pessoas a pé ou a cavalo. Alguns destes caminhos estão mais fechados com o mato que outros, depende do fluxo e do trânsito de pessoas neles. Klass Woortmann (2002) nos lembra que as relações de parentesco são como as trilhas no mato, se são usadas permanecem abertas, e esta referência aqui não é apenas metafórica, são as relações de parentesco que mantém as comunidades em contato e em relação de proximidade.

Para quem vem de outros locais litorâneos o barco é outra forma de se chegar na Caieira, este meio de transporte sempre foi muito utilizado por embarcações de pequeno e grande porte que interligavam as comunidades próximas e o centro da cidade. Muitos navios passaram pelo bairro nos "tempos de antigamente", onde contratavam um prático para guiá-los até o porto de Florianópolis, próximo do centro. Hoje a profundidade do mar diminuiu muito tornando impossível a entrada de navios. No entanto barcos pequenos sempre fizeram e continuam fazendo o transporte de pessoas e cargas entre as praias da Caieira e outras localidades. O bairro tem contato intenso com a vila de Enseada do Brito, no município de Palhoça, localizada na frente da Caieira, separada apenas por um braço de mar de aproximadamente 1 km de largura.

Também por mar se chegava facilmente ao município de Paulo Lopes, um outro ponto de referência forte entre as pessoas da Caieira da Barra do Sul. Como a Enseada do Brito, Paulo Lopes “fica muito perto” da Caieira, e nos tempos de antigamente ia-se muito baile nestes municípios. A vila de Enseada do Brito tem grande influência na vida dos moradores da Caieira da Barra do Sul, porque a travessia de barco sempre foi feita com muita facilidade e antigamente era mais fácil ir a Enseada que ao centro de Florianópolis. Houve muitos casamentos entre pessoas das duas localidades no decorrer do tempo, o que fez com que as relações sociais entre as pessoas destas comunidades ficassem cada vez mais estreitas. Um

morador do Sertão me contou que sua avó era da Enseada do Brito e que depois que “ficou velha” e enviuvou<sup>39</sup> toda semana ela ia ou vinha de barco de um lado para outro do mar. Ele me conta que quando era criança sua avó materna chegava sozinha na sua casa, no Sertão do Ribeirão, e pedia para um neto ir buscar suas coisas que haviam ficado na praia. A filha dela mandava uma das crianças buscar os pertences de sua mãe porque ela dizia que tinha vindo para passar uns tempos. No entanto, “Mas a velha não tinha parada” e quando se aborrecia, e isto acontecia muito rápido, em no máximo uma semana, ela queria que alguém lhe acompanhasse até a praia para pegar uma lancha para Enseada do Brito. O transporte era feito como um favor, e ela nunca pagava nada por isso, o que facilitava a ida e vinda dela. Chico me conta que seu pai ficava furioso porque ela sabia vir, mas para voltar precisava de alguém para levar, e quando ele ia trabalhar, sua mãe mandava um dos filhos levar a avó de volta até a praia para ela voltar pra casa. E assim a mulher fez por mais de dez anos, até que ficou doente e não pôde mais ir e vir. Dona Aparecida também passeia na casa dos irmãos em Paulo Lopes, passa longos períodos lá, e quando decide ir não adianta os filhos tentarem dissuadi-la, geralmente alguém se dispõe a ir com ela de ônibus até o centro para colocá-la no ônibus de Paulo Lopes, e de lá ela vai sozinha. O ônibus passou a ser a forma de transporte mais usado pelas pessoas mais velhas porque o transporte é gratuito para pessoas com mais de 65 anos, além disso, não há mais tanta disponibilidade de lanchas para o transporte até Enseada do Brito como há alguns anos.

Na configuração atual do bairro a estrada é um importante referencial, no entanto ser próximo não significa ser de fácil acesso. Todas as casas têm acesso a estrada e é ela que integra o bairro entre si e com outros bairros vizinhos. O fato de a estrada facilitar o acesso das pessoas que vão de carro, ônibus ou mesmo a pé, aos bairros vizinhos, não assegura que eles se tornem simbolicamente lugares próximos. É possível afirmar que existem relações entre as pessoas que moram em toda extensão da Rodovia Baldicero Filomeno, muitas delas são relações de parentesco, outras de amizade, negócios. Existe proximidades simbólicas mais ou menos acentuadas com relação à partes distintas do Distrito do Ribeirão da Ilha, por exemplo a Tapera da Barra Sul apesar de ser a mais próxima geograficamente, é aquela onde a fronteira é

---

<sup>39</sup> Os velhos, principalmente as mulheres quando ficam velhas, tem sua possibilidade de mobilidade bastante aumentada. É nesta fase da vida que eles mais passeiam, andam de um lado para outro, na casa dos filhos, irmãos, netos. Geralmente fazendo a ligação entre duas ou três comunidades diferentes. Existem aquelas que são mais perto e outras que são mais longe, dependendo do tipo de relação que são estabelecidas no decorrer dos tempos.

mais acentuada. Diz-se da Tapera da Barra do Sul que é muito longe, que não se casa com gente de lá, que antigamente as moças da Tapera não ficavam na mesma rodinha do baile que as moças da Caieira. Isto não quer dizer que nada disso aconteça, há casamentos, trânsito intenso, amizades, etc, entre as pessoas de um ou outro bairro, no entanto a fronteira simbólica é ressaltada.

A praia da Tapera da Barra Sul faz fronteira norte com a Caieira e só se chega a Caieira de carro ou ônibus passando pela Tapera. Este povoado organizou-se em torno de outra pequena baía com características um pouco distintas da sua vizinha Caieira da Barra do Sul. Na Tapera desemboca um rio, a baía é rasa e o fundo do mar é lodoso, o que favorece a criação de berbigão, de siris e camarão, importantes na alimentação da população ribeirinha, além de serem importantes fontes de renda dos moradores daquela comunidade. É diferente da Caieira que têm águas claras, fundo do mar arenoso e mais profundo, e onde há alguma pesca mas não há camarões e berbigões. Os dois são lugares calmos, onde parece nada acontecer, além dos carros e ônibus que passam de tempos em tempos.

Entre os locais que são ligados pela Rodovia Baldicero Filomeno, aquele sobre o qual ouvi mais referências é a Ponta da Caiacanga. Esta “Ponta” é um braço de terra que avança sobre o mar e demarcava, no tempo do antigamente, a passagem mais perigosa dos barcos que iam para o centro de Florianópolis, por causa das frequentes mudanças de ventos e correntes marinhas que compõem os imprevisíveis da navegação. Neste local a área plana é bastante extensa, a inclinação do terreno não começa logo depois da estrada, o que fez que nesta parte do Ribeirão fosse possível a construções de muitas casas<sup>40</sup>, assim, é uma localidade bastante povoada seja por veranistas ou por nativos. A ponta da Caiacanga está localizada há aproximadamente 13 km da Caieira, é o local onde moram vários parentes das famílias estudadas, é onde está o supermercado mais próximo. Também foi para este bairro que um dos moradores transferiu sua loja de materiais de construção quando desejou ampliá-la.

Logo depois da Ponta da Caiacanga no sentido bairro-centro, temos a Costeira do Ribeirão, e se desejássemos traçar uma linha que marcasse a fronteira entre os locais que são simbolicamente mais próximos da Caieira e os que são mais desligados dela, poderíamos traçar

---

<sup>40</sup> Há na legislação municipal sobre ocupação do solo uma proibição em construir casas em terrenos com inclinação superior a 45°. Assim, todo o distrito do Ribeirão ficou sujeito a impedimentos na construção imobiliária porque é uma área de morros e onde está o morro mais alto da cidade de Florianópolis.



la na altura da Costeira do Ribeirão, próxima a subida da estrada do Sertão do Ribeirão. As referências dos moradores da Caieira sobre o Ribeirão chegam, geralmente, até este ponto da estrada. Por exemplo, por ocasião de um baile no início do ano de 2004 uma moto de som passou anunciando o dia e horário em que aconteceria o baile no salão paroquial da Caieira, a moto veio até a Costeira do Ribeirão, e antes de chegar na Freguesia ela voltou para o bairro, o que demonstra o interesse em convidar para o baile as pessoas que moram até a altura do Museu do Ribeirão, mais ou menos no número 10.000 da Rodovia, altura em que fica a subida da estrada do Sertão. Num baile anterior os cartazes promocionais foram colocados em todos os estabelecimentos comerciais e em alguns pontos de ônibus desde a Caieira até a Costeira do Ribeirão. Procurei cartazes na freguesia, no ponto de ônibus da frente da escola da Freguesia, onde vários jovens da Caieira estudam, mas não havia nenhum. Os convites para as festas públicas são exemplares da forma como são estabelecidas e intensificadas as relações entre as comunidades próximas da Caieira. E de como algumas são mantidas distantes. Porque há um outro elemento a se considerar quando se convida para festas: os parentes.

A forma como os participantes dos bailes se dispõem no salão também são exemplares destas divisões entre diferentes pessoas pertencentes a diferentes lugares. Este assunto pretendo desenvolver mais adiante, no entanto gostaria de antecipar um aspecto importante para reforçar o argumento apresentado, que diz respeito às rodinhas fechadas que se formam no salão de baile. As pessoas são dispostas segundo sua posição na hierarquia das relações sociais e de parentesco do bairro. Nos bailes que eu fui os homens da Costeira do Ribeirão dançaram sozinhos sem que pudessem entrar em nenhuma roda para dançar. Quando eu tentei permitir a entrada de um deles na roda que eu estava, abrindo espaço para o rapaz dançar voltado para o interior do círculo composto por mulheres, ele foi posto para fora por uma mulher que lhe deu as costas, fechando o círculo ao posicionar-se ombro a ombro com a moça que dançava ao seu lado. As estratégias não são nada sutis, fecha-se a roda sem deixar espaço para o outro entrar. A mesma coisa ocorreu comigo em um outro baile, em que por falta de lugar para eu ficar, encostei-me na parede, que depois percebi ser aquela das moças solteiras, e pouco depois havia um grupo delas encostadas ombro a ombro na minha frente à 15cm de mim, excluindo-me ostensivamente da participação na festa.

Existem outros bairros fora do distrito do Ribeirão que são referência constante para os moradores nativos da Caieira, entre eles o bairro José Mendes e Caieira do Saco dos Limões, ambos próximos do centro de Florianópolis. Estes bairros receberam vários dos moradores da Caieira que buscaram mais proximidade com os locais de trabalho nas regiões centrais da cidade de Florianópolis, segundo meus informantes, desde as décadas de 40 e 50. As casas nestes bairros tornaram-se o que Pina Cabral (2003) define com âncoras na cidade. São casas em regiões centrais de Florianópolis, para onde alguns moradores da Caieira mudaram-se na intenção de trabalhar na cidade. Estas casas facilitaram o acesso à cidade por parte de outras pessoas, principalmente parentes dos primeiros, que tinham um porto seguro, um lugar para onde ir quando eles próprios foram trabalhar na cidade.

Pina Cabral ao falar do contexto português nos esclarece que “nas cidades, o sentimento de pertença entre famílias de baixa burguesia e do proletariado é afectado por processos de desenraizamento” (Pina Cabral, 2003). Provocado principalmente pela migração, pela insegurança urbana e pela mobilidade em busca de trabalho. Para o autor, no entanto, apesar de não haver, como nas famílias burguesas portuguesas, um sentimento de radicação histórica que produzem uma identificação familiar, esta não desempenha um papel de somenos importância. No caso das famílias da baixa burguesia portuguesa o processo que permite as identidades familiares se reproduzirem são as casas que ancoram as pessoas às cidades. Pina argumenta que “a história destas casas reflete bem o processo de urbanização da sociedade portuguesa, que foi acelerando sempre durante todo o século XX” (Pina Cabral, 2003).

Estas casas que funcionam como âncoras na cidade não tem nenhum valor advindo de alguma lógica de transmissão patrimonial. Além disso, a casa não define qualquer tipo de grupo de parentesco, a sua transferência não é determinada por qualquer sistema de regras pré-definidas. O papel central destas casas deve-se ao seu papel de inter-relacionamento familiar e de definição pessoal.

A Caieira “deles” estende seus braços para além dos limites espaciais do próprio bairro, fazendo fluida suas fronteiras. E isso só é possível porque houve um primeiro morador da Caieira que foi morar “fora” e que, embasado nas redes de ajuda mútua que haviam na Caieira, forneceu uma casa como estratégia de ancoragem residencial.

Dona Cecília<sup>41</sup> conta que seu pai faleceu e sua mãe foi trabalhar como doméstica em uma casa do centro. No início mandava dinheiro para sua avó paterna cuidar dos dois filhos, mas com o tempo deixou de mandar dinheiro e “sumiu no mundo”. Por ocasião da morte de sua avó, Cecília foi morar na casa de uma tia paterna que logo depois faleceu, e depois na casa de um tio paterno. Naquela casa começou a namorar com seu futuro esposo, seu primo, filho do tio paterno com quem residia. Morou toda a vida de casada na Casa de seu tio-sogro, e quando ficou viúva voltou a residir na Caieira, onde haviam construído uma casa de praia. A casa no bairro do Saco dos Limões que a recebeu quando mocinha foi vendida para um primo do esposo que residiu por uns tempos na casa do tio-sogro e permanece de propriedade da família.

## 5. A natureza das mudanças

Os aspectos históricos da Ilha de Santa Catarina e da Caieira da Barra do Sul foram apresentados neste primeiro capítulo na intenção de fornecer ao leitor elementos para compor o contexto em que a questão da pesquisa está inserida. Expor como foi formulada a composição populacional da área estudada, e os processos pelos quais passaram o distrito do Ribeirão e a Ilha da Santa Catarina desde os dias do descobrimento, objetivou fornecer um panorama étnico e cultural formulado pelas populações que compuseram a população *nativa* da Ilha de Santa Catarina, identificada recentemente como açorianos. Moradores nativos de outras localidades da cidade de Florianópolis auto-identificam-se como açorianos, reivindicando para si uma identidade baseada na ancestralidade localizada nas Ilhas dos Açores. No entanto, não é porque aspectos culturais são preservados que se faz necessariamente a reivindicação da identidade baseada nestes aspectos. Na contracorrente deste processo identitário, os moradores “daqui” com quem conversei não fazem referência a açorianidade, que lhes é conferida exteriormente. Referem-se a si mesmos como sendo daqui ou de fora. Esta é uma especificidade do contexto etnográfico estudado que pode parecer à primeira vista de pouca importância, no entanto, mostra-se fundamental para compor uma posição no mundo requerida por estas pessoas que se

---

<sup>41</sup> Tem aproximadamente 70 anos, viúva, neta de Seu Moisés, prima de seu Lúe dona Aparecida.

consideram “daqui” da Caieira da Barra do Sul. Não identificar-se como açorianos é, entre outras coisas, não entrar nas disputas políticas da cidade.

Pensar em pertença à Caieira da Barra do Sul no contexto do processo de modificações fundamentais é, entre outras coisas, acionar os elementos desta mudança. As migrações mais recentes, ocorridas na década de 60 deste século, foram responsáveis por modificações importantes no contexto da cidade de Florianópolis e na Caieira da Barra do Sul. Estas migrações fizeram a cidade crescer e se expandir para as antigas freguesias da Ilha. E apesar de num primeiro momento não atingir diretamente a Caieira, que ficou acessível aos novos moradores e freqüentadores apenas a partir da abertura da estrada no fim da década de 70, a atingiu de forma secundária quando fez a cidade ser atrativa para os filhos dos moradores daqui da Caieira. Eles que antes percebiam como principal objetivo na vida a permanência na terra, plantando e colhendo, passam a ter outra possibilidade de ganhar o sustento: o trabalho assalariado na cidade. Uma possibilidade que se mostrava promissora e considerada não tão sacrificante quanto o trabalho na lavoura, que supria as necessidades básicas, mas não lhes fornecia extras para o consumo de pequenos bens e confortos.

Se a maior parte dos filhos jovens parte para trabalhar na cidade as terras já não podem ser totalmente cultivadas, por falta de mão de obra familiar. As roças foram sendo abandonadas. Isto aconteceu um pouco antes da chegada de novos freqüentadores da cidade, que vieram com a abertura da estrada, principalmente depois de 1978, compraram terrenos e trouxeram para alguns moradores da Caieira a possibilidade de trabalhar como caseiros na manutenção de suas casas de praia. A estrada trouxe novos freqüentadores para a Caieira da Barra do Sul, da mesma forma como facilitou o trânsito entre o bairro e o centro da cidade.

Justamente neste período se incorporava a ponta sul da Ilha de Santa Catarina ao Parque da Serra do Tabuleiro, que influiu na forma de vida dos moradores da Caieira porque suas propriedades passaram a ser área de entorno da reserva ambiental. Assim, em um mesmo período houveram mudanças bastante impactantes para a vida dos moradores da Caieira: o trabalho na lavoura deixa de ser a única opção para os filhos das famílias “daqui”, as roças vão sendo abandonadas e o mato começa a crescer, inicia-se um processo – que depois vai tomar força – de preservação ambiental da mata nativa que volta-se para as propriedades das famílias “daqui” que antes cultivavam a terra. Acrescenta-se a isto a chegada de novos freqüentadores sazonais que adquirem terrenos das famílias nativas da Caieira. E num segundo movimento, a

praia dos Naufragados passa a ser ponto turístico bem visitado durante o verão, e indiretamente também a Caieira, por estar na passagem para os Naufragados. No entanto, será que a caieira chega a ser vista pelos turistas?

A Caieira apresentada neste capítulo não é uma apenas, são várias versões que se mesclam e se complementam, compondo um quadro complexo. A Caieira do IPUF é a soma de diversas plantas de quadra e comparando com outros bairros da cidade, praticamente não sofre mudanças desde há muito tempo. A Caieira do IBGE é bem menor que a real em número de casas e de pessoas, é uma Caieira das médias, dos números. A Caieira apresentada pelos guias turísticos é praticamente imperceptível ao turista. É também área de preservação ambiental, preservada para as gerações futuras. E temos ainda a Caieira de seus moradores onde tem baile, tem casamento, tem fronteiras difusas e também aquelas decididamente marcadas. Esta Caieira não se atém ao espaço do bairro e tem braços estendidos para outros lugares.

## 2º CAPÍTULO

### “Daqui e De Fora”

#### INTRODUÇÃO

A chegada de novos moradores na cidade de Florianópolis na década de 1960 favoreceu o contato entre duas populações com origens, *ethos*, vivências e valores muito distintos. E esta diferença foi enfatizada porque os novos moradores provenientes de outros estados brasileiros optaram por residir próximos da praia, locais que até aquela época era reduto de famílias de pequenos produtores rurais e pescadores, que formavam comunidades organizadas em freguesias. As freguesias que se localizavam mais próximas do centro e da UFSC foram escolhidas como locais de residência destes novos moradores. No entanto, antes deste processo já havia contato entre os moradores das antigas freguesias e aqueles das áreas centrais da cidade, uma vez que o veraneio sempre foi praticado por estes últimos. Famílias inteiras passavam os meses de verão nas praias de Florianópolis desde muitas décadas, num contato de dimensões reduzidas e que trazia relativamente poucas mudanças sociais, espaciais e ambientais para estas comunidades de pescadores. A partir da década de 60 e 70 comunidades residentes em freguesias como a da Lagoa da Conceição tiveram suas vidas inteiramente alteradas por conta da especulação imobiliária e do convívio com novos moradores “de fora”, que pertenciam às classes médias urbanas e traziam novos valores, que conflitavam com os nativos.

O embate político e cultural produzido pelo o contato entre os novos moradores que passaram a residir na cidade desde os anos 60 e aqueles que já habitavam a Ilha antes da chegada destes últimos, toma grandes proporções na cena política da cidade de Florianópolis. Os termos do debate são: *nativos*, *manezinhos*, “*de fora*”, *eco-chatos*, *os do contra*, que são transformados em categorias de acusação e passam a definir identidades e atitudes. A principal questão colocada no embate político é o que se deseja para o futuro da cidade de Florianópolis,

uma cidade cosmopolita, voltada para a indústria do turismo ou uma cidade com características provincianas e com natureza preservada.

Na Caieira da Barra do Sul o contato entre moradores e “de fora” também ocorreu, mas teve uma configuração distinta daquela percebida nas freguesias que se tornaram bairros para onde a cidade se expandiu no movimento migratório da década de 70.

## 1. Qual Nativo?

Houve um movimento migratório que trouxe novos freqüentadores para a Ilha de Santa Catarina, inclusive para a Caieira da Barra do Sul. Este movimento colocou em contato pessoas de origens e vidas muito distintas, e teve implicações importantes, seja na configuração espacial dos locais escolhidos para morar, seja nas relações sociais estabelecidas nos novos contextos que se formaram a partir desta leva de novos moradores. São as implicações deste contato que gostaria de tratar a seguir.

A cidade de Florianópolis tem passado por profundas modificações nas últimas duas décadas. As transformações podem ser vistas a olho nu, em aspectos da arquitetura, com a derrubada de sobrados para a construção de edifícios que fazem a cidade crescer verticalmente, nas novas pontes, avenidas, rodovias e túneis. O interior da Ilha ficou próximo e os antigos sítios e praias isoladas transformaram-se em balneários. Para atender o fluxo de veículos e à indústria turística foram feitos aterros, invadiu-se mangues, dunas, áreas de preservação permanente, que provocaram modificações profundas no ecossistema (Ouriques, 1998).

Fantin (2000) relata que a cidade “pacata” cedeu lugar a uma cidade “grande”, “agitada” e “modernizada”. A cidade passou a ter um outro ritmo, que muitas vezes convive com carroças na rua, crianças levando bois para pastar, homens passeando com gaiolas de passarinho. Elementos de uma vida do “tempo de antigamente”, quando Florianópolis era uma cidade pequena e provinciana.

A Ilha recebe aqueles moradores das grandes cidades que procuram vida alternativa em cidades médias, em busca de qualidade de vida, de proximidade com o campo e com a praia, combinada com os confortos da urbanidade. No entanto a chegada dos novos habitantes tomou tal proporção que é considerada por alguns ilhéus como uma verdadeira “invasão da cidade por

moradores de fora” que provocam mudanças na paisagem, nos hábitos, nos valores e a cultura (Fantin, 2000). Colocando em risco a cultura nativa. Aldírio Simões (IPUF, 2000:128) no guia de ruas de Florianópolis organizado pelo IPUF coloca de forma clara esta questão:

“Aqui, visitantes de todas as tribos, mesmo aqueles que vieram para ficar, são bem vindos, elevando, é bem verdade, a pequena cidade à caminho de uma metrópole. Mas o manezinho no fundo, no fundo, não é feliz com esse progresso desenfreado. Considerando as características já enumeradas, apesar de tudo, o ilhéu pode responder-se que é feliz. E tem certeza disso.”

E termina o texto com o parágrafo:

“Sabem, esta noite eu quero sonhar. Sonhar que a terra tremeu. Sonhar que a fantástica Ilha se afastou do continente, flutuando pelos mares do sul, de mãos dadas com a ponte Hercílio Luz, restaurada, majestosa. Quero, então subir ao Morro da Cruz e berrar aos quatro ventos: “*Quem entrou na Ilha entrou. Quem não entrou não entra mais. Adeus, adeus Brasil*”. Sou Ilhéu graças a Deus”.

Como o texto de Simões é exemplar, há uma relação ambígua entre alegria e insatisfação, da parte de alguns moradores nativos de Florianópolis, com relação às modificações que a cidade sofre devido à vinda de novos moradores e frequentadores. A cidade está crescendo, e passando a ter confortos que antes eram impensáveis, mas também alguns problemas que não havia e que estão relacionados com o crescimento urbano.

No contato entre moradores nativos e novos moradores, e na divergência de interesses que motivam uns e outros surgem dicotomias classificatórias. O termo *nativo* passa a ser ressaltado como oposição à *de fora* ou *estrangeiro*. Nativo passa a ser um termo coloquial para referir-se àqueles que nasceram na cidade de Florianópolis, principalmente na sua parte insular. Diversos são os autores que tratam da dicotomia *nativo/ de fora*<sup>42</sup> na Ilha de Santa Catarina, entre eles Maluf (1993), Rial (2001), Kuhnem (2001), Fantin (2000) e Flores (1991).

Maluf (1993) fez pesquisa na Lagoa da Conceição na década de 80, justamente no período que a antiga comunidade de pescadores passava por modificações fundamentais. No período que as propriedades foram sendo vendidas para os *estrangeiros* que estavam chegando, favorecendo o crescimento do bairro de forma a tornar pequena a segregação espacial entre ricos e pobres. Os novos moradores passaram a ser vizinhos dos antigos. O crescimento

---

<sup>42</sup> A oposição *daqui/de fora* não é, de forma alguma desconhecida da antropologia. É uma oposição bastante comum em contextos de contato entre dois ou mais grupos humanos. Inúmeros são os trabalhos etnográficos que acusam a importância da oposição entre nós e os outros, os daqui e de fora, os nascidos e criados e os de fora, nativos e estrangeiros, estabelecidos e outsiders.



populacional do bairro naquele período pode ser analisado como um favorecedor das relações entre dois grupos, dois tipos de pessoa que a certa altura passaram a conviver e que tinham formas de viver e de pensar completamente diferentes. Os moradores nativos identificavam-se com o mundo rural, acreditavam nas bruxas, tratavam-se com as benzedadeiras, viviam da pesca e do cultivo das roças, faziam as farinhadas, as festas de boi e do Divino Espírito Santo, comiam peixe com farinha e café. Enquanto os novos moradores traziam consigo os valores e formas de vida relacionados com a urbanidade e a modernidade. Acreditavam na ciência, recorriam à medicina, eram assalariados, buscavam o contato com a natureza conjugado aos confortos da vida moderna.

Foi esta ampliação da cidade para os contextos antes basicamente rurais, distantes, onde habitavam famílias que viviam em comunidade, que levou para as freguesias do interior da Ilha elementos da urbanidade e fez que as especificidades culturais da população nativa tomassem outra proporção e fosse realçada. Neste contato ficaram evidentes as diferenças entre os moradores nativos e aqueles que chegavam. No contato foi acentuado a falta de traquejo dos nativos com relação aos saberes e valores das classes médias urbanas. Esta diferença que era de classe social e de valores e modos de vida foi posta de forma hierarquizada em que os nativos destas comunidades ficaram em posição inferior e foram sendo chamados de pejorativamente de *manezinhos*.

Carneiro (1998) nos explica que o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente (Carneiro, 1998:53). Para a autora as noções de “rural” e “urbano”, bem como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, e assim, estão sujeitas a reelaborações e diversas apropriações. A autora chega a esta conclusão porque compara os neo-rurais brasileiros aos franceses, e percebe que enquanto os últimos se instalam no campo seguindo o modelo de produção familiar, os primeiros “não realizam uma ruptura com o modo de produção capitalista. (...) reproduzem aqui a arcaica ideologia burguesa e exigem de seus trabalhadores uma ‘racionalidade urbana’ na organização do trabalho e no processo produtivo” (Carneiro, 1998:61)

No entanto, na cidade de Florianópolis o contato entre os mundos rural e o urbano fez que prevalecesse o modo de vida urbano, porque a cidade, antes pequena, precisava se expandir, e o fez para áreas prioritariamente rurais em torno do centro. Diferentemente da realidade encontrada pela autora em outras regiões do país, os novos moradores de áreas rurais não passaram a dedicar-se às atividades econômicas relacionadas com a ruralidade. Levaram a cidade consigo para as antigas freguesias do interior da Ilha de Santa Catarina.

### 1.1. O Manezinho da Ilha

O *manezinho* da Ilha é um personagem bastante presente na cena da cidade, não se refere só a uma construção imaginária, a um *tipo cultural*, como o “malandro” ou o “Jeca Tatu” que assumem um caráter performático, muitas vezes caricatural, que expressam uma determinada visão de mundo, um modo de “estar no mundo” e um determinado *ethos*. Manezinho além destes aspectos refere-se também a biotipos concretos, a pessoas concretas (Fantin, 2000). Em um trecho de uma entrevista concedida a autora em novembro de 1996, Seu Valdemar, funcionário público aposentado, esclarece:

Manezinho quando eu me criava, era chamado matuto, era aquele que morava no interior da Ilha. Era uma pessoa atrasada, que não sabia falar, ler, escrever... pessoas que não tinham meio, não vinham à cidade, só quando vinham de canoa para vendera na feira, onde tem o camelô, e no mercado vendia peixe. Eles eram classificados de manezinho (Fantin, 2000:164).

O termo, segundo Rial (2001), não faz referencia ao nome português Manoel, o que, segundo a autora, poderia “explicar seu uso como injúria, dado os conhecidos preconceitos contra os portugueses, e sim de uma palavra tupi (ma’nema)” (Rial, 2001:17). Manezinho é o “diminutivo de “mané” que quer dizer *tolo* e também *farinha grossa*” (idem). O termo equivale ao *caipira* dos paulistas e refere-se ao sujeito que vive isolado, que não conhece as coisas da cidade, “alguém que gosta de *mané*, ou seja, um produtor ou comedor de farinha” (idem), e refere-se às populações mais pobres das áreas rurais da cidade de Florianópolis para quem a farinha de mandioca é a base da alimentação. Ser *manezinho* era demonstrar e ser associado com falta de traquejo com as modernidades presentes na urbanidade, e para com este mundo

ter uma atitude considerada ingênua, estar voltado para o mundo rural, expressar-se verbalmente de forma “caipira” sem basear-se nas normas cultas.

*Manezinho* era um termo de acusação, uma palavra que serve para identificar um outro depreciado socialmente, por isso é um termo que raramente se ouvia como auto-identificação: “eu sou manezinho”. Usado como ofensa ele acaba por produzir um modo eficaz de distinção social, separando superiores e inferiores. Os superiores neste caso são aqueles que chegam de fora e conhecem os códigos da cidade e da modernidade, enquanto ser *manezinho* é estar em posição de inferioridade, alguém que é ninguém, que não está integrado na cidade, aos códigos de civilidade, à tecnologia. A posição inferior a que os moradores *nativos* de Florianópolis eram considerados nesta dicotomia possibilitava que lhes fosse atribuído termos pejorativos.

Nos últimos anos, porém se percebe uma ruptura semântica importante com relação ao termo *manezinho*. A identidade de *manezinho da ilha* entra em um processo de afirmação como a do verdadeiro ilhéu, “aquele que conhece os códigos e modos de vida do lugar, que conhece e fala daqui. O que antes era motivo de vergonha passou a ser positivado como um motivo de orgulho porque *manezinho* é o ilhéu mais ilhéu que os outros” (Fantin, 2000). Este homem relacionado com a natureza é o representante da tradição. Ele é o responsável pela manutenção dos costumes e da própria natureza.

Rial (2001) esclarece que este movimento de positivação do *manezinho* está relacionado com uma valorização social da Ilha de suas belezas naturais, e incluído nestas belezas naturais está o homem “natural”, o ilhéu. “Mas não é qualquer ilhéu e sim aquele que guarda algum traço exótico, de distância em relação ao visitante (o pescador, o fazedor de farinha, o que fala um português ‘diferente’)” (idem).

O movimento de positivação do *manezinho* pode ser explicado segundo três fatores: a identificação destas populações do interior da Ilha de Santa Catarina e litoral próximo como os legítimos representantes da cultura açoriana, que fundamenta o movimento açorianista. Este movimento surgiu nos anos 40 tendo por base uma distinção valorizada à nível estadual entre as diferentes etnias que colonizaram o estado de Santa Catarina. Os alemães e italianos eram considerados os empreendedores e responsáveis pelo desenvolvimento industrial do Estado, enquanto os açorianos eram considerados preguiçosos e sem iniciativa, uma vez que a região ocupada por eles não se desenvolveu industrialmente. Surge assim um antagonismo hierarquizado baseado no fato das cidades de colonização italiana e alemã serem

industrialmente mais desenvolvidas que as do litoral devido a “índole empreendedora dos italianos e alemães” (Flores, 1991) que eram caracterizados como trabalhadores de espírito criativo, em oposição ao português e açoriano que não eram afeitos ao trabalho e ao empreendedorismo<sup>43</sup>, considerados acomodados, conformistas e indolentes.

Esta percepção sobre o açoriano era compartilhada tanto pelos que se consideravam de origem alemã e italiana, quanto pela elite local que requeriam uma origem luso-açoriana, e justificavam o atraso de Florianópolis com relação às cidades do Vale do Itajaí (com colonização de origem alemã). Flores refere-se ao conceito associados aos açorianos: são responsáveis pelo atraso econômico do litoral catarinense devido a sua “índole fatalista, simples, arraigado a crenças e superstições, conformado e até satisfeito” (Flores, 1991:151).

No final da década de 40 aconteceu o I Congresso de História Catarinense e nele comemorou-se o segundo centenário da colonização açoriana. Inicia-se a partir deste seminário um movimento de valorização e resgate da cultura luso-açoriana e sua contribuição para a formação do Estado catarinense. Os porta-vozes deste movimento foram intelectuais e políticos.

Flores (1996) chamou este processo de “invenção da açorianidade”, que tinha como interesse valorizar o habitante do litoral catarinense e afirmar a brasilidade de Santa Catarina frente ao perigo alemão justamente no período da 2ª Guerra Mundial. Ao se valorizar o empreendedorismo dos migrantes alemães e italianos a cultura alemã era valorizada em um período histórico perigoso para isto, por causa da associação destas populações com nazismo. No entanto, apesar dos esforços em valorizar a cultura luso-açoriana ainda permaneceu prevalecendo uma imagem negativa do homem do litoral, que ainda é visto como preguiçoso e “acomodado” (Fantin, 2000).

Assim, já havia uma tentativa de positivar o modo de vida e a cultura açoriana desde a década de 40, mas que até o momento misturava-se a uma diversidade de vozes sobre as etnias de Santa Catarina. Com a chegada de novos moradores em Florianópolis a partir da década de 60 e as diferenças que foram ressaltadas entre estes e os antigos moradores da cidade, o movimento de posituação da cultura açoriana é retomado e resignificado, sendo associado ao embate entre “estrangeiros” e “nativos”. Desta forma o movimento de posituação da posição

---

<sup>43</sup> Diversas são as justificativas para o fenômeno da falta de desenvolvimento industrial das áreas litorâneas do Estado que não se baseiam na etnia de seus colonizadores.

semântica dos termos de *nativo* e do *manezinho* com relação aos recém chegados tomou força, associando-os a uma recém redescoberta identidade açoriana.

O movimento de açorianização das populações nativas do litoral de Santa Catarina tem diversos defensores tanto no plano político partidário e administrativo, quanto no plano teórico, com diversos representantes defendendo a questão. A cultura açoriana é reivindicada politicamente a nível cada vez mais abrangente, como sendo a base da cultura popular destas localidades.

Fantin (2000) trata dos embates e se refere ao movimento açorianista. No entanto é na tese de Eugênio Lacerda, intitulada *O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos locais e globais da açorianidade* (2003), que esta associação é colocada de forma muito clara. Uma parte dos dados em que ele embasa seus argumentos, de que a açorianidade pode ser encontrada em diferentes contextos longe das ilhas de Açores, ele diz ter recolhido no distrito do Ribeirão da Ilha, daí o interesse por esta tese em particular. Ao se analisar o cadastramento dos aspectos da cultura açoriana no litoral catarinense pode-se perceber que diversos aspectos da cultura popular foram classificados como provenientes da cultura açoriana. Havendo, desta forma, uma associação da cultura popular trabalhada e definida como identidade açoriana.

No entanto é possível se fazer o caminho inverso, e dizer que ao caracterizá-los /identificá-los como açorianos os autores estão na realidade definindo-os como aqueles que são representantes de uma cultura popular. Eu percebo que Eugênio Lacerda em sua tese sobre açorianidade fora de Açores faz identificar aspectos da cultura popular e identifica-los com a cultura açoriana. A inovação do argumento de Lacerda (2003) é relacionar alguns aspectos culturais encontrados na Ilha de Santa Catarina entre *descendentes de açorianos* com aspectos semelhantes encontrados em outros locais que receberam população migrante de Açores e dizer que fazem parte de um mesmo conjunto cultural: a cultura açoriana. Assim que se reforça a idéia de cultura açoriana como sendo a cultura das populações rurais, pescadores, pobres do interior da Ilha de Santa Catarina.

Enquanto o termo manezinho vai sendo positivado ele ganha força política para ser apropriado como identidade que tem um forte apelo político partidário. Fantin (2000) esclarece quais e como são as questões sobre o futuro da cidade que mobilizam as forças políticas na Ilha. Há problemas estruturais enfrentados na cidade que são muitas vezes associados ao fluxo migratório que a Ilha vem recebendo ultimamente. Aumento da violência, pobreza,

agravamento das questões sociais e urbanas, poluição das praias, aumento da quantidade de lixo produzido, falta de água tratada em períodos de maior consumo, além da crescente vinda de novos moradores, têm estimulado o debate acerca do futuro de Florianópolis e de suas perspectivas.

Nas eleições de 1996 o *manezinho* tornou-se um pré-requisito disputado por diversos candidatos e forças políticas divergentes. A figura do *manezinho* foi usada politicamente na construção de um discurso xenófobo contra a Frente Popular, em especial contra os *gaúchos*. Ser *manezinho* era ser um porta voz dos nativos da cidade, e “cada um a seu modo reivindicava a condição de ‘ser mané’, ou caricaturas do *manezinho*, transformando-o num ícone da Ilha” (Fantin, 2000:179).

Durante a campanha política eleitoral um candidato à prefeitura tinha como jingle o refrão: “manezinho da ilha eu sou”, com ele a campanha pretendia salientar o fato deste candidato ter nascido na Ilha de Santa Catarina, e por isso mesmo ser o mais apto para governa-la, uma vez que conhecia-a “como a palma da mão” e por isso era justamente aquele que melhor compreendia as necessidades do seu povo. Outro candidato centrou-se no refrão: “Vinícius é quiiiiiiido” (querido), uma referência a um tratamento popular dos *manezinhos* que, nas entrelinhas, dizia que o tal candidato, apesar de não haver nascido em Florianópolis, era querido por sua gente e portanto podia fazer um bom governo. Em ambos os discursos o argumento era que os *estrangeiros* não conheciam nem respeitavam a cidade e suas tradições e que deveriam ser expulsos da Ilha ou do poder. A autora concorda que a eficácia do discurso e a forma como ecoou e foi aceito, principalmente no interior da Ilha indica que havia algo mais em ação do que um simples recurso de propaganda (Fantin, 2000).

Foi um processo iniciado nos anos 80 que provocou este discurso, quando surgiu em Florianópolis a intervenção dos ecologistas e de outros movimentos sociais. Este processo correu impulsionado pelos formadores de opinião que se manifestam em jornais, televisão e livros, que alimentavam a idéia de que estes atores sociais eram “inimigos da cidade”, “os do contra” (Fantin, 2000; CECA, 1996). Esta foi uma campanha promovida por empresários e políticos locais que se diziam Amigos de Florianópolis, queriam seu desenvolvimento – associando-a com Manhattan ou denominando a Capital Turística do Mercosul – enquanto os novos moradores eram chamados os “do contra” que queriam que a cidade permanecesse provinciana, com suas ações de atores progressistas ecológicos, chamados *eco-chatos*.

O debate avançou na mídia e na cena política por toda a década de 80 e ocorre até hoje. E é fato que grupos dominantes, atentos a repercussão e eficácia deste estigma junto a população tradicional da Ilha, intensificaram o uso deste comprovado instrumento politicamente eficaz no processo eleitoral. Os conflitos sutis, cotidianos, são aproveitados politicamente, com nova conotação, produzindo discurso que acaba tendo repercussão eleitoral. Segundo Fantin (2000:184) “o discurso contra os “de fora” teve eficácia e receptividade porque respondeu e deu sentido a uma situação real, deu visibilidade a uma tensão conflitiva vivida cotidianamente entre os “estrangeiros” e os “nativos””. Permitiu se nomear os conflitos e identificar as causas e os causadores do “atraso” da cidade de Florianópolis e culpabilizar os responsáveis pelas mudanças culturais ocorridas. Os responsáveis pelo não desenvolvimento da cidade, os que são contra os grandes empreendimentos políticos, contra a Farra do Boi são os “de fora”, os *estrangeiros*, os *gaúchos*.

É neste contexto político que se insere a Caieira hoje. Ela é considerada por diversos agentes exteriores ao próprio bairro, uma comunidade tradicional, ainda preservada do contato culturalmente “devastador” com os novos moradores da cidade e dos efeitos da urbanidade. Seus moradores são identificados como açorianos, onde a cultura açoriana é mantida e preservada. Desta forma que a Caieira é considerada pelo Instituto de Planejamento Urbano da cidade de Florianópolis, é representada nos guias turísticos, nos jornais e alguns textos acadêmicos<sup>44</sup>. Para Pereira (1991:16) o distrito do Ribeirão é na atualidade o “mais rico em tradições açorianas, marco fundamental da colonização da Ilha de Santa Catarina”<sup>45</sup>.

No entanto, é preciso levar em consideração uma proposição de Barth (1969), segundo a qual o critério de definição de uma identidade deve ser o de auto-identificação. É preciso cuidado na atribuição de qualquer identidade. Desta forma, procuro a seguir apontar para a forma como na Caieira é vivenciada esta auto-identificação.

---

<sup>44</sup> Ver Pereira (1990), Lacerda (2003), Farias (1998)

<sup>45</sup> No entanto, cultura é um conceito que se refere a algo bastante sutil com relação a forma como os indivíduos vão atualiza-la. A cultura fornece um “mapa”, ou uma “lente” através da qual as pessoas vêem o mundo, o interpretam, o significam e o vivenciam, mas que, no entanto não atinge todos da mesma maneira (Geertz, 1988; Da Matta, 1998). Nem mesmo no sentido de haver uma identidade comum, baseada em aspectos compartilhados pelo grupo, esta identidade pode haver, como não. É neste sentido que proponho utilizar a noção de pertença, porque ela permite um grau de compartilhamento de valores, formas de ver o mundo e *ethos*.

## 1.2. Caieira da Barra do Sul: inserção no debate

Apesar de haver uma associação das populações do interior da Ilha com os imigrantes açorianos do século XVIII, associação esta nascida da necessidade de posituação da figura do *manezinho* – que a população da Caieira era representativa por excelência, já que se enquadrava no perfil do homem do campo que vivia isolado e não conhecia a cidade – no próprio bairro esta identidade não era reivindicada.

Os moradores da Caieira não se identificam como açorianos, não reivindicam identidade açoriana, não fazem referência à antepassados provenientes do arquipélago de Açores. Nunca ouvi da parte de algum morador da Caieira algo como “eu sou açoriano”. Quando eu perguntava pela origem de seus pais e avós me respondiam: eles eram daqui, seus pais também eram daqui, e seus pais também<sup>46</sup>. Lembrei de uma anedota que Geertz (1988:39) faz referência no seu texto *Por uma teoria interpretativa da cultura*:

“Há uma história indiana (...) sobre um inglês a quem contaram que o mundo repousava sobre uma plataforma apoiada nas costas de um elefante, o qual, por sua vez, apoiava-se nas costas de uma tartaruga, e que indagou (...), e onde se apóia a tartaruga? Em outra tartaruga. E essa tartaruga? “Ah, “Sahib: depois destas são só tartarugas até o fim””.

Assim é geralmente a referência que na Caieira se faz aos antepassados. Buscar ir mais fundo nas genealogias é infrutífero, são daqui assim como sempre o foram. Vive-se hoje como sempre se viveu. As mudanças são minimizadas, os conflitos são diminuídos, as emoções são controladas. Esta é a forma boa de se viver. Se hoje eles são “daqui” é porque sempre foi assim.

Mesmo que a arquitetura mostre as marcas da colonização açoriana, a identidade açoriana não é apropriada como uma auto-identificação pelos moradores nativos da Caieira da Barra do Sul. As referências a aspectos da cultura açoriana não são base para reivindicação de identidade pelos moradores “daqui” da Caieira. Esta é uma especificidade do contexto

---

<sup>46</sup> Alguns que tiveram antepassados de fora diziam que seu avô era de família da Enseada do Brito, ou de outras localidades próximas. Apenas um senhor com quem conversei disse-me que seu bisavô (ou trisavô, nem ele sabia precisar) era austríaco. Esta era uma espécie de lenda familiar, que ele recorria para ilustrar a idéia de que foram muitos os náufragos que ficaram na região, casaram com filhos “daqui” e fundaram famílias.



etnográfico estudado, já que outras localidades da Ilha de Santa Catarina, que compartilham com Caieira elementos históricos da colonização por famílias provenientes do arquipélago dos Açores, costumam requerer para si uma auto-identificação como açorianos<sup>47</sup>. A identidade açoriana é remetida aqueles que são considerados os legítimos descendentes dos primeiros açorianos que colonizaram o litoral catarinense. E em alguns contextos considerados semelhantes – devido a base da colonização – esta é uma identidade requerida pelos próprios moradores.

Quando nos guias turísticos, nos jornais locais, nos debates políticos ou em trabalhos acadêmicos sobre o distrito do Ribeirão e por extensão à Caieira da Barra do Sul se faz referência à identidade açoriana, não se está simplesmente inventando um processo identitário, mas se está aplicando a esta população uma mesma lógica que serve em outras comunidades da Ilha. No contexto da cidade a população da Caieira da Barra do Sul é considerada como descendentes de açorianos<sup>48</sup>, e portanto, açorianos. Esta identificação é exterior à Caieira da Barra do Sul, e assim, a discussão que os insere como atores políticos importantes na cena da cidade passa por fora da realidade de suas vidas cotidianas.

No contexto de discussões políticas que vigora na cidade de Florianópolis é privilegiada a dicotomia nativos/estrangeiros, *manezinhos*/de fora. Na Caieira a dicotomia daqui/ de fora, que poderia ser pensada de forma semelhante, porque se refere a uma diferença entre os nascidos no lugar e os que chegaram depois. No entanto, ali ela tem outro significado. Enquanto Fantin acusa o valor político associado ao termo nativo ou estrangeiro como aquele de reivindicação política de uma cidade cosmopolita ou provinciana, na Caieira a dicotomia classificatória refere-se à vida cotidiana nas casas e na comunidade. Refere-se ao perfil e as atitudes esperadas de cada um que se encontra no bairro.

Diferente da relação potencialmente conflituosa que há em outros contextos da cidade, os moradores “daqui” da Caieira não têm com os “de fora” uma relação de tensão definida a priori, que se poderia supor ao se inteirar da cena política de Florianópolis, ou ao se olhar para as relações entre nativos e “de fora” estabelecidas em outros bairros, como a Lagoa da

---

<sup>47</sup> Em um debate promovido pelo programa de pós-graduação da UFSC sobre perspectivas do turismo em Florianópolis (em março de 2003) foram convidados a palestrar personagens envolvidos com a questão do desenvolvimento da cidade. Um morador nativo da Lagoa da Conceição, que por duas vezes foi eleito vereador de Florianópolis, formulava um discurso em que referia-se a si próprio – e por extensão, à população da Lagoa da Conceição – com açoriano. Dizia em meio aos argumentos favoráveis à promoção do desenvolvimento turístico da Ilha: “eu sou açoriano”.

<sup>48</sup> Inclusive como referências em livros e teses. Ver autores como Pereira (1991) e Lacerda (2003).

Conceição, por exemplo. As brigas e tensões que ocorrem na Caieira da Barra do Sul são geradas, geralmente, nas divergências do cotidiano. O que a distinção classificatória “daqui” e “de fora” aponta é muito mais para uma relação de poucos contatos, ou de contatos hierarquizados e formais, do que para tensão. Na realidade se briga muito mais com os conhecidos e parentes, com quem se convive, do que com os “de fora”, que não participam de suas vidas. Na Caieira a vida cotidiana é a que tem valor, é sobre isso que se fala, que se preocupa. E como a relação estabelecida com os de fora é de relativo isolamento e pouco contato, não são estas relações tensas por excelência. Durante a pesquisa de campo eu entrei em contato com vários conflitos e tensões. A maior parte ocorria entre familiares por causa dos netos, do cuidado com os velhos, da forma como a esposa trata o marido. Fui informada de apenas uma situação de conflito entre um *novo morador* e alguns moradores “daqui”. Brigaram por causa de um contrato de arrendamento por cinco anos de um bar na propriedade do morador “de fora”. O dono da propriedade insatisfeito com o barulho promovido pelos freqüentadores do bar durante as madrugadas quis reduzir o tempo do arrendamento, o que produziu uma grande desavença entre o dono da propriedade e vários parentes e vizinhos do arrendatário que entraram na disputa para defender o “filho de dona Mariana que vivia do bar”. Como haviam assinado um contrato, o proprietário não conseguiu seu intento e para forçar o não funcionamento do bar cortou em pedacinhos toda a mangueira que trazia água da cachoeira e que passava por sua propriedade.

Geralmente não há da parte dos moradores da Caieira uma atuação política que extrapole os limites da própria comunidade. Suas relações políticas circunscrevem-se ao cotidiano. Isto não é bem visto por moradores “de fora” que freqüentam o bairro. Dona Laura<sup>49</sup>, uma veranista freqüentadora da Caieira há mais de 20 anos acusa-os de serem muito “parados”. Conta um caso ocorrido há três anos quando alguns barcos de pesca passaram a atracar na Caieira durante a noite para se proteger do alto mar. Segundo a veranista os barcos jogavam dejetos, lixos e combustível na água do mar, deixando a praia suja. Como os moradores nativos não se manifestaram para que os barcos fossem proibidos de atracar naquelas praias, um veranista promoveu um abaixo assinado para reivindicar junto a marinha para que fosse proibido a permanência dos barcos nas praias da Caieira. Os moradores

---

<sup>49</sup> Casada, aproximadamente 43 anos, do lar.

assinaram e desta forma a marinha proibiu a permanência dos barcos de pesca. Segundo dona Laura,

“por eles os barcos ainda estariam aí. Se não fosse meu marido fazer o abaixo assinado... O povo daqui é muito parado, aceitam tudo que é feito com eles. Tem que vir alguém de fora para dizer isso ou aquilo não está certo. Eles por eles vão aceitando tudo”.

Eles no caso são os moradores “daqui” da Caieira, que não se mobilizaram para reivindicar que não houvesse agressão ao meio ambiente. Procurei a versão de algum morador “daqui” sobre o assunto, e uma senhora explicou-me que o Fulano fez o abaixo assinado, todos assinaram, mas os barcos não os incomodavam. Isto porque a praia para os moradores daqui não tem o caráter lúdico que tem para os veranistas. Para esses moradores mais antigos a praia serve para pescar, limpar peixes, consertar redes, é local de trabalho, e além disso, a praia é considerada de uso público. E sendo assim, os barcos de pesca estavam utilizando o mar para facilitar seu trabalho.

A relação estabelecida entre moradores nativos e demais freqüentadores / moradores é um dos elementos que compõem pertença ao bairro.

## *2. Moradores e Freqüentadores: Classificação das pessoas*

As referências espaciais e temporais são essenciais para determinar o sistema classificatório que opera na categorização das pessoas na Caieira da Barra do Sul. Os termos que fazem referência à pertença ao bairro, os “daqui”, os “de fora”, moradores, veranistas e turistas, são acionados na elaboração do perfil de cada um, e a partir deste perfil se definem e estabelecem comportamentos, atitudes e relações. A forma como as pessoas são classificadas influencia na vida cotidiana da comunidade e das pessoas, e na própria divisão sócio-espacial do bairro.

Em todas as conversas com moradores da Caieira havia uma pergunta importante: tu és daqui? “Ser daqui” ou “de fora” é uma primeira classificação das pessoas no bairro, e esta classificação aciona noções como: *daqui, de fora, de praia, morador, nativo, manezinho*, parentes, família, casa.

Há uma combinação variada destes elementos, é possível dizer que existem moradores “daqui” e “de fora”, “de praia” “daqui” e “de fora”, “daqui” que não moram na Caieira, existem trabalhadores “de fora” que atuam na Caieira, bem como há “daqui” que foram criados longe e vieram morar só depois de adultos. Esta é uma elaboração provisória, que nos permite um panorama geral dos tipos que convivem no bairro, mas que também nos possibilitam antever a dimensão da complexidade das formas que assumem as relações estabelecidas.

Alguém poderia perguntar, que novidade há na identificação das pessoas com o local de nascimento, uma vez que todos costumam se identificar com um lugar (geralmente de nascença) e dizer que é de tal cidade ou tal bairro.

A análise centrada na identificação das pessoas<sup>50</sup> permite acessar um processo de modificações ocorrendo. O processo de mudanças que o bairro está passando influencia no sistema classificatório que opera na Caieira, e neste novo contexto, os sentimentos de pertença são elaborados segundo uma mesma lógica que operava antes da chegada dos novos moradores e freqüentadores na década de 70. Mesmo havendo mudanças o sistema classificatório opera com a mesma lógica em que a classificação “daqui” e “de fora” é usada para referir-se àqueles que eram provenientes de outras localidades, mas que compartilhavam com eles o *ethos* de pequenos produtores rurais de áreas isoladas da cidade. A distinção regulava e informava sobre as famílias e as relações de parentesco estabelecidas entre famílias de uma mesma comunidade ou de comunidades distantes. Atualmente um novo elemento passou a integrar a antiga dicotomia. Novos moradores, com diferenças fundamentais na forma de vida passaram a ser classificados segundo a mesma lógica. “Daqui” e “de fora” continua referindo-se ao lugar de nascimento e as relações entre famílias, no entanto, agora incorpora sob o mesmo termo classificatório, elementos distintos daqueles que o compunham. Isto faz que os próprios termos classificatórios passem a ser mais abrangentes. “De fora” passa a incorporar também aqueles veranistas e freqüentadores, de classes médias urbanas, que têm outro *ethos* e que não entram nas redes de trocas matrimoniais.

Além disso, acontece na Caieira e, acredito, merece uma atenção especial, a valorização da pertença daqueles que vivem longe do bairro. Constantemente alguns destes sujeitos

---

<sup>50</sup> Brandão (1986) define pessoas como seres coletivos em sua individualidade – únicos mas sem muitas diferenças uns com os outros, capazes de expressar com os gestos de suas vidas as ordem social e simbólica dos seus mundos de cultura. Indivíduos que por serem capazes de viver segundo os padrões dessa cultura, são finalmente considerados como pessoas de sua sociedade. O sujeito transformado em pessoa é um expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social onde vive.

atualizam suas ligações com os lugares praticados por sua família, as unidades de co-residências onde cresceram, as Casas que foram importantes para seus parentes, os amigos e vizinhos. A pertença é atualizada ao participarem das atividades sociais da comunidade, como bailes e bingos, ou ainda quando voltam para morar na Caieira depois de aposentados, ou quando constroem suas casas de veraneio “aqui” e freqüentam a Caieira nos meses de férias, ou ainda quando enviam os filhos adolescentes para residir com parentes na Caieira, o que propicia casamentos “daqui/daqui”. A Caieira é um lugar para se voltar, é um lugar de referencia na vida, mesmo que tenha sido vivida a maior parte do tempo em outros lugares.

Busco resgatar a noção de classificação definida por Durkheim, em seu texto clássico de 1903 sobre formas primitivas de classificação, porque o exercício de aplicar sua lógica ao contexto etnográfico desta pesquisa pode nos fornecer um esclarecimento sobre a forma como as noções de “daqui” e “de fora” são utilizadas na Caieira da Barra do Sul. Durkheim e Mauss nos ensinam que classificar coisas “é ordena-las em grupos distintos entre si, separados por linhas de demarcação nitidamente determinadas” (Mauss, 2001:400), e embasa seu argumento nos sistemas classificatórios australianos. Segundo Durkheim e Mauss os sistemas classificatórios primitivos, assim

“como as classificações dos cientistas são sistemas de noções hierarquizadas. As coisas não são dispostas simplesmente sob a forma de grupos isolados uns dos outros, mas tais grupos mantêm entre si relações definidas e seu conjunto forma um só e mesmo todo” (Mauss, 2001:450).

Uma idéia crucial já posta por Durkheim e Mauss sobre os sistemas de classificação e sua importância nas vidas das pessoas é sobre a utilidade da classificação para a organização social. As classificações não fornecem modelos para a forma das pessoas se organizarem em grupos. As classificações são destinadas a

“unir as idéias entre si, a unificar o conhecimento. (...) Não é com vistas a regulamentar a própria conduta nem para justificar sua prática que o australiano reparte o mundo entre os totens de sua tribo; mas, sendo que para ele a noção de totem é cardeal, sente a necessidade de situar com relação a esta todos os seus demais conhecimentos”. (Mauss, 2001:451, *grifos meus*).

E acrescenta que

“a sociedade não foi simplesmente um modelo segundo o qual o pensamento classificador teria trabalhado; foram seus próprios quadros que serviram de quadros ao sistema. As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as

primeiras classes de coisas foram classes de homens nas quais tais classes foram integradas. Foi porque os homens estavam agrupados e viam-se em pensamento em forma de grupos que agrupavam idealmente os outros seres, e as duas maneiras de agrupamento começaram a confundir-se a ponto de se tornar indistintas” (Mauss, 2001:451, *grifos meus*).

Entretanto seria infrutífera a busca por uma lógica organizacional presente na dicotomia que classifica as pessoas em “daqui” e “de fora”. Ser “daqui” e “de fora” serve como um eixo pelo qual se situa os demais conhecimentos, que está relacionado com espaço e com parentesco. No entanto apesar da classificação em si não propor um modelo organizacional, ela traça um perfil das atitudes comuns e esperadas de uns e de outros. A classificação trabalha como um operador da diferença, faz a distinção, mas não necessariamente a mesma distinção. Há uma lógica relacional na dicotomia.

Também na classificação êmica em “daqui” e “de fora” há uma necessidade de situar nesta relação uma série de conhecimentos que a princípio não estariam relacionados com esta distinção, mas que fornece aos “daqui” uma possibilidade de compor um perfil bastante abrangente do sujeito classificado. Não há essencialmente receitas de comportamentos individuais na noção de ser “daqui” ou “de fora”, mas marca uma diferença, uma distinção na forma como o sujeito pode agir. Principalmente quando as atitudes são respostas às noções culturalmente compartilhadas. Como por exemplo a idéia vigente entre a população de comunidades rurais do interior da Ilha de Santa Catarina de que a terra tem um aspecto comunitário e alguns lugares devem ser praticados pela comunidade e precisam ser compartilhados. Na Caieira há um grande terreno que cobre o morro e termina na comunidade do Saquinho, ele é cortado pela trilha que liga o Saquinho à Caieira. O proprietário deste terreno, que é “daqui”, acredita que não é “certo” impedir a passagem das pessoas por sua propriedade com cercas ou portões, e mesmo que algumas vezes tenha incômodos por causa do gado que vai para longe ou do roubo de frutas pelos passantes, ele nunca impediu a passagem por sua propriedade. O que informa sua decisão são saberes e modos de fazer referentes aos “daqui”.

A seguir busco esclarecer as categorias encontradas em campo e como elas são tratadas naquele contexto.

## 2.1. Moradores, veranistas e turistas

Há diversidade na forma de vivenciar e praticar a Caieira da Barra do Sul, diversidade esta que pode ser agrupada em três tipos de freqüentadores: moradores, veranistas e turistas. Os primeiros são aqueles que residem permanentemente no bairro, durante todo o ano. Os veranistas freqüentam-no sazonalmente, por períodos de 2 dias a 3 meses, sendo que geralmente há recorrência na visita, todos os anos, ano após ano, passam alguns dias veraneando em uma casa de praia na Caieira. E por fim, os turistas, são aqueles que passam pelo lugar brevemente, vem para passar o dia ou alguns poucos dias e raramente estabelecem uma recorrência na visita.

A maioria dos moradores da Caieira pertence às classes trabalhadoras, muitos prestam serviços na cidade, são balconistas, padeiros, merendeiras de escolas, funcionários da prefeitura, faxineiras, empregadas domésticas, cobradores e motoristas de ônibus, outros prestam serviços no próprio bairro, cuidando de casas de praia, fazendo a faxina e a limpeza dos terrenos. Poucos são aqueles que ainda mantêm atividades ligadas ao mundo rural, como a criação de coelhos, galinhas ou de gado, ou umas poucas roças de mandioca e milho. Esta atividade econômica é exercida principalmente pelos mais velhos, pessoas com mais de 50 anos e raramente é a única atividade econômica da família. Vivem modestamente com algum conforto, em que cada família conjugal tem sua casa própria, mobiliada, seus filhos freqüentam a escola.

Estes moradores da Caieira, considerados “daqui” constroem suas casas em conjuntos co-residenciais onde mora a família extensa, porque o ideal é que se cerque espacialmente de pessoas da família. Mesmo aqueles que passaram a fazer parte economicamente da classe média – professores ou proprietários de lojas – mantêm o padrão residencial na Caieira muito semelhante ao de seus pais e irmãos e continuam distinguindo-se dos *novos moradores*.

Apesar de haver uma tendência geral a ancoragem da memória em lugares que as praticas familiares apontam como importantes na configuração das pessoas, sempre houve compra e venda de terrenos entre os moradores “daqui”. Isto possibilitou que com a chegada de novos moradores e veranistas os terrenos pudessem ser negociados, e estes adquirissem terrenos que antes faziam parte das Casas da Caieira<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> No terceiro capítulo será apresentada a dinâmica da casa da Dona Minerva, que é um bom exemplo disto.

Existem moradores que passaram a viver na Caieira a partir do fim da década de 80, mas principalmente nos últimos 10 anos. São provenientes de outros lugares do Brasil e do mundo. Em sua maior parte são casais de meia idade, já aposentados, de classes médias urbanas, com filhos já casados, que não residem com os pais. Eu os denominei *novos moradores*, em parte porque foi esta uma das denominações que lhes era atribuída por outros moradores do bairro, e em parte porque este movimento de casais – com ou sem filhos – de classes médias urbanas passarem a residir na Caieira é bastante recente. Mas também porque a presença destes *novos moradores* na Caieira, apesar de não ser em grande número, uma vez que somam apenas 10 famílias, estabelece e ressalta diferenças marcantes entre eles e as famílias que residiam no bairro antes da sua chegada. Trás elementos novos que se contrapõem a características dos moradores nativos do bairro, um exemplo é a própria idéia de natureza e de tranquilidade, de descanso e aposentadoria. Estes *novos moradores* argumentam que escolheram morar no bairro por causa da tranquilidade e por estar perto do mar e da natureza, para fugir da agitação da vida na cidade. Na concepção deles a Caieira é o lugar onde se está em relação com a natureza exuberante e com o mar.

Uma característica destes *novos moradores* é seu relativo isolamento. Como não buscam na Caieira o aspecto social da vida em comunidade, raramente estabelecem com os outros moradores alguma relação mais próxima de troca ou mesmo conversas. E suas casas são representativas desta disposição ao isolamento, geralmente têm muros altos e portões fechados, cercas e grades nas janelas, reproduzindo a forma de se morar na cidade e distinguindo-se das outras casas do bairro que não tem grades, muros e muitas vezes nem cerca no terreno. Dois dos *novos moradores* trabalham no próprio bairro, nos cultivos de ostras e mariscos de sua propriedade. Estes são os que têm mais contatos com os outros moradores do bairro, contatos estes estabelecidos principalmente pelas relações de trabalho.

Os veranistas ou “de praia” são aqueles que freqüentam o bairro sazonalmente e com regularidade, vem – quase – todos os anos durante os meses de verão. Existem veranistas “daqui” e “de fora”. Os veranistas “de fora” somam a maioria dos proprietários das *casas de praia* da Caieira. Das 62 casas de praia mais da metade são de proprietários “de fora”. Pude conversar com quinze veranistas “de fora” de famílias diferentes e todos disseram que freqüentam a Caieira em busca de descanso, contato com a natureza, e a tranquilidade do lugar.



A pescaria também foi um argumento para a escolha da Caieira para passarem as férias. Durante as férias em que passam na Caieira foi possível constatar alguns casos em que há um encontro de famílias nucleares que durante outros períodos do ano vivem separados, em casas ou mesmo cidades diferentes. Têm-se assim que o lugar e o tempo do descanso pode coincidir com o tempo e o local de reunião da família extensa, que vive separada em outras épocas. Estes freqüentadores raramente encontram os moradores nativos ou ficam conversando com eles nos bares ou na estrada. Quando há relação entre eles é uma relação marcada pelo trabalho que os moradores “daqui” prestam nas casas e terrenos como empregados domésticos.

Conversei com cinco veranistas “daqui”, todos na faixa etária dos 50-60 anos e já aposentados, com exceção de um que está em vias de se aposentar. Estes, que atualmente freqüentam o bairro sazonalmente, nasceram na Caieira e viveram no bairro durante a infância tendo saído para trabalhar e morar em bairros mais próximos do centro da cidade no fim da década de 60 e início de 70, que foi justamente a época que a cidade estava crescendo e precisando de mão de obra. Foram muitos os jovens que foram estudar, morar e trabalhar fora do bairro, fazendo que as famílias de uma hora para outra deixassem de poder contar com a mão de obra destes filhos no trabalho da lavoura.

Há outros veranistas daqui além daqueles cinco com quem conversei. Sobre alguns eu tive informações através dos parentes que ainda residem na Caieira, que por fazerem parte das redes de parentesco e aliança entram no rol de pessoas que interessam, e portanto sabem tudo sobre a vida. Para estes veranistas “daqui” o tempo das férias de verão, além de ser um tempo de descanso, é também o tempo de restabelecer as relações com parentes e vizinhos que continuaram a morar na Caieira e outros parentes que também são veranistas e se encontram nos meses de verão. O sentimento que intermedia a relação entre eles é aquele de pertencerem à Caieira, estarem ancorados em uma Casa de referência no bairro pelo convívio estabelecido nos tempos da infância. Isto faz da estadia na Caieira, mesmo que sazonal, ser um período de restabelecimento das relações de família, parentesco e comunidade e uma resignificação dos sentimentos de comunhão nascidos no convívio comum nas casas do bairro durante a infância. São acionadas as memórias de um outro tempo em que houve convívio no estabelecimento das relações atuais. Isto leva alguns veranistas “daqui” que freqüentaram uma casa de praia por alguns anos, por ocasião da aposentadoria passarem a residir na casa de praia na Caieira.

Os turistas por sua vez são aqueles que vem apenas para passar poucos dias (geralmente na praia dos Naufragados), vem de ônibus ou deixam os carros nos terrenos transformados em estacionamentos por 3 reais a diária. Todo o distrito do Ribeirão fica muito mais movimentado durante o verão, se compararmos com o resto do ano. Há um aumento na circulação de veículos na Rodovia Baldicero Filomeno, mesmo nos anos com pouco movimento turístico na cidade. Turistas chegam com carros de placas de outras cidades e Estados, muitos deles vão até os Naufragados, passando pela Caieira apenas rapidamente. Uns poucos passam o dia na casa de praia de amigos na Caieira.

Perguntei para alguns dos moradores nativos se gostavam deste movimento que há no verão, no entanto esta não era uma questão importante para a maior parte deles. Muitos disseram que não fazia diferença, outros que têm comércio no bairro argumentaram que é a época “que dá para fazer um dinheirinho”. Perguntei para Mariana que me disse que gostava porque o filho tem um bar no ponto final do ônibus e no verão o movimento é sempre um pouco melhor.

O movimento de turistas e veranistas na Caieira segue uma tendência que é sentida em toda Ilha de Santa Catarina. A Caieira, assim como toda a cidade de Florianópolis, está sujeita às variações de fluxo de ocupação das casas e hotéis por turistas. No verão de 2003 a cidade ficou bastante ocupada por turistas no mês de janeiro, a partir dos primeiros dias de fevereiro os turistas foram embora. A tevê anunciava no noticiário local que os hotéis já não estavam com lotação completa e que a temporada a partir de fevereiro iria ser muito fraca. Na segunda-feira 3 de fevereiro, visitei a Caieira e minha intenção de conversar com alguns veranistas foi frustrada. Escrevi no diário de campo:

“As casas estavam todas fechadas, tive uma sensação de abandono. Estava muito calor, o sol brilhava quente. Todos foram embora. A casa 19790 – em frente ao posto de saúde – estava fechada com o lixo posto na rua. Devem ter estado aqui no fim de semana. Eu os vi apenas duas vezes neste verão. No número 19648, onde eu sempre vejo gente, hoje estava fechado. Talvez as férias tenham sido só em janeiro. Poucos carros transitavam. Talvez por ser segunda-feira, talvez não. Os turistas foram embora da cidade. No shopping o movimento está muito fraco, e na televisão anunciaram que os hotéis não estão lotados o que é raro nesta época” (diário de campo, 03/02/03).

O verão de 2003, também na Caieira da Barra do Sul, houve pouco movimento de turistas e veranistas, e mesmo antes do carnaval – que tradicionalmente marca o fim do período de férias – as casas de praia já não estavam mais ocupadas.

## 2.2. “Os daqui”

A noção de “nativo” na Ilha de Santa Catarina, como já foi explicado, foi tomada politicamente em oposição a “de fora”, marcando e sendo símbolo inclusive de uma divisão político partidária. Na Caieira os termos da dicotomia são “daqui” e “de fora”.

É possível fazer uma associação entre as noções de “nativo” usada por Fantin e “daqui” da Caieira da Barra do Sul, na medida que se referem a situações semelhantes com relação ao seu elemento de base: o lugar de nascença. No entanto a noção de “daqui” não carrega em si o peso político que tem a noção de “nativo” de Florianópolis, apontado por Fantin. Ser “daqui” na Caieira da Barra do Sul diz respeito às pessoas que nasceram no bairro e passaram a primeira fase da infância em alguma das suas casas. Mas não há reivindicação e desejo de ver Florianópolis como uma cidade desenvolvida, nem um envolvimento político nas questões da cidade, nem uma oposição político partidária com os “de fora” que procuram manter preservada as áreas verdes e a natureza da cidade.

“Daqui” da Caieira está relacionado com o lugar de nascença e relações de parentesco e não com uma postura política em defesa de uma cidade cosmopolita da forma como Fantin (2000) enfatiza. É interessante retomar o argumento da autora com relação à apropriação da figura do manezinho – ou seja, o *nativo*, aquele que é *daqui da Ilha de Santa Catarina* – para fins políticos, na medida que incorpora os interesses daqueles que nasceram na Ilha e querem ver a cidade crescer e se desenvolver turisticamente.

Por sua vez, “de fora” tem relação com os novos moradores e freqüentadores da Caieira, com algumas diferenças que devem ser apontadas para o melhor entendimento do significado que os termos têm no contexto etnográfico. Na Caieira o contato entre os moradores “daqui” e os novos freqüentadores são recentes e sazonais. Há apenas 10 casas de novos moradores “de fora” na Caieira, o que faz que seja possível os nativos viverem com um certo distanciamento dos moradores “de fora”. Além disso, os *veranistas* freqüentam a praia apenas nos meses de verão, e algumas casas muitas vezes ficam fechadas durante toda a temporada. O pouco contato entre os novos moradores e freqüentadores os “daqui” favorece um contexto de poucos conflitos e relações superficiais.

São consideradas “daqui” da Caieira da Barra do Sul aquelas pessoas que nasceram e cresceram no bairro, em alguma das Casas, que são grupos de co-residência de famílias extensas. A convivência familiar na Casa durante a primeira infância e, às vezes, início da

adolescência é considerada fundamental para estabelecer os vínculos necessários para compor o sentimento de pertença à casa, à família, e a própria comunidade (Pina-Cabral, 2003). A Caieira é composta das casas que se relacionam entre si em trocas de diversas naturezas: alimentares, matrimoniais e colaboração nos trabalhos. Nestas relações entre as Casas se estabelece a pertença ao bairro.

Os moradores “daqui” são, em sua maioria, descendentes de famílias cujos membros nasceram e cresceram no bairro. É o caso de Denise que diz ser “daqui”, assim como seu pai, sua mãe e avós. Ela nasceu na Caieira, na casa de sua avó Minerva. Ao ficar moça iniciou namoro com um rapaz da comunidade do Campinho, com quem casou. Seus dois filhos cresceram em contato com sua mãe e seu pai, tios, tias e primos: são daqui.

Há casos, portanto, de casamentos com pessoas que vieram de outros locais, casamentos entre “daqui” e “de fora”. Estes foram muitos nos dois séculos e meio de povoamento da Caieira da Barra do Sul, e estabeleceram relações de parentesco entre comunidades. Algumas delas têm com a Caieira fronteiras simbólicas bastante fluídas, entre elas Naufragados, Saquinho, Campinho e Sertão do Ribeirão, a ponto do casamento entre alguém da Caieira e do Campinho ser considerado “daqui” / “daqui”. É o caso do marido de Denise, que é do Campinho e passou a residir na Caieira quando casou. Ele é considerado “daqui”.

Além das fronteiras espaciais serem pouco enfatizadas<sup>52</sup>, a existência de vários casamentos no decorrer do tempo fez que houvesse uma proximidade de parentesco entre as comunidades, fazendo que ficassem fracas também as fronteiras simbólicas.

Sempre houve trânsito entre localidades próximas e a dicotomia “daqui”/ “de fora” é anterior a vinda dos novos moradores e freqüentadores da Caieira na década de 60 e 70. Seu Lú conta que sua avó casou com um homem que ela conheceu em um baile em Paulo Lopes, um município no continente logo em frente, e depois de casado ele passou a residir na Caieira. Suelen fala do vai e vem de sua avó, depois de enviuvar, entre as casas dos filhos casados, entre a Enseada do Brito e o Sertão do Ribeirão. Assim, entre os dois séculos e meio do povoamento colonial até os dias de hoje foram diversos casamentos entre os “daqui” e “de fora”, houve trânsito constante. No entanto, apesar deste movimento de moradores da Caieira e de outras localidades, as pessoas que circulavam tinham origens e modos de vida semelhantes

---

<sup>52</sup> Inclusive há terrenos que iniciam na Caieira e terminam nos costões do Saquinho ou Campinho.

viviam da lavoura e da pesca, o barco e o cavalo eram os meios de transporte mais usados. Havia casamentos que estabeleciam alianças entre famílias de lugares diferentes. É possível dizer que partilhavam de um *ethos* comum a pequenos grupos rurais do litoral catarinense. Estou considerando aqui o conceito de Geertz (1988), para quem o *ethos* de um povo

“é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. *Visão de mundo* que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, de sociedade” (Geertz, 1988:144).

As pessoas que estavam em relação por conta dos movimentos e trânsitos compartilham formas de vida e visões de mundo. Compartilham formas de simbolizar, interpretar, ver e viver o mundo. E ao compartilhar compõem o sentimento de comunidade, e se formula o pertencimento à Caieira da Barra do Sul. O pertencimento é composto por um conjunto de sentimentos e atitudes, que entre outras coisas, embasa a classificação daqui/de fora.

As festas, novenas e bingos são eventos privilegiados para perceber como são acionados os sentimentos de pertencer à comunidade da Caieira da Barra do Sul. As festas públicas que acontecem na Caieira não são numerosas, e nem têm um grande público. Quase todas as festas ocorrem no salão paroquial ao lado da igreja, e no pátio em frente. São bailes com som mecânico ou banda ao vivo, bingos, festas com barraquinhas ao ar livre, algumas poucas novenas na igreja. Além disso, no ano de 2003 houve um terno de reis que passou de casa em casa durante três noites, e a bandeira do Divino Espírito Santo que também passou de casa em casa durante dois ou três dias. Um baile organizado pelo grupo de jovens da igreja teve tão pouco público que eles tiveram um grande prejuízo com a contratação da banda.

Estas festas são pouco noticiadas para além das fronteiras do bairro, e poucos moradores do distrito do Ribeirão da Ilha ficam sabendo que irá ocorrer um evento festivo. O convite para o público prestigiar algumas destas festas é feito por meio de uma moto de som que passa ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno anunciando a data e horário do evento. Em outras poucas são colocados cartazes nos pontos de ônibus, nos bares e no supermercado. Aos moradores da Caieira o convite é passado de boca em boca, e todos são informados das festas, da mesma forma como de tudo que acontece no bairro.

No entanto, uma festa pode ser cancelada sem que haja aviso ao público de fora do bairro, e nem ao menos sejam retirados os cartazes dos mercados, bares e pontos de ônibus.

Como as notícias correm de boca em boca, os moradores da Caieira ficam sabendo do cancelamento da festa, os outros frequentadores da Caieira, nem sempre. No ano de 2003 houveram seis óbitos na Caieira da Barra do Sul, e o falecimento de duas pessoas muito queridas na comunidade ocorreram dias antes de bailes agendados e anunciados fora do bairro. Estes foram canceladas na última hora, e simplesmente não aconteceram. Algumas pessoas foram na hora marcada para o início do baile e encontraram fechadas as portas do salão paroquial, sem qualquer aviso que o baile havia sido cancelado.

No início do ano de 2003 fui com meus dois irmãos a uma novena seguida de bingo na igreja da Caieira. Soube do evento porque uma moto de som passou em frente a minha casa. Chegamos os três em uma noite de sábado com chuva e muito calor. Chegamos na hora marcada e já não havia lugares para sentar, permanecemos de pé próximos da porta. Algumas poucas pessoas me cumprimentaram sem muito entusiasmo, e todas sem exceção voltaram-se para nos olhar parados de pé no fim da fila de bancos. A insistência dos olhares fez meu irmão comentar: “chamam para vir e ficam olhando, nos mandando embora”. Ficamos até quase o fim da novena e durante todo o tempo sentíamos que estávamos deslocados, em um lugar inadequado. Um pouco antes do fim, seguimos para o salão paroquial onde seria o bingo. Naquele ambiente a recepção foi mais amistosa e descontraída. Mesmo as pessoas que não me conheciam sorriam e cumprimentavam.

Novamente referir-me-ei a uma sensação para falar de como algumas relações são estabelecidas. A sensação de deslocamento que senti foi compartilhada por meu irmão e minha irmã, e ocorreu devido a uma pressão do grupo, que nos mostrava que aquele local não nos pertencia. Não foi explicitado verbalmente, nem mesmo houve para conosco qualquer atitude ostensivamente agressiva. Apenas os olhares provocavam constrangimento. Não havia da parte de qualquer dos presentes nada contra nós, o que informava e estabelecia a tensão era o fato de sermos “de fora”, de não nos conhecerem. Este tipo de atitude por parte dos moradores “daqui” é bastante comum, e outras vezes tive a mesma sensação de inconveniência: em uma festa na praia, em bar frequentado prioritariamente por homens. Esta é uma das formas que se faz a separação simbólica entre os “daqui” e os “de fora” que convivem no mesmo espaço, moram próximos, frequentam a praia, os mercados e as casas. Acrescentando à atitude dos “daqui” a falta de interesse dos “de fora” em participar das atividades sociais da comunidade, se estabelece uma separação simbólica bastante eficiente.

Aqueles que são “daqui” compartilham um sentimento de comunidade que é vedado aos “de fora”. Temos então que daqui refere-se aqueles que nasceram na Caieira e passaram ao menos a primeira infância em uma Casa do bairro. Muitos dos moradores daqui mais velhos foram poucas vezes à cidade e nunca moraram em outro local. O sentimento de pertencer à Caieira está relacionado com as relações familiares estabelecidas na infância em uma das casas do bairro. O sentimento de comunidade é o que formula a pertença e não a identidade atribuída pelos de fora como *manezinho* ou *açorianos*.

Algumas pessoas que nasceram e cresceram na Caieira foram morar em outros locais, bairros e cidades. Isto acontece desde séculos, e há duas possibilidades de se elaborar a pertença à Caieira da Barra do Sul nestes casos. Na primeira delas podem ir embora e cortar relações com o lugar de nascença, e passar a estruturar suas relações e suas práticas em outros lugares. Um exemplo é Gilda, que ao casar vendeu o terreno que recebeu como sua parte da herança materna e mudou-se com o marido para um bairro do continente. Seus filhos e netos não tem relação com a Caieira, ela não tem mais propriedades no bairro, ela não frequenta festas públicas da Caieira, não visita a madrastra e os irmãos, não os recebe em sua casa, apesar da madrastra saber do que se passa na sua vida.

Uma segunda opção é, mesmo ao residir fora do bairro, manter os contatos sociais presentificados, atualizando as relações, como o caso de Amanda<sup>53</sup> que ao casar foi morar em uma casa que recebeu de herança de seu pai, em um bairro do continente. Seu marido nasceu na Caieira e eles se conheceram nas atividades do grupo de jovens da igreja. Todas as semanas o casal passa alguns dias, principalmente os fins de semana, na casa dos pais do esposo de Amanda, e quando estão na Caieira levam os dois filhos pequenos para a casa da Bisavó materna. Além disso, participam ativamente das atividades organizadas pelos antigos integrantes do grupo de jovens e a igreja. Um outro exemplo é o de um homem que encontrei em um bingo na igreja da Caieira. Ao perguntar para as mulheres no mercadinho quem era aquele homem com uma perna mecânica e de onde ele era, responderam ser o “filho de Olívia, ele é daqui, não vai gente ‘de fora’ no bingo”.

Para melhor compreender a idéia de ser “daqui” é interessante também olhar um pouco para um outro sentido do ser daqui, que não aquele do lugar de nascença. Ser “daqui” ou “de fora” é também uma questão de parentesco, e na Caieira o parentesco é manifestado pela

---

<sup>53</sup> Casada com filho de Seu Lú 26 anos, “daqui”, do lar.

filiação bilateral em que todos os filhos são – ao menos idealmente – igualmente considerados como perpetuadores da família. A pertença a uma família é pensada como o elemento que elabora a identidade de parentesco juntamente com o elemento espacial, como elaboração comunitária, que possibilita que a pertença a Caieira seja acionada, mesmo quando se foi viver em outro lugar.

Assim, uma pessoa pode ser considerada “daqui” mesmo que tenha nascido e crescido em outro lugar, no entanto é uma situação muito mais rara e depende de um contexto específico. É o caso do neto de dona Nenê, que não nasceu no bairro no entanto é classificado como pertencendo a ele. O rapaz hoje com 17 anos nasceu em outro bairro da capital, quando sua mãe mudou-se da Caieira ao casar, no entanto ela nunca rompeu os laços com a casa de sua avó e a frequenta constantemente, levando junto seu filho. Atualmente o rapaz passa todos os fins de semana na Caieira na Casa de sua bisavó, ajuda os tios no trabalho com os barcos, e participa das atividades promovidas pelo grupo de jovens na igreja: “Ele é daqui”.

Este caso é ilustrativo de que a idéia de filiação também permite acionar uma história passada de laços de identificação social, traduzidos êmicamente por referência à pertença, ao “ser daqui”. Não se trata, no caso, de recorrer à genealogia de uma pessoa, mas sim dos sentimentos de união e comunhão que resultam de pertenças conjuntas. No entanto, não basta ser “parente” ou “da família”, porque aqueles que não atualizam suas relações são esquecidos, são aqueles a quem se esquece. Deixam de ser contabilizados como pertencentes a Caieira.

Nas duas últimas décadas um fenômeno novo vem ocorrendo na Caieira. Alguns antigos moradores “daqui” da Caieira, que há duas ou três décadas passaram a residir em outros bairros da cidade em busca de trabalho remunerado e melhores condições de vida, voltaram à Caieira como veranistas ou moradores – geralmente depois de aposentados. Este fenômeno é novidade na comunidade, e só tornou-se possível pela nova configuração que o bairro passou a ter. Deixar de ser área rural de difícil acesso e tornar-se um balneário com terrenos disponíveis e principalmente, acesso para carros facilitado pela estrada e pela frequência constante de ônibus que fazem a linha até a Caieira, tudo isso possibilitou que pessoas que se mantinham em relação com a comunidade – e que sob outras condições dificilmente voltariam para residir no bairro – pudessem escolher voltar.

No tempo de “antigamente” apenas voltava quem tivesse mudado para comunidades próximas e semelhantes à Caieira da Barra do Sul. Foi o caso de dona Aparecida que passou a



residir com o pai, os irmãos e a madrasta na comunidade do Pântano do Sul quando seu pai casou novamente, e aos 20 anos voltou a residir na Caieira ao casar com Seu Lorenço. Aqueles que mudavam de vida, moravam no centro, entravam em contato com elementos da modernidade e da urbanidade, raramente faziam o percurso de volta, em parte porque o bairro não oferecia os confortos da vida na cidade. Dona Cecília conta que sua mãe foi trabalhar como empregada doméstica no centro de Florianópolis. Foi embora e nunca mais voltou. Todos os moradores mais velhos têm histórias de tios, primos e irmãos que foram embora e nunca mais voltaram. Eles são “esquecidos”, suas trajetórias não são acompanhadas e eles deixam de entrar nas redes de socialidade do bairro. Isto foi muito comum desde o tempo dos primeiros povoadores da região. E de certa forma foi responsável pela própria manutenção e permanência da pequena comunidade rural durante os dois séculos e meio desde a chegada dos primeiros colonizadores.

Hoje se volta mais do que antes porque o bairro deixou de ser completamente retirado e de difícil acesso, não é mais um local de trabalho rural em que as famílias vivem com poucos confortos. Passou a ser um local de ócio, descanso e prazer, com as comodidades das regiões centrais da cidade, como energia elétrica e mercado, acrescida de um elemento extremamente valorizado pelas classes médias: o contato com a natureza exuberante. Além disso, para aqueles que voltam, há, estabelecidos os laços de família e parentesco que, junto com a dimensão espacial, compõem um sentimento de pertencer ao lugar.

## 2.2. “Os de Fora”

As pessoas “de fora” são aquelas que não nasceram nem foram criados em algumas das Casas da Caieira da Barra do Sul. São aqueles que não “são daqui”. Podemos dizer que existem dois tipos de “de fora”, o primeiro (1) é composto por aqueles que compartilham com os “daqui” a forma de viver, *ethos* e cultura. Outro tipo (2) é composto principalmente por *novos moradores* e freqüentadores da Caieira que pertencem às classes médias urbanas.

A maior parte dos “de fora” que residem na Caieira e compartilham modos de vida com os “daqui” vive em Casas da Caieira. A maior parte passou a residir na Caieira após o casamento. Na casa de seu Eduardo há cinco habitações. Na mais velha reside ele e a esposa.

Em outra reside Adalgisa com o marido – “de fora”, da cidade de Criciúma – e nos fundos desta residência há uma casa de madeira onde mora o sogro de Adalgisa, com a esposa e uma filha. Todos “de fora”. Em outra casa moram Aderbal e Marina com três filhos, apenas Marina é “de fora”. E por fim, na última casa, construída nos fundos de onde mora Aderbal reside seu irmão mais novo casado com Mara<sup>54</sup>, que é do Sertão do Ribeirão. Ela é considerada por Marina como “daqui”. Porque o Sertão do Ribeirão tem com a Caieira uma “proximidade” espacial, e também uma tendência a ancorar relações de parentesco, família, herança, convívio, visitação.

A possibilidade de haver alguém que nasceu em outro lugar passar a ser considerado “daqui” depois de adultos aponta para o fato desta noção ser formulada no convívio cotidiano das pessoas que é sujeito a reformulações e rearranjos. Mostram portanto, que “daqui” e “de fora” não são definições rigorosamente fixas, em que cada um dos termos ocupa uma posição dicotômica em uma linha de composição única. Há entrecruzamentos de vetores compondo o quadro de pertença à Caieira da Barra do Sul, e estes entrecruzamentos fazem a classificação daqui/ de fora ser relativizada por concepções de proximidade e distância, elaborada com base, principalmente, nas relações de parentesco.

O que faz alguém que não nasceu e nem cresceu na Caieira ser considerada “daqui” não é a relação pessoal que ela têm com os moradores “daqui”, mas está definida pela relação que há entre a Caieira e o local onde ela nasceu. Temos assim, que alguns nativos de comunidades próximas podem passar a ser considerados “daqui” enquanto outros nunca mudarão sua posição na classificação. É o caso de Marina, que mesmo ao casar com cônjuge daqui, ter filhos daqui e residir aqui, permanece sendo “de fora”. No entanto, mesmo que ela não passe a ser considerada “daqui” ela faz parte das relações sociais estabelecidas naquele contexto.

São muitos e diferentes aqueles “de fora” que se encaixam neste perfil de morador “de fora” que compartilha *ethos* “nativo”. Passaram a residir na Caieira por vários motivos. Dona Alice<sup>55</sup> veio com o marido e dois filhos pequenos trabalhar em uma propriedade rural e ficou. Ela mora na Caieira há mais de 30 anos. Seus filhos são “daqui” e moram todos em outros bairros da Cidade. Outro morador atual da Caieira veio como construtor de uma casa para uma família paulista, trouxe sua família e pensa em comprar uma casa para residir

---

<sup>54</sup> Casada, faxineira, 26 anos, “daqui” do Sertão.

<sup>55</sup> Viúva, caseira de uma casa de praia, aproximadamente 65 anos.

permanentemente na Caieira. Outros vêm para trabalhar nos barcos que levam turistas ao Naufragados. Todos estabelecem relações próximas de amizade e vizinhança, alguns inclusive entram nas redes de trocas matrimoniais. No entanto, apesar da proximidade continuam sendo “de fora”.

Um argumento recorrente na fala de cinco pessoas que “não são daqui” mas que moram ou trabalham na Caieira, estabelecem relações e compartilham aquele sentimento de comunidade a que me referi anteriormente, é: *eu conheço todo mundo e todos gostam de mim*. Conhecer “todo mundo” é valorizado na Caieira, é ideal que se saiba da vida dos outros, que se conheça todo mundo. Dona Olívia<sup>56</sup>, moradora da Caieira há 30 anos diz ser de fora, mas conhece todo mundo. Durante minhas conversas com ela no quintal de sua casa ela cumprimentou todos que passaram na rua e foi retribuída no cumprimento.

Ser “daqui” ou “de fora” não marca a priori um antagonismo, mas é uma classificação necessária que é acionada a todo instante como a primeira característica de uma pessoa. Marina me disse quando perguntei sobre um homem que vi no bingo: “lá não vai gente de fora”. A noção de gente de fora neste caso refere-se às pessoas que não compartilham do *ethos* daqui, porque havia vários “de fora” no bingo que moram na Caieira e são cônjuges dos “daqui”. Inclusive a própria Marina, que se considera “de fora” estava lá. Existem aqueles que podem se inseridos nas atividades sociais da Caieira da mesma forma que um “daqui”, e existem aqueles que não. Os primeiros são cônjuges, membros de famílias que casaram seus filhos e entraram nas redes de trocas matrimoniais do bairro, e principalmente, compartilham *ethos*. Os que são “de fora” e vão permanecer assim em todos os aspectos são aqueles que não entram nas redes de aliança matrimonial e que tem outros valores que lhes guiam a vida.

A dicotomia “daqui” e “de fora” é anterior à vinda dos novos moradores e freqüentadores da Caieira na década de 1970. No entanto, o termo passou por mudança no seu *conteúdo semântico*, porque inicialmente a classificação “daqui” e “de fora” era uma referência aos lugares e famílias de origem de cada um. Classificar as pessoas nestes termos era falar da composição das famílias e parentesco, do local de residência dos pais. Alguém que casasse com uma moça da Caieira e fosse da Enseada do Brito, continuaria a ser considerada “de fora”, como foi o caso da avó de Seu Lú<sup>57</sup>, que conheceu seu marido em um baile na Enseada do

---

<sup>56</sup> Viúva, aproximadamente 80 anos, irmã de Alice.

<sup>57</sup> Seu Lú casado com dona Bicotinha, 73 anos, aposentado da prefeitura.

Brito e com o casamento ele veio residir na Caieira. Ele mesmo morando na Caieira nunca deixou de ser “de fora”. A classificação neste caso era uma forma de situar com relação à dicotomia daqui/de fora os demais conhecimentos que lhe diziam respeito (Mauss, 2001) referentes a forma de vida e de onde são seus pais e parentes. Quando Seu Lú no decorrer da narrativa, argumentou que seu “avô morreu de paixão porque não se acostumava com a vida parada que se vivia aqui”, ele estava se referindo ao conhecimento de que havia uma particularidade de se viver “aqui” que não era compartilhada por pessoas de outros lugares, e que inclusive, seu avô acostumado com a vida um tanto nômade dos comerciantes de gado não se acostumou.

A vinda dos *novos moradores* inaugura a inserção na classificação daqui/de fora daqueles que não compartilham da forma de viver dos moradores “daqui”. O movimento que trouxe os veranistas para o bairro e os colocaram em relação com as pessoas da Caieira, foi novo por ter inaugurado um tipo de relação, entre pessoas de origens bem diferentes. Entraram em contato intenso os moradores nativos do bairro e moradores de regiões urbanizadas, e podemos dizer que as diferenças mais marcantes entre estes dois tipos de pessoas são os valores morais e estéticos que cada um compartilha. Enquanto os primeiros têm suas vidas regidas por um conjunto de valores comuns às pequenas comunidades rurais da região costeira do sul de Santa Catarina, os moradores das regiões urbanizadas que têm seus valores associados aos das classes médias urbanas, com padrões de consumo distintos e valorização da individualidade. Os moradores e veranistas “de fora” constroem suas narrativas sobre sua relação com o lugar que escolheram para viver ou passar as férias, baseados principalmente em aspectos que os remetem ao futuro, à qualidade de vida e ao lazer. A tranquilidade e a preservação ambiental foram os argumentos usados por todos os entrevistados para morarem no bairro ou terem ali uma casa. Enquanto os “de fora” voltam-se para o futuro e para valores compartilhados por segmentos das classes médias urbanas, como a qualidade de vida, os “daqui” voltam-se para os antepassados e para questões territoriais, como o conjunto de residências em que nasceu, a casa em que foi criado. No entanto a relação estabelecida entre ambos é essencial para a configuração da pertença dos moradores nativos, já que é um “outro” que se contrapõe ao “nós” em convívio próximo.

Outros moradores não entram nunca nestas redes, e tanto estes como aqueles que entram nas redes de afinidade são considerados sempre como dos “de fora”,

independentemente das relações serem amigáveis ou não. Ser de fora não carrega em si a impossibilidade de estabelecer com os “daqui” relações amigáveis de vizinhança ou parentesco, não cria por si só uma distância simbólica entre “nativos” e “estranhos”, da forma como descreve Elias em seu trabalho sobre os estabelecidos e outsiders (Elias, 2000). Ser de fora nos casos estudados serve mais como uma constatação de que o sujeito não está relacionado com uma casa desde criança e em tudo que isso acarreta.

### 3. Relação com os Vizinhos

A descrição das relações estabelecidas na Casa de Dona Aparecida e de seus membros com os vizinhos pode ser interessante por permitir visualizar algumas formas que relações sociais assumem na prática da vida cotidiana. Os moradores da Casa de dona Aparecida são: (1) Denise, o esposo Nelinho e o filho solteiro de 25 anos; (2) Miranda com o esposo, Lineu, e um filho solteiro de 15 anos; (3) Dado e a esposa, mais dois filhos, uma menina de 15 anos e um menino de 10; (4) Aparecida. Estas pessoas, além de relacionarem-se entre si, também mantêm relações cotidianas com vizinhos e freqüentadores do bairro, algumas delas amistosas e próximas outras mais distantes ou tensas.

Os vizinhos imediatamente próximos da casa de Aparecida são Faberlúcio e sua família extensa que compõem uma Casa com oito residências. São parentes, e se freqüentam. Geralmente sabem do que acontece com os moradores de ambas as casas, as brigas, novos amores, namoros. Seu Faberlúcio<sup>58</sup> às vezes passava a tarde no bar da Denise, e a esposa do Dado (irmão de Denise) é quem fazia a barba dele. No entanto algumas atitudes de Mariana<sup>59</sup>, filha de Faberlúcio, ou de Helena<sup>60</sup> (ambas residentes na Casa de Seu Faberlúcio), viúva do seu neto, eram censuradas. Mariana cuidava das duas crianças da filha para ela trabalhar fora, e passava os dias gritando com as crianças, além disso, brigava constantemente com Faberlúcio, o que era considerado muito ruim pelos vizinhos. Helena porque namorava muito e não procurava assumir compromisso com algum homem que lhe ajudasse a sustentar os filhos.

---

<sup>58</sup> Seu Faberlúcio faleceu durante o ano de 2003. Tinha 72 anos, era viúvo e aposentado.

<sup>59</sup> Mariana é viúva, foi casada três vezes, tem 50 anos.

<sup>60</sup> Ela tem 31 anos, viúva, faxineira.



Local onde mora dona Olívia, é uma habitação que não é Casa (foto: Diana Wiggers).



Bar da Denise (foto: Diana Wiggers)



Também são vizinhos de Dona Aparecida: Alice, que reside em uma pequena residência em frente à casa de Faberlúcio; Alemão, que é um morador dos mais recentes, e que tem uma fazenda de cultivo de ostras; Ivo, um outro morador recente que por anos antes de vir para morar em definitivo frequentou como veranista a mesma casa em que reside hoje.

Alice é uma senhora de 65 anos que trabalha cuidando da casa de praia de uma família moradora da cidade de Porto Alegre e que vem passar as férias em Florianópolis. Sua casa é bem perto da rua, de alvenaria e pequena. Sua habitação é em um terreno em que há mais outra habitação que é uma *casa de praia*. Antes de morar na casa que vive hoje ela morou em diversos lugares na Caieira e nos Naufragados. Alice mapeia com o dedo no ar os lugares que morou, e por fim diz que agora descansou, porque mora na mesma casa há 29 anos. Ela conta que sua história foi sempre de privações e muito trabalho. Casou aos 14 anos com um homem muito mais velho que ela, ele tinha mais de 50 anos. Viveu pobremente com ele até sua morte, e tiveram seis filhos. Ela é uma das pessoas que vieram “de fora”, e são assim classificadas pelos “nativos” e por ela própria. Seus filhos “são daqui”, uma vez que nasceram e cresceram no bairro, e um deles foi casado com Lisa, a filha de Mariana (Lisa é neta de Faberlúcio), e o casal teve cinco filhos antes de separar-se.

Lina mora na casa de Faberlúcio, em frente à casa de Alice, e ela sempre que pode fala mal da ex-nora. No entanto, Alice entrou na rede de relações estabelecidas entre os moradores do bairro pelo casamento de seu filho com Lisa, e este fenômeno é bastante comum. Por ocasião da chegada de uma família nova no bairro, os moços ou moças talvez possam se interessar por um dos jovens e há a possibilidade do casamento. Recentemente chegou ao bairro uma família baiana que vivia em São Paulo, veio porque o pai foi contratado como construtor de uma casa feita por um jovem paulista de classe média que resolveu morar na Caieira com a família em busca de tranquilidade e proximidade com a natureza. O construtor veio com a família e entre os integrantes há duas moças entre 16 e 18 anos, bonitas meninas morenas. Os filhos de Marina e Adalgisa estão encantados com as moças e todos estão percebendo que isso vai acabar em casamentos. Assim, a família recém chegada entrará nas relações estabelecidas entre os moradores nativos pelo casamento entre seus jovens filhos.

A irmã de Alice, Olívia, é sua vizinha, mora em uma construção em estilo colonial bastante velha, perto da praia. Segundo Olívia o terreno em que mora é de um “deputado”, e ele a deixa morar sem pagar aluguel, há muitos anos. Olívia mora com um neto e raramente

freqüenta a casa da Alice. É interessante pensar que apesar de vizinhas, o local de moradia destas duas irmãs não se configura como uma Casa. Primeiro porque não são proprietárias dos terrenos em que moram, depois porque não há relação cotidiana entre as duas senhoras. Seus filhos foram morar em outros bairros e os netos que residem com cada uma delas são rapazes solteiros. Ao casar eles não poderão optar por construir suas casas no terreno onde estão as moradias de suas avós.

A relação da família de Aparecida com Alice era distante, sem conversas, mesmo que esporádicas, mas também isso não impedia que se soubesse de tudo que ocorria naquela casa. Comentava-se sobre seus filhos e netos e do seu romance com o enteado de Faberlúcio. Este “saber da vida alheia”, existente e desejável, entre os moradores da Caieira me causou surpresa quando me dei conta da sua dimensão. A vida de todos é “acompanhada” à distância, é motivo de comentários, e isto não é indesejável nem mesmo por quem é alvo do controle. Sempre é tornado público quando um casal está começando a “se gostar”, quando vai se separar, ou quando alguém vai visitar parentes, ou está doente, ou sofreu algum acidente doméstico, ou brigou com um filho. Um dia no bingo fiquei sabendo que um dos moços que ajudavam na organização, filho de seu Alcionei<sup>61</sup>, estava se separando e não tinha filhos. Isto porque ele começou a olhar uma moça com interesse e os amigos brincavam com ele no microfone dizendo coisas do tipo: “este jogo de copos quem vai gostar de receber é o Alison, porque vai ter que montar casa nova”. “Estas roupinhas de neném ele não vai querer”. Quando percebi que o foco da maior parte das brincadeiras era Alison<sup>62</sup> perguntei para uma mulher sentada ao meu lado sobre ele, e ela me contou que era casado há quatro ou cinco anos, mas não tiveram filhos, no entanto o casal estava se separando. Duas semanas depois aconteceu um baile na Caieira e ele estava lá com uma moça que eu não conhecia. Dois dias depois em uma visita a dona Bicotinha eu quis saber do Alison, e mesmo ela estando em casa por mais de dois meses (porque estava de luto pela morte da filha) ela sabia me dizer que Alison havia se separado há mais ou menos dois meses e que já estava gostando de uma moça que trabalhava com ele, e que não era da comunidade.

Este é um aspecto que marca a profunda diferença entre a lógica local que rege as relações sociais e as lógicas que vigoram e regem a vida, por exemplo, nos condomínios de

---

<sup>61</sup> Ele tem aproximadamente 70 anos, aposentado, casado.

<sup>62</sup> Tem 28 anos, trabalha em uma padaria no centro de Florianópolis.



apartamentos do centro da cidade, em que os moradores, apesar da proximidade das residências, muitas vezes não se conhecem e é desejável que não saibam sobre a vida uns dos outros. No entanto não são todos os moradores da Caieira que entram nestas redes de “monitoramento”<sup>63</sup> das atividades cotidianas, existem aqueles moradores “de fora” que não compartilham destes valores. O Alemão (aproximadamente 50 anos) e sua família, dono de um dos cultivos de ostras, patrão de Miranda e de vários jovens da vizinhança, não entram nas redes de “monitoramento” e não acredito que seja porque ele é patrão de pessoas nativas, uma vez que outros moradores não nativos que não tem empregados também não entram neste tipo de relação. Além disso, estes moradores e a maior parte dos veranistas, aqueles que são “de fora”, também não entram nas redes de casamento. A vida deles simplesmente não interessa.

É na casa desta família que Miranda<sup>64</sup> trabalha como doméstica. A esposa do Alemão parece ser bastante simpática com Miranda, no entanto Denise, irmã de Miranda, pouco a conhece ou não quis falar sobre ela quando perguntei. Os vizinhos não sabem exatamente quando o Alemão e sua família vieram morar no bairro, não se importam com os filhos desta família, onde trabalham e com quem casaram, não sabem nem mesmo onde moram.

Um outro morador da Caieira é vizinho de Denise, chama-se Ivo, ele tem uma casa muito grande na frente do ponto final do ônibus, que também é o fim da Rodovia Baldicero Filomeno. O terreno de Ivo é muito grande assim como sua residência. Esta foi construída de forma que a parte voltada para o norte, onde estão as casas dos moradores nativos, apenas tem janelas basculantes no alto da parede. Vista por este ângulo a casa assemelha-se a uma muralha com telhado. No entanto voltada para o oeste, para o mar, há grandes janelas envidraçadas. Acredito que esta disposição é representativa da forma que Ivo quer se relacionar com seus vizinhos, e a relação entre eles é um tanto tensa. A propriedade é grande, toda cercada e com um belo gramado bem cuidado, no portão de entrada há uma câmera que possibilita de dentro da casa saber quem está no portão. Os meninos se divertiam tocando a campainha, e correndo. E esta travessura das crianças provocou algumas desavenças entre os vizinhos porque Ivo sabia de que casa eram as crianças e ligava para os pais reclamando. Denise o chama de “o velho daquela casa”, e faz diversas reclamações dele. A maior parte das desavenças com Ivo tem

---

<sup>63</sup> Não tenho certeza de que usar o termo fofoca para falar deste fenômeno seja representativo daquilo que acontece. É claro que este “monitoramento” das vidas e atitudes cotidianas assemelha-se muito as fofocas, no entanto não tenho certeza de que fofoca seja algo desejável pelo grupo onde ela ocorre. Também não tem sempre o caráter pejorativo.

<sup>64</sup> Filha de Aparecida, aproximadamente 43 anos, casada com Lineu, doméstica.

como questão principal o uso de sua propriedade pelos vizinhos e da água da nascente que tem em seu terreno.

Como a casa de Aparecida está posicionada em um lugar estratégico com relação à trilha dos Naufragados, Denise e Lineu (moradores da Casa de Dona Aparecida) são requisitados a prestar alguns serviços ao moradores da praia dos Naufragados, como por exemplo, carregarem as baterias dos celulares, uma vez que não há fornecimento de energia elétrica naquela localidade. O dono de um restaurante nos Naufragados tem uma garagem construída no terreno de Denise e guarda os mantimentos congelados em um freezer colocado naquela garagem. Ele paga parte da conta de energia elétrica da casa de Denise e seu esposo, Nego. A relação entre eles é cordial e ultrapassa a questão financeira.

Nos fins de semana de calor o estacionamento da Denise fica cheio, muitas pessoas passam dias nos Naufragados. Algumas levam barraca e dormem por lá, outras alugam as casas dos moradores permanentes outras ainda vão apenas passar o dia. Ao conversar com algumas destas pessoas encontrei motivações semelhantes para o passeio, o lugar é bonito, a natureza é preservada e isolada dos confortos da civilização. Algumas destas pessoas visitaram a Caieira e os Naufragados por indicação dos guias turísticos sobre a Ilha de Santa Catarina. A maior parte delas fica encantada com os Naufragados, são pessoas que vem de cidades como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, outras ainda são turistas estrangeiros. Geralmente sua estadia na Caieira é rápida e dura o tempo de estacionar o carro e procurar um barco para levá-los aos Naufragados, ou tomar o caminho a pé. Outros são frequentes na visita aos Naufragados, ou têm casa lá, ou vão acampar sempre que podem. Um casal com duas filhas pequenas passou 15 dias, sendo que o marido ia trabalhar todos os dias de manhã e voltava no fim da tarde durante os dias da semana. Quando conversei com eles estavam voltando para casa, no Alto Ribeirão. As meninas estavam radiantes e o pai prometia que voltariam no próximo fim de semana, a mãe estava menos entusiasmada, dizia que estava cansada, que nos Naufragados não tem energia elétrica e nem banheiro e isso a deixava aborrecida. Este casal costuma passar alguns dias todos os anos nos Naufragados.

Flora mora nos Naufragados, e sempre que vem para Caieira pára um pouquinho para conversar com Denise e outros moradores da Caieira. Denise tem pena dela porque vive sem muitos confortos e costuma brigar muito com o marido, além disso, tem dois filhos pequenos, um menino de três e uma menina de dois anos. Ela é argentina e casou com um morador dos

Naufragados, que segundo a própria Flora “é de Curitiba mas foi criado em Florianópolis”. Seu marido trabalha nos barcos durante o verão, e o casal recolhe sementes de mariscos nos costões dos Naufragados para vender nos cultivos. É um trabalho duro e perigoso, por causa da constante possibilidade de uma onda mais forte bater na pedra e levar para dentro d’água quem está nas pontas das pedras. No entanto Flora diz gostar desta vida, principalmente pela falta de luxo e da liberdade. Argumenta que escolheu viver naquele lugar morando em uma casa bastante precária, construída com restos de construções, sem banheiro, porque ali ela é livre das imposições da sociedade, “não precisa dar satisfação de sua vida para ninguém”. Não é preciso roupas especiais nem outros tipos de luxos e seus filhos andam nus a maior parte do tempo, ela própria geralmente veste apenas biquíni quando está em casa. Flora contou que sua família tem dinheiro e que ela estudou turismo na Argentina, e vive esta vida por opção.

Flora tem uma postura bastante ativa na defesa da Caieira com relação aos agentes estranhos. Contou que

“umas pessoas da Enseada do Brito<sup>65</sup> vieram para nossos costões tirar sementes (de mariscos). Meu marido e eu brigamos, isso não tá certo. Quem tem o direito de explorar nossos costões somos nós. Organizamos o pessoal de lá (dos Naufragados) para nós tirarmos as sementes de marisco. Meu marido agencia o pessoal de lá para este serviço. Estamos organizando o pessoal”.

Outro argumento de Flora foi com relação ao fornecimento de água, foi ela a única que fez um tipo de discurso que acusava os veranistas de se aproveitarem do lugar sem oferecer nada em troca. Flora disse: “Todos estão passando trabalho pela falta de chuvas e o aumento do consumo. Os veranistas não trazem nada para o lugar, vêm com as compras do centro, e ainda consomem nossa água”.

A Caieira não recebe abastecimento de água tratada pela CASAN, e por isso as casas são abastecidas por mangueiras que trazem água das vertentes do morro, chamadas pelos nativos de cachoeiras, e que na realidade são pequenos veios d’água que formam pequenas poças de água límpida de nascente, onde se colocam diversas mangueiras que levam a água dos morros até as casas. Cada residência costuma ter sua própria mangueira, sendo que as diferentes residências de uma mesma casa podem ser abastecidas de água em cachoeiras diferentes. No período de menos chuvas estas cachoeiras não são suficientes para abastecer

---

<sup>65</sup> Vila em frente a Caieira, no continente.

todas as residências do bairro, o que provoca grandes desentendimentos entre vizinhos, inclusive pessoas de uma mesma casa. Algumas vezes a água – ou a falta dela – serve como motivo alegado para promover grandes brigas em família, principalmente acentua aqueles desentendimentos nas casas onde já havia alguma tensão entre distintos moradores. No entanto, a maior parte das pessoas com quem conversei nos períodos de falta de água, alegava que faltava água por falta de chuva. Flora, Ângelo<sup>66</sup>, e Joãozinho foram aqueles que chamavam a atenção para o aumento de consumo nos meses de verão. São pessoas que “não são daqui” e, no entanto, por terem escolhido o local para viverem, consideram-se envolvidos emocionalmente e mais responsáveis por ele do que os moradores nativos, inclusive para defender a Caieira das modificações provocadas por pessoas que venham a morar ou freqüentar a localidade.

Um dos argumentos de Flora para morar nos Naufragados é “que não precisa dar satisfação de sua vida para ninguém”. Ela não precisa dar satisfação de suas atitudes para sua família, que mora na Argentina, mas todos no bairro a conhecem, e falam sobre sua vida, sobre seu casamento e da forma como cria as crianças. De certa forma ela lhes dá satisfação, quando ao chegar na Caieira veste as crianças com suas melhores roupas, ou quando não usa maconha na frente dos moradores da Caieira. De certa forma, ela não considera isto como intrusivo em sua vida.

Ângelo é veranista na Caieira há mais de 30 anos, começou a vir para o bairro acampar no terreno de dona Laudete<sup>67</sup>, e depois de mais de 15 anos acampando comprou uma pequena casinha no bairro. Dona Laudete - viúva do Pedrinho – tinha um terreno na parte de baixo da estrada, na Praia do Pedrinho<sup>68</sup>, que por aproximadamente 20 anos alugou para camping. Neste local diversas pessoas por anos seguidos freqüentaram a Caieira durante os meses de verão. Quando Dona Laudete ficou viúva ela resolveu vender parte de sua propriedade, abriu uma rua na lateral norte do terreno e o loteou. Escolheu a dedo os compradores dos terrenos, entre aquelas famílias que veraneavam no seu camping, e vendeu-lhes os terrenos a preços bastante acessíveis. Um dia ela me disse que vendeu a preços baixos porque queria trazer para perto dela aquelas pessoas que ela gostava e que já conhecia, não ia vender seu terreno para gente

---

<sup>66</sup> Aproximadamente 50 anos, casado, motorista da Assembléia Legislativa.

<sup>67</sup> Dona Laudelina faleceu durante o ano de 2003. Tinha aproximadamente 68 anos.

<sup>68</sup> Pedrinho foi marido de dona Laudelina, dono do bar com o mesmo nome e que também deu nome à praia. A praia do Pedrinho também é chamada de Praia Grande.

desconhecida. Além disso, dos oito lotes em que o seu terreno foi dividido, três deles ela doou para parentes, uma filha, uma neta e uma afilhada.

Ângelo comprou seu terreno próximo da casa de dona Laudete, e hoje é proprietário de uma *casa de praia* na Praia do Pedrinho, construída quase na areia entre a estrada e o mar. Ele fala da Caieira com paixão, defende o meio ambiente denunciando quem constrói nos morros ou/e quem os desmata. Ângelo é funcionário público, trabalhou por anos como motorista da Assembléia Legislativa, agora que está aposentado passa muitos dias na Caieira, mas não se mudou para lá permanentemente. Seu filho casou com uma moça vizinha, que é afilhada da Laudete.

A relação que Flora e Ângelo têm com a Caieira é de defesa dos interesses que eles próprios consideram interesse dos moradores “daqui”. É uma relação informada pela dicotomia daqui/de fora existente na cidade que prevê atitudes políticas de defesa daqui. Ambos defendem as matas, denunciam construções irregulares, defendem os costões de moradores de outras localidades, denunciam a pesca predatória. E o fato de terem optado pela Caieira, os faz emocionalmente envolvidos por ela. No entanto há uma distinção posta na relação entre eles e os moradores nativos, distinção esta informada principalmente pela própria escolha de residir e defender a Caieira da Barra do Sul. Tanto Flora quanto Ângelo têm suas vidas informadas por uma perspectiva individualista. Flora tem que se mostrar independente da sua mãe, não faz as coisas que ela gostaria que fizesse, vive sem luxo e sem confortos e necessita sentir-se livre. Entre os moradores nativos que conheci na Caieira não pude perceber este movimento de mostrar-se livre da influência familiar, ser ou parecer livre.

#### 4. Identidades e Alteridades

Viveiros de Castro (2002) descreve um processo de assimilação da vítima à pessoa do matador – ou, mais geralmente, ao grupo ao qual o matador pertence – em que a assimilação depende, ou parece depender, do reconhecimento prévio da vítima como sendo semelhante de alguma forma à seus agressores, desta maneira apenas estrangeiros “à boa distância” são considerados pessoas legítimas (Viveiros de Castro, 2002:209). A semelhança pode ser produzida antes – como entre os Jívaro que só tomam cabeças de outro sub-grupo da mesma

etnia – ou a posteriori – como fazem os Tupinambá e os Munduruku, que “nacionalizam” o inimigo antes dele ser ritualmente elaborado (Viveiros de Castro, 2002:289). Há uma combinação entre uma diferença e uma identidade. Pressupõe-se que exista uma humanidade integral no inimigo. Isto quer dizer que só pode haver identificações místicas e fusões rituais se a relação entre matador e vítima for apreendida como uma relação social.

Viveiros de Castro (2002:290) refere-se à alteridade, e argumenta que o que é assimilado quando se assimila o inimigo, são substâncias ou princípios mais ou menos reificados que cada sociedade (ou cada etnógrafo) escolhe. Mais do que isso, o que está em jogo é a incorporação de algo

“eminentemente incorporal: a posição mesma do inimigo. O que se assimila da vítima são os *signos* de sua alteridade, e o que se visa é esta alteridade – de como ponto de vista ou perspectiva do Eu – uma relação”. Mas o que se devora, real ou imaginariamente, da pessoa do inimigo é sua relação ao grupo agressor, isto significa também que o *socius* se constitui precisamente na interface com seu exterior, ou, em outras palavras, que ele se põe como essencialmente determinado pela exterioridade.” (Viveiros de Castro, 2002:290-91).

Viveiros de Castro entende que no caso amazônico, a assimilação predatória da propriedade da vítima não deve ser compreendida em termos de uma física das substâncias, mas sim nos termos de uma geometria das relações. Ao propor que a dinâmica identitária do par matador-vítima é um processo em que se ocupa o ponto de vista do inimigo, o autor busca discernir a peculiaridade das idéias ameríndias sobre guerra. A inimizade não pode ser conceitualizada como mera ausência objetiva das relações sociais, mas como uma relação social tão definida quanto qualquer outra. A relação entre matador e sua vítima pertence ao mundo do dom.

O texto de Viveiros de Castro permite uma reflexão sobre identidade e alteridade, em que os termos em relação são matador-vítima, que não são categorias rígidas, e que colocam em jogo alteridades: quem é o outro do outro. Formula-se uma relação em que se visa alteridade do outro e se incorpora os *signos* desta alteridade.

No contexto da cidade de Florianópolis a relação entre identidade e alteridade é manifestada na relação *manezinhos/de fora*. O *manezinho* é categoria de acusação formulada no contato do homem proveniente do mundo rural com gente da cidade e elementos da urbanidade, principalmente as pessoas que dominavam os códigos da cidade. Do ponto de vista dos novos moradores de Florianópolis os *signos* da alteridade do *nativo* desqualificado

culturalmente como o *manezinho*, são contrapontos à vida moderna e urbana. Enfatiza-se a distância e a alteridade do outro. Quando *manezinho* passa a ser positivado, associado com a cultura e identidade açoriana, considerado aquele que verdadeiramente conhece os códigos e o modo de vida do lugar, o mais ilhéu que os outros, ele passa a ser apropriado como ator político, em oposição àqueles que vieram de fora, os estrangeiros.

No segundo movimento, volta-se para um saber específico que destes *nativos* como os verdadeiros conhecedores do lugar e se positiva a posição que ocupam. Mesmo que as relações continuem tensas no contexto público e político na cidade de Florinópolis, a inimizade também não pode ser conceitualizada como mera ausência objetiva das relações sociais, mas como uma relação social tão definida quanto qualquer outra. A relação entre matador e sua vítima pertence ao mundo do dom.

Na Caieira da Barra do Sul a dicotomia “daqui”/“de fora” não formula uma relação conflituosa nem de inimizade, como aquela analisada por Viveiros de Castro. No entanto, são os *signos* da alteridade do outro que são considerados na relação quando concebem a si mesmos em relação com “os de fora”. Há casos de alguém “de fora” ser considerado “daqui” – quando a localidade de onde ela é tem relações de proximidade com a Caieira – e de alguém “daqui” ser tratado como “de fora” – quando vai embora e rompe os laços de parentesco e comunidade com o bairro. O que vai informar o tratamento que alguém receberá são os conteúdos da dicotomia “daqui”/ “de fora”, são o compartilhamento ou não de *ethos* e os *sentimentos de comunidade*.

Em *As Formas Primitivas de Classificação*, Durkheim e Mauss (Mauss, 2001) esclarecem que o australiano “reparte sua tribo em totens para situar com relação a esta todos os seus demais conhecimentos” (Mauss, 2001), quando na Caieira as pessoas são *repartidas* em “daqui” e “de fora”, nesta relação também estão situados outros conhecimentos diversos, entre eles: os limites do bairro, a noção êmica de lugares próximos e distantes, relações de parentesco antigas e atuais, “de fora” que casa com “daqui” e os que não casam, “de fora” que têm outro modo de vida, outro *ethos*, outra classe, “daqui” que foi embora pode ou não manter a pertença atualizada, as relações com novos moradores.

### 3º Capítulo

#### Parentesco, Família e Casa na Caieira da Barra do Sul

##### INTRODUÇÃO

Há um processo de mudanças acontecendo na Caieira da Barra do Sul, que transforma as antigas roças em mata nativa sujeita as legislações de preservação ambiental, faz os terrenos terem um valor imobiliário inúmeras vezes maior do que há algumas décadas e muda a principal atividade econômica dos moradores “daqui” de agricultores e pescadores para funcionários públicos e prestadores de serviço. Neste contexto, procuro analisar a forma como passam a ser configuradas as relações de família e parentesco. Para isso recorro a noçãoêmica de casa.

Procuro analisar as relações de família e parentesco que fundamentam e incentivam um sentimento de pertencer à Caieira da Barra do Sul. Neste sentido, é possível afirmar que a pertinência a um grupo de parentesco e a relação entre grupos domésticos formulam os sentimentos de pertencer ao lugar praticado. A Casa mostra-se como o local onde se materializam estas relações, onde são praticadas as relações familiares e de parentesco e, a partir das Casas, as próprias relações.

O bairro é considerado pelos moradores nativos como um lugar bom de se viver porque se vive entre os parentes<sup>69</sup>. Isto não quer dizer que não haja conflitos, eles existem em grande número, no entanto, idealmente a vida em comunidade é boa e desejável.

##### 1. Casa e família: processos

Como nos lembra Corrêa (1998), a noção de família para a antropologia é bastante complexa, uma vez que incentivados pelo relativismo os antropólogos aceitam a idéia de que

---

<sup>69</sup> Ver Peter Gow (2001) que trata de um caso semelhante entre o povo Piro, onde os laços de parentesco, além de serem cruciais para subsistência econômica, são representados como de convivência agradável.



família é tudo aquilo que seja definido como tal pelas mais diferentes tribos de qualquer lugar do planeta. Uma consequência séria desta fluidez de definições da noção de família é sua capacidade de abalar a possibilidade de comparação entre fenômenos semelhantes em contextos culturais diversos. Além disso, permite diferentes interpretações sobre quais as relações familiares que se deve considerar como tal.

Igualmente impelida pela mesma preocupação com a possibilidade de comparação, Durham (1983), por sua vez, também aponta para a necessidade de esclarecer o que está tomando por família e enfatiza o caráter de natureza que a noção de família tem para a nossa sociedade ocidental. “O problema inicial do estudo de família é dissolver essa aparência de naturalidade para percebê-la como criação humana mutável” (Durham, 1983:15). Muito da naturalidade com que se trata família provém do caráter que ela assume em nossa sociedade, em que as bases biológicas são referências fundamentais na sua definição e as concepções científicas são manipuladas em sua legitimação. Da mesma forma é concebido o parentesco neste contexto das sociedades ocidentais, que é tomado como “natural” e concebido como extensão dos laços familiares. Isso se torna um problema quando remetemos a mesma lógica para outros contextos sociais, porque impede que se faça uma comparação com coisas da mesma ordem.

Diversos autores mostram-se preocupados com a possibilidade de comparação nos estudos de família e parentesco, baseados na diversidade de formas que o termo família pode assumir em sociedades diversas. Durham (1983) defende que para se preservar a noção de família como conceito aplicável a outras sociedades é preciso ter em conta a ocorrência da dissolução possível entre unidade de reprodução e unidade de parentesco, e privilegiar um destes termos. Para definir família como unidade de parentesco faz-se necessário dar ao conceito uma referência formal, que segundo a autora é mais bem preenchida pelo termo átomo de parentesco, de Lévi-Strauss. A ênfase privilegiada por Durham é na referência ao grupo de reprodução, e desta forma,

“família deve ser definida como *instituição*, no sentido de Malinowski, isto é, em sua referência a um grupo social concreto, que existe como tal na representação de seus membros, o qual é organizado em função da reprodução (biológica e social) pela manipulação, de um lado, dos princípios formais da aliança, da descendência e da consangüinidade e, de outro, das práticas substantivas da divisão do trabalho” (Durham, 1983:26).

Para Durham, famílias são constituídas por pessoas que mantêm entre si relações de aliança, descendência e consangüinidade, são grupos de produção e de consumo, organizam-se como unidades ou subunidades domésticas e residenciais (ao menos em parte de sua existência), no entanto não formam necessariamente unidades básicas do parentesco.

Alguns estudos no Brasil salientam uma distinção e uma dissociação metodológica e entre estudos de família e estudos de parentesco, é o que se pode constatar no argumento de Abreu Filho (1982) para estudar família. O fato do autor iniciar seu texto argumentando que pretendia “sugerir a possibilidade de investigar o parentesco como sistema, enquanto expressão de um procedimento metodológico alternativo para os estudos de família” (Abreu Filho, 1982:96), demonstra que, no Brasil dos anos 80, os estudos de família e os de parentesco estavam divorciados. O texto de Sarti de 1997 demonstra como esta dissociação mantinha-se presente nos estudos de família do fim da década de 90, apesar de algumas vozes discordantes, entre elas Fonseca (1986, 2000) e Corrêa (1998).

Sarti (1997) ao fazer a distinção entre família e parentesco nos esclarece quais os elementos que são acionados para falar de uma ou de outra noção: família é a “concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida” (Sarti, 1997:40). Segundo a autora, família relaciona-se com parentesco, mas não pode ser por ele confundido, uma vez que

“parentesco é uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consangüinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho; e a relação de afinidade que se dá através do casamento. Esta é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações”. (Sarti, 1997:40)

Por sua vez a família é o “grupo social concreto através do qual se realizam estes vínculos” (Sarti, 1997:40). É possível afirmar que nesta lógica há uma distinção na natureza destes objetos, em que um deles opera no nível da concretude e das realizações e o outro opera nos níveis formais do pensamento. Esta dissociação é reforçada pelos estudos de parentesco em grupos indígenas no Brasil, que se fundamentam nos modelos estruturais propostos por Lèvi-Strauss e distinguem-se das pesquisas sobre famílias em grupos urbanos ou rurais, tornando abissal a distância entre as formas de análises destes dois objetos.

No mesmo período temos autores como Fonseca, Segalen, Bestard e Pina Cabral que trabalham com enfoques bem mais integradores destes dois termos, que em suas análises são tratados como interdependentes: família e parentesco.

Segalen (1992) ao abordar diversos estudos sobre famílias na Europa enfatiza a relação que considera necessária entre estudos de família e parentesco, ao associar família ao grupo doméstico e à experiência cotidiana. Por considerar o grupo doméstico essencial para pensar em família, desloca o eixo analítico do laço conjugal e o transfere para o conjunto de pessoas que compartilham um mesmo espaço de existência e a relação entre estes grupos de pessoas. Neste sentido a noção de co-habitação e residência comum é essencial. O espaço de existência pode ser um espaço de trabalho e de produção, assim como um espaço de descanso, convivência e de consumo. A autora entende que a antropologia ao voltar-se para a aldeia – onde há poucos habitantes e o conhecimento mútuo é muito forte – faz que o parentesco seja reencontrado rapidamente como um princípio ativo na organização política e social. E que no meio urbano o papel do parentesco é menos evidente, mas não menos importante na estruturação das relações entre grupos domésticos.

Cláudia Fonseca (2000) percebe nos estudos de famílias de grupos populares no sul do Brasil uma tendência em considera-los como tendo relações de poder instáveis entre os gêneros, inclusive com grande instabilidade matrimoniais que favorecia um certo empoderamento da *mulher chefe de família*. É justamente esta classificação, utilizada inclusive nos censos, que Fonseca questiona ao olhar para a dinâmica residencial de famílias de uma vila portoalegrense. A inspiração de Fonseca ao estudar a vila porto alegre é a teoria antropológica sobre parentesco, utilizada para questionar o modelo de família geralmente utilizado ao se olhar para grupos populares, entre eles a noção de *mulher chefe de família*. A autora justifica, através do trabalho etnográfico, que a realidade é um tanto distinta quando se olha um grupo de co-residência por um período mais longo, quando se acompanha sua dinâmica. E conclui que este modelo de grupo doméstico é apenas uma fase de um processo mais amplo que envolve relações de gênero bastante hierarquizadas, alta taxa de instabilidade matrimonial e grande variação dos integrantes do grupo doméstico.

Pina Cabral considera desinteressante uma separação entre estudos de família e parentesco no contexto europeu tanto no rural quanto no urbano. Propõem pensar em termos de *unidade social primária* que possibilitaria acessar analiticamente um conceito puramente

descritivo, que é “o nível de identidade social que tem maiores implicações estruturais na integração social do mundo” (Pina Cabral, 1991:113). Neste nível os “participantes reconhecem a integração primária entre a reprodução social e a reprodução humana” (Pina Cabral, 1991:118).

Seguindo a tradição destes autores busquei integrar os conceitos de família e parentesco, tratando-os como interdependentes, e para isso recorro à noção de Casa, que neste contexto etnográfico mostrou-se fundamental para acessar os sentimentos de pertencer à Caieira da Barra do Sul.

### 1.1. Família e parentesco: os termos na Caieira da Barra do Sul

Ciente das disputas teóricas entre os estudos de família e parentesco, optei nesta tese por utilizar a noção de Casa como categoria de análise. Casa na Caieira da Barra do Sul permite acessar as relações entre as famílias conjugais e as redes mais amplas de parentesco, e regatar o papel destas redes na própria organização da sociedade. Enfocar a Casa é referir-se à unidade doméstica, parentesco e família, sempre considerando uma observação de Max Weber (1994:244) para quem “família é um conceito historicamente bastante ambíguo somente é útil quando se define claramente seu sentido no caso particular”. Assim, é preciso definir qual conjunto de relações estou me referindo quando falo em família ou de Casa.

As famílias deste contexto etnográfico, apesar de estarem passando por processos profundos de modificações há pelo menos 20 anos, mantém, há mais de um século, um padrão residencial em que cada casal com seus filhos solteiros habitam uma casa, que, no entanto, idealmente, deve ser construída próxima a dos pais de um dos cônjuges. Forma-se assim um grupo de residência da família extensa, composta por um casal ou viúvo (ou viúva), seus filhos e netos, que, junto com a dimensão espacial e territorial compõem as Casas. Em três Casas que tive contato durante a pesquisa de campo, a mãe de um dos cônjuges era viúva, tinha mais de 70 anos, e residia em um cômodo da casa da filha casada. A residência neste caso era dividida em duas, tinham entradas independentes e eram consideradas casas separadas. As refeições eram preparadas e consumidas em cada casa separadamente. A senhora viúva não era considerada dependente da filha, porque podia fazer sua comida, lavar sua roupa e cuidar de si.

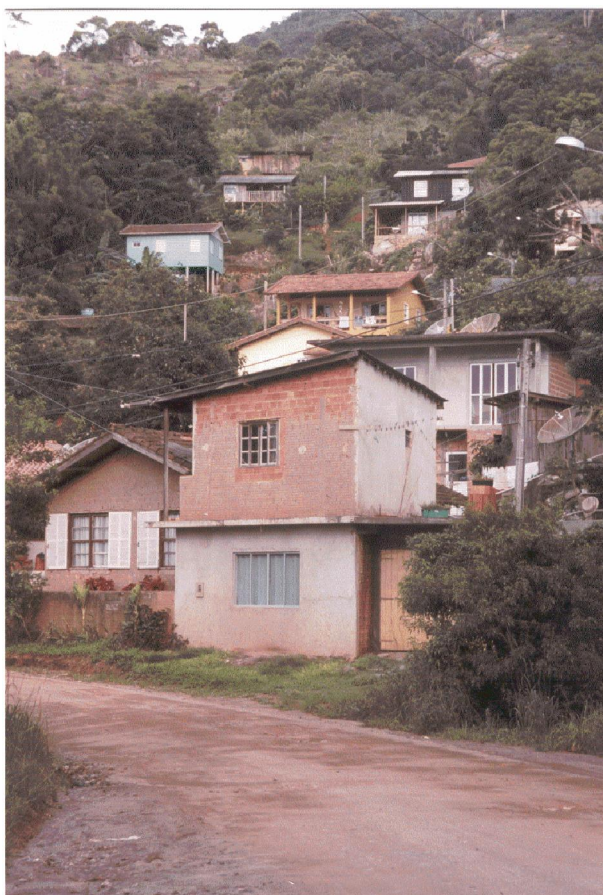
Temos assim, que uma residência passa a ser considerada como tal quando é relativamente independente das outras residências da Casa, e esta independência é marcada principalmente pelas possibilidade de seus moradores executarem tarefas consideradas femininas, com preparar a comida, limpar a casa e lavar a roupa.

Família, neste contexto etnográfico, pode se referir a duas esferas, ambas com base no padrão residencial: temos a família nuclear ou conjugal, que reside em uma habitação separada, composta pelo casal e seus filhos solteiros. E temos as Casas em que habitam as famílias extensas, compostas de um casal ou viúvo (a) com seus filhos e netos, noras e genros. Além destes podem ser considerados membros da família aqueles irmãos, filhos, sobrinhos, primos que passaram a viver em outros lugares da cidade ou em outras Casas do bairro por ocasião do casamento. Temos assim que família é um termo bastante amplo também neste contexto etnográfico, e que refere-se a três dimensões distintas: uma da família conjugal, outra da Casa e outra ainda dos parentes “daqui” que foram morar em outras Casas ou em outros bairros.

## 2. Casa: conceito êmico.

Amanda depois de conversar comigo algum tempo diz que sua avó pode ajudar em minha pesquisa e recomenda que eu a procure em sua casa. Pensa um pouco, conta mentalmente e diz que dona Cecília mora cinco casas depois da igreja. Alguns dias depois vou a busca da casa da avó de Amanda, cheguei na igreja, contei as casas e bati palmas na frente daquela que pensei ser de dona Cecília. No entanto quem atendeu meu chamado diz que quem eu procuro mora “mais ali embaixo” duas casas a seguir, conto duas casas e novamente não era a casa procurada. E assim, eu bati em três portas até que cheguei na casa da avó de Amanda (ver foto na página 116).

O que poderia ser interpretado como um erro da pesquisadora, na realidade aponta para noções diferentes do que seria uma Casa. Em minha concepção de casa, cada residência, ou seja, cada imóvel é contado como uma unidade, e assim casa corresponde a cada uma destas unidades. A noção de Casa de Amanda, que é compartilhada pelos moradores nativos do bairro da Caieira da Barra do Sul, é um tanto diferente. Uma Casa para ela engloba um conjunto de habitações, que contam com duas delas ou mais, e o terreno em que elas foram construídas, os limite destes terrenos são os limites de uma Casa.



Duas Casas da Caieira que “sobem o morro”



Casa de Dona Cecília

No entanto, há uma complicação no uso êmico deste termo, porque apesar de compartilharem da noção de Casa como um conjunto residencial, e referirem-se a estes conjuntos pelo termo de casa, em algumas ocasiões o mesmo termo pode também ser usado para se referir ao imóvel, à residência. Isto ocorre principalmente quando alguém fala de suas tarefas domésticas, ou ao me convidarem para entrar em suas casas. Assim, é preciso esclarecer que há duas possibilidades do uso do termo casa que se mesclam e se misturam, na medida em que são referência do local onde moram, mas se distinguem porque podem ser referencia a dois níveis deste mesmo local. Para evitar confusão, daqui para frente no decorrer deste texto ao me referir à casa como unidade de co-residência usarei Casa com a inicial em maiúsculo, e casa com letras minúsculas para me referir à residência.

O caso citado é exemplar da forma como a Caieira é vivenciada por seus moradores e através dele é possível acionar diferentes elementos que se mostram fundamentais na elaboração de minha proposta de doutoramento que buscou analisar como são compostos os sentimentos de pertença ao bairro da Caieira da Barra do Sul. É fundamental para a análise da pertença à Caieira, além da distinção entre “daqui” e “de fora” já tratada no segundo capítulo, a forma como o parentesco é vivenciado, e nesta perspectiva, a importância das dimensões espaciais e temporais na formulação do parentesco.

Uma segunda experiência de campo que me motivou a analisar a Casa como um importante elemento para se perceber como se estabelecem as relações entre moradores da Caieira, aconteceu durante uma conversa com Adalgisa, que me esclareceu a importância das relações de parentesco na divisão espacial vigente na Caieira. Eu tive dificuldades em desenhar em meu mapa do bairro um aglomerado de habitações que me pareciam organizadas sem lógica, porque todas foram construídas muito próximas. Eu não conseguia distinguir como se chegava a cada uma das habitações. Adalgisa explicou-me, desenhando com o dedo no ar, as fronteiras entre as três Casas existentes naquele aglomerado que para mim era um meio caótico. Ela separou três conjuntos residenciais, cada um composto por quatro ou cinco residências distintas, sendo que cada uma das residências era habitada por um casal (ou viúva) com seus filhos solteiros. Explicou-me também que as famílias que viviam em um mesmo conjunto residencial, chamado por ela de Casa, tinham entre si relações de parentesco, principalmente pais e seus filhos já casados.

Assim informada pude fazer o mesmo exercício de delimitação em outras Casas da Caieira, respeitando sempre as relações familiares que definem as fronteiras entre elas. Referir-me-ei a seguir à Casa de dona Aparecida, que pode exemplificar muito do que ocorre nas Casas do bairro.

## 2.1. Casa na Caieira

A categoria chave nesta análise é Casa que aglutina família conjugal, família extensa, gerações diferentes e parentela. Uma Casa é um conjunto residencial composto por (1) várias residências, em que o padrão de residência entre os moradores “daqui” é uma habitação servir a uma família conjugal composta de um casal casado e seus filhos solteiros, mesmo antes das modificações atuais no contexto do bairro que estão influenciando a forma de organização familiar. Em cada residência a família conjugal é o centro da organização doméstica, sendo responsável pelo sustento de seus membros e preparo da comida. Na Casa (2) moram principalmente pessoas de uma mesma família extensa (3) de gerações diferentes.

Quando o pai (e/ou a mãe) ou o avô (e/ou avó) é proprietário do terreno onde mora, ou de parte dele, os filhos e netos, ao casar ou para casar, podem receber autorização para construir ali as suas habitações. Este *dono da casa*, mesmo que não tenha poder absoluto de decisão sobre a propriedade, tem função de aglutinar a família em torno de si e da casa. Assim, a casa é composta por habitações onde reside o dono mais velho (homem ou mulher), e seus filhos e netos casados com seus respectivos cônjuges e filhos solteiros, cada família nuclear em uma habitação separada, e que, no entanto, são construídas próximas uma das outras.

É este *sujeito aglutinador* que garante a unidade da Casa, porque enquanto ele viver a Casa dificilmente vai ser dividida. Quando ele morre a configuração da casa passa a ser outra e a Casa pode se desmembrar, com cada casal de uma geração mais jovem que o antigo *sujeito aglutinador* formando a sua Casa, separada da dos irmãos que antes viviam juntos na mesma Casa.

Em cada Casa sempre há uma pessoa, geralmente idoso, que faz o papel de aglutinar outros moradores em torno de si e de certa forma é ele quem dá unidade à Casa. Eu os chamei de *sujeitos aglutinadores*. Talvez seja possível fazer uma comparação do *sujeito aglutinador*



com o que Fortes (1950) chamou de *headship*, que eu traduziria pela expressão: *dono da casa*. Fortes (1970) argumenta que por causa do sistema matrilinear as casas Ashanti são diferentemente organizadas se têm mulheres ou homens como “chefes da casa”, o sistema de parentesco influencia no arranjo doméstico, na medida que o princípio dominante do parentesco Ashanti é a regra de filiação matrilinear. Assim, o principal problema das relações de parentesco entre eles é o ajustamento dos direitos morais e jurídicos e os laços provenientes do casamento e paternidade impostos pelo parentesco matrilinear. O arranjo doméstico influencia no sistema de parentesco na medida que cria e fortalece relações sociais entre pessoas que não fazem parte de uma mesma linhagem, no caso, principalmente, as relações entre os pais e seus filhos (Fortes, 1970:381). Os grupos domésticos dos Ashanti, estudados por Fortes (1971) associam a relação com o pai, estabelecida no convívio cotidiano e nos sentimentos estabelecidos por este contato, e a relação com a mãe e os irmãos da mãe estabelecidas pelas regras de linhagem matrilinear.

Na Caieira o arranjo doméstico sofre modificações se o *sujeito aglutinador* da Casa é um homem ou uma mulher. Uma mulher só será o *sujeito aglutinador* de sua Casa quando for “velha” e viúva. Em torno da pessoa dela que se organizarão as famílias dos filhos. Um homem, por sua vez, só será o *sujeito aglutinador* da sua Casa se houver uma mulher (esposa, filha, prima) que faça as tarefas domésticas femininas. Um homem quando fica sozinho fica completamente desamparado e é enviado para a casa de um filho ou outro parente. O *sujeito aglutinador* masculino é o casal, enquanto o feminino também é o casal, só que com marido morto.

É possível considerar dona Aparecida faz o papel deste *sujeito aglutinador* da sua Casa, é ela quem age como tal porque (1) ela é proprietária dos terrenos que seus filhos vão herdar depois de sua morte, e sendo assim, é ela quem dá a palavra final sobre o que vai ser feito do terreno e da casa construída nele. Uma mulher ou homem viúvos têm diminuídos seus poderes de decisão sobre a terra que possuem, e seus filhos passam a ter muito mais voz nas decisões sobre a venda ou não porque depois da morte de um dos pais os filhos são herdeiros da metade dos bens do casal. Além disso, (2) Dona Aparecida, assim como os *sujeitos aglutinadores* de outras casas, costuma mediar os conflitos entre os diferentes moradores da sua casa, e todos lhe tem respeito; (3) o convívio de seus netos durante toda a infância destes fez que ao menos Morena lhe dedicasse um carinho especial, sentindo-se responsável por ela, se preocupando

com relação a sua saúde e bem estar; (4) É em torno dela que os filhos e cunhados organizam sua vida social.

É em torno dela como *headship* que os filhos adultos com filhos adultos se concebem como uma unidade. Quando Aparecida falecer, sua casa, muito provavelmente, vai ser desmembrada em pelo menos duas outras, que são as propriedades das filhas casadas de Aparecida que já têm filhos casados.

Em termos teóricos a Casa na Caieira tem um aspecto estrutural na medida que ela é responsável pela estruturação das relações de parentesco no bairro, mas o *sujeito aglutinador* entra com elementos da prática na formulação da Casa.

Na Caieira não há unanimidade na nomeação das casas, e ao falarem de determinada casa é comum se fazer referência a uma pessoa que reside nela e às referências geográficas. Estas referências são cambiáveis e dependem da pessoa que está a falar, se é homem, mulher, jovem ou velho. Alguém que freqüente o bar do Lineu, genro de dona Aparecida, fará relação ao seu nome quando for indicar o local de moradia de algum de seus habitantes. Temos assim, que Aparecida não é a dona de toda a propriedade que compõem sua casa, nem mesmo é uma unanimidade no bairro considerarem-na como o sujeito que nomina a casa, apesar de ser em torno dela que se organiza a própria unidade da Casa.

A Casa agrupa pessoas que estão relacionadas entre si por relações familiares próximas e aqueles que fazem parte da família por relações de afinidade (no caso os cônjuges dos filhos). Nem todos que recebem permissão para construir sua habitação em uma casa são da família nuclear, uma vez que podem receber autorização para construir um antigo empregado ou um filho de criação, ou o sogro de uma filha – mesmo que sejam situações mais raras. Assim outras pessoas, que não apenas os familiares próximos podem compor a casa de uma determinada família. Temos assim que uma casa, apesar de poder ser, até certa medida, identificada com uma família, não pode ser por ela traduzida. Porque em uma casa pode ser convidado para construir sua habitação o sogro da filha ou um antigo empregado considerado como filho. O sogro da filha, entretanto, não pode dispor de sua propriedade – vende-la ou aluga-la. E o caso de um empregado que construiu sua casa na propriedade dos patrões foi muito particular. O casal tinha três filhos e um deles, o mais velho, saiu de casa para estudar contra a vontade do pai que o queria ajudando no trabalho da lavoura, uma vez que a família tinha terra suficiente para sustentar toda família e necessitava de mão de obra. Um rapaz (na

época com 14 anos) filho de família da Caieira com poucas terras brigou em casa e passou a morar com esta família, trabalhando na lavoura e sendo tratado quase como filho. Este moço ao casar recebeu da viúva de seu patrão, que lhe tinha apreço, a permissão de construir uma casa em sua propriedade. No entanto, o local que lhe coube não foi dos mais valorizados, sua casa foi a única que eu vi construída lá no meio do morro longe da estrada. Com isso a viúva ajudava um rapaz de quem ela gostava, que lhes ajudou em outras ocasiões, e não provocava disputa entre ele e os herdeiros legais do terreno – seus filhos – porque aquele não é um terreno valorizado economicamente hoje em dia.

Na Caieira da Barra do Sul a Casa não é local de residência de todos os filhos casados do dono de uma casa, porque todos, depois que casam, podem escolher o lugar de moradia é possível – e bastante comum – que grande parte dos filhos de uma casa passem a residir em outros bairros. Denise vive na Casa de sua mãe, tem dois filhos e a mais velha ao casar foi morar no município de Palhoça. O filho mais novo está namorando uma moça que de Biguaçu e pensa em ir morar naquele município<sup>70</sup>. Seus dois filhos optaram por não residir na Caieira, e até onde eu pude apurar, não há uma pressão da parte da família para que o rapaz construa sua habitação no terreno e fique morando em sua Casa. Esta opção é dada aos jovens desde há muitas gerações. Seu Lú contou das pessoas que foram embora na geração de seus pais, procuravam uma alternativa ao trabalho duro nas roças e uma vida com poucos confortos. Alguns deles voltaram depois de aposentados outros não voltaram mais.

Algumas pessoas que foram embora não se tornaram parentes a serem lembrados. Os velhos responsáveis pela lembrança e pela atualização do parentesco, não lembram bem dos jovens moradores da Caieira, no entanto esta não lembrança não está determinada exclusivamente por questões geracionais, mas está relacionada, sobretudo ao estado civil da pessoa a ser lembrada. Se um jovem é casado e decidiu viver na Caieira, ele com certeza entra no rol de pessoas que existem, por exemplo, para dona Aparecida. No entanto, alguém solteiro, ou que ao casar foi morar em outro bairro vai sendo progressivamente esquecido, seus filhos não são registrados na memória da comunidade.

O jovem casal tem total liberdade para decidir morar fora da unidade de residência dos pais. Suas opções são (a) morar na casa de seus sogros; (b) morar fora do bairro ou (c) alugar

---

<sup>70</sup> Palhoça e Biguaçu são municípios da Grande Florianópolis. Estes e outros municípios próximos receberam um grande número de moradores das comunidades do interior da Ilha que saíram de seus locais de moradia por ocasião da chegada de novos moradores desde a década de 60 até os dias de hoje.

uma casa na Caieira ou comprar um terreno no bairro, separado do de seus pais ou sogros e construir sua residência. Esta última possibilidade é apenas hipotética, porque nunca ouvi falar de que tal tipo de arranjo pudesse perdurar, e duas podem ser as explicações de ordem prática para tal ocorrência: a primeira é porque os terrenos no bairro são muito caros e os casais jovens não têm dinheiro para tal despesa, outra explicação dada é porque os terrenos de seus pais são grandes o suficiente para construírem suas casas nele. No entanto existem outras motivações de ordem simbólica que são muito mais importantes e que estão relacionadas com a necessidade de convívio dos membros da família extensa. O que pude constatar é que às peessoas casadas são dadas duas opções de escolha: (1) ou vão morar fora do bairro, (2) ou em uma residência construída na Casa dos pais de um deles. As situações de residência fora destas unidades são extremamente transitórias e excepcionais, e todos no bairro se mobilizam para que a situação logo se normalize, ajudando o casal na construção de sua casa no terreno dos pais.

As habitações construídas próximas favorecem as relações familiares cotidianas, tanto pela proximidade das residências quanto pela proximidade das relações sociais estabelecidas entre as pessoas que residem próximas. O contato entre o casal mais velho e seus filhos, seus genros e noras, e os netos, bem como entre os irmãos, cunhados, sobrinhos e primos são diários e intensos. As crianças são socializadas em uma grande família em que os primos convivem cotidianamente, muitas vezes sendo cuidados pela avó que se responsabiliza por eles enquanto as mães trabalham fora. A casa comporta diversas práticas que constroem a pessoa e marcam sua trajetória e sua pertença, entre elas o cuidado com as crianças, o cuidado com os idosos, a passagem entre as casas no caminho de sua própria casa, as trocas alimentares.

Também as relações entre membros da família extensa são intensificadas, entre famílias diferentes moradoras ou não da Caieira. Na casa convivem entre si os cônjuges dos diferentes filhos, e estes mantêm contato com suas famílias de origem. Isso possibilita que diversas famílias participem das redes de relações estabelecidas no bairro ou mesmo aquelas que se estendem para além do seu limite.

Assim, a casa favorece as relações e a convivência entre (1) gerações de uma mesma família, entre (2) pessoas de famílias diferentes e que são afins na casa em que escolheram morar, e também são (3) importantes na fundamentação da pertença daqueles que foram morar em outros bairros e que a atualizam no convívio familiar que mantêm com as pessoas que vivem na sua casa de referencia na Caieira da Barra do Sul. Como já foi colocado, é comum se

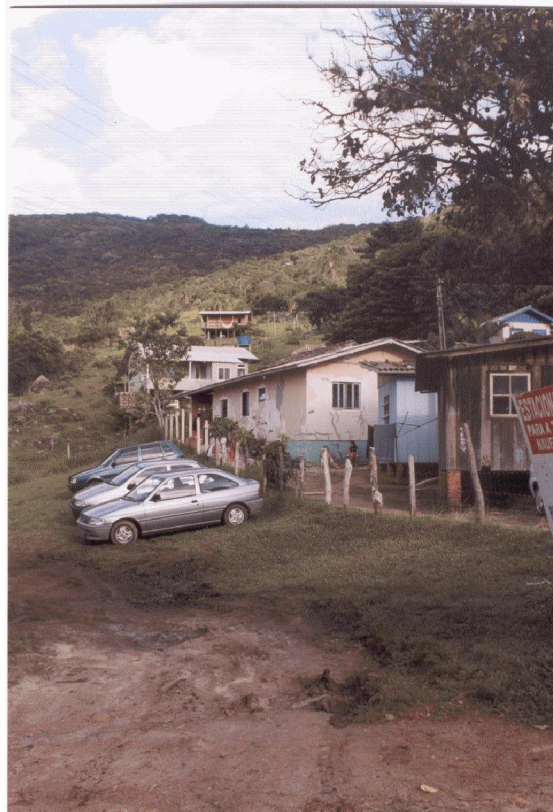
ter pessoas que morem em outros bairros da cidade e que atualizam constantemente suas relações com as pessoas que moram na Caieira e com a sua casa de origem. Isto faz que compartilhem valores com os moradores nativos e que estejam integrados nas redes de sociabilidade do bairro. Além disso, o laço estabelecido com o lugar de nascença e onde se passou a primeira infância é considerado dos mais estreitos, Dona Cecília me contou que sua sobrinha precisa ir aos Naufragados toda semana, “ela tem precisão dos naufragados, diferente de seu irmão que não foi criado lá”.

A Casa, que é a soma de várias partes, é delimitada fisicamente pela extensão do terreno de propriedade dos membros da família extensa que a compõem. Porém suas relações sociais vão além da dimensão espacial – e esta pode ser a chave para pensar nas casas como fundamental para pertença e fazer a ponte entre a questão espacial e a classificação das pessoas. Na noção nativa de casa existem elementos fundamentais para pensar sobre pertença à Caieira da Barra do Sul, entre eles a importância dos laços sociais estabelecidos nas casas na elaboração da concepção de pessoa entre os moradores nativos, e o fato de cada casa ter algumas características morais que são atribuídas e compartilhadas por seus moradores, diferente da identidade açoriana que lhes é auferida *de fora*.

A Casa de Dona Aparecida mantém uma propriedade bastante vasta, com um terreno de aproximadamente 10 metros de frente que segue se alargando um pouco até as vertentes do morro. Assim, a Casa tem grande parte de seu espaço físico ainda não ocupado por residências. O mesmo não se pode falar da casa de Seu Faberlúcio, que com a venda da maior parte da propriedade, inclusive da parte do morro onde fica a nascente, estende-se em um lote de aproximadamente 10x80m. No terreno com estas dimensões existem construídas 8 casas, colocadas de forma aleatória, sendo que para se chegar na casa de Seu Faberlúcio se passa na porta da casa de sua neta.

Este convívio é percebido como desejável e agradável. E existe uma rede de ajuda mútua que atua dentro da casa. Mariana, filha de Seu Faberlúcio cuida dos dois filhos da filha para ela ir trabalhar. A filha viúva de Mariana continua sendo a responsável pelo sustento das crianças, é ela quem as alimenta e veste, mas pode contar com o cuidado de sua mãe. O casal é responsável pelo sustento da sua unidade doméstica, e na falta de um dos cônjuges o outro torna-se o único responsável. Toda colaboração da família é percebida como ajuda e pode não ser constante.

Casa de Seu Faberlúcio e estacionamento ao lado (foto: Diana Wiggers).



Logo depois da placa do estacionamento está uma parte da Casa de Seu Faberlúcio, a seguir, um pouco mais para cima a Casa da Dona Aparecida (foto: Diana Wiggers).

Esta ajuda muito provavelmente será retribuída em outra ocasião, quando a própria Mariana precisar de cuidados. É a convivência da criança com os avós e tios que torna possível os laços importantes para que no futuro se tenha cuidado com os idosos. Uma moça falou emocionada que gostava muito do avô e cuidou dele com carinho por três anos que ele ficou de cama. É o convívio no grupo doméstico que possibilita que se estabeleçam relações afetuosas e de cuidado.

Idealmente os idosos são cuidados pelos familiares que vivem na Casa. Um caso muito comentado entre diversas pessoas com quem conversei na Caieira em julho de 2003 foi o de um homem de 60 anos, que vivia sozinho e que colocou a mãe no asilo. Havia uma recriminação geral com relação a sua atitude, principalmente pelo fato dele não ir visitá-la, e uma vez que a mãe veio para lhe fazer uma visita ele saiu de casa para não recebe-la. Alguns justificavam o fato dele tê-la colocado no asilo porque era homem e vivia sozinho, ele próprio estava doente com câncer e não podia cuidar da mãe. No entanto, o fato de não querer vê-la foi muito mal recebido pela comunidade que o recriminava abertamente, inclusive argumentando que a causa de sua doença era o tratamento impróprio que auferiu a própria mãe. É comum a estratégia de manter a Casa com aqueles que podem se cuidar, uns cuidando dos outros.

Geralmente são as filhas que cuidam dos pais idosos, é o caso de seu Brasília que está velho e doente, é viúvo e tem quatro filhos, dois homens e duas mulheres. Os cuidados com o pai foram divididos entre as duas filhas que arranjaram de cada uma ficar um mês com ele. Os filhos homens ficaram isentos do cuidado com o pai. Mas isso não quer dizer que não cabe a um homem cuidar de seu Brasília, porque uma das suas filhas (ambas têm mais de 55 anos) é cega e quem cuida das tarefas da casa é o seu marido. Assim, mês sim mês não seu Brasília fica morando com este casal, e o genro é que se dispõe a cuidar do sogro, ficando os filhos homens e as noras de seu Brasília isentos da necessidade de colaborarem. O genro que cuida dele o faz por considerar que esta é uma tarefa que cabe a sua esposa e na impossibilidade dela cumprir ele a executa.

Apesar das relações dentro das Casas serem idealmente harmônicas, esta não é a realidade sempre. Existem vários conflitos de diversas naturezas. Duas cunhadas que não se falam ou sogra e nora que se brigam abertamente. É o caso de Helena e sua sogra Mariana, ambas residem na Casa de Seu Faberlúcio em casas separadas por um pequeno muro de tijolos

vazados levantado depois que Helena ficou viúva e os ânimos se alteraram. Mariana acusa a nora de não ter sentido a morte do marido – seu filho. Brigam por causa do uso da água proveniente de uma única vertente e outros motivos diversos<sup>71</sup>.

Este caso é interessante porque nos instiga a pensar de por que Helena não sai daquela Casa. Ela não poderia vender sua casa e ir morar em outro lugar? Acredito que vários são os interesses que a motivam a ficar residindo na Casa do avô do seu falecido marido. Um deles é manter a casa para seus próprios filhos. Como não foi feito o inventário da avó de seu marido, o proprietário legal da Casa, que já faleceu há mais de 10 anos, seus filhos podem não receber sua parte da herança paterna, que está dividida apenas “de boca” (sem legalização).

Além disso, os pais de Helena não têm Casa na Caieira, são separados e bastante pobres, não têm condições de fornecer ajuda financeira ou em terras, nem uma estrutura de Casa para ela e os filhos. Assim, mesmo não se dando bem com a sogra, suas crianças estão em contato com ela, com os primos da mesma idade, com os tios e outros parentes. E este é um contato valorizado por Helena, porque são as relações vivenciadas nas Casas que vão estabelecer relações de parentesco, colaboração e cuidado mútuos no futuro. A seguir apresento a dinâmica da Casa da Dona Minerva, que vai ilustrar a forma como as Casas se modificam e como se estabelecem relações entre aqueles que vivem nas Casas.

## 2.2. Casa da Dona Minerva: desdobramentos

Dona Aparecida foi uma de minhas principais informantes durante meu trabalho de campo na Caieira da Barra do Sul. Ela tinha 73 anos no ano de 2003, e viveu grande parte da sua vida adulta na Caieira. Durante anos dona Aparecida foi benzedeira, e assim, era alguém a quem todos recorriam nos momentos de dificuldade<sup>72</sup>. Ela conhecia todos no bairro, tinha

---

<sup>71</sup> Eu não posso generalizar, porque as observações de campo não me possibilitam afirmar que é um *padrão*, mas eu detectei muito mais conflitos entre sogra e nora que em outras relações de afinidade, inclusive entre sogro/genro e sogra/genro.

<sup>72</sup> Dona Aparecida deixou de ser benzedeira ao se converter a uma igreja evangélica. Ao me explicar sua conversão diz que “virou crente para acompanhar os irmãos que sempre iam à igreja, e como ela queria ir passear com eles, converteu-se”. Sua conversão é seguida de atitudes próprias dos evangélicos, não corta mais o cabelo, não acende mais velas, e, mais importante, deixou realmente de benzer não abrindo exceção nem mesmo quando uma filha lhe pede para benzer o esposo para que ele deixe do vício do álcool.



interesse em lembrar detalhadamente dos nomes (e/ou apelidos), dos laços genealógicos e dos lugares de referência a que cada um dos moradores da Caieira era associado.

O local onde hoje é a casa de Dona Aparecida foi herdado por seu falecido esposo. Dona Aparecida casou-se aos 20 anos com Lorenzo, um viúvo que do primeiro casamento tinha uma filha de quatro anos. Dona Aparecida nasceu na Caieira, perdeu a mãe aos oito anos e foi criada pela madrastra e o pai na praia do Pântano do Sul, para onde seu pai mudou-se com a família logo após o segundo casamento. Dona Aparecida ao casar trouxe da casa de seu pai todo o enxoval, considerado sua parte na herança paterna, e passou a morar em uma habitação construída no terreno de sua sogra. Na ocasião o pai de Seu Lorenzo já havia falecido e Dona Aparecida refere-se à casa de origem do marido como a casa de Dona Minerva, sua sogra.

Os três filhos de Dona Minerva ao casar construíram suas habitações no terreno dos pais, que era bastante grande e exigia muita mão de obra no trabalho nas roças e no engenho de farinha da família. Dona Minerva morou em sua casa até falecer, e foi cuidada pelos filhos, filhas e netos durante toda a velhice. Depois de sua morte partes do terreno que compunham sua Casa foi vendida para moradores da Caieira ou *de fora*, como mostra o quadro a seguir. Foi também depois de sua morte que os filhos de seu filho Jarbas venderam sua propriedade e foram embora da Caieira.



Foto aérea da Caieira da Barra do Sul – a parte representada como um retângulo mais claro é o local das casas de dona Aparecida e de seu Faberlúcio (fonte: ortofotocarta - IPUF)



Antiga casa da Minerva (foto Diana Wiggers)

O terreno de Dona Minerva foi dividido igualmente em herança entre os três filhos do casal: Jucema, Jarbas e Lorenzo. A divisão ocorreu antes da morte de dona Minerva e cada filho trouxe a esposa para viver em sua propriedade. Mesmo que a terra fosse de propriedade da cada filho, no tempo em que dona Minerva estava viva, a casa onde habitava sozinha somada à dos filhos, habitadas por suas famílias conjugais, formavam uma Casa. Dona Aparecida contou que Jarbas viveu com a esposa e os filhos na Caieira, o que favorecia o contato da família extensa. Ela era muito amiga de Maria, esposa de Jarbas, e que suas crianças foram criadas juntas, uma ajudava a outra no cuidado com as crianças.

Segundo dona Aparecida Jarbas casou com uma moça “daqui” e teve três filhos que foram criados na Caieira, na Casa de sua mãe Dona Minerva. Após a sua morte, a parte que lhe coube da herança foi toda vendida para novos moradores e veranistas, e seus herdeiros foram morar em outros bairros da cidade. Os filhos de Jarbas ao ir embora perderam o contato com a Casa dos seus parentes na Caieira, e a volta dos filhos deles com a construção de uma *casa de praia* na Casa de Aparecida foi seguida de algumas tensões, principalmente na relação com os usos “daqui” que não eram compartilhados pelos herdeiros de Jarbas – um genro e dois netos. Seu Hortencio e Jarbas fizeram negócio “de boca” em que Jarbas passava a ser proprietário de parte dos fundos do terreno de Hortencio. A parte era uma faixa de “quatro braças de largura da esquerda para a direita a partir da casa do Dado<sup>73</sup>”. No ano de 2003 os herdeiros de Jarbas requereram as suas partes do terreno de dona Aparecida, e construíram uma *casa de praia*. Esta construção foi motivo de desavenças por causa do uso de pedras que – segundo uma filha de Aparecida – não lhes pertenciam, mas que foi considerada de sua propriedade por estarem da sua parte do terreno. Este terreno antes era utilizado por Denise, filha de Aparecida, como pasto para o gado e onde ela tinha construído um estábulo.

Jucema viveu até morrer na habitação que herdou dos pais. Ela trouxe seu marido para morar na sua casa de nascença, e quando ficou viúva trouxe seu Faberlúcio, seu segundo esposo, para residir na mesma casa. Com a morte de Jucema, seu Faberlúcio ficou morando ali e tornou-se o *donos da casa*. Jucema teve três filhos, Beledora e Dutra do seu primeiro casamento e Mariana, filha de Faberlúcio. Com o tempo este terreno que englobava a parte de

---

<sup>73</sup> Dado: filho de Hortencio e Aparecida, 35 anos, casado, dois filhos, eletricitista.

baixo da estrada, próxima da praia com aproximadamente 500 m<sup>2</sup> e na parte de cima o terreno subia o morro até os limites das nascentes, foi sendo vendido, restando, no ano de 2003, apenas um lote de 10mx80m onde era a casa de seu Faberlúcio<sup>74</sup>. O terreno de propriedade da família extensa que restou ficou bastante pequeno para os padrões locais, apesar deste padrão se repetir em pelo menos outras 10 casas. Um terreno assim não se estende mais até as vertentes do morro, não possui água própria, porque as nascentes ficam nos locais mais altos e com vegetação abundante, não tem mais espaços para serem cultivados. É uma casa muito diferente daquelas dos tempos de “antigamente”, principalmente porque não aproximam as pessoas em torno do trabalho coletivo na lavoura. Atualmente os interesses que fazem uma família extensa continuar a residir na mesma Casa são de outra natureza.

No lote da Casa de Seu Faberlúcio residiam: (1) Juca, viúvo de Beledora com o filho de quase 40 anos, solteiro, na habitação mais antiga – e também a mais mal conservada – do terreno, uma habitação construída há mais de 100 anos; (2) Adilson e a esposa, jovem casal sem filhos, ele é o filho mais novo de Beledora e Juca, residiam em uma pequena habitação de tijolos construída recentemente; (3) Louro que fez sua habitação nos fundos do terreno no fim do ano de 2003; (4) Seu Faberlúcio com a filha Mariana, ambos viúvos, na segunda habitação mais antiga da propriedade, uma casa com mais de 80 anos. (5) Helena, com 34 anos e três filhos pequenos, viúva do filho mais novo de Mariana, falecido em 2002; (6) Luiz, filho de Mariana, casado com Bete com duas filhas pequenas; (7) Lisa, filha de Mariana, separada de primeiro marido e viúva do segundo, com seus dois filhos pequenos. (8) Além destas havia na casa uma habitação desocupada que pertencia ao filho de Jucema, Dutra, que residia no Alto Ribeirão e faleceu antes de concluir completamente e mudar-se para a habitação na casa de seu padraço.

Estas oito habitações, onde residiam oito famílias conjugais distintas, construídas próximas umas das outras faz que a organização espacial fique um pouco caótica do meu ponto de vista. Para se chegar na residência de seu Faberlúcio é preciso passar por entre outras residências construídas bem juntas, inclusive passando em frente a porta da cozinha da casa da sua neta. Aquilo que mais me fez estranhar a organização espacial das habitações em uma casa é a minha noção de privacidade, que não é a mesma vigente entre estas famílias. A privacidade tão valorizada entre as classes médias urbanas, entre as quais eu me incluo, neste contexto não

---

<sup>74</sup> Seu Faberlúcio faleceu durante meu trabalho de campo, no fim do ano de 2003.

faz sentido. É desejável que se participe da vida dos “outros”, que se saiba das atividades mais cotidianas e íntimas. É valorizado que sejam públicos o que acontecem nas relações entre pais e filhos, entre esposos, os problemas que cada família têm tido ultimamente. Lembro aqui de Da Matta, (1978) e o exercício fundamental na antropologia de transformar o exótico em familiar e aquilo que nos é familiar, exótico. Estranhei quando me dei conta do quanto é desejável que se “saiba da vida dos outros”, este é um dos importantes fatos da vida cotidiana que dá aos moradores da Caieira a sensação de estar entre os seus. Um exemplo é o de Dona Maria que chegou de ônibus carregando uma sacola de cebolas e ia caminhar até os Naufragados onde reside, quando os homens sentados no bar logo no início da trilha passaram a gritar para ela, de forma jocosa, que ela não morava em cima de pedra, que podia plantar cebola, não precisava comprar, e que “japonês planta até em cima de pedra”. Ela foi embora aos resmungos e deu-lhes as costas sem lhes dar atenção. Depois dela ir embora um dos homens que eu conhecia me explicou que ela havia separado do marido, tinha muitos filhos e era bastante pobre, no entanto, não deixava o pai das crianças plantar no seu quintal, que “tocava ele de lá” sempre que ele queria plantar alguma coisa, diziam que ele não era preguiçoso e que ela era “braba” – “piquininha mas braba”. Os homens tentavam desta forma interceder pelo ex-marido de Maria. Assim como na interferência desejável na vida privada a organização espacial destas casas nos fazem refletir sobre a lógica que opera naquele contexto social onde o valor não é posto no indivíduo.

Apesar de minha dificuldade inicial em compreender a organização espacial destas casas, percebi que ela é comum a outras casas da Caieira, onde a lógica individualista de utilização dos espaços não é a que vigora. Por exemplo, não se constrói as casas pensando em uma divisão do terreno em lotes, nem se organizam para passagem de carro até as últimas habitações da Casa<sup>75</sup>. Age-se nas construções das residências como se os seus moradores fossem ter eternamente o mesmo tipo de relação entre si, em que os usos, por exemplo, dos acessos podem ser públicos para todos os moradores de uma Casa. Age-se, principalmente nos dias atuais, como se uma casa não fosse nunca se dividir. O tempo das relações atuais pode ser pensado como o tempo da eternidade, tanto do passado quanto do futuro.

Outro ponto importante que diz respeito a esta idéia de indivisibilidade da Casa é a frequência com que não se faz os inventários, documentos estes que legalizariam a divisão

---

<sup>75</sup> É surpreendente porque a grande maioria das famílias extensas têm ao menos um carro.

espacial dos terrenos entre os herdeiros de alguém. Talvez essa forma de distribuição espacial das casas juntamente com a não feitura do inventário possa ser analisada como uma estratégia para a não dissociação das casas, e uma tentativa de que elas perdurem. Nos dias atuais, por causa do processo de mudanças que ocorre no bairro a casa fica mais condensada em termos espaciais, em algumas pela venda de parte da propriedade, mas em todas pelo aumento de herdeiros que constroem suas residências – permanentes ou *de praia* – na Casa dos pais ou avós.

A Casa de Seu Faberlúcio têm oito casas construídas no terreno da família, no entanto, uma das filhas de Beledora, Jane, não construiu no terreno – a que tinha direito por herança. Por ocasião de seu casamento passou a residir em uma casa construída na Casa de seu sogro – Seu Marcos. Ele é um morador “de fora” e passou a residir na Caieira há mais de dez anos, e como tal, sua casa não se configurava como Casa, na medida que não era local de residência da família extensa. Com a opção do jovem casal em residir na propriedade de Seu Marcos, ela entra na contabilidade da comunidade como uma Casa – sua propriedade passa a ser uma Casa. É o local onde Jane e o marido estão criando seus dois filhos, em contato com os avós paternos e os tios solteiros.

Reside na Casa de Seu Faberlúcio o esposo da filha de sua esposa, Juca que é quase da mesma idade que Faberlúcio, e no entanto ele não é o *dono da casa*, não é em torno dele que se aglutinam os moradores da Casa. O que está em jogo na definição do sujeito aglutinador neste caso é uma posição geracional, menos do que uma questão etária. Faberlúcio foi marido da sogra de Juca, então ele está em uma posição geracional acima.

O terceiro filho de Dona Minerva é Seu Loreço, que herdou do terreno de seus pais a parte onde atualmente é a casa da dona Aparecida, e onde moram três dos cinco filhos de Loreço e uma de suas netas casada: (1) A filha Denise com o marido chamado de Nelinho e um filho solteiro, sendo que a filha mais velha do casal, ao casar, foi morar em outro bairro; (2) Miranda com seu marido, Lineu, e um filho adolescente. Duas das filhas de Miranda já são casadas, uma delas foi morar em outro bairro, e a outra, (3) Morena construiu sua habitação na casa da avó no ano de 2003, mesmo ano que *fugiu*<sup>76</sup> com o namorado. (4) E também o filho

---

<sup>76</sup> *Fugir* é uma prática comum em diversas comunidades da Ilha, e refere-se ao casamento informal sem a festa para os parentes e toda a comunidade; ocorre quando a moça foge da casa dos pais e o casamento é considerado consumado. A mãe de Morena também *fugiu*, assim como duas de suas irmãs. É um pouco diferente do “morar

mais novo de Dona Aparecida e Seu Lorenzo, chamado de Dado, com sua esposa e dois filhos menores de 14 anos.

Gilda, a filha do primeiro casamento de seu Lorenzo com Antônia, ao casar foi morar em outro bairro de Florianópolis. Dilmara, a filha mais velha de dona Aparecida e seu Lorenzo, foi morar na Tapera da Base<sup>77</sup>. Estas filhas foram embora e mantém algum contato com os irmãos, e seus filhos raramente freqüentam a Caieira.

Os filhos de Dona Aparecida e Seu Lorenzo que ficaram morando na Caieira e que hoje estão na faixa etária dos 40-50 anos, todos trabalham em atividades não-rurais. Nelinho e Lineu – os dois genros de dona Aparecida – mantém algum gado no pasto que ainda há em suas propriedades, têm roça de mandioca e milho para o consumo doméstico mas que de forma alguma é o que provém a família. Atividades rurais são atividades complementares na economia doméstica. Ambos têm outras atividades que geram a renda principal da família, Nelinho é funcionário da prefeitura que cuida da estrada no Ribeirão e Lineu tem um bar na Caieira e cuida de uma *casa de praia* no bairro. Os filhos e genros de Aparecida são exemplo da sua geração, que abandonou o trabalho rural e passou a prestar serviço e receber salário. Como sua propriedade era grande e produtiva eles ficaram residindo na Caieira e não foram embora com os primeiros que partiram no início da década de 70, mas ficar residindo na Casa não os manteve na atividade rural.

Na casa de Dona Aparecida foram vendidas para estranhos apenas as terras próximas da praia, enquanto o morro ainda pertence à família extensa. Inclusive uma das filhas comprou parte do terreno do vizinho, aumentando sua propriedade.

Esta é uma casa que tem ainda um terreno bastante grande que cobre toda a extensão do morro até a praia do outro lado da Ilha, a praia do Saquinho. Dona Aparecida um dia me disse: “nosso terreno vai do mar manso ao mar brabo”; que quer dizer que seu terreno inicia na praia da Caieira, onde as águas são “mansas” porque o mar têm poucas e pequenas ondas por causa do continente em frente que forma uma espécie de baía, e termina na praia do Saquinho, que é voltada para o mar aberto. A família mantém os terrenos grandes mesmo sem plantar nele, porque o valor principal para eles ainda é a terra.

---

junto” dos casais de classes médias urbanas (Wiggers, 1995), porque tem o estatuto de casamento é pensado e vivido como tal, além disso, é para sempre.

<sup>77</sup> Tapera da Base é um bairro considerado dos mais pobres do sul da Ilha, atualmente com grande índice de violência.



A construção da casa de Morena<sup>78</sup> teve ajuda de diversos homens da comunidade, que se organizaram para fornecer a mão de obra necessária para a obra. Por bastante tempo antes de casar Morena quis construir sua casa e os empecilhos eram tidos como intransponíveis<sup>79</sup>. Quando fugiu, e mais importante, quando foi morar em outra Casa, alugando a casa de uma mulher que ao separar-se foi morar com a mãe, houve da parte da comunidade colaboração para Morena construir sua casa. Ela e o esposo venderam o carro comprado durante o tempo de namoro para adquirir o material de construção e a mão de obra foi fornecida pelos parentes e vizinhos.

O terreno da Casa de Dona Aparecida é praticamente o mesmo que Seu Lorenço herdou dos pais, com exceção da parte da praia que foi vendida. Este terreno da Casa de Aparecida está sendo dividido entre os filhos do casal e seus cônjuges, a neta e o marido, e atualmente, um sobrinho que fez sua casa de praia naquele terreno por ter recebido de herança de seu pai, irmão de seu Lorenço, que negociaram uma troca que os herdeiros hoje estão fazendo valer.

Uma parte do mesmo tamanho daquela recebida por Morena para construir sua casa foi requerida pelos outros filhos de dona Aparecida, sendo que a parte que caberia a Miranda foi considerada aquela que Morena recebeu. Assim, Morena recebeu um lote para construir sua casa que era parte da herança a ser recebida por sua mãe por ocasião da morte de dona Aparecida. Este tipo de arranjo é bastante comum no bairro, em que os filhos recebem parte de sua herança ainda durante a vida dos pais. E os netos recebem partes a serem herdadas por seus pais dos pais destes.

---

<sup>78</sup> Morena tem 20 anos, casada, “daqui”.

<sup>79</sup> Durante a prefeitura de Ângela Amim (1996-2004) o IPUF associou-se à CASAN e à CELESC e não permitia a instalação de água e energia elétrica em casas que não estivessem regularizadas na prefeitura. Ou seja, casas que foram construídas irregularmente em locais não permitidos por causa das leis de preservação ambiental, ou em terrenos não regularizados com relação à escritura ou inventários. Foi este o caso da construção da casa de Morena: com já haviam três casas no terreno não era possível instalar energia elétrica em uma quarta residência sem que o terreno fosse dividido legalmente. Só que o tal terreno ainda estava no nome de seu avô Hortensio, que faleceu há mais de 10 anos. Como o inventário não foi concluído não havia a possibilidade legal da construção de mais uma residência no terreno sem a sua regularização junto a prefeitura. Depois de fugir Morena construiu sua casa e puxou a energia elétrica da casa de sua mãe.



### 2.3. Herança e Casamento

São dois os eventos importantes na vida das famílias da Caieira: casamento e morte. Tanto um quanto outro são fundamentais nas elaborações das relações de parentesco, no estabelecimento das relações sociais dentro e fora do bairro e nas divisões espaciais às quais o bairro está sujeito. As mortes provocam mudanças por causa da divisão das propriedades entre os filhos e cônjuge, os herdeiros. Os casamentos vão ser responsáveis por uma nova configuração espacial, por ser o momento na vida dos jovens em que é decidido onde o casal vai morar.

Duas são as possibilidades de casar, com ou sem cerimônia. Este último é chamado de *fugir*. *Fugir* é uma prática comum em diversas comunidades da Ilha, e refere-se ao casamento informal sem a festa para os parentes e toda a comunidade. Ocorre quando a moça foge da casa dos pais e o casamento é considerado consumado. A mãe de Morena também *fugiu*, assim como duas de suas irmãs. É um pouco diferente do “morar junto” dos casais de classes médias urbanas (Wiggers, 1995), porque tem o estatuto de casamento é pensado e vivido como tal, além disso, é para sempre, da mesma forma como todos os matrimônios deveriam ser. Há também o casamento com festa pública em que toda a comunidade participa, e aqueles que casaram com festa gostam de contar detalhes da cerimônia, mesmo que tenha acontecido há mais de 50 anos. É motivo de orgulho ter casado com festa, mesmo que tenha sido uma festa muito simples.

Durante a pesquisa de campo eu fui bastante insistente na tentativa de estabelecer um padrão das trocas matrimoniais. Minha insistência tinha por base uma pré-noção de que ao menos idealmente o grupo era endogâmico, e desta forma o casamento considerado ideal seria entre daqui/daqui. Acreditava nesta idéia porque inicialmente tive bastante dificuldade em saber qualquer informação sobre os filhos que não ficavam morando na Caieira, aqueles a quem se esquece. Assim, para que um grupo em que a base da produção era – até poucos anos – rural, a bibliografia me indicava que eu deveria conferir a existência de alto índice de relações conjugais endogâmicas. Esta idéia mostrou-se equivocada. Inúmeras são, e foram em outras épocas, as relações conjugais estabelecidas com pessoas “de fora”. Muitas delas

simplesmente foram esquecidas, ou não entram nas genealogias traçadas pelos moradores “daqui” da Caieira.

A insistência no assunto foi, por fim, bastante produtiva e interessante, porque apesar de os chatear com perguntas sobre com quem se costuma casar, que não parecia ser uma questão fundamental para as pessoas com quem conversei, estas perguntas faziam que elas insistissem no argumento de que os casamentos são opção individual dos cônjuges. Muitas vezes ouvi a expressão “se gostar” como motivo alegado para os casamentos atuais e os de “antigamente”.

Esta idéia de “se gostar” como justificativa para os matrimônios convivem com explicações bastante utilitárias para os casamentos, o que de forma alguma são explicações contraditórias. Seu Faberlúcio me contou algumas vezes que casou com a “viúva” porque ela gostava de peixe e queria casar com um pescador. Mandou recado por seu sobrinho que queria casar com um dos irmãos: Flávio ou Faberlúcio. Como Flávio não aceitou o casamento, Faberlúcio diz ter ficado muito feliz e aceitou rapidamente: “Casei com a viúva, juntei a fome com a vontade de comer. Eu era pobre ela tinha terra”. No entanto, ele faz referência ainda a outros aspectos da vida conjugal que não aqueles dos trabalhos complementares entre marido e mulher, mas dos prazeres sexuais e de convivência. Quando ele fala de “juntar a fome com a vontade de comer” refere-se também ao prazer de conviver com uma esposa, que “não é igual a viver com filha”.

Importante ressaltar com quem se casa, porque os casamentos endogâmicos ocorrem em todas as gerações, apesar de não serem maioria. Algumas famílias que vão morar fora do bairro, mantêm estratégias para que suas filhas em fase de contrair matrimônio convivam com famílias e seus filhos jovens da Caieira. Foi o caso de Dona Aparecida, hoje com 71 anos, que quando tinha 17 anos visitava freqüentemente e por períodos de meses, uma tia moradora da Caieira, tendo inclusive contraído matrimônio com um morador “daqui” viúvo de 35 anos. E recentemente Amanda foi enviada por sua mãe para residir com sua avó para lhe fazer companhia, o que resultou no casamento da moça com um rapaz “daqui” filho de um primo da avó. Após o casamento de Amanda, outra filha foi enviada para residir com a avó e também iniciou namoro com um moço “daqui”, até que a própria mãe de Amanda mudou-se para a Casa de sua mãe com o novo marido e a filha mais nova.

A idade para o matrimônio é de 25-29 anos para homens e 18-25 para mulheres, e por ocasião do matrimônio o jovem casal decide onde vai residir. São levadas em consideração o envolvimento dos cônjuges com sua casa de referência na Caieira, os sentimentos de carinho e afeição pelos pais e principalmente pelos avós, a possibilidade e a necessidade de construir uma casa no terreno da família. Possibilidade no sentido de haver além do dinheiro para isso, a vontade dos pais de ajudar na construção. O desejo dos pais também influencia nesta decisão. A necessidade é no sentido de ser o melhor lugar para o jovem casal morar porque precisam de ajuda no cuidado com os filhos, ou outras ajudas quaisquer, também quando a divisão da propriedade não está muito bem resolvida entre os membros da casa e os herdeiros e não foi feito o inventário. Então a construção da casa pode ser uma estratégia de afirmar seu direito à propriedade.

Os terrenos não costumam ser divididos por inventário, um dos argumentos para isso é que um inventário custa muito caro. No entanto, há outros elementos que motivam a não feitura do inventário, entre eles o valor que se dá ao “negócio feito de boca”, em que a palavra – mesmo de alguém que já faleceu – faz-se valer, mesmo que por seus herdeiros.

Quando alguém separa ou fica viúvo o ideal é que se case novamente, principalmente as mulheres com filhos ainda pequenos, para que tenham alguém que as ajude a sustentar as crianças. Seu Bebeto falava que a filha recém-separada deveria encontrar um novo marido para “ajudar a cuidar das crianças”. No caso de Helena, uma parte dos conflitos que tem com sua sogra ocorrem porque, ao ficar viúva, ela não procurou novo matrimônio e só quer namorar sem estabelecer relação estável. No fim de 2003 seu irmão passou a morar em sua casa, colaborando nas despesas, o que foi bem recebido por todos.

São raros os solteiros ou solteiras na Caieira, principalmente os homens solteiros. A fala de Seu Faberlúcio nos aponta para um padrão ideal para o gênero masculino, que é ser casado. Os solteiros que conheci em campo ainda estão em idade de casar. Apenas dois homens eram considerados solteirões, um tinha aproximadamente 60 anos e outro 40, e não encontrei nenhuma mulher a quem fizessem referência ao fato de ser “solteirona”.

Os solteirões da Caieira me fizeram lembrar da passagem descrita por Levis-Strauss, entre os Tikuna ao ver um homem sujo, magro, doente, perguntou o que ele tinha e foi-lhe

respondido: ele é solteiro. Da mesma forma, os dois solteirões que conheci na Caieira eram a imagem do desalento.

Sidney tinha em torno de 60 anos e nunca casou, vivia com uma prima – uma senhora quase da mesma idade dele – que “cuidava dele”. Na ocasião que o conheci ele estava muito nervoso porque a prima havia sofrido um acidente e foi morar temporariamente com uma filha, porque precisava de cuidados médicos. A preocupação de Sidney era a prima não voltar mais a viver na Caieira. Inicialmente eu pensei que Sidney vivia maritalmente com ela, mas minha conclusão foi equivocada. Sidney morou com a tia que lhe criou até que esta falecesse, depois, como não tinha para onde ir e sua prima e vizinha estava viúva, decidiram morar juntos, sendo combinado que ela faria as tarefas femininas de uma casa – como lavar roupas e fazer a comida – e ele além de cumprir com as tarefas masculinas – cuidar do terreno, buscar lenha – ajudaria financeiramente nas despesas domésticas. Ele tinha necessidade de morar com uma mulher, porque como ele mesmo disse: “quem vai lavar minhas roupas?”

Um primo de Sidney contou-me que ele nunca casou, “mas ele não é gay”. Contou-me também que Sidney tinha problemas de aprendizado quando criança, “era meio tolo”. E o motivo alegado por dois homens de sua geração, é o fato de sua tia, a mulher que o criou depois de ficar órfão aos 4 anos, trata-lo como menina durante toda a infância. Sua tia não teve filhos e ficou com Sidney depois da morte da mãe do menino, ela queria uma menina e assim tratava-o como tal e deixava-o de cabelo comprido. “Ela era meio perturbada”.

Outro solteiro é Lauro. Tem 40 anos e vive na mesma casa com o pai viúvo, que é surdo e precisa de alguns cuidados. Um parente contou que Lauro, quando criança, tinha problemas de ouvido e que vivia com pus escorrendo na orelha. Sua mãe tinha problemas mentais e não cuidava dele como devia, não lhe dispensava os cuidados necessários. Em uma ocasião este parente vendo o menino com dor, levou-o ao médico para fazer um tratamento, mas Lauro perdeu parte da audição. Depois de adulto Lauro foi quem ficou em casa com o pai viúvo, e é ele que faz as tarefas domésticas consideradas femininas. A falta de cuidado na infância – ou um cuidado equivocado – é considerado motivo para estes homens não se casarem. O tratamento que lhes foi dedicado marcou-os por toda a vida, a ponto de não contraírem matrimônio.

A divisão da herança é um aspecto importante na dinâmica das Casas da Caieira porque a partir da forma que ela assume vai ser definida a própria configuração espacial da Casa. Segalen (1981) explica que no estudo de grandes famílias campesinas o eixo central para discutir grupo doméstico é a herança. Nos estudos analisados pela autora o grupo doméstico está estreitamente identificado com a casa, é uma instituição que engloba as residências, a granja, suas dependências, construções e terras, e a cada casa que se atribui os direitos de uso das águas. Segundo a autora, a integridade da casa a ser transmitida pelas gerações subseqüentes depende da sua indivisibilidade. A honra dos proprietários está em jogo ao cedê-la intacta a seu herdeiro. É de fundamental importância nos grupos rurais a indivisibilidade da terra entre os herdeiros, para que possa continuar aquela forma de produção. A maior parte dos grupos rurais resolve este problema tornando herdeiro apenas um dos filhos, dando aos outros filhos outros tipos de recompensa. Outra estratégia é a de alguns filhos manterem-se solteiros<sup>80</sup>.

Bourdieu (2002) descreve a forma como em Béarn – em pesquisa de campo nos anos 1959-1960 – se preservava a integridade espacial da casa para as gerações futuras. As estratégias para preservação da casa enfatiza a existência de solteiros. No sistema de trocas matrimoniais o casamento tinha por função garantir a continuidade da linhagem sem comprometer a integridade do patrimônio. Há uma primazia dos membros masculinos, em que a filha só herda quando não há nenhum irmão, e o nome continua através deste filho herdeiro. Todo o sistema têm como função reservar a totalidade do patrimônio ao filho mais velho, e as partes ou dotes aos caçulas são simplesmente uma compensação atribuída a eles em troca de sua renúncia aos direitos da terra. Assim, o primogênito deve casar com o maior dote possível, para poder pagar aos irmãos e não precisar dividir ou vender parte da propriedade. Os solteiros são os primogênitos, que, obrigados a estarem a altura de seu status, ou sob o jugo dos pais, não conseguem contrair matrimônio e também, em alguns casos, os irmãos caçula também, por estarem totalmente ligados a terra.

Como vimos na Caieira esta não é uma estratégia utilizada, o casamento é fundamental para homens e mulheres. Não é esta a estratégia utilizada para manutenção da integridade da propriedade rural.

---

<sup>80</sup> ver Bestard (1998), Segalen (1981), Pina Cabral, Bourdieu (2002), Moura (1986).

Na Caieira idealmente todos os filhos de um casal herdavam igualmente. Todos os filhos, homens ou mulheres, têm direitos e recebem partes iguais das propriedades de seus pais após a morte de ambos. Na prática não é assim que acontece. Moura (1986) mostra que na Cristina, onde estudou, a herança era dividida antes da morte dos pais, e que a pergunta certa para saber das questões de herança era: o que um pai faz quando o filho casa? Na Caieira ocorre algo semelhante, porque mesmo que me digam que a herança é recebida após a morte dos pais, não é o que ocorre de fato. Por exemplo, Morena construiu sua casa no terreno de sua avó ainda viva, na parte que caberá de herança a sua mãe.

A divisão igualitária da herança é um problema para a manutenção do sistema de produção rural e poderíamos perguntar como estas famílias mantiveram-se como grupo rural por quase dois séculos dividindo a terra a cada geração. A resposta está na forma como na prática ocorria a divisão das heranças. No tempo de “antigamente” – até mais ou menos 30 anos – apenas alguns filhos das casas permaneciam residindo na Caieira. Os outros “iam embora”, trabalhar e morar no centro de Florianópolis ou em outras cidades. Ficavam dos filhos de um casal o número suficiente que pudesse manter a Casa com a produção agrícola, e a quantidade necessária para evitar que a Casa tivesse que ser dividida em partes muito pequenas e tornasse impossível o sustento da família. Era um cálculo preciso para evitar fome e a divisão excessiva da terra.

No tempo de “antigamente” os terrenos e casas da Caieira tinham pouco valor, e como as famílias viviam da lavoura não era possível dividir uma propriedade rural em partes muito pequenas porque tornava inviável o sustento da família. Assim, era bastante comum alguns dos filhos irem trabalhar na “cidade” e morar em áreas próximas do centro urbano. Nesta época havia venda e troca de terrenos e casas, fazendo que as famílias dos moradores da Caieira trocassem as casas de referência de tempos em tempos por ocasião de um casamento ou uma morte, que tornava necessária a reconfiguração espacial para melhor adaptar-se às novas relações sociais. Assim, uma família podia comprar parte do terreno vizinho ao seu recém-dividido em herança, e que somando ao seu próprio aumentava a possibilidade de ampliar a própria Casa.

Quando a família não dispunha de terras para o plantio que pudessem ser divididas, alguns filhos recebiam sua parte na herança em dinheiro ou em terreno (e/ou casa) em outro bairro. A herança que dona Aparecida recebeu de seu pai foi o enxoval que ela levou ao casar.

Seu pai era professor e não tinha terras, no tempo em que dona Aparecida ficou noiva ele vendeu uma casa e lhe deu parte do dinheiro com o qual ela comprou seu enxoval, necessário para o casamento. Foi o caso também dos filhos de dona Cecília. Como o casal residiu durante toda a vida adulta em um bairro próximo do centro de Florianópolis ao ficar viúva Dona Cecília decidiu morar na Caieira, onde nasceu e onde era proprietária de uma *casa de praia*. Ao ir morar na Caieira vendeu a casa onde morava no Saco dos Limões para um primo do marido por um valor abaixo do mercado, porque o comprador era parente, e distribuiu o dinheiro da venda desta casa entre a filha e o filho adotivo (um sobrinho que ela criou desde bebê). Este dinheiro ambos usaram para construir (e reformar) suas próprias casas e foi considerado a parte que lhes cabia da herança. É interessante que neste caso um filho adotivo foi beneficiado com a herança dos pais adotivos porque seus próprios pais não lhe deixaram bens.

Como “antigamente” os terrenos tinham pouco valor, houve vários casos em que os irmãos ou cunhados abriam mão de sua parte na herança em prol daquele irmão (ou cunhado) que ficou na Casa, cuidando dos pais idosos. Este foi o caso dos cunhados de Seu Adailton, que conseguiram trabalho bem remunerado no centro da cidade e abriram mão de seus direitos de herança de terras na Caieira em nome do marido da irmã, que ficou cuidando dos sogros e trabalhando na lavoura. Na Casa de Seu Adailton no ano de 2003 moravam: Seu Adailton com a esposa; sua filha mais velha com o marido e duas filhas; uma filha recém-casada; um irmão de Seu Adailton com os filhos casados já em vias de estabelecer uma Casa independente. O fato dos irmãos da esposa abrirem mão da propriedade e passarem-na para o nome de Seu Adailton tornou possível que ele trouxesse seu próprio irmão para morar em sua casa e que houvesse uma nova configuração na Casa.

O casal é proprietário dos seus bens, ou seja, uma propriedade mesmo que tenha sido recebida por herança por um dos cônjuges passa a ser de propriedade de ambos por ocasião do casamento. E mesmo nos dias atuais, quando o casamento com comunhão parcial de bens tornou-se comum entre as classes médias urbanas, não pude observar a ocorrência de nenhum casamento com este regime de divisão de bens entre os moradores “daqui” da Caieira. Na realidade, muitos casamentos nem chegam a ser legalizados ou oficializados, ou o são alguns anos depois do casal já viver junto e ter filhos, e do casamento ser considerado pela

comunidade como já consumado. Um casal passa a ser casado quando há a cerimônia religiosa, seguida de festa para toda a família e a comunidade, ou então, um casal passa a ser considerado casado quando “foge”. Observei em campo uma família com três filhas, hoje na faixa dos 40 anos, todas fugiram no mesmo mês, quando tinham entre 16 e 19 anos. Duas delas ao voltar para a casa dos pais, alguns dias depois da fuga, já estavam grávidas, a outra demorou um pouco mais para engravidar<sup>81</sup>. O casamento é considerado consumado depois da fuga e o casal passa a ter o mesmo status de um casal casado legalmente e/ou com festa, bem como os direitos sobre a propriedade compartilhados.

Com a morte de um dos cônjuges metade dos bens do casal passa a ser dos filhos enquanto a outra metade pertence ao cônjuge sobrevivente. Se os filhos já são adultos e eles próprios com filhos, esta parte dos bens do pai viúvo ou da mãe viúva é, muitas vezes, dividida entre os filhos que moram na casa e os netos que casaram e decidiram viver na mesma casa dos pais. No entanto, os netos não herdam dos avós, eles herdam apenas de seus próprios pais, assim, quando um bem é passado dos avós para o neto ou neta ele é descontado da parte herança que cabia a seus próprios pais. É o caso da divisão do terreno de Dona Aparecida quando a sua neta Morena construiu uma casa em sua propriedade, dois dos genros dela reivindicaram que uma parte igual àquela que foi destinada a Morena fosse distribuída entre os outros filhos de Dona Aparecida. Morena então recebeu a parte que sua mãe receberia na divisão entre os irmãos dela. Algumas vezes a herança é distribuída antes mesmo da morte do pai e da mãe, geralmente por ocasião do casamento dos filhos. Isto ocorre principalmente quando um dos pais já faleceu e é feita a distribuição de todos os bens do casal.

Atualmente houveram mudanças significativas que fizeram a divisão das heranças ser um ponto de importância crucial na própria configuração atual do bairro. É preciso datar estas mudanças, iniciadas no fim da década de 1960 até o início de 1990. Neste período houveram diversas vendas dos terrenos próximos da praia para proprietários “de fora”, que provocou uma primeira leva de modificações. Os terrenos próximos da praia foram vendidos, ficando as famílias “daqui” com os terrenos nos morros, onde localizavam-se as roças, pastagens e

---

<sup>81</sup> Segundo sua mãe, sua filha custou a engravidar porque nasceu de costas e não sabia, quando uma menina nasce de costas ela não engravida se não ficar sabendo que decorre deste fato sua dificuldade de conceber. Mas ao saber do motivo logo engravidou. “Por isso que muitas mulheres não engravidam, porque nascem na maternidade e os médicos nem dizem se nasceram de costas ou não” (diário de campo, 11/10/03).



pomares. Foram vendidos os terrenos próximos da praia porque eram os mais procurados para veraneio e por terem menor valor para os moradores “daqui” proprietários. O valor pago nestas transações imobiliárias superava em muito o valor que se costumava pagar nas transações entre os proprietários “daqui”. O dinheiro recebido nesta ocasião foi muito bem vindo, e foi investido principalmente na construção de novas residências na Caieira, ou na reforma das mais antigas e mal cuidadas, ou ainda como ajuda financeira para início de vida daqueles filhos que se mudaram da Caieira.

A venda de terrenos para proprietários “de fora” e logo depois a abertura da estrada favoreceu as relações entre “daqui” e “de fora”. No entanto até a década de 90 a estrada ainda não tinha asfalto em toda sua extensão, tornando a Caieira um lugar bastante longe do centro, isso fazia que os contatos fossem bem esporádicos.

A maior parte das habitações dos moradores “daqui” construídas desde a década de 70 localiza-se próximas da estrada, ficando os terrenos no morro livres de construções. Isto é motivado em parte pela lógica que operam os produtores rurais de não ocupar o terreno que pode ser produtivo com as casas e engenhos, e em parte por respeito à legislação de proteção ambiental, vigente a partir da década de 1980, que proíbe a construção em terrenos que tenham mais de 45° de elevação.

As regras de herança (ou as formas costumeiras de se dividir a herança) passando atualmente a trabalhar sobre um material diferente fazem o bairro ter uma nova configuração. Na Caieira a divisão igualitária da herança entre todos os filhos, homens e mulheres, é um fator determinante na forma dinâmica que as casas vão assumindo com o decorrer do tempo. Em termos fundamentais: há mudança. Sempre houve, mudava para permanecer semelhante. Atualmente está mudando para outra coisa, informado por algo que já havia: divisão dos terrenos por herança; no entanto esta forma tradicional de se fazer está atualmente informada por algo bastante novo, e que foi mostrado no primeiro capítulo: valorização financeira dos terrenos, abandono da atividade rural, área de preservação do parque da Serra do Tabuleiro.

Atualmente a terra não tem mais valor de uso para plantação, e os terrenos passaram a ser divididos em pedaços cada vez menores, porque a lógica que vigora agora é outra, diferente daquela da produção rural para o sustento da família, fazendo que não haja mais necessidade de grandes terrenos.

Hoje com o aumento no valor dos terrenos e a possibilidade de eles serem muito menores, todos os filhos reivindicam a sua parte na herança. Mesmo quando os filhos não reivindicam sua parte, como o terreno passou a valer muito, os pais não conseguem mais compensar o seu valor simplesmente com o enxoval ou uma ajuda em dinheiro. A Casa passou a ter um valor financeiro bastante acrescido, além do valor simbólico que tinha antes. O ideal é que uma filha(o) que tenha recebido uma “ajuda” para casar ou que tenha conseguido ter boas condições de sobrevivência seja por ter feito um bom casamento, ou por ter conseguido um bom trabalho na cidade, não requeira as melhores partes do terreno dos pais. E mesmo que abra mão de sua parte em nome dos irmãos que não obtiveram as mesmas condições. Matilde, de 75 anos (presumidos) reclamava da filha – de aproximadamente 45 anos, casada com um militar aposentado – dizendo que ela é mesquinha porque disputava terreno com os irmãos mesmo já tendo dinheiro suficiente. É considerado de muito mau tom requerer igualdade na divisão das terras dos pais quando se tem boas condições financeiras e os irmãos não. Este é um motivo para brigas em família.

Herança é um ponto fundamental para a configuração do sentimento de pertença das pessoas da Caieira, porque ser proprietário de um terreno na Caieira faz que haja maior possibilidade de se atualizar as relações sociais naquele contexto. Alguém pode ser proprietário de um terreno no bairro comprando-o ou recebendo-o por herança.

## 2.4. A Casa

As observações de campo me levaram a buscar em trabalhos etnográficos mecanismos teóricos para analisar o fenômeno da casa na Caieira. Quando casa deixa de referir-se ao imóvel e passa a ser uma categoria social, que vai além da dimensão espacial, pode ser apropriada em estudos de família e parentesco como uma importante unidade de análise. E este fenômeno é comum a uma gama contextos etnográficos distintos. É o caso apontado por Klaas Woortmann (1982) em estudo em classes trabalhadoras brasileiras, esclarece que

a importância da casa vai muito além da dimensão de um ‘teto sobre a cabeça’. Ela é crucial, não apenas de um ponto de vista material, óbvio, mas, igualmente, por constituir uma categoria central de um domínio cultural e um mapa simbólico de representações ideológicas (Woortmann, 1982:119).

A casa é pensada como a contrapartida material da família e é o *locus* da realização do grupo doméstico.

No entanto, meu interesse é apontar para a importância que a Casa assume na Caieira, com características que vão além do *locus* de realização do grupo doméstico. Ela se estende para além destes aspectos. A casa é detentora de um domínio em que se configuram bens materiais e elementos imateriais como o cuidado com velhos e crianças, a idealização de um lugar bom para se viver, e é responsável pela relação estabelecida entre núcleos residenciais distintos.

Temos na Caieira grupos delimitados que poderiam ser definidos como famílias nucleares ou conjugais onde ocorre a reprodução humana e onde está a unidade de comensalidade, a *lareira*. Apesar de ser o *locus* de residência da família conjugal, esta não é a unidade básica de reprodução social. Esta ocorre em nível mais amplo, nas relações entre gerações diferentes de uma mesma família extensa.

Ao perceber a importância da noção de Casa no contexto etnográfico desta pesquisa, o meu primeiro esforço foi buscar na proposta de Lévi-Strauss de *société a maison* uma possibilidade de explicação deste fenômeno. Para Lévi-Strauss a sociedade de casas pode ser encontrada em diversos contextos, como uma mesma e única instituição: casa é uma

peessoa moral detentora de um domínio composto simultaneamente por bens materiais e imateriais e que se perpetua pela transmissão do nome, da fortuna e dos títulos em linha real ou fictícia, tida como legítima sob a condição única de esta continuidade poder exprimir-se na linguagem do parentesco ou da aliança e, as mais das vezes em ambas ao mesmo tempo (Lévi-Strauss, 1970).

Esta proposição serve de base comparativa para o material etnográfico aqui apresentado, uma vez que a casa para Lévi-Strauss é mais que espaço, é patrimônio e como tal tem uma certa autonomia sobre os indivíduos. A Casa permanece e é no interesse de sua perpetuação que se transmite nomes, fortunas e títulos, impedindo a partição em cada geração.

Lea (1995) ao mostrar a correspondência entre mitologia, cosmologia e organização social dos Mebengokre, recorre a noção de Casa da forma como Lévi-Strauss a elabora. Para Lea as casas não são meros edifícios – como etnólogos a percebiam – mas sujeitos de deveres e direitos. Cada casa possui um patrimônio distintivo de nomes pessoais, prerrogativas e referências mitológicas e/ou históricas. Assim, mesmo que a aldeia mude de lugar, mesmo que

a habitação seja efêmera, a casa não é. A casa permanece, mesmo que em certos períodos não haja habitações que a represente na aldeia.

A casa na Caieira, por sua vez, também é mais que espaço, é patrimônio e é responsável pela própria configuração das relações de parentesco. No entanto, a Caieira não pode ser analisada com *société a maison* principalmente por causa da falta de continuidade da Casa no tempo. A referência à Casa da Minerva só existe porque Dona Aparecida a vivenciou, mas ela não faz parte da experiência de sua neta, por exemplo. Portanto muito provavelmente passará a não existir mais depois da morte de Dona Aparecida. Apesar desta característica é possível falar que a Casa na Caieira tem um aspecto estrutural, na medida que é fundamental na elaboração das relações de parentesco, estas sim perduram mesmo depois da casa acabar. É a Casa que possibilita que haja relações entre parentes da forma como se configuram na Caieira.

Rivière (1995) faz a tentativa de aplicar a noção de sociedade de casa de Lévi-Strauss aos povos Carib-falantes que vivem no interior do nordeste da América do Sul, nas Guianas. É uma grande área povoada por pequenos grupos nativos “com coisas em comum suficientes para se poder traçar generalidades” (Rivière, 1995). Assim, a casa poderia ser um bom instrumento teórico-metodológico para pensar sua organização social, na ausência de alguma estrutura social claramente definida entre estes povos. A casa é freqüentemente associada fisicamente com aldeia (settlement) e esta equivalência têm sido crucial na teoria e na literatura comparativa da região. Rivière argumenta que a cosmologia é refletida na forma como a casa se organiza espacialmente, em que há descontinuidade espacial e temporal. Neste texto Rivière (1995) dá uma chave para pensar que há lugares onde não se pode tratar do conceito de casa de Lévi-Strauss, devido à perenidade das casas. Diz não estar seguro de que seja interessante separar conceito de casa e co-residência no grupo estudado, de certa forma Rivière abre caminho para se buscar, para esta tese, em outras referências o conceito de casa.

Casa é utilizada também por autores como Bestard (1998) e Pina Cabral (1991), mas de forma diversa daquela de Lévi-Strauss, inclusive com outro significado e aplicabilidade diferente. Pina Cabral (1986) salienta aspectos da casa que define como a unidade social primária na região do Alto Minho, e naquele contexto casa é representada pela comensalidade daqueles que vivem sobre o mesmo teto.

Carsten (2004) descreve o convívio na casa como fundador das relações de parentesco. No entanto não concordo com sua abordagem, na medida que ela faz parecer que só o convívio cria um parentesco, aleatoriamente, sem que o resultado deste convívio não fosse culturalmente estabelecido e como se não houvesse algum nível de uma estrutura. Se fosse assim completamente aleatório, cada família teria uma organização familiar diferente. No entanto, na Caieira como no Alto Minho, estudado por Pina Cabral (1986), é possível se traçar constâncias na forma como as famílias vivem e como o conjunto de famílias se organiza socialmente.

A crítica da autora para a proposta de Lévi-Strauss de utilização da noção de *sociedade de casas* embasa-se no argumento de que este é um tipo de forma social primária que ocorre entre sociedades que são reguladas pelo parentesco e aquelas que operam por classe (Carsten, 2004:42). E propõem que a noção de *house* quebra com a estrutura porque seu ponto de partida é a instituição social Casa, que é entendida no seu contexto histórico e social.

Casa na Caieira é mais do que “um grupo que co-reside e desenvolve funções domésticas”, segundo a definição de *household* formulada por Bender (apud Pina Cabral, 1991:125). Ela tem relações próximas com a família, e principalmente, é na casa que a pessoa se identifica e se constrói como “daqui”. É a casa de referência na Caieira que possibilita as relações e identificações dos moradores atuais e dos parentes que foram embora para outros bairros e que, no entanto, atualizam sua pertença para que haja receptividade quando voltarem.

Bestard (1998) em seu livro *Parentesco y Modernidad*, nos traz exemplos de sociedades em que o conceito de casa pode ser aplicado como base para se estudar o parentesco e a organização social. Busca estes exemplos em trabalhos sobre o parentesco tradicional europeu e de sociedades rurais do mediterrâneo. Para Bestard (1998:180), naquele contexto, o símbolo central da solidariedade duradoura é a união residencial, isto é,

“a casa entendida como uma associação de pessoas a uma propriedade e um costume. A casa representa uma unidade social primária formada por uma unidade de parentesco, baseada na bilateralidade, e por uma unidade de residência e comensalidade, baseada em um fundo comum” (Bestard, 1998:180).

Pina Cabral define *unidade social primária* como unidade socialmente construída de ação e apropriação do mundo, elaboradas a partir das categorias de identidade social. No entanto, é preciso atentar para a distinção entre identidades sociais que correspondem a

unidades sociais ou não. Por exemplo, o gênero na Europa é categoria de identidade social mas não corresponde a unidades sociais. Unidades sociais primárias são definidas como

“nível de identidade social que tem maiores implicações estruturais na integração social das pessoas e na apropriação social do mundo – nomeadamente, através da instituição do nível primário de autoridade formalmente reconhecido. Este será também o nível em que os participantes reconhecem a integração primária entre a reprodução social e a reprodução humana” (Pina Cabral, 1991:118).

Segundo Pina Cabral o modelo de unidade social primária na Europa Mediterrânea e Atlântica deverá sempre considerar três vetores simbólicos de integração, presentes em todos, mesmo que a importância varie: a unidade do parentesco, manifestada através da filiação bilateral, cujo símbolo principal é o sangue; a unidade de residência, manifestada pela apropriação comum do espaço, simbolizada pela casa; e por fim a unidade de comensalidade, simbolizada pela lareira ou pelo fogo. Mesmo que tenham valores diferentes em contextos culturais específicos dentro da Europa, estes três vetores mostram-se importantes nas análises de família. Para aplicar a noção de unidade social primária em outros agrupamentos humanos é preciso considerar quais os elementos eleitos como fundamentais naqueles contextos culturais específicos. Cada contexto cultural vai favorecer as bases para compor sua unidade social primária.

Segundo Bestard, diferente do que ocorre na Catalunã, Galicia e Vasco, a casa em Santa Maria del Monte (Behar, 1986 apud Bestard, 1998) não constitui um símbolo de continuidade no tempo, mas se divide da mesma forma que se divide a terra. Neste caso a unidade residencial é essencialmente um contexto, o da vida familiar. Por não perdurar não cria obrigações demandadas pelo passado, nem constituem o lugar da condensação da continuidade familiar. A casa não é igual a si mesma através das gerações, porque os fragmentos mudam de forma com a divisão dos bens por herança entre todos os filhos igualmente. E isto a faz não atuar como objeto autônomo que se superpõe às pessoas que residem nele. É o fato de viverem juntos que cria a obrigação de ajuda, uma dívida moral dos filhos para com seus pais. Estes têm que residir de maneira estável em uma casa com um dos seus filhos, e estes não devem forçá-los a circular entre várias casas.

Nas Casas da Caieira é possível encontrar alguns dos elementos encontrados nos exemplos usados por Bestard, entre eles o fato da Casa a que uma pessoa pertence ser um dos importantes elementos que a constituem. A própria afirmação de que alguém é de tal Casa (não

a Casa pertencer a tal pessoa) demonstra uma pertença “invertida” que faz as pessoas pertencerem ao lugar que ancora suas práticas sociais. As pessoas pertencem ao lugar que praticam. E a Casa representa uma herança espiritual e material também na Caieira da Barra do Sul, mesmo que ela não tenha grande duração, no sentido de permanecer fisicamente a mesma por várias gerações. A Casa na Caieira é fluída e dura o tempo que durar a memória produzida por eventos importantes para as pessoas que conviveram e praticaram uma determinada Casa. A memória do parentesco não é buscada muito longe na árvore genealógica avançando apenas duas ou três gerações acima de ego. Por isso é tão importante atualizar a pertença e o convívio cotidiano na Casa. A prática do lugar é que vai fazer possível que o tempo cotidiano seja vivido como um tempo da eternidade.

O convívio formula o parentesco e cria obrigações de ajuda. É responsável também pelo desenvolvimento dos sentimentos de parentesco – de ser criado junto, de convívio. A Casa na Caieira é a unidade doméstica que se faz referência ao falar sobre o sentimento de pertencer à Caieira, além de ser um conceito do parentesco. Temos assim que o próprio parentesco é formulado pelas emoções do “ser criado junto”.

Ao se falar de Casa não se está falando de genealogias, mas de uma convivência e sentimentos promovidos pelo “ser criado junto”, está-se falando de emoções. A preocupação principal de Bestard é mostrar que

“os símbolos de parentesco, longe de serem uma réplica das relações de consangüinidade, se formam a partir de domínios da realidade que adquirem a capacidade de denotar o princípio da solidariedade característica das relações de parentesco. A casa pode ser um destes símbolos na medida em que, nas etnografias européias e mediterrâneas, constituem um ponto de referencia a partir do qual não só se define o caráter solidário das relações de parentesco senão também suas qualidades” (Bestard, 1998:199).

Bestard defende, desta forma, uma análise do parentesco formulado com base em domínios da realidade que fundamentam a solidariedade característica das relações de parentesco. E a casa pode ser pensada como um lugar especial para a formulação destes sentimentos.

Temos na Caieira que algumas características dos moradores de uma casa tornam-se atributos da própria casa e passa-se a justificar as atitudes das pessoas como sendo uma característica intrínseca ao lugar que praticam. É como se os costumes se imbricassem na própria materialidade do espaço físico, tornando-o praticado de uma determinada forma que se

tolera e se considera apropriada. Por exemplo, em uma casa da Caieira duas mulheres, mãe e filha, tiveram filhos com homens que não o próprio marido enquanto eram casadas. Quando me falavam sobre elas e seus filhos com homens diferentes, o faziam em tom de constatação e associavam-nas ao lugar de suas casas. Esta era uma atitude condenável e era associada ao lugar onde elas moravam, parecia que naquele lugar havia recorrência deste tipo de comportamento. Outro caso era o de uma casa que era pobre, e todos os seus membros eram assim considerados. A pobreza atribuída ao lugar de onde vinha a pessoa passava a fazer parte dela como uma característica pessoal que perdura mesmo depois de uma mudança na sua condição. Um homem da casa considerada pobre casou com uma mulher proprietária de terras e foi morar na casa da família dela, com isto deixou viver pobremente<sup>82</sup>, mas não deixou de ser considerado pobre. A marca que sua casa de origem lhe impunha permanecia.

A Casa da Caieira é distinta daquela definida por Lèvi-Strauss, fundamentalmente por causa da divisão da herança igualmente entre todos os filhos, que divide a terra e a Casa. A Casa desta forma não pode ser o símbolo principal do parentesco da forma como Lévi-Strauss concebe parentesco, porque ela é efêmera, durando o tempo de vida adulta de uma pessoa, e para além deste período, permanece apenas na memória daqueles que a vivenciaram. Quando morre aquele que vivenciou uma determinada Casa, termina com ele a memória da experiência vivida na Casa.

### 3. Habitações que não são Casas

Entre as habitações da Caieira temos algumas que não se configuram como Casas, no sentido de ser uma unidade de parentesco. Entre elas temos (1) as *casas de praia* dos “de fora”, que não podem ser classificadas como Casa porque não representam uma herança espiritual e material, não estruturam relações de parentesco.

Do ponto de vista de seus proprietários poderiam, no máximo, ser consideradas como ponto de ancoragem na praia, nas férias, no período de ócio e descanso, um local onde a

---

<sup>82</sup> Ser pobre ou não entre os moradores nativos da Caieira é um limite muito tênue, na medida que não há ricos entre eles. Neste caso em especial é interessante notar que a pobreza era associada com a falta de terras para plantar e sustentar toda a família, em um tempo que o sustento dependia do trabalho na lavoura. Famílias que trabalhavam nas terras alheias pagavam o terço, que era o pagamento de uma terça parte do que era produzido para o proprietário do terreno.



família extensa pode se encontrar. Diferentemente do que estudou Pina Cabral (2003) quando algumas casas serviam de ponte familiar de acesso a cidade. Mas não é Casa porque não é um fator necessário para a configuração do parentesco. Existem também (2) as casas dos *novos moradores* que não se configuram como Casa, pelos mesmos motivos que as *casas de praia*. Não há relação entre a propriedade e as relações familiares ou de parentesco.

E por fim, (3) há um terceiro caso em que habitações na Caieira não são Casas, que referem-se tanto a habitações de pessoas “daqui” quanto “de fora” que vivem na Caieira há muitos anos. São famílias que não são proprietárias das casas onde residem e desta forma seus filhos não puderam construir no terreno onde moram. Alguns deles foram morar em outros bairros da cidade, outros casaram com cônjuge “daqui” e passaram a fazer parte da Casa de seus sogros na Caieira. Temos assim, mais um elemento a ser considerado na formulação das Casas: a quem pertence a propriedade. Dona Olívia reside na mesma habitação há mais de 30 anos, seus cinco filhos nasceram na Caieira e dois deles casaram com cônjuges “daqui”. Mesmo que eles sejam considerados “daqui”, nenhum dos cinco pôde compor, depois do casamento, uma Casa, no sentido de ser um grupo de co-habitação da família extensa. Alguns dos filhos destas famílias passaram a compor outras casas na Caieira, aquelas que seus cônjuges pertencem.

Novamente recorrerei à casa da dona Minerva como exemplo da forma como as casas podem ser desmembradas, e principalmente dos diferentes tipos de novos frequentadores e moradores o bairro passou a ter.

ROL DOS TERRENOS E CASAS QUE RESULTARAM DA DIVISÃO DA CASA DE MINERVA		
<p>Depois da morte dos pais de Lorenço o que era a casa deles foi desmembrada em vários terrenos e casas.</p> <p>O desmembramento da Casa de Dona Minerva ocorreu na geração dos seus filhos: Jucema, Jarbas e Lorenço.</p> <p>Atualmente os netos de Minerva já são adultos, casados e com filhos casados.</p>	<p>A parte da praia foi dividida em dois e as duas partes foram vendidas em épocas diferentes, um dos terrenos, em frente de Jucema foi vendido há mais de 30 anos para uma família de Porto Alegre, que vêm nos verões passar um mês por ano. Mantém Alice como caseira há 18 anos vivendo na pequena casa ao lado de estrada. Alice já morava na Caieira antes de vir morar e trabalhar onde neste lugar. Um de seus filhos casou com a neta de Jucema.</p> <p>*</p>	<p>A casa dos pais de Lorenço, localizada pelo lado de cima da estrada, ainda existe como era antigamente. Passou por 2 ou 3 proprietários diferentes e hoje é de alguém que quase nunca vem: é de praia.</p> <p>*</p>
	<p>Outra parte do terreno para o lado da praia fica em frente à casa do Lineu e Miranda, e pertence a um alemão casado com uma brasileira, ambos são moradores permanentes. Miranda trabalha com doméstica nesta casa. O Alemão tem um cultivo de ostras e mariscos e emprega vários jovens do lugar.</p> <p>*</p>	<p>Os filhos de Jarbas venderam todo seu terreno e foram embora. Hoje um deles construiu nos fundos da casa da Aparecida.</p>
	<p>Não sei exatamente em que período o terreno de Jucema foi quase todo vendido, restando apenas um lote de 10 m de frente por 80 de fundos. Neste lote oito de seus filhos e netos construíram suas casas e é nele que Faberlúcio – 2º marido de Jucema – morou até falecer. É a casa de Faberlúcio.</p> <p>Jucema teve 3 filhos: Dutra, Beledora e Mariana.</p>	<p>Uma parte dos fundos do terreno que pertenceu a Jucema é de um homem que comprou também o terreno do lado.</p>
	<p>O terreno do lado da casa de Faberlúcio – entre esta casa e a antiga residência dos pais de Lorenço – é de um homem “de fora”, denominado como: o dono da vidraçaria Santa Efigênia. Ele tem cedido o direito de uso do terreno para a viúva do neto de Faberlúcio fazer um estacionamento em que cobra 3 reais por dia aos visitantes dos Naufragados. Ela ficou viúva e tem passado necessidades financeiras. *</p>	<p>O terreno mais ao sul, a parte onde era o engenho, e que Lorenço e Aparecida compraram de Jarbas é onde hoje é a casa da Aparecida. Nele moram três dos 4 filhos de Aparecida, uma neta e um sobrinho.</p>

Na época em que os filhos de Minerva eram jovens adultos, mais ou menos na década de 60-70, quatro partes do terreno (que no gráfico são marcadas com asterisco\*) que antes pertencia à casa de dona Minerva passaram a proprietários que não tinham, antes da compra dos terrenos, relação de nenhum tipo com os moradores da Caieira. Alguns deles ficaram com a família dos primeiros compradores “de fora” até hoje, outros voltaram às mãos dos moradores nativos, como é o caso de parte do terreno que Denise comprou logo atrás do seu próprio lote.

A casa em estilo colonial que foi dos pais de Hortencio atualmente pertence a um veranista que raramente frequenta a Caieira. Até metade do ano de 2003 o terreno estava cheio de mato e a casa tinha um aspecto de ser pouco cuidada. Certo dia de agosto cheguei de ônibus

na Caieira e a casa estava linda, a grama cortada, flores plantadas nos jardins. Perguntei a dois vizinhos quem fez a limpeza do terreno, mas não souberam me informar, disseram-me que não foi ninguém da comunidade, e que o proprietário deve ter vindo ele mesmo fazer o serviço. Como os vizinhos não o conhecem não souberam dar informações. No resto do ano de 2003 a casa foi mantida, sem mato no quintal e pintada, mas nunca vi qualquer pessoa naquela casa.

Há também uma casa de praia onde mora dona Alice que trabalha como caseira, que era propriedade de Jarbas; e uma casa de um alemão casado com uma brasileira que tem um cultivo de ostras e mariscos. Vários moradores “daqui” da Caieira trabalham na casa do Alemão. Além destes, os fundos de onde está a Casa de Seu Faberlúcio – que ocupa um lote a beira da estrada – pertence a um proprietário “de fora” identificado pelos moradores “daqui” como “o dono da vidraçaria Santa Efigênia”.

No contexto da Caieira dos “daqui” as casas de praia e dos *novos moradores* não são consideradas na composição da Caieira *deles* não entram nas redes que compõem o bairro. Estas casas servem de lugar de trabalho e servem de referência espacial dos tempos de antigamente. Seu Alcionei trabalha de caseiro em uma *casa de praia* e me contou que aquele terreno foi dos pais de sua esposa, que foi vendido há mais de 30 anos. Contrariamente ao que eu pensei que fosse encontrar no discurso de seu Alcionei, não há mágoa ou sentimento de perda pelo terreno não ser mais de propriedade da família. Refere-se à antiga propriedade de seus sogros como houvesse implícita uma informação sobre seu próprio casamento – que eu demorei para compreender – porque o terreno em questão foi vendido e o dinheiro recebido foi dado aos cunhados de seu Alcionei para lhes ajudar no início de vida em outro bairro. A família de seu Alcionei não era proprietária de terras suficientes para ser divididas entre os filhos, e ele ao casar ficou morando na casa dos sogros, trabalhando na terra e passou a ser o proprietário legal da parte que coube à sua esposa.

A casa de praia que seu Alcionei trabalha como caseiro, possibilita, além do seu sustento atualmente, que sua própria casa pudesse existir como tal. E é neste significado que esta casa de praia existe para ele. Porque ele e sua família relacionam-se muito superficialmente com os donos desta propriedade atualmente.

#### 4. Considerações: Casa na Caieira

Com o advento da descoberta do Ribeirão pelos moradores *da cidade*, a abertura da estrada, e o início trânsito freqüente de ônibus na Caieira<sup>83</sup>, houve um aumento da circulação das pessoas do bairro para fora e de fora para o bairro. Apesar das dificuldades tornou-se possível alguém trabalhar no centro da cidade e morar na Caieira, o que era impossível há 15 anos atrás quando só havia três horários de ônibus por dia até o bairro.

Algumas pessoas vieram morar na localidade da Caieira da Barra do Sul motivadas pelo casamento com alguém “daqui”, um exemplo delas é Aparecida, que nasceu no bairro e mudou-se junto com o pai e a madrasta quando seu pai contraiu novo matrimônio. Ela foi morar no Pântano do Sul com a família, lá vivendo até os 20 anos, quando casou com Lorenzo e voltou a morar na Caieira. Outras famílias mudaram-se para a Caieira para trabalhar na lavoura, sendo os proprietários da terra, como os pais de Seu Bonifácio que vieram de Paulo Lopes se instalaram na Caieira e aqui viveram até morrer, constituindo família “daqui” quando os filhos casaram e tiveram seus filhos. E outras ainda, vieram para a Caieira para trabalhar em terras alheias, geralmente em um regime de trabalho de pagamento da terça parte do que se produzia para o proprietário do terreno. Destas pessoas, até onde eu sei, não chegaram a constituir uma casa, principalmente por não serem proprietários do terreno em que moravam. Alguns dos seus filhos passaram a fazer parte de outras casas.

A noção de processo é fundamental para se pensar família, Casa e parentesco na Caieira. A casa da Aparecida tem uma dimensão espacial que foi sendo modificada com o tempo. Em uma geração anterior a dela, esta casa fazia parte da propriedade de sua sogra, que tinha uma extensão quatro vezes maior. Foi dividida entre os três filhos do casal, e algumas partes foram vendidas.

As Casas da Caieira permanecem enquanto permanecerem os (ou a memória dos) sujeitos que a praticaram. Ela é essencialmente processual, modifica-se principalmente com eventos relacionados com o fatos da vida das pessoas e do parentesco, como morte e casamentos, que rearranjam as relações sociais e espaciais. As mortes rearranjam o espaço por

---

<sup>83</sup> Somente a partir do início dos anos 90 as linhas do ribeirão passaram a ir todos até a caieira, até esta época somente 3 linhas por dia faziam o percurso integral – até onde hoje é o ponto final da caieira. Antes o ônibus parava 15 km antes.

causa da distribuição da herança igualmente entre todos os filhos. Os casamentos porque são momentos em que os jovens casais escolhem o local onde vão construir suas casas, e mesmo que esta escolha possa ser revertida em outra ocasião, é na casa onde eles moram que os filhos vão ser criados e o lado da família que vai ser perpetuado.

Além disso, a “Caieira deles” é profundamente marcada pelas relações estabelecidas entre as casas atuais e as “de antigamente”, seja entre aquelas dos parentes, como aquelas com quem se estabeleceu alianças matrimoniais ou mesmo de amizade. Também é marcada pelas relações contemporâneas de parentesco, que permite que o bairro estenda seus braços para outros locais fora dos limites do bairro, onde seus filhos foram morar.

## 4º CAPÍTULO

### Os Lugares e as Práticas

#### INTRODUÇÃO

Detentora de um patrimônio, a Casa na Caieira é responsável pela própria configuração das relações de parentesco, e representa uma herança material e espiritual, que serve de base para formular o *sentimento de comunidade* e a própria pertença à Caieira da Barra do Sul. Além de um domínio estrutural há também um aspecto fundamental na configuração da própria Casa: é prática. É este aspecto da Casa enfatizado no quarto capítulo.

#### 1. Os Lugares e as Práticas

A pesquisa etnográfica me possibilitou perceber a importância das referências espaciais nos mais variados assuntos da vida da Caieira. Todos os eventos importantes são referenciados espacialmente, pedras, morros, caminhos, e principalmente as casas são referencia constante.

As casas podem ser pensadas como âncoras da memória, e só podem ser assim consideradas porque ancoram as práticas cotidianas das famílias. A casa na Caieira é constituída temporalmente. Um mapa que fosse desenhado há 50 anos nos mostraria uma outra configuração sócio-espacial, que refletiria as relações sociais estabelecidas naquele período<sup>84</sup>. Os terrenos são vivenciados, ancoram as práticas domésticas, são vendidos e comprados, doados e recebidos com alguma frequência, e são divididos ou agrupados pela compra/venda e pela herança, o que permite a mobilidade e transforma o lugar em espaço, um lugar praticado.

Seu Lú de 73 anos é casado e tem três filhos. Até a aproximadamente 20 anos atrás a família residia no início da Caieira, em um terreno que ele ganhou do avô Moisés, onde havia duas casas antigas, do tempo da colonização açoriana. Ele e sua filha Eliza<sup>85</sup> trabalharam até se aposentarem na escola da Caieira como funcionários da prefeitura. Eliza sofria de uma doença

---

<sup>84</sup> Apesar das propriedades passarem por diversas mãos, houve uma recorrência na manutenção do formato original dos terrenos: em tiras que começam na estrada e seguem morro acima ou até a praia.

<sup>85</sup> Eliza faleceu durante o ano de 2003.

psiquiátrica que a deixava em depressão profunda por longos períodos, sendo medicada e internada por diversas vezes. Durante uma de suas crises Eliza mudou-se para um cômodo nos fundos da escola que trabalhava e recusou-se a voltar a morar em sua casa alegando sentir-se muito melhor no novo ambiente. Este fato fez que toda a família se mudasse para a escola para ficar próxima da filha. Como a doença de Eliza ficasse controlada naquele lugar, e na intenção de cura para a filha, Seu Lú vendeu sua Casa e comprou um terreno ao lado da escola onde a filha sentia-se melhor de saúde. Neste terreno foram construídas lado a lado, duas casas semelhantes, uma para Seu Lú a esposa e o filho solteiro que na ocasião ainda residia com os pais, e a outra para Eliza, que casou logo depois. Ambas as casas com duas janelas na frente, pintadas da mesma cor, há 5 metros da estrada.

A primeira casa onde Seu Lú morou ao casar é referência de uma época em sua vida, é sua casa de referência na Caieira. Ao lado dela ainda reside uma prima sua, dona Cecília, que hoje é sogra de seu filho. A história da casa atual é marcada pela doença e cura dos problemas “dos nervos” da filha Eliza.

As casas da Caieira são a materialização da noção desenvolvida por Certeau (1999) de lugares praticados. Para De Certeau lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, com esta noção se exclui a possibilidade de duas coisas ocuparem o mesmo lugar. O lugar é a configuração instantânea de posições e implica uma indicação de estabilidade, algo imutável, fixo, imóvel, uma configuração instantânea de posições. Assim, com estas características a noção de lugar perde sua utilidade de ferramenta conceitual para este trabalho. Por sua vez a noção de espaço permite variações e movimento, e mais importante: permite que se introduza a variável tempo na configuração espacial/ territorial. Espaço é um cruzamento de móveis: existe quando se levam em conta vetores de direção, velocidade e tempo. “É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. (...) Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidade contratuais” (Certeau, 1999:p202). Diferente do lugar, o espaço não tem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. “O espaço é um lugar praticado” (Certeau, 1999:p202).

A rua geometricamente definida pelo urbanista é transformada em espaço pelos pedestres, os terrenos divididos e configurados por escrituras de propriedade, são

transformados em espaço pelos moradores. Os lugares são praticados pela constante reformulação da memória<sup>86</sup> e transformam-se em motivos (ou bases) para se formular e reformular as relações sociais constantemente atualizadas. Como coloca Merleau-Ponti (Certeau, 1999:p202) “o espaço é existencial” e a “existência é espacial”. “Existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas (Certeau, 1999:202)”. Uma casa pode ancorar diferentes memórias dependendo da relação de parentesco que vigorou entre o narrador e quem vivenciou um determinado evento seja ele um casamento, uma morte, um parto. Usar o conceito de lugar praticado possibilita a introdução da variável de tempo na formulação da casa da Caieira.

Perguntar a meus informantes sobre terrenos, trilhas e casas e sobre seus moradores atuais e antigos fazia render as conversas sobre assuntos mais variados. Isto nos diz de como os lugares serviam de chave para desencadear narrativas familiares. Perguntar por um lugar rendia muitas histórias e diferentes narrativas. Era um tema que servia como uma chave para desencadear outros, que remetiam a acontecimentos passados, fundamentando a noção de pessoa atualmente. Aparecida descreveu seu casamento desde o encontro com seu futuro marido, o contrato, a festa, e sua vida de casada.

Ela considerou importante contar como seu casamento foi contratado e descreveu detalhadamente como ela e Lorenzo começaram a “se gostar”. Lorenzo era viúvo, tinha 33 anos e ela 17 e “começaram a se gostar” quando ela veio passar uns dias na casa de sua tia materna e madrinha de batismo. Foi esta tia que fez a ponte entre os futuros noivos. Aparecida contou que dois dias antes do dia dois de maio, que é dia de festa de Santa cruz, várias moças e mulheres estavam numa prainha no início da Caieira escamando peixe e escalando. Ele chegou falando com a tia Teva, alto o suficiente para as moças ouvirem, fazendo galhofa. Aparecida ficou quieta e não olhou para ele, diz que porque não tinha certeza que fosse com ela. Ele dizia que queria casar com uma moça, se tinha alguém ali que queria casar com ele. Queria casar com uma moça pantaneira, e ela era a única que morava no Pântano do Sul. Aparecida de cabeça baixa não falou nada, tia Teva disse, ela quer sim, rindo de maneira galhofeira. Perguntou o que ele tinha no pacote, e ele mostrou um tecido para fazer uma roupa para ir à

---

<sup>86</sup> Memória é um conceito crucial na configuração das experiências ancoradas em lugares praticados, e como tal importa ater-se brevemente ao conceito. Jacques Le Goff (1984) define memória “como a propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar impressões passadas, que ele representa como passadas” (Le Goff, 1984:11).



festa de Santa Cruz. Disse que não podia ir ao baile porque estava de luto pela morte da esposa, mas na festa ele ia. Tia Teva também não ia ao baile porque há três dias havia morrido uma sobrinha. Mas na festa todos iam inclusive Aparecida. Ele foi-se embora para mandar fazer o traje para a festa. “Nós acabamos de escamar aquele mundão de peixe e fomos bater o café da tia Fulana para ela poder ter tempo de costurar nossas roupas”.

Aparecida conta orgulhosa que pôde mostrar para Lorenzo que sabia limpar e escalar<sup>87</sup> peixe, “porque o pai era professor e eu fui criada no Pântano, ele não sabia que eu fui criada nos peixes. Eu sabia fazer tudo”. “No dia da festa de Santa Cruz, dia 2 de maio, nós saímos antes do baile, eu estava indo para casa e ele veio do meu lado. Pediu se podia andar do meu lado, eu deixei (falava em um tom de quem não se importa, dando de ombros, mas seus olhos brilhavam). Ele disse que queria casar comigo, que não podia ser agora porque tinha que dar 4 anos da morte da esposa, e que tinha uma filha. Eu quis. Eu só disse para ele que não era da lavoura, meu pai era professor, mas ele disse que me ensinava. Aí eu esperei, eu não tinha pressa. Lorenzo era viúvo e eu peguei a gostar dele na festa de Santa Cruz, no dia 2 de maio (diário 12 setembro, 2003).

A narrativa em que Aparecida descreve seu casamento foi acionada por minhas perguntas sobre a quem pertencia os terrenos ao lado do seu, “antigamente”, na geração de sua sogra. Aparecida apontou para uma habitação bem antiga, do período colonial, construída no tempo dos colonos açorianos em estilo da época, um pouco mais abaixo no lado de cima da estrada, e disse que aquela era a casa de seu sogro e sua sogra, que se chamava Minerva. A Casa de Minerva “englobava todos esses terrenos aqui. Onde eu moro agora era o engenho, e foi onde eu casei”. E começou a falar de seu casamento: “Eu me arrumei para o casamento naquela casa. Foi um festão. Eu vim subindo toda arrumada, um monte de gente junto, parecia uma festa. Era uma festa. Era o meu casamento”. Uma narrativa apaixonada, seus olhos brilhavam e ela sorria inteira. Estava linda. Contou e recontou de trás pra diante a história de seu casamento.

Um movimento narrativo pode constranger a produção de um espaço e o associar a uma história. Os relatos cumprem o papel de oferecer aos lugares um estatuto de espaço ou tornar espaços em lugares. Podem organizar também os jogos das relações mutáveis que uns mantêm

---

<sup>87</sup> Fazer peixe escalado é um processo semelhante àquele da carne de sol, em que se limpa e abre o peixe, salga-o e coloca-o ao sol por alguns dias. Esta é uma forma de preservar o peixe por bastante tempo, muito utilizado quando não havia energia elétrica nas casas.

com os outros. Na descrição de seu casamento, Aparecida aponta para novas práticas que o lugar passa a ser palco. Perguntar sobre uma casa desencadeou uma narrativa do casamento de Aparecida desde seu contrato até a arrumação da noiva que foi naquela casa. A narrativa é sobre um evento importante para a pessoa da Aparecida e importante para própria reconfiguração espacial da casa a que ela referia-se. Com a descrição de seu casamento Aparecida indiretamente aponta para novas práticas que o lugar passa a ancorar, se Hortensio não contraísse novas núpcias muito provavelmente ficaria morando na casa de sua mãe e seria ela quem criaria sua filha de seu primeiro casamento, isso faria que tudo fosse diferente, inclusive a distribuição espacial atual.

Seu Lú também se referiu em diversas ocasiões a uma casa em ruínas na Caieira da Barra do Sul. Ele, hoje com 75 anos, rememora um tempo antigo de sua infância em que na casa morava um homem muito culto e rico que foi seu professor. Este homem foi padrinho de sua avó e a acolheu quando ela ficou viúva com dois filhos, até que casasse novamente. Seu Lú descreveu a casa segundo um conjunto de fatos que lhe dizem respeito, resgatando sua memória e construindo sua narrativa baseada numa noção espacial, em que a casa em ruínas serve de fundamento. Ao falar da casa narra o amor de seu avô por sua avó, que se conheceram em um baile na Enseada do Brito. “Se gostaram” e ele que era boiadeiro, quis levá-la com ele. Ela não aceitou e só casou porque ele ficou morando com ela na Caieira. “Mas ele não se acostumava com essa vida enraizada que se leva aqui, ficou triste e doente deu paixão<sup>88</sup> e morreu. Minha avó ficou com dois filhos pequenos e o padrinho acolheu até que ela arranjasse um novo casamento”.

Por sua vez dona Laudete<sup>89</sup> ancorou suas experiências no bairro tendo por base a mesma casa em ruínas que Seu Lú me falou. Ela a vivenciou em outro tempo e em uma experiência distinta, e inicia sua história a partir da mudança de seu falecido sogro, que vendeu a venda que tinha na Tapera e veio morar na casa deles na Caieira, ao lado da casa que hoje está em ruínas. Umas três décadas depois da época rememorada por Seu Lú a casa foi vendida porque o casal que morou nela morreu e não tinha filhos. Este casal era composto pela filha do homem que Seu Lú lembra ter acolhido sua avó, e o irmão do segundo marido dela. Ele era assim irmão do homem que Bi lembra como seu avô de criação. Dona Laudete e o marido

---

<sup>88</sup> Paixão aqui tem o sentido de saudades de sua terra.

<sup>89</sup> Dona Laudelina faleceu durante o ano de 2003, pouco tempo depois de conversarmos.

Pedrinho usavam a casa para promover bailes e depois de algum tempo acertaram a compra dela, que seria paga em mercadorias como bananas, laranjas, farinha, café, açúcar, produzidas pela família e pelos vizinhos. Pedrinho era o dono da única mercearia do lugar e recebia dos moradores do bairro este tipo de mercadorias em troca de outras de que necessitassem. Mas quando faltava muito pouco para terminarem de pagar o Pedrinho faleceu e o proprietário, que era lá da Zé Mendes<sup>90</sup>, não entregou o terreno porque o negócio havia sido feito de boca (sem documentos). Dona Laudete não se conformava com o fato e dizia que a casa ficou em ruínas porque ela “rogou uma praga: não vai ser minha não vai ser de ninguém”.



Casa em ruínas a que se referem Seu Lú e Dona Laudete (foto: Diana Wiggers).

As histórias de cada família são ancoradas em lugares praticados por seus pais e avós, ou por eles mesmos. Estes ancestrais não são buscados muito longe no quadro genealógico, a memória de parentesco avança até três gerações acima de ego, e é fortemente marcada pelos contatos intergeracionais. Se houve pouco (ou não houve) contato entre a pessoa e seu avô, a trajetória dele pouco vai ser referência para sua própria história. As histórias de cada família do bairro se entrecruzam de diversas formas nestas gerações que entraram em contato em algum momento. Estas relações intergeracionais fundamentais para compor a pertença dos moradores nativos ocorrem principalmente nas casas.

---

<sup>90</sup> Laudelina enfatiza que este homem não pertence à Caieira da Barra do Sul, isso de certa forma é acrescentado à falta de honestidade como justificativa para o não cumprimento do contrato. A palavra tem valor, mas é alicerçada pelas relações próximas. O que fia a palavra é a pertença.

## 2. As Práticas

Na formulação dos espaços, como lugares praticados, participam tanto as memórias quanto os relatos e práticas cotidianas.

Godói (1998) salienta que para o grupo que estudou a referência fundamental na formulação da comunidade era o parentesco e, principalmente, a identificação com um ancestral comum.

“Antes da chegada do bisavô Vitorino, esse espaço era um lugar selvagem, anônimo e virgem – um centro de morada de índios e bichos –, não era ainda um território. É sobre este espaço, transformando a natureza, que eles vão imprimir sua história e sua geografia do mundo. Para esses camponeses que se definem como gente do mato, ou gente do interior, é o trabalho técnico e simbólico sobre a natureza que vai ajudar na construção de uma identidade ancorada no pertencimento a um mesmo grupo – nação de gente do Vitorino – ligado a um mesmo território – a fazenda da Várzea Grande” (Godói, 1998:102).

Parece-me que na Caieira o processo de identificação não se associa ao trabalho técnico, não há um tempo em que tudo era selvagem, virgem, anônimo que o trabalho transformou, mas a idéia compartilhada sobre o “tempo”. Na Caieira da Barra do Sul tudo sempre foi como é. O “tempo de antigamente” era mais pobre e os morros “mais cuidados”, cobertos de roças e árvores frutíferas, e isso é por causa das mudanças nas atividades econômicas. Os pais dos atuais moradores eram “daqui”, como seus pais e os pais de seus pais. Não há uma referência a um tempo da chegada dos primeiros moradores e nem de um ancestral comum, a memória do parentesco avança apenas três gerações antes de ego, e está profundamente marcada pelas relações cotidianas intergeracionais.

A vida em família e em comunidade é antes de tudo construída nas coisas corriqueiras do cotidiano, como por exemplo, dona Lili chamar da rua em frente a sua casa a esposa do Ademar para fazer suas unhas. Não são apenas relações comerciais que estão em vigor, mesmo que Lili pague pelo serviço da moça, mas amizade, confiança, parentesco, comunidade. Denise contou-me que sua irmã organizou um *terno de reis* que passou cantando em todas as casas dos “daqui” e em algumas dos *novos moradores* e veranistas. No início tinham receio de que os *novos moradores* e freqüentadores não gostassem da invasão de um terno de reis na residência para se apresentar tocando e cantando. Tentaram minimizar o efeito da invasão indo bem cedo nestas casas, e nas habitações dos “daqui” durante toda a noite.

A dinâmica da casa do Seu Lú remete aos valores que podem ser associados a alguns lugares. Importante porque a filha de Bi podia “ficar boa” naquele lugar, mesmo que sua casa anterior fosse há pouco mais de 900 metros da atual. O lugar de moradia pode ser considerado a causa da doença e a mudança uma forma de curar-se. A pessoa é uma pessoa familiar; construída temporalmente, mas principalmente, espacialmente. Influenciando inclusive nas noções de saúde, doença e cura.

Quando se faz necessário vender uma parte do terreno em que mora, os moradores nativos da Caieira preferem vende-lo para um parente, principalmente se eles próprios vão continuar morando na vizinhança. Os terrenos são vendidos para pessoas conhecidas ou da família, como foi o caso de Dona Cecília, já comentado anteriormente, que ao vender a casa em que viveu com o esposo no Saco dos Limões, preferiu vender para um primo do marido mesmo recebendo menos pela propriedade.

Há uma lógica compartilhada entre os moradores “daqui” da Caieira que estabelece quem deve morar perto. Dona Laudete é um exemplo e um contra-exemplo de como este modelo funciona. Ela ficou viúva depois de quase 30 anos de casamento, seu esposo foi Seu Pedrinho, por muitos anos o proprietário da única venda da Caieira. O casal teve três filhos, e dois deles ficaram morando na Caieira, na Casa da dona Laudete. Depois de viúva dona Laudete resolveu “aproveitar a vida e viajar<sup>91</sup>”, depois de seus filhos e uma neta estarem morando em habitações em torno da sua, alugou parte de sua habitação para uma afilhada recém casada. Para conseguir dinheiro para viagem abriu uma rua em sua propriedade e loteou seu terreno, vendendo três lotes para gente “de fora”. Esta atitude de dona Laudete foi muito comentada entre os vizinhos devido a sua natureza “exótica”, alguns concordaram com a atitude de dona Laudete outros não.

No entanto ela não vendeu os lotes para qualquer um, escolheu a dedo quem seriam seus vizinhos. Como por quase 20 anos ela manteve um camping no seu terreno próximo da praia em que os freqüentadores eram os mesmos ano após ano, dona Laudete vendeu os lotes para estas pessoas que conhecia de longa data. Assim, das cinco casas que há na rua que dona Laudete abriu em sua propriedade, três são de famílias com quem ela tem relação desde muito tempo, que gosta e se dá bem.

---

<sup>91</sup> Dona Laudelina loteou e vendeu parte de sua propriedade, com o dinheiro reformou sua casa e viajou para Aparecida - SP.

A casa de dona Cecília é um exemplo de forma alternativa de se “fazer” uma casa, e também é um exemplo de como o ideal é cercar-se de conhecidos e familiares. Dona Cecília viveu no Saco dos Limões grande parte de sua vida, quando ficou viúva voltou a morar na Caieira onde passou parte da infância e onde era proprietária de uma casa de praia construída no terreno herdado por seu pai de seu avô Moisés. O marido de dona Cecília permitiu que um irmão dela construísse uma residência no terreno, que inicialmente era utilizada como casa de praia, mas quando dona Cecília ficou viúva mudou-se para a Caieira o irmão logo depois foi morar lá também. Os dois filhos do filho adotivo de dona Cecília ao casar construíram suas habitações na Casa de dona Cecília. Assim, a Casa de Dona Cecília surgiu de forma diferente de outras na Caieira, em que o *sujeito aglutinador* permanece vivendo na casa da Caieira por toda a vida. Ela surge depois que dona Cecília fica viúva e depois dos filhos já estarem adultos, e surge principalmente como um lugar de moradia dela, da família do irmão e dos netos casados com filhos.

Torna-se Casa o local que antes era utilizado de forma sazonal. O lugar onde as relações entre dona Cecília e a família de seu irmão e a do seu filho adotivo ocorriam com frequência e foram materializadas em uma Casa. As relações com um lugar às vezes fundamenta as relações entre as pessoas, assim como as relações de parentesco são definidoras da circulação delas. Por exemplo, ao encontrar seu Faberlúcio no bar da Denise em duas ocasiões perguntei se ele estava passeando por ali, ao que me foi informado que “ele vem porque é parente”. Ser parente de Denise foi considerado motivo para Seu Faberlúcio freqüentar o seu bar e também faz que a cunhada dela se disponha a ir fazer a barba de Faberlúcio de vez em quando, mesmo que morem em casas distintas.

### 3. Tempos Cotidianos:

Uma das características do bairro que faz os turistas e veranistas procura-lo para passar as férias é a calma. No bairro não há barzinhos, restaurantes, festas e muitos bailes que possam provocar aglomeração de pessoas e agito. O fato de alguns jovens provocarem agitação no ponto final do ônibus, quando vão para os Naufragados durante os fins de semana foi criticado por todos aqueles com quem conversei. Acusam-nos de maconheiros e baderneiros. Este sossego característico da Caieira é o que faz veranistas procurarem-na, em busca da natureza

exuberante, a calma e tranquilidade. É um lugar ideal para quem quer fugir momentaneamente da vida agitada da cidade.

A vida social na comunidade ocorre com umas poucas festas e bingos no Salão Paroquial, encontros das pessoas no mercadinho, as conversas dos homens nos bares, conversa na rua em frente às casas, visitas de parentes e a bandeira do Divino Espírito Santo que passa de casa em casa com rezas e cantos religiosos uma vez por ano. A vida cotidiana é marcada pela recorrência destas atividades sociais, são sempre as mesmas, e esta é a forma ideal de se viver. Tanto é assim, que os acontecimentos marcantes para a vida das pessoas são vivenciados com uma tentativa de ter o mínimo de impacto emocional. Por ocasião da morte de Eliza aos 48 anos, sua mãe Dona Bicotinha ficou inconformada, chorava muito e entrou em depressão. Por mais de três meses ela permaneceu em casa e ficou doente. Seu marido fez de tudo para anima-la, mas ela chorava todo o tempo. Decorridos três meses do falecimento de Eliza, ao visitar uma prima de dona Bicotinha perguntei se a havia visto ultimamente, ao que a senhora me respondeu “não fui mais ver a Bicotinha, ela só chora, ela não se ajuda”. Percebi, depois deste comentário – que explicitou uma percepção do período aceitável de sofrer pela morte de uma filha – que outras pessoas também não visitavam Bicotinha e nem a procuravam para dar-lhe qualquer tipo de apoio emocional. Ela não recebia visita de moradores de Casas da Caieira porque eles não concordavam com o tempo que ela estava demorando em “se conformar”.

Apesar dos eventos serem importantes, lembrados e relembrados, contados e recontados pelas pessoas que os vivenciaram, há uma tentativa de não maximizar seus impactos emocionais imediatos. É recorrente a sensação de que no dia a dia nada acontece, e quando acontece há um esforço coletivo para minimizar seus efeitos dramáticos. Nada parece ser muito festejado nem muito chorado, nenhuma ação é dramatizada. O que faz que o tempo cotidiano seja vivenciado como o tempo da eternidade por sua aparência de estabilidade (Palmeira, 2001). Dona Aparecida contou-me duas vezes como perdeu um bebê nos últimos dias de gestação, há mais de 40 anos, porque ficou nervosa com uma briga do casal na Casa onde estava hospedada. O tom de sua narrativa era de constatação, não lamentava a morte da criança, não lamentava nem se queixava de nada. Era uma narrativa de mulher valente. Esta era a forma ideal de se narrar os eventos: sem queixa e sem sentimentalismos. Enfatiza-se nas narrativas a aparência de estabilidade, seja dos eventos ocorridos há muitos anos ou daqueles

ocorridos recentemente. Inspirada em Palmeira (2001), argumento que há uma motivação em tornar o tempo da vida cotidiana da mesma natureza que o tempo da eternidade: estável.

Os ensaios sobre o Tempo, de Leach (2001), podem ser bons para pensar em como se percebe o tempo na Caieira da Barra do Sul. Leach define tempo por duas idéias contrárias e complementares: repetição e não-repetição. Constata que (a) fenômenos da natureza se repetem e que (b) as mudanças da vida são irreversíveis. Para o autor “as religiões encerram o repúdio à ‘realidade’ da morte; um dos estratagemas é afirmar que a morte e o nascimento são a mesma coisa” (Leach, 2001:193). Isto produziria a negação das mudanças irreversíveis da vida, pela sua equação com o fato da repetição dos fenômenos. Leach vai além, e propõe que se não fosse pela religião nós não teríamos, de modo algum, a tendência de englobar os dois aspectos do tempo sob uma única categoria, nesta lógica os eventos repetitivos e os não-repetitivos são contabilizados como os mesmos. Leach recorre a Mauss e Hubert (apud Leach, 2001:194) para falar do aspecto religioso da percepção de tempo na cultura ocidental

“Tratamos a ambos como aspectos de ‘uma coisa’, o *tempo*, não porque seja racional fazê-lo, mas devido ao preconceito religioso. A idéia de Tempo, tal como a idéia de Deus, é uma destas categorias que julgamos necessárias porque somos animais sociais, mais do que devido a qualquer coisa empírica da nossa experiência do mundo” (Leach, 2001:194).

Para Leach, nosso modo convencional de pensar, a repetição marca todo intervalo de tempo. Cada intervalo de tempo é parte de algum intervalo maior de tempo, que do mesmo modo, começa e acaba repetidamente. Assim, para o autor, o próprio Tempo (seja ele o que for) deve repetir-se. Este modo de pensar baseia-se em uma repugnância psicológica a idéia de morte como o fim (Leach, 2001:194). Segundo Leach, nós formulamos o tempo como cíclico, nos movimentos de repetição e circulares, como em metáforas cotidianas de natureza doméstica: o vômito, as oscilações da lançadeira do tear, a seqüência das atividades agrícolas, ou ainda as trocas rituais dos casamentos interligados. Em sociedades primitivas o processo do tempo é experimentado como algo descontínuo, uma repetição de inversões repetidas, uma seqüência de oscilações entre pólos polares: dia e noite, seca e cheia, velhice e juventude. Neste esquema todo passado é igualmente passado, é simplesmente o oposto de agora, não tem “profundidade” (Leach, 2001:195).

Na Caieira o passado também não tem “profundidade”. Não é que nada aconteça, mas idealmente o impacto emocional dos eventos é controlado, para que hoje seja vivido como



sempre se viveu, com sensação de estabilidade. Isto não quer dizer que não haja história ou passado, é possível de perceber nas inúmeras referências ao *tempo de antigamente* em que tudo era diferente. As mudanças ocorridas no bairro são visíveis e trouxeram modificações importantes na vida das pessoas para serem negadas, e nem é esta a intenção. Mas o tempo é um processo cíclico, em que as coisas mudam para que possam continuar.

Para Fortes (1971) a própria idéia de sociedade e as noções de sistema social implicam necessariamente em uma extensão através de um período de tempo. Por definição um sistema social tem uma vida, é um processo cíclico, análogo ao desenvolvimento do ciclo de vida de um organismo. O grupo como uma unidade retém a mesma forma, mas seus membros, e as atividades de cada um deles passa por uma seqüência regular de mudanças durante o ciclo que culmina na dissolução da unidade original, que é substituída por uma ou mais unidades do mesmo tipo (Fortes, 1971:2). Na Caieira não é diferente, as Casas passam por ciclos que acompanham os ciclos de vida de seus moradores. Elas são o lócus da reprodução social, que precisa permanecer em ação por tempo suficiente para a criação dos filhos até o estágio de reprodução física e social, para que a sociedade se mantenha (Fortes1950). Na análise de Fortes (1950, 1971) o grupo doméstico é fundamental, na medida que possibilita a ele referir-se ao papel do tempo na estrutura, bem como o papel da convivência no grupo doméstico para a própria formulação da linhagem.

#### 4. Parentesco praticado

Os laços de parentesco são cruciais para subsistência do povo Piro, laços mobilizados pelo trabalho coletivo nas relações entre parentes. O povo Piro concebe laços de parentesco como as memórias de comida e cuidado recebidas dos outros, especialmente memórias de tais generosidades na infância. Povo é generoso para com seus parentes (kinspeople) porque lembram que eles também receberam os frutos de tais generosidades quando eram muito jovens para cuidar de si próprios. Os Piro dão centralidade à memória na constituição de laços de parentesco (kin lies) (Gow, 1998).

A forma como os Piro concebem os laços de parentesco é ilustrativa de uma recorrência nos estudos de família e parentesco que é interessante retomar nesta tese, e que diz respeito à

importância do residir junto, da coabitação, da co-residência e dos sentimentos elaborados neste convívio.

Meyer Fortes (1950) formula a noção de grupos domésticos justamente ao analisar os aspectos domésticos da vida Ashanti. Entre este grupo a regra de descendência matrilinear governa as relações morais e jurídicas do indivíduo, e também a “estrutura e as relações de grupos políticos. No entanto sua ação está sujeita às limitações derivadas de outros laços genealógicos com raiz na organização familiar dos Ashanti”. E é na estrutura dos grupos domésticos que se manifesta mais claramente estas limitações. O grupo doméstico, neste contexto, “é o casal individual ocupando uma habitação independente” (Fortes, 1950:352). “O casal pode estar sob chefia de um homem ou uma mulher”. Quando é uma mulher, geralmente trata-se do segmento de uma matrilinearidade, e é composto do chefe com seus filhos, a irmã e os filhos dela e/ou seus netos uterinos e os netos de suas irmãs. Por sua vez, quando é o casal de um homem, há algumas possibilidades de arranjo: pode ser uma família conjugal constituída por um homem, sua mulher ou mulheres e seus filhos; ou pode ter a irmã com os filhos junto com sua mulher e os filhos, e talvez ainda, os filhos de seus filhos ou das suas sobrinhas. Estas possibilidades de arranjos domésticos representam formas diferentes de se reconciliar o potencial das pretensões conflituosas e os sentimentos característicos do parentesco ashanti. São dois os laços que estão potencialmente em conflito: os laços fortes do parentesco matrilinear que abrangem todos aqueles que derivam da maternidade e por outro lado há os laços de casamento e paternidade.

Os arranjos na prática não ocorrem sempre conforme o ideal, que para o homem ashanti é um casamento e família doméstica patrilocal. Parece que a regra é os laços do parentesco matrilinear serem mais ou menos contrabalançados com os de casamento e paternidade nas relações sociais interpessoais (Fortes, 1950:354).

Segundo Fortes a regra de descendência matrilinear provoca conflitos, principalmente porque o homem estabelece com seus filhos uma relação de afeto favorecida pelo convívio. Além disso, ele tem obrigações para com os filhos (e os filhos para com os pais), estabelecidas pelas regras sociais, mesmo que o que prevaleça seja a linhagem matrilinear, o que significa que os filhos herdaram do tio materno, bem como pertencem à linhagem matrilinear. “Um homem não tem mãos nos seus filhos a não ser por amor que eles lhe devotam e a própria consciência. Um pai ganha o afeto de seus filhos cuidando deles” (Fortes, 1950:362). No

entanto por mais afeto que lhes dedique seus bens passarão para os filhos da irmã, e é com estes que ele tem obrigações de cuidado e comida.

Ao tratar do grupos domésticos Fortes trás para a análise dos sistemas de linhagem a importância dos laços de afetividade estabelecidos a partir do convívio entre pais e filhos<sup>92</sup>, fundamental na forma como os próprios grupos de linhagem vão se organizar, vão ser perpetuados e divididos. Os grupos domésticos favorecem o convívio, o sustento, a afeição que se estabelece a partir da vida em comum.

Na Caieira da Barra do Sul o convívio também vai ser responsável por fundar laços de parentesco bastante fortalecidos, que incluem obrigações e cuidado. Um contraste entre o papel dos grupos domésticos Ashanti e a Casa na Caieira ajuda a dar luz ao meu argumento. No primeiro caso há um sistema de parentesco e os grupos domésticos de residência patrilocal vão propiciar o elemento desagregador para o sistema matrilinear, enquanto na Caieira o grupo doméstico convivendo na Casa vai possibilitar as próprias relações de parentesco.

Em contextos em que a co-residência não é a classificação principal, e mesmo que haja uma forma principal de classificação dos parentes e da família baseada na consangüinidade e na afinidade, a co-residência é um aspecto fundamental na definição de família e, além disso, introduz na família membros que não necessariamente seriam classificados como tal se não fosse este aspecto da residência junto. O enfoque na residência é definidor da forma com as relações vão ser consideradas, concebidas, vivenciadas.

Pina Cabral (2003) ao descrever como, em Portugal, as casas que servem de âncoras na cidade para famílias proletárias, formulam as identidades familiares com base na experiência partilhada que a habitação conjunta implica. O autor explica que o fato de terem dormido e comido em uma mesma casa durante um período de tempo cria uma forte relação entre eles. É um laço que chega a ser mais intenso do que aquele que se estabelece com um irmão que raramente se visita. E isso se torna “particularmente verdade, se o período de coabitação corresponde à infância e juventude. A atualização de relações familiares dentro de comunidades de prática, portanto, parece ser mais importante do que a proximidade da relação de parentesco” (Pina Cabral, 2003)<sup>93</sup>.

---

<sup>92</sup> O professor Pina Cabral em um curso na Unicamp no primeiro semestre de 2005, chamou minha atenção sobre o valor que Fortes atribui ao convívio no grupo doméstico como constituidor da própria linhagem.

<sup>93</sup> Pina Cabral (2003) define comunidade de prática como a arena de relações sociais que molda a experiência e torna possível a intersubjetividade. Segundo o autor, todas as comunidades assentam numa partilha de

Para Pina Cabral (2003) o fato de uma pessoa ter sido criada como membro de uma *unidade social primária*, uma Casa, é uma das principais fontes de identificação social entre pessoas. O autor argumenta que como o *self* é socialmente construído, o sentimento de identidade interior e pessoal é profundamente marcado pelos laços sociais e pelas pessoas que acompanham o processo de socialização. Os sentimentos de identificação interpessoal que resultam da partilha deste processo são transportados pela vida por estas pessoas, por sua vez, por aqueles com os quais eles vêm mais tarde a associarem-se (os filhos e os cônjuges) (Pina Cabral, 2003:3). No entanto este processo não é automático, exige convívio. São as identificações que derivam de uma associação conjunta a momentos anteriores do ciclo de reprodução social.

Bourdieu (1991) questiona se é possível fazer uma teoria da prática e do parentesco prático; e se pode dar uma significação antropológica a esta relação sem postular que as relações regradas e reguladas são simples produtos de obediências às regras. Sugere que o parentesco pode ser pensado como algo composto por relações continuamente construídas e reconstruídas, de maneiras diversas e por sujeitos concretos em situações específicas, em que o *habitus*<sup>94</sup> tem um papel fundamental. Ao questionar as noções de prescrição e preferência, a noção de regra e de comportamento governado pela regra, assim como a concepção genealógica do parentesco, Bourdieu (1991) abre a discussão para se considerar as atitudes dos sujeitos. Para isso, Bourdieu (1991) parte do problema proposto por Lèvi-Strauss de que o casamento com a prima paralela para a teoria da aliança é uma heresia. Tal contra-senso se deve a perspectiva da teoria da aliança de que este casamento colocaria em cheque a concepção de exogamia. Questionar a legitimidade do casamento com a prima paralela não é de somenos importância, uma vez que a exogamia é a condição para a separação das linhas de identificação entre grupos. O casamento com a prima paralela é um desafio tanto às teorias da unificação, que Woortman (2002) classifica como um aspecto quase que puramente lógico das teorias de parentesco, quanto à teoria da aliança.

---

experiências efetivas, manifestadas por contextos de subjetividade, e que criam uma tomada de consciência de si mesmas, conduzindo à produção de uma identidade, uma comunidade concebida. Entre uma “comunidade experienciada” e a “comunidade concebida”, Pina Cabral argumenta que há uma arena de relações sociais: a comunidade de prática.

<sup>94</sup> Bourdieu propõe o conceito de *habitus* como um conjunto de disposições historicamente construídas, internalizadas e naturalizadas.

Bourdieu (1991) salienta que o uso do parentesco genealógico é reservado para situações oficiais. Este parentesco coloca em ordem o mundo social e legitima esta ordem. Mas o uso prático do parentesco considera as práticas que produzem parentesco. As relações entre ascendentes e descendentes não existem se não ao preço incessante de tece-las por meio de uma economia das trocas materiais e simbólicas entre gerações (Bourdieu, 1991:280). O autor salienta que para compreender o parentesco prático é preciso escapar tanto de uma visão relativista, que confere poder absoluto de manipulação dos agentes, quanto de uma visão objetivista, que supõem os grupos com fronteiras claramente definidas. Escapando destas duas posições extremas, o que se tem é que os parentes práticos – entre os berberes onde Bourdieu analisa o caso da prima paralela – são aqueles (a) espacialmente próximos, (b) os úteis porque socialmente influentes. E apenas com o trabalho contínuo de tecer as redes de relações práticas estes parentes se mantêm como parentes. As fronteiras e definições do parentesco prático são tão numerosas e variadas quanto são os utilizadores e as ocasiões de utilizar (Bourdieu, 1991:284)

Bourdieu ressalta que é preciso trabalho para manter solidariedades, mesmo nas relações genealógicamente próximas como aquelas entre irmãos. A simples relação genealógica não predetermina se acontecerá a relação de fato, é necessário construir as relações, praticar as relações. Foi esta necessidade de atualização das relações que procurei mostrar ao salientar que a pertença é construída no convívio da Casa e atualizada constantemente nas atividades sociais da comunidade. O parentesco prático pode ser pensado utilizando a metáfora de caminhos que se abrem no mato e que enquanto são usados permanecem abertos, se não têm uso o mato cresce e fecha a trilha. São relações da ordem da prática. O casamento é feito pelas relações de parentesco práticas, enquanto é celebrado pelo parentesco oficial (Woortmann, 2002).

Além disso, o sujeito aglutinador é quem faz o trabalho de manter as solidariedades entre os membros da família extensa, é em torno dele que a Casa se organiza, por causa dele que as crianças, filhos de um grupo de irmãos, convivem. É este sujeito que media os conflitos que surgem no seu grupo doméstico e é objeto de cuidado e carinho pela geração mais nova que cuidou em outras fases da vida.

Woortmann (2002:10) destaca que Bourdieu enfatiza sua oposição a uma antropologia das regras, o que equivale a uma postura crítica em face da noção de sociedade. Passando da

regra ao jogo ele passa da sociedade ao campo e assim, a uma outra concepção de parentesco como política. Se a regra, na teoria da descendência ou naquela da aliança, institui a sociedade, é no campo que se realiza o jogo das práticas, e a noção de aliança ganha novo sentido.

\*\*\*

As práticas também têm papel importante na formulação dos sentimentos de pertencer à Caieira da Barra do Sul. Na conclusão desta tese apresento os referenciais teóricos que utilizei para optar pela categoria de pertença.

## CONCLUSÃO DA TESE

Escrever uma tese é resultado de escolhas que fazemos no decorrer de toda a pesquisa e da escrita do texto. São escolhas que dizem respeito ao tema, à metodologia da pesquisa, sobre quais as relações vão ser privilegiadas e como vão ser estabelecidas, são escolhas de ordem teórico-metodológica, de forma e de estilo. A seguir retomo três pontos que orientaram minhas escolhas nesta tese: (1) o primeiro diz respeito a influência dos *estudos de comunidade* na forma como os dados foram apresentados e como a etnografia foi construída; (2) o segundo ponto diz respeito a possibilidade de se perceber a convivência de aspectos estruturais e aspectos práticos das relações de parentesco. (3) e por fim, um terceiro ponto retoma a escolha teórico-metodológica de usar prioritariamente a noção de pertença, ao invés de centrar a análise em questões de identidade.

Os *Estudos de Comunidade* elaborados na década de 30 nos Estados Unidos, foram inovadores por voltarem-se para o estudo das sociedades “modernas”, o que antes era objeto da sociologia. Os estudos de comunidade configuraram-se como um método de pesquisa empírica e de reconstrução do real que foi muito utilizado e produziu boas contribuições ao conhecimento de sociedades nacionais, inclusive no Brasil (Woortmann, 1972).

Os *estudos de comunidade* são definidos por Woortmann (1972) como um levantamento sistemático sobre a vida social em conjunto de um agregado humano. E como levantamentos, se configuravam como método de pesquisa empírica que orientavam os pesquisadores que se voltavam para sociedades nacionais. O livro de Florestan Fernandes (1973) – *Comunidade e Sociedade* – é representativo desta proposta teórico-metodológica. No entanto, apesar de ser inovador em diversos aspectos, e de ter produzido vários estudos importantes, o próprio método estabelece empecilhos para o avanço de estudos antropológicos.

Segundo Zarur (1991) os *estudos de comunidade* foram criticados por isolar a comunidade local da “totalidade” sociológica mais ampla, e assim esconder a luta de classes. Estes estudos não situavam em primeiro plano de análise problemas como dependência econômica nacional e internacional (Zarur, 1991). Outra crítica aos estudos de comunidade elaborada por Oracy Nogueira (1955): recai sobre a ênfase destes estudos em três tendências:

1. ênfase em aspectos locais com exasperação do grau de isolamento da comunidade; 2. ênfase ao desenvolvimento histórico – com considerações da situação atual; 3. a percepção da vida social e condições ecológicas como dois aspectos interdependentes de uma mesma realidade.

A pesquisa empírica na Caieira da Barra do Sul apontou para a importância de abordar elementos que foram enfocados em estudos de comunidade feitos no Brasil, como nos de Charles Wagley (1977) e Antônio Cândido (2001). Alguns aspectos destes *estudos* são interessantes para pensar a Caieira.

1. O primeiro deles é o que denominei no segundo capítulo de *sentimento de comunidade*. Em que há um sentimento que une as pessoas em torno de uma vida comunitária, relativamente isolada do contexto urbano em que o bairro está sendo introduzido. As pessoas que compartilham este *sentimento de comunidade* compartilham um ethos próprio;

2. O segundo é o papel do ambiente na elaboração das noções de pertencer ao bairro. Sendo uma comunidade que está passando por profundas mudanças ambientais – por ser área vizinha da reserva, porque os filhos de famílias daqui foram em grande número trabalhar na cidade na década de 60-70, por estarem deixando de serem produtores rurais.

3. E o terceiro é o próprio pertencimento a um lugar e sua importância crucial para os moradores “daqui”, sendo necessária a delimitação espacial deste “aqui”. AQUI como a definição do lugar ao qual os daqui pertencem. O alerta na página 56 da tese – de que não se pode confundir o objeto de um estudo antropológico com o lugar onde ele é realizado – deve ser especialmente levado em consideração nesta tese – em que se faz necessário definir “aqui” como um dos elementos que compõem a pertença. A *Caieira deles* é formada por Casas onde as pessoas daqui têm ancoradas suas memórias e seu pertencimento.

Eu tinha então elementos que aproximavam o contexto etnográfico desta pesquisa com estudos de comunidade feitos por Wagley e Cândido, a questão era então: como elaborar a etnografia sobre a Caieira minimizando os possíveis efeitos de uma descrição que a concebesse como fechada em uma totalidade sociológica?

A forma como tentei dar uma resposta às críticas feitas aos estudos de comunidade foi descrever a Caieira da Barra do Sul a partir de diversos pontos de vista, o do IPUF, do IBGE, dos guias turísticos, e a dos seus moradores. Além disso, ao centrar na visão de seus moradores – a “Caieira deles” – busquei mostrar como para eles próprios a Caieira não é fechada e sim tem seus braços estendidos para além dos limites espaciais da localidade. Procurei mostrar



como as fronteiras são fluídas e renegociadas a cada nova relação que se estabelece, por exemplo, com o casamento de uma mulher daqui com um homem do Saquinho – pode ser concebido como um casamento daqui/daqui.

Também procurei contextualizar o bairro na cena política da cidade e mostrar a influência econômica, ambiental e social da diminuição da distância simbólica entre a Caieira e o centro de Florianópolis. Além disso era preciso enfocar nesta tese um aspecto fundamental que o modelo proposto pelos estudos de comunidade não contemplam: as mudanças.

Um segundo ponto a ser resgatado nesta conclusão são os estudos de parentesco e o papel fundamental da Casa como elemento de análise. A Casa foi a categoria de análise utilizada nesta tese, que permite acessar as relações entre famílias conjugais e a rede mais ampla de parentesco e regatar o papel destas relações na própria organização da sociedade. Temos assim que:

1. A casa é estruturada de forma a propiciar a convivência da família extensa – com várias gerações de uma mesma família convivendo e estabelecendo laços de parentesco.
2. Que se unem em torno de um sujeito aglutinador, que cria em torno de si a unidade necessária para a formação da Casa. Este sujeito aglutinador é um elemento da prática por excelência. É a sua prática na Casa que formula os sentimentos de parentesco.
3. Casa é mais que espaço – é patrimônio e é responsável pela própria configuração das relações de parentesco. Relações estas que permanecem mesmo depois da Casa acabar materialmente e só passar a existir na memória de quem a vivenciou e praticou.
4. A Casa na Caieira tem relações próximas com família e é nela que a pessoa se identifica e se constrói como daqui.
5. Também é a Casa que possibilita as relações e identificação dos moradores atuais e dos parentes que foram embora para outros locais.

Outro aspecto das relações de parentesco que gostaria de resgatar dizem respeito à coexistência de aspectos estruturais e aspectos práticos nos estudos de parentesco. Autores citados no quarto capítulo (como Fortes, Gow, Pina-Cabral) referem-se à um aspecto também encontrado na Caieira da Barra do Sul, que é a parte do parentesco formulado pela vida prática:

o convívio entre parentes que cria uma identificação social, o cuidado com as crianças que quando tornaram-se adultos retribuem em forma de generosidades e afeto.

Bourdieu propõe pensar em uma teoria da prática e do parentesco prático. Sugere que o parentesco pode ser pensado como sendo composto por relações continuamente construídas e reconstruídas, de maneiras diversas por sujeitos concretos em situações específicas. Para Bourdieu as relações entre ascendentes e descendentes não existem senão porque são tecidas e construídas por meio de uma economia de trocas simbólicas entre gerações. A simples relação genealógica não predetermina a relação que será estabelecida.

Woortmann (1972) inspirado na proposição de Bourdieu afirma que as relações de parentesco são como trilhas no mato, que se são usadas permanecem abertas se não se fecham e deixam de existir. Esta metáfora utilizada por Woortmann pode ser levada ao pé da letra no estabelecimento de relações entre os moradores da Caieira da Barra do Sul e as comunidades próximas (por exemplo: Saquinho, Campinho e Sertão). São literalmente as atualizações das relações de parentesco, as visitas, os casamentos, as heranças que fazem a distância simbólica entre estes lugares praticados serem diminuídas. O mesmo se pode dizer dos lugares praticados na Caieira.

O parentesco praticado informa a prática dos lugares que por sua vez informa as novas relações de parentesco que são praticadas e assim sucessivamente.

De Certeau coloca que os lugares são praticados pela constante reformulação da memória e transformam-se em motivos para se formular e reformular as relações sociais constantemente atualizadas. A memória que reformula os lugares é a mesma que formula as relações de cuidado e afeição – estabelecidas na infância no convívio entre parentes. Não é a toa que perguntar sobre lugares na Caieira da Barra do Sul faz que sejam acionados relatos de eventos importantes para as relações de parentesco como casamento e mortes.

E por fim, o terceiro ponto: o pertencimento.

Autores como Fortes e Evans-Pritchard nos fornecem pistas de formas e grupos de pertencimento que gostaria de resgatar. Fortes (1950:343) sustenta que cada Ashanti tem algum grau de pertencimento ao grupo doméstico onde reside, bem como à linhagem matrilinear. Para o autor a norma de descendência matrilinear é a chave da organização social entre os Ashanti. Isto se deve ao fato da filiação matrilinear ser a base de uma organização local de linhagem que se generaliza através do sistema social como um todo, através de uma organização de clãs

dispersos. Fortes revela que “cada pessoa pertence a uma família matrilinear (um odehye) livre é, por nascimento, um membro da linhagem da sua mãe (abusua) e um cidadão do chefado em que esta linhagem está legalmente domiciliada” (idem). O autor enfatiza a referência ao pertencimento baseado nas relações de parentesco e no local de moradia.

Evans-Pritchard (1950) demonstra que os Nuer estabelecem diferença entre linhagem e parentesco, em que o primeiro refere-se a grupos unilineares de parentes e o segundo à categorias de parentes. Ao falar de relações de linhagem, Evans-Pritchard (1950:483) refere-se a relações entre grupos dentro de um sistema de tais grupos, enquanto que ao falar de parentes e relações de parentesco refere-se a relações entre pessoas colocadas uma perante as outras em certas categorias de relação dentro de um sistema de tais categorias. Evans-Pritchard acrescenta ainda uma distinção importante que fazem é entre *buth* e *mar*. Os Nuer usam a palavra *buth* para descrever o parentesco agnático entre linhagens colaterais, ou seja, o parentesco entre grupos e entre indivíduos apenas em virtude da sua condição de membros destes grupos, e empregam a *mar* para descrever toda e qualquer relação de um tipo de parentesco entre pessoas. Apesar das linhagens Nuer organizarem-se como grupos dispersos, residindo em aldeias em que todos tem relação *mar* entre si, são acionados os pertencimentos às linhagens por ocasião dos conflitos entre grupos de outras linhagens ou da estação seca quando os Nuer levam seu gado para os pastos utilizados por grupos de linhagem.

Por sua vez, Abner Cohen em *Custom and Politics in Urban África* (1969), enfoca o grupo étnico com identidade Hausa, em que a organização como grupo étnico se justifica, para o autor, como estratégia para a manutenção do monopólio comercial de gado e cola na Nigéria. A organização do grupo étnico Hausa se baseia em mecanismos sociais, formais e informais, voltados à organização e à manutenção das relações de crédito que podem ser econômicas, políticas, rituais e morais. Podemos pensar, no entanto, que além de fornecer a segurança necessária para o desenvolvimento dos negócios Hausa, a estrutura organizada fornece aos membros do grupo não diretamente envolvidos com o comércio, pertencimento e segurança, dadas pelas mesmas relações primárias, pelas mesmas obrigações morais que favorecem o fluxo dos negócios. A noção de pertencimento que os Hausa vivenciam tem por base o fluxo dos negócios e dão aos Hausa um sentimento de unidade, que formula o próprio grupo étnico. Os Hausa formam um grupo étnico que se serve das bases étnicas e de seus interesses e

atividades comerciais ao reivindicar uma identidade hausa. Eles localizam-se em um contexto mais abrangente das cidades Yoruba e não em organização tribal.

Cohen estudou os Hausa em um período em que a Nigéria era um estado em formação, nos anos 1960, e neste contexto eles se manifestavam como um grupo de interesse organizado como grupo étnico, porque assim teriam maiores probabilidades de sucesso. Os laços que unem seus membros abrangem uma gama maior de aspectos da suas vidas, garantindo não só a lealdade entre eles como uma maior defesa contra ações constrangedoras do Estado. O que define o grupo étnico é seu caráter político, o processo de distribuição e exercício de poder dentro de uma unidade social, a identidade Hausa, em Sabo, não está dada pelo fato de um homem vir de território Hausa ou identificar nele seus ancestrais, ainda que tais dados também sejam relaves. Mais do isso, a identidade Hausa é dada pelo comprometimento com um modo de vida e com as práticas próprias dos Hausa em Sabo.

Os três autores elaboram em seus trabalhos distintas noções de pertencimento em sociedades africanas. Aquelas formuladas por Evans-Pritchard e Fortes têm semelhanças entre si, na medida que enfocam as solidariedades baseadas nas relações de parentesco em contextos tribais. Estas não são necessidades de auto-afirmação identitária para além das fronteiras do próprio grupo, e quando o são regulam principalmente questões políticas internas ao grupo.

Por sua vez, Cohen enfoca dinâmica e contexto distintos em que os pertencimentos baseados em parentesco, etnia e solidariedades fundamentam um grupo de interesse que necessitam desta identificação para se posicionarem política e economicamente. Há no caso Hausa a reivindicação de uma identidade.

Ora, Barth (1969) explicita que as identidades não resultam espontaneamente do pertencimento a uma cultura, desta forma mesmo que alguém identifique na Caieira aspectos da cultura açoriana isto não quer dizer que esta seja a base da auto-identificação daquelas pessoas. As noções de pertença e identidade guardam uma forte relação entre si, e a análise de uma compreende a outra em muitos aspectos. Pertencer permite uma dimensão afetiva e é um efeito de diversos níveis de abstração.

A opção por usar a noção de pertença à Caieira da Barra do Sul ocorreu devido à forma como a questão é elaborada no contexto da pesquisa etnográfica. Como vimos no capítulo anterior, a tentativa de agentes externos de lhes conferir uma identidade açoriana ou manezinha, não foi apropriada pelos “daqui” da Caieira. Temos assim que a noção de pertencer

à Caieira é a que melhor se adequou aos dados etnográficos desta pesquisa. A forma como Evans-Pritchard se refere à pertença a um grupo de linhagem ou Fortes ao grupo doméstico é aquela que interessa resgatar neste trabalho. O pertencimento neste caso não age como reivindicação de uma identidade. Na Caieira não há um esforço de auto-identificação ou a reivindicação de uma identidade que defina politicamente o grupo ou que o coloque como uma unidade política em situação de oposição ou no contexto de atuação de outras unidades políticas<sup>95</sup>.

A etnografia sobre a Caieira da Barra do Sul mostrou que o pertencimento é ancorado em fatores como:

1. Ser daqui e ser de fora – a classificação das pessoas;
2. A relação das pessoas com as Casas;
3. A relação entre as Casas;
4. O pertencimento como um compartilhamento de um sentimento de comunidade elaborado pelo compartilhamento de um ethos.
5. O papel do sujeito aglutinador nas Casas;
6. As relações intergeracionais;
7. A formulação das relações de parentesco no convívio na casa.

A pertença à Caieira da Barra do Sul foi abordada nesta tese recorrendo a diversos eixos interpretativos que se cruzaram, complementaram, e compuseram uma trama rica, são eles: sentimentos, noções, categorias e laços sociais, e lugares praticados.

Gostaria de resgatar da discussão de Viveiros de Castro (2002) proposta no final do segundo capítulo, sobre a alteridade do inimigo entre populações ameríndias. Viveiros de Castro ao propor que a dinâmica identitária do par matador-vítima é um processo que ocupa o ponto de vista do inimigo, o autor busca discernir a peculiaridade das idéias ameríndias sobre guerra. A inimizade não pode ser conceitualizada como mera ausência de relação social, mas como uma relação social tão definida quanto qualquer outra.

Inspirada neste texto de Viveiros de Castro interessa-me focar a dicotomia daqui/de fora e a relação que ela estabelece entre identidades e alteridades. Aproprio-me desta

---

<sup>95</sup> Com relação à reivindicação identitária este trabalho aponta para uma realidade quase oposta àquela existente nos contextos estudados por Leite (2002), da Comunidade da Casca, e por Hartung (2004), em Invernada do Paiol da Telha, em que grupos de herdeiros reivindicam território herdado por seus antepassados. Em ambos os casos, a história do grupo de herdeiros está relacionada à memória do território.

formulação do autor – tratando-a nos termos que o debate sobre identidade e alteridade assumem na Caieira da Barra do Sul:

*Ao propor que a dinâmica identitária do par daqui/de fora é um processo que se ocupa do ponto de vista do de fora, é possível discernir a peculiaridade das idéias daqui sobre pertença.*

Formula-se uma relação em que se visa alteridade do outro e se incorpora os signos desta alteridade – como a incorporação dos signos de alteridade do inimigo. (a) É *DAQUI* alguém que nasceu e cresceu em uma Casa na Caieira. (b) É *DE FORA* quem não nasceu ou cresceu em uma casa da Caieira, (c) mas *daqui* e *de fora* não são definições rigorosamente fixas em que cada um dos termos ocupa uma posição dicotômica e antagônica. Há entrecruzamentos de vetores que compõem o quadro da pertença à Caieira da Barra do Sul, e estes entrecruzamentos fazem a classificação daqui/de fora ser relativizada por concepções de proximidade e distância, elaborada com base nas relações de parentesco e nas configurações espaciais.

Incorpora-se os signos de alteridade do outro ao se conceber uma ampliação do conteúdo semântico dos termos da dicotomia.

Antes da chegada de novos moradores na década de 70 os *de fora* eram aqueles que não haviam nascido e crescido em uma casa da Caieira. Estes *de fora* compartilhavam formas de vida e *ethos*. Com a chegada de outro tipo de gente a dicotomia permaneceu e os termos foram alargados em seu conteúdo semântico para caber aqueles que são outros porque não são daqui, mas que são outros também porque não compartilham com os daqui aspectos culturais, os valores e forma de vida, um *ethos*.

Hoje na Caieira existe dois tipos de *de fora*, (1) aqueles que compartilham um *ethos daqui*, e – por isso, entram nas trocas matrimoniais com os moradores *daqui*, conhecem todo mundo, e dizem “todos gostam de mim”, que é um tipo de *de fora* que teve parte de sua alteridade – de certa forma – incorporada ao *DAQUI*. (2) E os *de fora* para quem os modos de viver e conceber e organizar a vida social *DAQUI* é completamente estranho. Estes estabelecem com os daqui fronteiras de alteridades que não foram incorporadas.

A dicotomia *daqui/de fora* – fundamental para analisar a pertença na Caieira da Barra do Sul – poderia ser considerada análoga a dicotomia *nativo/estrangeiro* vigente na cena política da cidade, mas não é. Daqui e de fora dizem respeito ao lugar de nascença, às famílias de origem, as casas que ancoram suas práticas e suas memórias – que são elementos

fundamentais na elaboração da pertença. Talvez com a incorporação da alteridade dos novos outros – os novos moradores de fora – a dicotomia daqui/de fora passe a ser mais próxima daquela vigente no contexto da cidade, mas por enquanto, apesar das mudanças ocorridas na Caieira até o momento, a dicotomia daqui/de fora refere-se à parentesco, casa, família e pertença à Caieira da Barra do Sul.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU FILHO, Ovídio de. *Parentesco e identidade social*. In. Anuário Antropológico/80. Edições Universidade Federal do Ceará, Tempo Brasileiro, Fortaleza, Rio de Janeiro, 1982. (95-118)
- ALMEIDA, Mauro W. B. *Redescobrimdo a família rural*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 1, vol 1, 1986.
- BARTH, Frederick (ed). *Ethnic groups boundaries. The social organization of culture difference*. Little, Brown and Company, Boston, 1969.
- BARTH, Frederick. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2000.
- BELL, Vikki. Perforativity and Belonging: an introduction. Theory, Culture and Society, nº 2, vol 16, 1999.
- BERGER, Paulo (compilador). Ilha de Santa Catarina; relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 2º Ed., Editora da UFSC/ Assembléia Legislativa, Florianópolis, 1984.
- BESTARD, Joan. Parentesco y Modernidad. Paidós Ed., Barcelona, 1998.
- BESTARD, Joan e CONTRERAS, Jesus. Bárbaros, paganos, selvajes y primitivos. Barcanova Ed., Barcelona, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 2º ed., Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Le Bal des Célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn. Editions du Seuil, Paris, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A propos de la famille comme catégorie réalisée. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº100, déc. 1993. pp: 32-36.
- BOURDIEU, Pierre. El sentido práctico. Taurus Ediciones, Madrid, 1991.
- BRANDÃO, Carlos Rodriguez. O afeto da terra. Ed. da Unicamp, Campinas, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- BUTLER, Judith. Gender Trouble. Routledge, London, 1990.
- CANDIDO, Antônio. Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo, Ed. Duas Cidades, Ed. 34, 2001.



- CANIELLO, Márcio. O Ethos Sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. MANA 9(1):31-56, 2003.
- CARNEIRO, Glauco. Florianópolis, Roteiro da Ilha Encantada. Ed. Expressão, Museu de Arte de São Paulo, Banco Bandeirante, Florianópolis, 1987.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, número 11, 1998.
- CARSTEN, Janet. After Kinship, Cambridge Press, New York, 2004
- CECA / FNMA. Uma cidade numa ilha; relatório sobre problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina, Editora Insular, Florianópolis, 1996.
- DA MATTA, Roberto. *O Ofício do Etnólogo ou como Ter “Anthropological Blues”*, p. 23-35. In: NUNES, A O. A Aventura Sociológica. Ed Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- DE CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano, artes de fazer. 4º ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 1999.
- DE COPPET, D. Comparison, a universal for anthropology. From ‘re-presentation’ to comparison of hierarchies of values. In: KUPPER, Adam. Conceptualizing Society, Routledge, London and New York. 1998.
- COHEN, Abner. Custom & Politics in urban Africa – a study of Hausa Migrants in Yoruba Towns, Berkeley and Los Angeles. University of California Press, 1969.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica*. Estudos Avançados nº 13, vol 36, 1999.
- DURHAM, Eunice R. Família e reprodução humana. In: FRACHETO, Bruna, CAVALCANTI, M. Laura, e HEILBORN, M. Luiza. Perspectivas Antropológicas da Mulher, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.
- DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. In: MAUSS, Marcel. Ensaio de Sociologia. Ed Perspectiva, São Paulo, 2001.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. Os Estabelecidos e os Outsiders. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2000.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer, uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2ºed, Perspectiva, São Paulo, 1993.
- EVANS-PRITCHARD. Parentesco e a Comunidade Local entre os Nuer. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R. e FORDE, Daryll. Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, 2º Ed., Ed. Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa, 1950.

- FANTIN, Márcia. Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis Cidade Futura, Florianópolis, 2000.
- FARIAS, Vilson Francisco. Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo. Ed do autor, Florianópolis, 1998.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. Global, São Paulo, 1987.
- FLORES, Maria B. Ramos. Farra do Boi: palavras, sentidos e ficções. Ed. da UFSC, Florianópolis, 1996.
- FORTES, Meyer. *Parentesco e casamento entre os Ashanti*. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R. e FORDE, Daryll. Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, 2º Ed., Ed. Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa, 1950.
- FORTES, Meyer. Time and Social Structure. University of London: The Athlone Press, New York: Humanities Press, 1970.
- FORTES, Meyer. *Introduction*. In: GOODY, Jack. The Developmental Cycle in domestic groups, Cambridge, London, 1971.
- FONSECA, Cláudia. *Aliados e Rivais na Família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense*. In: FONSECA, Claudia. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2000
- FRÚGOLI, Heitor Jr. Beuningen, Holanda: o conflito entre antigos e novos moradores. XXVI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2002.
- RADCLIFFE-BROWN, A R. FORDE, Daryll. Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, 2º Ed., Ed. Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa, 1950.
- FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. USP, 1973.
- FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Cadernos de Antropologia, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1974.
- GODOI, Emília Pietrafesa e NIEMEYER, Ana Maria de (orgs). Além dos territórios. Mercado das Letras, Campinas, 1998.
- GODOI, Emília Pietrafesa. O trabalho da memória, cotidiano e história no sertão do Piauí. Editora da UNICAMP, Campinas, 1999.
- GOW, Peter. Of Mised blood: kinship and history in Peruvian Amazonia. Clarendon Press, Oxford, 1991.

- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1998.
- HARTUNG, Miriam Furtado. O sangue e o espírito dos antepassados: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada do Paiol da Telha – PR. Nuer / UFSC, Florianópolis, 2004.
- HOWELL, Signe (ed). The ethnography of moralities. Routledge, London, 1997.
- HUGH-JONES, Stephen and CARSTEM, Janet (org.) About the house: Lévi-Strauss and beyond. Cambridge University Press, New York. 1995.
- IPUF. Guia de ruas de Florianópolis, ed. Edeme, 2000.
- JACINTO, Andréa Borges. Afluentes da Memória, tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 2000.
- JANOWSKI, Monica. The hearth-group, the conjugal couple and the symbolism of the rice meal among the Kelabit of Sarawak. *In*: HUGH-JONES, Stephen and CARSTEM, Janet (org.) About the house: Lévi-Strauss and beyond. Cambridge University Press, New York, 1995.
- KUHNEN, Ariane; WARREN, Ilse Scherer; LHULLIER, Louise A; Representações sociais de meio ambiente: estudo das transformações, apropriações e modos de vida na Lagoa da Conceição - Florianópolis/SC /. Florianópolis. Tese Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- KUPER, Adam. Cultura, a visão dos antropólogos. EDUSC, Bauru, 2002.
- LACERDA, Eugenio Pascele. O atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. Florianópolis, 290 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- LEA, Vanessa. Apresentação. História e Etnologia. Textos Didáticos nº24. IFCH/UNICAMP, Campinas, 1999.
- LEACH, Edmund. Concerning Trobriand Clans and the Kinship Category 'Tabu'. *In*: GOODY, Jack. The Developmental Cycle in domestic groups, Cambridge, London, 1971.
- LEACH, Edmund. Repensando a Antropologia. 2º Ed., Perspectiva, São Paulo, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. p. 95-106. *In*: Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional e Casa da Moeda, Portugal, 1984.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Ed. Unicamp, Campinas, 2003.

- LEITE, Ilka Boaventura. A Comunidade da Casca em Perícia. Nuer, Florianópolis, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. L'Identité. Grasset, Paris, 1977.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Via das Máscaras, Ed. Presença/ Martins Fontes, Lisboa, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. As Estruturas Elementares do Parentesco, Ed. Vozes, Petrópolis, 1982.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Minhas Palavras. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986 (1984).
- LÉVI-STRAUSS, Claude. História e Etnologia. Textos didáticos nº24, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1999.
- MACDONALD, Charles (org). De la hutte au palais, société “à maison” em Asie du Sud-Est insulaire. Éditions du Centre National de la Recherche Scientific, Paris, 1987.
- MALUF, Sônia. Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição, ed UFSC, Florianópolis, 1993.
- MAGNANI, J.G. Discurso e Representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth. A aventura antropológica, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- MAUSS, Marcel. Ensaio de Sociologia. Ed Perspectiva, São Paulo, 2001.
- MONTEIRO, Paula. *Globalização, identidade e diferença*. In. Novos Estudos Cebrap, nº49, 1997.
- MOSIMANN, João Carlos. Porto dos Patos: 1502-1582 – a fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos. 2º Edição, Edição do autor, Florianópolis, 2004.
- MOURA, Margarida Maria. Os herdeiros da terra. Hucitec, São Paulo, 1978.
- MUSSOLINI, Gioconda. Ensaio de antropologia indígena e caiçara. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- NOGUEIRA, Oracy. Os Estudos de comunidade no Brasil. Revista de Antropologia, vol 3, 1955.
- OURIQUES, Helton Ricardo. Turismo em Florianópolis, uma crítica à indústria pós-moderna. Ed da UFSC, Florianópolis, 1998.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo, Ed. UNESP, São Paulo, 1998.

- PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale e SILVA NETO, Waldemar Joaquim. Ribeirão da Ilha. Vida e Retratos. Um distrito em Destaque. Fundação Franklin Cascaes, Florianópolis, 1990.
- PINA CABRAL, João de. O homem na família: cinco ensaios de antropologia. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2003.
- PINA CABRAL, João de. Os contextos da Antropologia. Coleção Memória e Sociedade, ed. Difel, Lisboa, 1991.
- PINA CABRAL, João de. Sons of Adam, Daughters of Eve: the peasant worldview of the Alto Minho. Clarendon Press, Oxford, 1986.
- PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo – colônia. Brasiliense/ Publifolha, São Paulo, 2000.
- RADCLIFFE-BROWN, A R. FORDE, Daryll. Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, 2º Ed., Ed. Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa, 1950.
- RAPPORT, Nigel. Em louvor do cosmopolita irônico: nacionalismo, o "judeu errante" e a cidade pós-nacional. Revista de Antropologia, vol.45, no.1, p.89-130, 2002.
- RIAL, Carmem. Mar-de-dentro : a transformação do espaço social na lagoa da Conceição., Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, 1988.
- RIAL, Carmem. *Manezinho: de ofensa a troféu*. In: Antropologia em Primeira Mão 48, PPGAS, UFSC, Florianópolis, 2001.
- RIVIERE, Peter. Individual and Society in Guiana: a comparative study of Amerindian social organization. Cambridge University Press, Cambridge, 1984.
- RIVIERE, Pierre. Houses, Places and Peoples: community and continuity in Guiana. In: HUGH-JONES, Stephen and CARSTEM, Janet (org.) About the house: Lévi-Strauss and beyond. Cambridge University Press, New York. 1995.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Zahar, Rio de Janeiro, 1997.
- SANTOS, Armindo. Heranças, estruturas agrárias e sistemas de parentesco numa aldeia da Beira Baixa. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SEGALEN, Martine. Antropologia Histórica de la Família. Taurus Universitária, Madrid, 1992.

- SHAH, A. M. The family in India, Critical Essays. Orient Longman Limited, New Delhi, 1998.
- TEDLOCK, B. Diásporas. In: LEVINSON, D. & EMBER, M. (eds.) The encyclopedia of cultural anthropology. Holt, New York, 1996.
- VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina: A Ilha. Editora Lunardelli, Florianópolis, 1985.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Araweté os deuses canibais. Jorge Zahar Ed., ANPOCS, Rio de Janeiro, 1986.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da Alma Selvagem. Cosac & Naify, São Paulo, 2002.
- WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem dos trópicos. São Paulo, Ed Nacional, Brasília, Brasiliana, Brasília, 1977.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade. 4ª edição, ed. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, (1921) 2004.
- WIGGERS, Raquel. Morar junto: a busca por um casamento moderno. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica – CNPq/CAPES, UFSC, 1995.
- WOLF, Eric. Sociedades Camponesas. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1970.
- WOORTMANN, Ellen F. Comparação, método comparativo: discutindo os clássicos. XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1998.
- WOORTMANN, Klaas. Casa e Família Operária. p. 119-150. In: Anuário Antropológico/80. Edições Universidade Federal do Ceará, ed. Tempo Brasileiro, Fortaleza, Rio de Janeiro, 1982.
- WOORTMANN, Klaas. *A antropologia brasileira e os estudos de comunidade*. In: Universitas, nº11, 1972.
- WOORTMANN, Klaas. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu ou, o que fazer com heresias. Série Antropologia, UnB, Brasília, 2002.
- ZARUR, George de C. L. A contrinuição de Charles Wagley para a antropologia Brasileira e para a idéia de Brasil. Anuário Antropológico, 1991.